

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCSOC**  
**DOUTORADO**

**JORGE LUIZ FEITOZA MACHADO**

**PANTEÃO DA “ORDEM”**: intérpretes e estratégias de consagração da “memória franciscana” no Maranhão (1952-2000)

**São Luís – MA**

**2019**

**JORGE LUIZ FEITOZA MACHADO**

**PANTEÃO DA “ORDEM”**: intérpretes e estratégias de consagração da “memória franciscana” no Maranhão (1952-2000)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para qualificação no Programa.

**Orientação:** Prof. Dr.<sup>a</sup> Eliana Tavares dos Reis

**São Luís – MA**

**2019**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Machado, Jorge Luiz Feitoza.

PANTEÃO DA "ORDEM": intérpretes e estratégias de consagração da "memória franciscana" no Maranhão (1952-2000) / Jorge Luiz Feitoza Machado. - 2019.

317 f.

Orientador(a): Eliana Tavares dos Reis.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Construção da consagração. 2. Franciscanos. 3. Identidade. 4. Maranhão. 5. Memória. I. Reis, Eliana Tavares dos. II. Título.

**JORGE LUIZ FEITOZA MACHADO**

**PANTEÃO DA “ORDEM”**: intérpretes e estratégias de consagração da “memória franciscana” no Maranhão (1952-2000)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para qualificação no Programa.

**Orientação:** Prof. Dr<sup>a</sup> Eliana Tavares dos Reis

APROVADA EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliana Tavares dos Reis**  
(UFMA)

---

**Prof. Dr. Ernesto Seidl**  
(UFSC)

---

**Prof. Dr. Italo Domingos Santirocchi**  
(UFMA)

---

**Prof. Dr. Juarez Lopes de Carvalho Filho**  
(UFMA)

---

**Prof. Dr. Igor Gastal Grill**  
(UFMA)

**São Luís - MA**

**2019**

Aos meus pais, Raimundo Machado  
(*in memoriam*) e Fátima Feitosa.

## AGRADECIMENTOS

O fechamento de um ciclo relevante da formação acadêmica, como o doutoramento, comporta o sentimento de satisfação pessoal que dificilmente seria possível de ser atingido sem a contribuição e o esforço de algumas pessoas nos diferentes momentos da minha trajetória. Em reconhecimento aos que participaram direta e indiretamente dos passos firmados até o doutorado, seguem aqui meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Raimundo Machado e Fátima Feitosa, pela dedicação e por compreenderem que no horizonte de possibilidades dos filhos a educação seria o grande investimento, e, no caso deles, sacrifício diário a ser realizado. Agradeço a minha companheira Eurilanda Cristina, parceira de vida, quem acompanhou de perto esse processo.

Estendo esses agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA que, ao longo de décadas, vem qualificando profissionais competentes e atuantes em diversos espaços na sociedade maranhense. Agradeço aos professores que participaram desse processo de formação no doutorado e em etapas como a graduação e o mestrado. Menciono, de modo especial, o professor Igor Grill e a professora Eliana Tavares dos Reis, profissionais pelos quais tenho respeito e admiração.

Destaco um agradecimento imprescindível e merecido pelo trabalho da professora Eliana dos Reis, cuja orientação, firme e lúcida, foi decisiva para a construção e maturação da pesquisa. Agradeço por cada momento de atenção nas conversas, pelas orientações sempre apuradas, e pela generosidade.

Agradeço imensamente ao Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais, sob orientação e direção dos professores Igor e Eliana, por representar um âmbito de discussões e debates fundamentais ao desenvolvimento de pesquisas e de conhecimento em Ciências Sociais no Maranhão.

Gostaria de agradecer pela contribuição de religiosos ligados à congregação dos frades menores de Bacabal - MA, pela disponibilidade e receptividade em relação à pesquisa, pelas entrevistas concedidas e pelo acesso ao arquivo provincial. Menciono diretamente: Frei Heriberto Rembecki, Frei Ivaldo Mendonça, assim como o amigo, Francisco M. Fontenele, os quais ajudaram em uma etapa do trabalho de campo.

Estendo agradecimentos especiais a um grupo de amigos e companheiros de trabalho, que tiveram importante papel na dimensão do apoio em relação ao desafio do doutoramento. Muito obrigado aos amigos João Caetano, Marcio Camelo, Cléver Fernandes e Evaristo Neto.

Dedico um agradecimento particular à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -, instância séria e central no incentivo à formação de pesquisadores no país, que viabilizou as condições necessárias ao desenvolvimento desta pesquisa.

## RESUMO

A presente tese trata das lógicas de construção e de consagração da memória e da identidade franciscana no Maranhão. A partir da análise de uma publicação laudatória específica, *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952-2007*, tratada como fonte e objeto de análise, e seguindo a agenda de estudos, desenvolvida no Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), verificamos princípios de enaltecimento e de aferição de estima, valorizados pela narrativa oficial desta congregação de frades menores, de origem alemã, o que implica o reconhecimento e o prestígio de determinados agentes. Principalmente, procuramos apreender os mecanismos de funcionamento de um domínio social perpassado por lógicas de hierarquização, as estratégias de afirmação coletiva e individual e os princípios de concorrência. Com o apoio de fontes complementares, discutimos os condicionantes históricos e sociais propícios à circulação de ordens estrangeiras, como a que estudamos; as propriedades sociais e recursos culturais favoráveis ao acesso a posições destacadas no domínio religioso católico, assim como em outros domínios de atuação; e a centralidade do reconhecimento associado ao processo de singularização de “causas” legítimas, como “educação” e “terra”, cuja efetivação está ligada diretamente ao trabalho de “intérpretes” autorizados.

**Palavras-chave:** Construção da consagração. Memória. Identidade. Franciscanos. Maranhão.



## ABSTRACT

This thesis addresses the construction and consecration logics of memory and identity of Franciscans in Maranhão. From the analysis of a specific laudatory publication, *Franciscans in Maranhão and Piauí: 1952-2007*, taken as a source and object of analysis, and following the agenda of studies developed at the Laboratory of Studies on Political and Cultural Elites (LEEPOC) we have verified principles of praise and esteem, valued by the official narrative of this congregation, composed by lesser brothers of German origin, which imply recognition and prestige of certain agents. Mainly, we seek to seize the functioning mechanisms of a social domain permeated by hierarchical logics, strategies of collective and individual affirmation and principles of competition. With the support of complementary sources, we discuss the historical and social conditions of the circulation by foreign orders, such as the one we study; social properties and cultural resources favorable on accessing prominent positions on Catholic religious domain, as well as in other fields of activity; and the centrality of associated recognition with the process of singularization of legitimate "causes" such as "education" and "land", whose execution is directly linked to the work of authorized "interpreters".

**Keywords:** Establishment of the consecration. Memory. Identity. Franciscans. Maranhão.

## RÉSUMÉ

Cette thèse traite de la logique de construction et de consécration de la mémoire et de l'identité franciscaine au Maranhão. A partir de l'analyse d'une publication élogieuse spécifique, «Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952-2007», traitée comme une source et un objet d'analyse, et accomplissant le programme des études développées au laboratoire d'études sur les élites politiques et culturelles (Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais - LEEPOC/UFMA), on vérifie des principes de louange et d'estime, valorisés par le récit officiel de cette congrégation de frères mineurs d'origine allemande, qui impliquent la reconnaissance et le prestige de certains agents. On cherche principalement à saisir les mécanismes de fonctionnement d'un domaine social imprégné de logiques hiérarchiques, de stratégies d'affirmation collective et individuelle et de principes de concurrence. Avec le soutien d'autres sources complémentaires, on discute des conditions historiques et sociales favorables à la circulation des commandes étrangères, telles que celle que l'on étudie; les propriétés sociales et les ressources culturelles favorables à l'accès à des postes mis en évidence au domaine religieux catholique ainsi que dans d'autres domaines d'activité; et la centralité de la reconnaissance associée au processus de singularisation de "causes" légitimes, telles que "éducation" et "terre", dont la réalisation est directement liée au travail des "interprètes" autorisés.

**Mots-clés:** Construction de la consécration. Mémoire. Identité. Franciscains. Maranhão.

## LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa do regional Nordeste V da CNBB .....	112
FIGURA 2 - Capa .....	138
FIGURA 3 - Sumário .....	139
FIGURA 4 - Termos de classificação nativa.....	140
FIGURA 5 - Capa da Edição de 2009 .....	144
FIGURA 6 - Contracapa .....	145
FIGURA 7 - Verso da contracapa.....	146
FIGURA 8 - Índice da edição de 2009.....	147
FIGURA 9 - Fraternidades no território maranhense da Província.....	174
ESQUEMA 1 - A Emergência de um domínio singularizado .....	255

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Inserção de Ordens e Congregações no Estado do Maranhão.....	102
QUADRO 2 - Convênios firmados entre a Arquidiocese de São Luís e Congregações Estrangeiras .....	114
QUADRO 3 - Informações sobre os Frades mencionados.....	142
QUADRO 4 - Perfis biográficos dos ocupantes de mandato (os “superiores”).....	157
QUADRO 5 - Estruturação da primeira parte da publicação: “mandatos dos superiores” .....	159
QUADRO 6 - Características biográficas e laudatórias dos “Superiores” .....	163
QUADRO 7 - Paróquias da Província do MA e PI.....	196
QUADRO 8 - Constituição de um espaço legítimo .....	210
QUADRO 9 - Rol de temas ou conteúdos por ano.....	211
QUADRO 10 - Os missionários alemães .....	224
QUADRO 11 - Os missionários brasileiros.....	227
QUADRO 12 - Atuação na educação / perfis de educadores .....	240
QUADRO 13 - Atuação na educação / perfis de educadores (2) .....	243
QUADRO 14 - Frades mencionados na terceira parte: “Terra: posse / problemas / conflitos” .....	271
QUADRO 15 - Instâncias (projetos) com participação de frades .....	289

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS E

A-C	Atas do Conselho e do Definitório
ACESA	Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura
ACR	Animação Cristã no Meio Rural
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão
AML	Academia Maranhense de Letras
ABL	Academia Bacabalense de Letras
AJULAV	Assistência Jurídica aos Lavradores
CONASA	Colégio Nossa Senhora dos Anjos
CEFRAM	Centro Franciscano de Animação Missionária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CEB'S	Comunidades Eclesiais de Base
EFA	Escola Família Agrícola
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGM	Instituto Histórico e Geográfico Maranhense
IESMA	Instituto de Estudos Superiores do Maranhão
ICESPI	Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí
OFM	Ordem dos Frades Menores
PRONOSA	Província Nossa Senhora da Assunção
RNE5	Regional Nordeste 5
SAM	Serviço de Assistência aos Menores

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
I. Alguns apontamentos sobre o universo de pesquisa .....	18
II. Objetivos e procedimentos metodológicos .....	24
III. Plano da tese .....	35
<b>1 A PERTINÊNCIA DE UMA SOCIOLOGIA HISTÓRICA, REFLEXIVA E RELACIONAL</b> .....	<b>39</b>
1.1 DAS FIGURAÇÕES AOS DOMÍNIOS .....	39
1.2 O DISCURSO DE CONSAGRAÇÃO NO DOMÍNIO RELIGIOSO .....	45
1.3 ABORDAGENS SOBRE ELITES DO UNIVERSO CATÓLICO .....	49
1.4 MEMÓRIA, IDENTIDADE E TRADIÇÃO COMO ARTEFATOS .....	60
1.5 NOTORIEDADE E CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA: Mecanismos de distinção individual e exaltação da estima social .....	66
1.6 “IDENTIDADE” SOCIAL COMO CONSTRUTO .....	69
<b>2 REDEFINIÇÕES DO ESPAÇO CATÓLICO E CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO DOS AGENTES</b> .....	<b>78</b>
2.1 IDEIAS EM MOVIMENTO: crenças em construção .....	78
2.2 TRANSAÇÕES CENTRO-PERIFERIA.....	85
2.3 O MARANHÃO COMO DESTINO SOCIAL DE ORDENS RELIGIOSAS .....	93
2.4 O CONTROLE ARQUIDIOCESANO SOBRE O FLUXO DAS ORDENS RELIGIOSAS.....	99
2.4.1 Os convênios de permanência e as lógicas de deslocamento .....	109
2.4.2 Panorama das congregações na regional Nordeste 5.....	120
<b>3 “ORDEM DOS FRANCISCANOS MENORES” NO MARANHÃO: análise de uma publicação laudatória</b> .....	<b>126</b>
3.1 PRÉ-TEXTUAIS DAS PUBLICAÇÕES.....	137
3.1.1 A edição de 1978 .....	138
3.1.2 A edição de 2009 .....	143
3.2 O PREFÁCIO, UM SENTIDO DE HISTÓRIA, O PREFACIADOR .....	148
3.3 A INTRODUÇÃO, AS FONTES DO AUTOR E LÓGICAS DE AFIRMAÇÃO DA “ORDEM”.....	153
3.4 “PRIMEIRA PARTE: mandato dos Superiores” .....	156
3.4.1 O “Influenciador do futuro da província” .....	164
3.4.2 O segundo “pioneiro superior” .....	165
3.4.3 “Um formador preocupado” .....	165
3.4.4 O quarto “pioneiro superior” .....	167

3.4.5	O “zeloso, incansável, inovador” .....	167
3.4.6	O Superior do “mandato do engajamento” .....	169
3.4.7	O “Prudente, confiante” .....	173
3.4.8	O “mandato do primeiro brasileiro” .....	174
3.5	“SEGUNDA PARTE: a vida dos irmãos”: lógicas de constituição das “Fraternidades” .....	175
3.5.1	“Fraternidade” em São Luís.....	177
3.5.2	“Fraternidade” em Bacabal (Distante 250 km da capital) .....	179
3.5.3	“Fraternidade” em Lago da Pedra (Distante 308 km da capital).....	182
3.5.4	“Fraternidade” em Vitorino Freire (Distante 323 km da capital).....	184
3.6	“TERCEIRA PARTE: o trabalho dos irmãos”: estrutura de relações sociais como elemento “missionário”. .....	195
3.6.1	“Causas que falam” .....	207
<b>4</b>	<b>MATRIZ SOCIAL DOS AGENTES E A CONSTITUIÇÃO DE “CAUSAS” LEGÍTIMAS</b> .....	<b>222</b>
4.1	UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA .....	224
4.2	INVESTIMENTOS E PERFIS DE ATUAÇÃO NA DOCÊNCIA .....	240
4.3	“EDUCAÇÃO”: o trabalho de legitimação de uma “causa” .....	249
4.3.1	O “notável” professor universitário e o “abnegado” educador das periferias .....	260
4.4	APRESENTAÇÃO DE PERFIS MAIS CITADOS E A CAUSA DA TERRA. 268	
4.4.1	Os porta vozes da causa da “terra” .....	272
4.4.1.1	Um animador das questões do Meio Rural: a ACR e Frei Godofredo .....	293
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>298</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>310</b>

## INTRODUÇÃO

A presente tese focaliza as lógicas e as estratégias de consagração social da “memória” e da “história” dos Franciscanos no Maranhão. Para tanto, delimitamos como universo empírico de pesquisa um conjunto de agentes e seus investimentos, a partir da análise de uma publicação laudatória específica. Tomamos como ponto de partida a obra *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952-2007*, que é tratada como fonte e objeto, por meio da qual propomos desvelar os mecanismos de funcionamento de um domínio social, perpassado por lógicas de hierarquização, estratégias de afirmação coletiva e individual e por princípios de concorrência.

O livro *Franciscanos no Maranhão e no Piauí: 1952-2007*, enquanto um construto social, pode servir de base para o exame de estratégias orientadas à construção de “panteões”, em alusão ao processo de consagração de personagens e “vultos” da “Ordem religiosa”. A partir dessa obra, podemos mapear os intérpretes autorizados, os eventos considerados fundadores da “história da Ordem dos Franciscanos” e a produção de representações legítimas como chaves que apontam para a construção de pertencimentos e para a constituição de vinculações sociais.

Estamos alinhados à estratégia de investigação que consiste em tomar determinados livros como fonte e objeto de pesquisa, examinando-os como artefatos legítimos, constituídos em “panteões consagrados” (GRILL e REIS, 2017). Uma das principais potencialidades favorecidas por esse tipo de análise é a possibilidade de examinar as características dos agentes que se afirmam como porta-vozes de personagens e versões que eles selecionam no trabalho de construção da memória e de identidades.

Considerando que os “critérios objetivos de identidades (em suas formas distintas de apresentação) são objeto de representações mentais, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses” (BOURDIEU, 2007, p. 112), assim como são objeto de lutas pela imposição de definições identitárias ou modos de identificação, podemos observar, simultaneamente, como esse trabalho é “tributário e incitador de investimentos na perenização de vultos” como síntese de “atributos e valores”, adaptáveis a “representações do mundo social” mais amplo e de um domínio cultural em particular (GRILL e REIS, 2017).



Com origem nessa matriz de investigação, o interesse pelo estudo sobre o universo religioso católico - anteriormente com a abordagem de perfis e repertórios de engajamento de padres estrangeiros com atuação no Maranhão (MACHADO, 2012), e, atualmente, com a elaboração da tese que examina o trabalho de construção da “memória” que os franciscanos realizam ao longo do tempo - tem sido corroborado pelo direcionamento de investimentos, no sentido de averiguar questões do tipo: sobre quais bases se assentam a distinção e o prestígio social entre os franciscanos? Ou ainda, que princípios são mobilizados pelos agentes na orientação de suas estratégias de autoafirmação ou afirmação em grupo? Como se impõem e são articulados os critérios de hierarquização que delimitam o conjunto das relações entre os “confrades”, e destes com outros agentes de domínios sociais diversos? Que tipos de clivagens, alinhamentos, distanciamentos, rivalidades, ou, composições e suas bases (amizades, alianças e lealdades) podem ser informadas pelo trabalho de consagração de uma memória coletiva? Quais condicionantes sociais, propriedades e recursos são considerados favoráveis a determinados agentes para esse trabalho de consagração? E, sobretudo, o que o exame sobre um conjunto de agentes religiosos, portadores de recursos específicos e produtores de representações diversas sobre o mundo social informa objetivamente sobre o status de hierarquização da congregação franciscana?

Essas são algumas das questões que emergem na gênese e maturação de nosso objeto de investigação, e que abordam objetivamente a problemática que conduz os encaminhamentos da pesquisa. Contudo, observamos que essa construção passa por redefinições necessárias, no sentido do aprofundamento dessas complexas dimensões, pouco exploradas ou não cotejadas, devidamente, no trabalho de mestrado. Nessa ocasião, enfatizamos o processo de correspondência entre recursos culturais, propriedades sociais e competências adquiridas ou herdadas, também reunimos indicações sobre a tradução desse resultado em posições e tomadas de posições em torno de “causas” consideradas legítimas, e nas quais os próprios sacerdotes (outros agentes do universo católico foram investigados na pesquisa do mestrado) tiveram papel determinante em sua constituição.

Para esta tese, apresentamos uma clara redefinição de foco, com distintas dimensões privilegiadas de análise e especificidades de recorte, com base no exame dos princípios e mecanismos do trabalho de construção/consagração da

memória de um grupo religioso, deslocando um pouco a ênfase abordada no estudo de “perfis de engajamento de clérigos” (MACHADO, 2012) para um ângulo de apreensão dos processos de consagração social.

Desse modo, podemos considerar que a gênese de construção do objeto não deixa de incorporar em sua matriz de concepção certa combinação de questões exploradas na dissertação, como a que trata do engajamento e das “causas” legítimas que, agora, complementam uma das dimensões de análise adotadas na tese, a respeito da autoapresentação e exposição da imagem coletiva, que emergem no plano simbólico como produto do trabalho de gestão e consagração de agentes aos quais se atribui notoriedade, reverência e estima social.

## **I. Alguns apontamentos sobre o universo de pesquisa**

A “Ordem dos Franciscanos” é uma congregação estrangeira, cujo sentido de organização estaria pautado por princípios exógenos que, em contato com as condições “periféricas” encontradas no Brasil, adaptaram-se, em considerável medida, às novas condições de inserção.

O primeiro grupo de frades – a primeira geração de missionários (os “pioneiros”, epíteto designado no “livro”) – foi composto exclusivamente por sacerdotes alemães. Por essa razão, o sentido de construção, reprodução e imposição de identificações (política, cultural, religiosa) parece indicar uma chave de análise relevante para a compreensão de processos sociais tidos como “notórios” ou “emblemáticos”, segundo a autoimagem produzida na narrativa heroicizada, que remonta a uma versão legítima da história da presença desses clérigos no Maranhão.

Dessa forma, o modelo universal organizacional (altamente hierarquizado e distribuído internacionalmente) foi aplicado em diferentes configurações sociais. O deslocamento de representantes alemães para o Maranhão, sobretudo na primeira década da “fundação”, em relação às características históricas, sociais e regionais, produz dinâmicas híbridas, o que remete, necessariamente, ao trabalho de manipulação de aspectos da “identidade regional” como estratégia recorrente de autoapresentação e de legitimação.

A produção de identidades ou processos de identificação, a exemplo também da “identificação regional” (e também nacional ou internacional), articula-se, diretamente, ao nível de produção da memória social do grupo. Nesse caso, o conjunto dos mecanismos e representações produzidas, filtradas, selecionadas e geridas ao longo do tempo tem, no “livro” examinado, o seu estado objetivado, o que permite, portanto, captar, a partir dos agentes, a convergência, ou não, de seus esforços para a elaboração, difusão, seleção e gestão de determinadas imagens e sentidos.

Dentre um conjunto de agentes localizados, há registros de frades que, de certo modo, produziram algum tipo de material escrito. Cumpre observar que, na trajetória religiosa, sobretudo para os casos de agentes ocupantes de posições destacadas, o acesso à escrita se revela imprescindível como critério de notabilidade ou excelência no exercício da função e no reconhecimento de uma posição. Entre os agentes mais antigos, mesmo os que não possuem alta titulação, o uso da escrita está relacionado à rotina de registros que compõem o trabalho de construção da memória.

Ainda entre os que escrevem, existem aqueles que investem em produções mais acadêmicas, geralmente explorando temas ligados à própria constituição do universo de crenças e os investimentos necessários aos agentes, no sentido da consolidação das bases de autoridade que ratificam posições assumidas. Nesse sentido, temáticas como “eclesiologia do Vaticano II” ou “Teologia dogmática da Igreja católica” constituem títulos de teses, que lhes conferem certo status distintivo entre os confrades, como o de “intelectual” e “doutor” em determinado tema.

No tipo de fonte destinada a produzir formas oficiais de consagração social, a exemplo de uma “obra” distinta sobre a “história franciscana” no Maranhão, é comum a construção de representações coletivas que endossam o sentido de coesão grupal entre os membros integrantes. Por um ângulo revisionista e atualizador de uma história que aciona outras bases, como a explicitação de atributos ou qualidades excepcionais (LÖHER, 2009), são indicadas representações que reforçam a ideia de aspectos singulares, componentes de uma história apresentada como “una” e “indivisa”.

Para o exame dessa fonte oficial de consagração, entendemos ser apropriado o uso de um instrumento de análise que privilegia as relações constituídas entre os agentes que concentram suas estratégias em estipular critérios legítimos, e os

princípios tácitos que convergem para a delimitação de um “grupo”<sup>1</sup>. Convém observar que a apropriação das categorias para o universo em questão se mostra pertinente, entre outras coisas, pelo próprio status dessas produções, que pelo seu caráter de consagração coletiva e oficial, necessita tornar explícita a dimensão da “unidade” entre os pares, que, como se sabe, é produto de “consensos” constituídos.

Dessa forma, estar inscrito no círculo da “família franciscana” é critério primordial, assim como as bases de hierarquização gestadas nas interações que os agentes desenvolvem. De modo semelhante a outros “grupos” do mundo social - grupos de interesse, partidos políticos etc -, a congregação é o tipo de configuração organizada em torno de objetivos definidos, cuja margem de êxito ou fracasso se encontra diretamente atrelada ao seu processo dinâmico de redefinição no tempo, sobretudo pela natureza das ações que os agentes investem no e acerca do grupo.

O mais óbvio desses investimentos consiste em oferecer um discurso sedimentado em bases de uma “coerência”, que ratifica um status coletivo, privilegiando o “consenso” construído, enfim, um discurso que torne o mais explícito possível os objetivos comuns. O sentido de “coesão” que a ideia de “grupo” encerra, com base no universo que recortamos, pode ser ilustrado, por exemplo, em torno da construção de um sentido para “missão”.

Embora sua acepção possa variar entre os agentes, por conta de representações distintas que eles podem formular, as bases das relações sociais que cimentam a adesão dos agentes em torno da “missão” estão circunscritas à gramática que remete à configuração familiar. Logo, sua perenidade deve se prolongar mediante a densidade dos laços relacionais entre seus membros. O pressuposto de que *grupos corporados* necessitam de um grau de organização e de se constituírem em reduzido contingente (LANDÉ, 1997) desponta como característica relevante à observação das redefinições e transformações experimentadas na constituição de grupos.

Para uma exposição mais sistemática da construção e organização do objeto, bem como das estratégias de tratamento adotadas, retomamos ao ponto de partida - a “obra” de consagração que examinamos - que sinaliza para composições com fontes auxiliares, além de explicitar possibilidades e limites, a partir da apropriação

---

<sup>1</sup> A opção que fazemos consiste em extrair, através de categorias da Antropologia Política, como a noção de “coalização” ou a ideia de “grupos corporados”, fundamentos analíticos de apreensão das relações objetivas e das formas de construção da imagem, quase sempre ancorados na premissa de uma “perenidade” histórica (LANDÉ, 1977).

de determinadas categorias e sua pertinência em relação ao emprego das fontes da pesquisa.

Ademais, convém observar o status oficial do nosso ponto de partida, o livro *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952-2007*, edição do ano de 2009. Trata-se de uma publicação com objetivo definido, qual seja, o de inscrever na história uma espécie de singularidade e, portanto, de distinção e consagração entre os agentes sociais por meio do trabalho de notabilização de perfis, de enaltecimento de atitudes, sacralização de reputações e de heroicização de “ícones”, que estabelecem relações de interdependência no tempo e se esforçam para cristalizar uma percepção de unidade e linearidade de sua existência social.

O universo recortado para o estudo abarcava inicialmente um conjunto de 45 agentes, citados na “obra” *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952-2007*, visando observar as redefinições constantes no quadro de membros integrantes ao longo das décadas. Dos frades mapeados, identificamos o total de 28 falecidos, sobre os quais a própria congregação disponibiliza dados do percurso da vida religiosa. Essa espécie de tributo oficial pós-morte é um instrumento de objetivação utilizado para redimensionarmos o universo, com base em critérios e informações que demonstram perfis, aos quais são imputados atributos estimados, em convergência com processos de consagração social e “construção da memória”.

O fato de a própria instituição oferecer esse obituário, enfatizando com maior contundência determinados percursos de confrades em detrimento de outros, já configura um critério de classificação, do qual nos apropriamos para seleção de alguns dos perfis tomados para exame. Considerando a configuração atual do universo em pauta, a população é caracterizada por frades que fizeram os “votos de profissão solene” (segundo a linguagem nativa), rito de consolidação dos laços que vinculam os agentes à vida religiosa na congregação.

Entre os frades da “Província da Assunção” - entidade jurídica que agrega um conjunto de agentes religiosos com atribuições definidas em um território de atuação - existem aqueles de “opção sacerdotal”, que são a maioria, e uma pequena parcela de frades que, ao professar seus votos, fizeram uma “opção laical”. Tais opções, que sinalizam para a forma do vínculo estabelecido com a instituição, são também critérios endógenos, imprescindíveis à apreensão de determinados cortes, como a definição do monopólio dos bens de salvação, a exemplo do ato de consagrar e ministrar comunhão, atribuição reservada somente aos frades de “opção sacerdotal”.

Entre os religiosos que fizeram essa opção se identifica de maneira predominante os papéis que comumente são associados a um trabalho legítimo e circunscrito ao domínio de atividades religiosas, como a responsabilidade pelos sacramentos, pela administração de paróquias e a gestão dos trabalhos pastorais.

O segmento de frades que fizeram a “opção laical” caracteriza um grupo por outros tipos de investimentos, o que demonstra um recorte de perfil, um indicativo de profissionalização em atividades que os diferenciam dos confrades de “opção sacerdotal”. Do universo considerado, por exemplo, a cada cinco frades de “opção laical”, um exerce a medicina como profissão, prestando seus serviços em Teresina, onde reside, e em Bacabal, quando há “demanda”. Há, ainda, outro frei que possui formação em educação artística, exerce artes plásticas e realiza estudos de pós-graduação em gestão escolar.

Ainda é possível identificar frades que não se enquadram na “opção laical”, mas que se focaram em estudos superiores, abrindo flanco, principalmente, para o exercício de atividades ligadas ao ensino e à pesquisa. O caso de dois frades ilustra esse perfil, sendo um deles professor de um instituto de formação teológica, em Teresina, e, o outro, que possui consistente formação em Ciências Sociais. Há, também, nesse universo de agentes, aqueles que combinam investimentos em formação superior, os quais, na posse de alta titulação, ocupam posições hierárquicas elevadas, a exemplo de um ex-provincial da geração de frades brasileiros, e um outro frei, que exerce, atualmente, o cargo de Provincial, posto máximo da congregação no Maranhão.

Destaca-se, em meio a essa população, a presença de perfis notabilizados por uma atuação administrativa via ocupação de posições hierárquicas estratégicas, como superior ou provincial da congregação, ou, ainda, ocupando o bispado da diocese local, o que culminava no status de notabilidade social garantida por suas intervenções. Trata-se de agentes portadores de atributos associados a registros de engajamentos e a percursos de investimentos nas chamadas “causas populares”, sobretudo nas questões relacionadas às disputas de terra na década de 1980. Dos perfis mais representativos e identificados a esta configuração específica, todos de “opção sacerdotal”, dois deles chegaram a exercer a função de bispo na Diocese de Bacabal.

Afora os perfis até aqui apresentados, o universo recortado também conta com os “autores” / “intérpretes” / “porta-vozes”, que efetuam um trabalho ativo de

consagração. Destacamos, aqui, um perfil que agrega uma base de atuação diretamente aos trabalhos pastorais nas paróquias e a inserção relacionada ao serviço de educação, sendo este um elemento de identificação associado ao perfil de Frei Eurico Löher, autor da edição de 2009 de *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952 - 2007*.

Além do caso acima mencionado, temos o aquele que talvez seja o mais representativo, no que concerne às lógicas de consagração social. O percurso de Frei Venâncio Willeke é integrado por múltiplas bases, que o notabilizam como portador de competências essenciais e de atributos legítimos ao seu reconhecimento como “intelectual” e “grande historiador” dos franciscanos no Brasil. Sua passagem por outras instâncias de consagração, como o IHGB, e sua notoriedade como jornalista e pesquisador são critérios explícitos da lógica de atribuição de excelência. O exame de sua trajetória possibilitou o mapeamento de elementos que constituem as bases de nosso universo, apresentando, das mais gerais às mais específicas, as dimensões fundamentais ao seu delineamento analítico. Seu conteúdo informa a existência de relações assimétricas, convergentes, com níveis de hierarquização interna, funções e papéis estipulados, entre outros dados, como representações coletivas propulsoras de estratégias de autoapresentação, por meio de referências a eventos; frentes de inserção, como “saúde”, “terra” e “educação”, no sentido de consagração de “causas” etc., evidenciando aspectos de uma trajetória compartilhada, reconstruída como coerente e coesa, e objetivada em um panteão laudatório.

Um dos atributos mais valorizados do trabalho de consagração pode ser associado ao referido por Bourdieu (2008) sobre o ato de descrever e prescrever, exercido pelo agentes sobre o mundo social, delimitando critérios legítimos e atributos identificáveis de classificação por meio de conhecimentos eruditos instrumentalizados para os diferentes propósitos, numa lógica de imposição de visões que introduzem divisões.

Assim, nesse ponto, adquirem relevância as estratégias pelas quais são processados certos tipos de “enquadramento da memória” (POLLAK, 2000), considerando o trabalho ativo de agentes, no sentido da produção de representações que se impõem e cristalizam imagens, não apenas acerca da (auto) consagração coletiva, mas, sobretudo, em torno do poder de definição (prescrição) sobre o que é a “realidade” maranhense.

Temos realçada, então, a dimensão das identidades que podem emergir de possíveis enquadramentos efetuados, sendo o trabalho de construção da memória um vetor de objetivação em torno de concepções ou princípios sociais “instituídos” e naturalizados. Isso se reflete nas classificações e definições diversas, que geralmente sintetizam modalidades de apresentação de si ou do “grupo”, e também delineiam percepções sobre “cultura”, “religião”, “cidadania”, “militância social”, “educação”, “política”, entre outros.

## **II. Objetivos e procedimentos metodológicos**

A “obra” examinada é fonte-objeto de investigação porque explicita tanto perfis / agentes ocupantes de posições e produtores de representações sobre o espaço em que se inscrevem, como as tomadas de posição nas lutas de conservação e transformação (BOURDIEU, 1996, p. 27).

Os estudos baseados no exame dos condicionantes sociais e históricos em torno da consagração de panteões não seriam, propriamente, uma novidade em termos de produção nas ciências sociais. O objetivo da investigação se concentra na análise das bases objetivas de edificação de “vultos” consagrados, e na dimensão das representações, compreendidas como construto de um grupo social e como artefato do trabalho dos agentes, reconhecidos e aptos, pelos recursos portados, na produção de “imagens”, discursos consagradores, narrativas de distinção, critérios de definição e de classificação do mundo social, e processos de identificação social e cultural.

Além da relevância teórica, marcada pela estratégia de abordagem que será discutida no primeiro capítulo desta tese, o estudo também se coloca no sentido de combinar dimensões nem sempre mobilizadas conjuntamente, como é o caso do exame que visa objetivar os instrumentos de gestão da memória coletiva associando-os à questão da identidade social, de modo a conjugá-los a um repertório de análise que privilegia perfis de “intérpretes” produtores de identificações.

Nesse sentido, recai precisamente sobre o aspecto metodológico de construção do objeto o diferencial do trabalho sobre panteões, quando é proposto o cotejo de uma bibliografia que apresenta abordagens diversificadas do universo



franciscano. Basicamente, nos trabalhos nos quais o caráter historiográfico é predominante, assinala-se a heterogeneidade dos contextos e recortes abordados.

Como ponto de partida, assumimos a noção de *configuração* (ELIAS, 2014), base na qual podemos direcionar níveis distintos de análise de processos sociais específicos e também das condições propícias de apresentação da congregação examinada, captando correlações que definem, por exemplo, a formatação de sua hierarquização de posições, bem como o seu status organizacional, que experimentou redefinições ao longo do tempo.

Além disso, em um plano mais amplo, essa noção permite explorar as teias de interdependência de tipos distintos, teias essas que são constituídas em determinado momento entre diferentes agentes, instâncias ou domínios sociais, como as relações com os sindicatos de trabalhadores rurais, o contato com entidades sociais também voltadas para a questão da terra, a fundação de cooperativas de assistência aos lavradores, a criação de estabelecimentos de ensino etc.

O alcance da noção de configuração mostra-se eficaz exatamente pela maleabilidade de apreensão de relações e investimentos diversos que parecem se imiscuir como produto do trabalho de objetivação realizado pelos agentes desse universo. Ou seja, permite abranger dimensões relacionadas 1) às estratégias mais amplas de autoapresentação coletiva (quem são os indivíduos e entidades, como atuam e os critérios gerais que situam os franciscanos no tempo, em relação a outras congregações, e agentes com atuação religiosa no Maranhão e em outras províncias franciscanas no Nordeste e Brasil); 2) à autoconstrução da imagem do “grupo”, que é resultante de investimentos constantes e distintos para dentro e para fora da congregação, explicitando frentes e “causas” valorizadas, das quais, dependendo das formulações e de quem as emite, podemos apreender critérios de disputas pela monopolização da gestão da memória; 3) e aos variados investimentos individuais, como as inserções escolares e militantes, que sinalizam para lógicas concorrenciais com base em alinhamentos e tomadas de posições dissonantes, por exemplo.

A apreensão do trabalho de construção da memória franciscana no Maranhão passa, então, pela análise das interdependências entre dimensões e níveis objetivistas (dados de origens sociais, tipos de investimentos realizados, percursos) com a dimensão simbólica das representações externadas pelos agentes

(“construção de memórias” coletivas, processos de identificação, sentidos sobre “política”, “cultura” etc.).

Privilegiamos, por um lado, a análise do livro sobre a história dos franciscanos no Maranhão, procurando priorizar o exame das condições nas quais sua produção é efetuada. Ao tratar desse artefato simbólico como *lugar*, por excelência, por meio dos quais se processa o trabalho de construção *de memória*<sup>2</sup>, buscamos identificar as principais estratégias de consagração objetivadas. Desse modo, direcionamos nossa análise à apreensão dos atributos, adjetivações e demais deferências, a fim de captar tanto os princípios de aproximação, reciprocidade, afinidades, alinhamentos, delimitação de identificações, quanto às concepções e lógicas que evidenciam visões do que os agentes percebem como “cultura”, “religião”, “sociedade” e “política”. A partir do exame dos elementos pré-textuais (como capa, contracapa, orelhas, folha de rosto etc.), combinado à apreensão de princípios que emergem nas narrativas, é averiguada a valorização de critérios que notabilizam determinados eventos, personagens, lugares, “causas” legítimas, frentes de atuação, perfis específicos, entre outros.

Acentuamos a perspectiva de que esses agentes são componentes ativos na fixação de limites, sempre arbitrários ou fictícios, os quais estipulam fronteiras em torno do que pode ser definido como uma noção de “região”, uma vez que, pelas características portadas por alguns perfis, se constituem como os “porta-vozes” legítimos de um “grupo” mais amplo, por reunirem recursos privilegiados e propriedades requeridas para essa tarefa.

Por outro lado, delimitamos a população de agentes portadores de propriedades sociais e recursos heterogêneos, cuja apreensão se deu a partir dos seguintes procedimentos: por meio do exame de empreendimentos editoriais laudatórios voltados ao trabalho de consagração oficial, combinado à análise de um conjunto de outras fontes (cartilhas seriadas em homenagem a personalidades da congregação, entrevistas e documentação pessoal obtidas em arquivo). Essa

---

<sup>2</sup> Menção à perspectiva que remete à ideia de Nora (1993), segundo a qual podemos identificar em artefatos laudatórios, como livros, os “lugares de memória” explicitados em termos das experiências objetivas e práticas que se inscrevem na trajetória dos agentes individuais e coletivos. A pretensão de “perenizar” essas experiências vividas dentro de estratégias de “eternização” já compõe uma fórmula de prescrição de enquadramento e tentativa de objetivação racionalizada da memória. Por essa indicação, temos que os livros constituem suportes simbólicos privilegiados, dos quais se servem os agentes para a execução de tarefas como as que envolvem operações de consagração, por exemplo.

verificação permitiu que fosse esboçada uma sistematização das características sociais mais distintivas dos agentes.

O propósito consiste em situar a posição social de agentes identificados com base nos princípios de distinção reveladores de critérios de excelência no interior do deste universo. Assim, procuramos selecionar dados que informam sobre a dimensão sociográfica de perfis de agentes, cuja posição social está relacionada às bases de reputação e notabilização. É indispensável que se relacione a sociografia desses agentes a partir do exame de informações, como dados de origem (onde nasceu, profissão dos pais, dos irmãos etc.), com os tipos de investimentos realizados (estratégias de escolarização, aquisição de títulos, inserções profissionais, militantes, sociais e culturais), além de outras características abrangidas por uma caracterização desse tipo.

Esse passo mantém conexão estreita com o princípio da prosopografia, que consiste em “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico, no qual as variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social” (CHARLE, 2006, p. 41 apud. GRILL e REIS, 2017, p. 364). Segundo os autores que mobilizam o princípio em questão, por seu intermédio, torna-se factível a possibilidade de apreensão de uma configuração, tanto em seu caráter processual quanto relacional. Com uma prosopografia, podemos agregar a maior quantidade de elementos favoráveis a uma sociografia, cujas relevâncias são: 1) acentuar a dimensão relacional entre os agentes do universo, tornando evidentes certas lógicas relevantes para o estudo, como a da hierarquização social e a da concorrência; 2) proporcionar a objetivação das propriedades dos agentes e a definição dos critérios de excelência que definem os mecanismos de consagração a partir desse universo; 3) e observar versões que escapam à lógica mais formal, apresentadas nas “obras” que são mais suscetíveis ao filtro institucional.

Assim, esse procedimento, além de permitir a sistematização dos recursos privilegiados na edificação de reputações, tanto de “autores” quanto das personalidades notabilizadas por uma operação social de seleção, também evidencia trunfos que os agentes mobilizam a seu favor na tarefa de consagrar seus pares. Outrossim, por meio dos dados, temos condições de acessar princípios de excelência, mobilizados na constituição das lógicas posicionais, partindo da observação de critérios legítimos que estão na base das redefinições do status dominante das posições. Desse modo, é possível associar a atribuição de papéis

específicos com o peso de recursos constituídos, conquistados ou adquiridos, mediante o exame atento da dinâmica relacional das posições que os agentes ocupam, cuja característica reside na tendência à “sucessão no tempo e no espaço, simultânea e sucessivamente” (BOURDIEU, 1996, p. 81).

O esforço de mapeamento dos casos foi realizado a partir das referências feitas aos agentes no livro, o que possibilitou a seleção de nomes e a indicação de certos perfis, com base na descrição do autor e “confrade” daqueles, então, notabilizados. Porém, em termos de informações biográficas mais precisas, essa fonte se mostrou escassa, principalmente no que se refere a informações sobre a socialização familiar, a profissão dos pais, irmãos e de outros parentes. Também estão incompletas as informações sobre formação superior, aquisição de títulos; e sobre investimentos de outra natureza, como as inserções militantes em movimentos políticos ou culturais.

Apenas com pontuais exceções, sobretudo aquelas que assinalam a presença de indicadores de inserções profissionais de alguns freis, evidencia-se a supressão de propriedades relativas às origens sociais dos agentes. Isso pode estar associado às condições particulares de controle em que uma instituição como a igreja é capaz de impor sobre as estratégias de construção de sua própria imagem e, primordialmente, de produzir um efeito de *apagamento* ou *supressão*<sup>3</sup> de certas características de seus membros.

Na tentativa de preencher as lacunas, procuramos situar os condicionantes sociais dos agentes, explorando um conjunto de outras fontes. Nas “obras” laudatórias são identificados vestígios acerca do trânsito de alguns agentes por outros domínios de atividades. Essas informações são geralmente apresentadas como um dado de inserção profissional ou como atividades desenvolvidas (prestação de assessoria, acompanhamento pastoral), ainda que essas atividades

---

<sup>3</sup> Para ser mais preciso, a ideia de « mortificação do eu », mobilizada por Goffman (2010), é mais apropriada à descrição de processos de apagamento da vida pregressa de agentes que integram a rotina das chamadas “instituições totais”, como é o caso dos manicômios, das forças armadas e dos estabelecimentos religiosos, o que inclui as congregações. Para efeitos de ilustração empírica, alguns dos freis das primeiras gerações de alemães que tiveram o Maranhão e o Piauí como destino adotaram nomes brasileiros, não apenas para tornar a integração cultural mais efetiva, mas, antes de tudo, em obediência a uma diretriz institucional definida por Roma. Na mesma lógica da invisibilidade das propriedades sociais dentro deste tipo de instituição, podemos apresentar, como exemplo, as datas de aniversário, para as quais, paralelamente à data de nascimento civil, há uma data que demarca o ingresso definitivo na ordem, associada ao dia da profissão dos votos perpétuos, que equivaleria, simbolicamente, ao “nascimento para uma vida nova” (Entrevista com Frei Roberto Soares, responsável pelo arquivo franciscano de Recife, em junho/2018).

estivessem circunscritas ao campo de atuação da própria igreja. Portanto, dessas fontes podemos extrair, no máximo, indicativos de atribuições ou funções acumuladas e exercidas por longos períodos, a partir de um único domínio.

De qualquer modo, buscamos localizar a multiposicionalidade de perfis, a fim de conferir maior efetividade na demonstração dos mecanismos sociais de consagração. Para tanto, apostamos no uso articulado de fontes, cujo objetivo cumpre a função de complemento em diferentes momentos da estruturação do trabalho. No que se refere às lacunas de informações biográficas – devido à característica internalista das publicações, que privilegiam outra lógica de apresentação dos agentes (caracterização pelo vínculo com a instituição) –, recorreremos ao seguinte conjunto de fontes complementares: 1) Volumes seriados de uma publicação periódica da Diocese de Bacabal; 2) Encadernado produzido pela Província (Conspecto); 3) Documentos coletados no Arquivo Provincial; 4) Homenagens produzidas em outras instâncias (burocracia política e Academia de Letras); 5) Entrevistas diretas (realizadas pessoalmente).

De maneira mais ampla, os usos, em algum momento, de informações absorvidas dessas fontes convergem para um objetivo: o suprimento da lacuna de dados mais estritamente biográficos, que contemplam outras dimensões da vida social dos agentes, tentando desviar, assim, do controle que exercem as instituições, como a igreja, que tem forte tendência de controle e de moldagem/apresentação pública dos agentes, segundo os critérios definidos pela instituição. Diante disso, cumpre observar que, embora trate-se de fontes diferenciadas das publicações que examinamos no estudo, todas elas, com exceção de duas, estão associadas ao universo que investigamos. Situamos, a seguir, pontualmente, cada uma delas.

Os volumes seriados de publicações da Diocese de Bacabal são pequenos (finos) encadernados, com edições periódicas, e são direcionados, principalmente, ao público que compõe a clientela da igreja católica, incluindo-se nesse grupo paróquias e comunidades, que contam com a presença de franciscanos (dirigentes espirituais de grupos, animadores vocacionais, assessores de liturgia), na realização de outras atividades que tipificam as formas de inserção desses agentes na dinâmica comunitária. Essencialmente, procuramos identificar nesses volumes pequenas biografias, geralmente exploradas na sessão “personagem em foco”,

dedicada ao enaltecimento de “personagens” (não exclusivamente sacerdotes ou frades) de destaque na “história” da Diocese.

A imersão nesses pequenos relatos biográficos (não foram encontrados tantos assim sobre os franciscanos) corroborou, em alguns casos, o acesso a dados que não são apresentados nos livros, por exemplo, os dados sobre a origem social (lugar de nascimento, escolarização). Raramente (quase nunca) continham informações sobre familiares, limitando-se a informar o nome dos pais. Entre esses volumes, identificamos três edições (na sessão “personagem em foco”) dedicadas a frades apontados como personalidades de destaque e que figuram semelhante estima na publicação que examinamos. Os volumes mencionados homenageiam os freis: Henrique Johannpötter (na condição de Bispo); Pascásio Rettler (Bispo) e Heriberto Rembecki.

A segunda fonte mencionada, o “Conspecto”, é um pequeno volume encadernado, com uma espécie de apresentação da Província. Nessa fonte, é identificado um conjunto de informações institucionais, contatos e endereços de todas as Províncias e Custódias no Brasil. Trata-se de um mapeamento da estrutura organizacional e do quadro de membros atuantes na Província. Sobre esses, são elencadas datas referentes a aniversários, profissão religiosa de cada frade, tempo dedicado à vida sacerdotal, entre outras situações rememoradas por datas. Contém, ainda, uma sessão que cataloga cada frade e suas informações básicas (fraternidade em que reside, endereço da fraternidade, além de exibir uma foto). Há, também, uma sessão em homenagem aos religiosos falecidos, que apresenta, ao lado da foto em preto e branco, apenas as datas de nascimento e morte.

O acesso ao “Conspecto” se deu em uma das visitas que fiz à Província, no intento de estreitar os contatos com os frades, de modo a reunir condições favoráveis para empreender algumas entrevistas, assim como, ter acesso aos arquivos da instituição. Em uma das visitas, o “Conspecto” me foi oferecido (um “presente para a pesquisa”) pelo então Provincial Frei Bernardo Brandão.

Os documentos coletados no arquivo da Província, em Bacabal, constituem um volume mais consistente, embora seja um corpus empírico altamente submetido à lógica de controle dos dados que são oferecidos. Isso ficou patente no processo de negociação de acesso aos arquivos. Só foi possível ter contato com os documentos mediante autorização discutida em reunião do “Definitório”, instância dirigente da Província.

Uma vez franqueado o acesso, mais um obstáculo se coloca. Durante as poucas oportunidades que surgiram para verificar, de fato, os arquivos – houve mais visitas para negociar essa consulta do que propriamente o acesso aos documentos –, o trabalho de examiná-los foi acompanhado de perto pelo secretário provincial à época das visitas. Era ele quem se dirigia aos arquivos, retirava os documentos sobre algum frade, fazia um filtro e levava até mim para que eu fizesse a fotografia. Nas três visitas possíveis ao arquivo, não houve muito tempo para o registro dos documentos, uma vez que isso dependia da disponibilidade (quase sempre escassa) do secretário, em virtude de sua agenda de compromissos e trabalho.

Na prática, os dados disponibilizados do arquivo provincial, que poderiam fornecer elementos mais robustos, cumpriram a função de complementar a caracterização biográfica, salvo algumas exceções, pelo contato com um tipo de material presente nos arquivos individuais dos frades já falecidos: em alguns casos, não foi possível fazer a verificação (pelas circunstâncias expostas). Existem necrológios, que são descrições biográficas melhor elaboradas por aglutinarem um conjunto mais sistemático de informações sobre o percurso biográfico dos agentes.

Todavia, convém ressaltar um detalhe: mesmo nos casos em que tivemos acesso a esses materiais, teoricamente melhor sistematizados, não verificamos dados mais minuciosos da biografia. Por exemplo, não identificamos dados referentes à socialização primária, familiar, e às relações de amizade fora da ordem, nem mesmo menções à participação de frades em outras instâncias sociais que não fossem ligadas, em alguma medida, ao universo de atuação da congregação.

Utilizamos, ainda, dados verificados em um tipo de fonte, que caracterizam formas de consagração. De modo pontual, quando descrevemos o perfil de Frei Eurico Löher, fazemos uso de uma fonte que o situa como um religioso influente e homenageado postumamente pela Academia Bacabalense de Letras, que divulgou, por site, uma coletânea que homenageia “personalidades” consideradas importantes para Bacabal, entre as quais figuram o autor da publicação que analisamos.

Outra fonte que oferece elementos biográficos de Frei Eurico, e tem propósito similar ao da coletânea da ABL, é um expediente da Câmara Municipal de Bacabal, que concede o título de cidadania ao religioso. Esse documento contém uma breve apresentação biográfica, de onde retiramos informações para a composição do perfil do autor (dados utilizados de maneira complementar).

Recorremos, também, a entrevistas diretas, que funcionaram da seguinte forma: quando o entrevistado era algum frei (conversamos com sete deles), havia um roteiro estruturado de questões, cuja disposição dos blocos de perguntas guardava uma correspondência com as dimensões de análise necessárias à composição das características de certa população. Tivemos contato com os entrevistados, procurando-os diretamente em suas fraternidades, uma vez que o acesso ao convento principal, centro de funcionamento da burocracia provincial, já havia sido estabelecido há mais tempo. Inclusive, a maior parte das entrevistas (cinco, no total) foi realizada no próprio convento.

Na fraternidade São José, localizada no município de Lago da Pedra (a uma hora de Bacabal), foram realizadas entrevistas com três frades. Outras duas foram concedidas por pessoas ligadas ao universo religioso, que já tiveram vínculos diretos com congregações. Uma das entrevistas foi com um ex-frade, afastado há mais de 20 anos, indicado por amigos mais próximos do universo franciscano de Bacabal. Por ter um conhecimento particularizado do funcionamento desse universo e por ser próximo e amigo de frades ainda atuantes, as informações obtidas nessa entrevista, teoricamente, possuem relativo nível de distanciamento, em cotejo com os demais depoimentos.

Contudo, não se pode desconsiderar que suas percepções e posicionamentos, sintetizados na entrevista, engendram outras versões, às vezes convergentes - outras nem tanto - com a lógica de consagração contida no livro. A outra entrevista aconteceu com a secretária executiva da “Regional Nordeste 5”. Os dados extraídos dessa conversa aparecem, exclusivamente, no capítulo dois, no qual propomos um panorama sobre a presença das congregações religiosas nas Dioceses que integram a “Regional” mencionada.

O teor do depoimento da secretária é apropriado em nosso trabalho com a finalidade de realizar uma contextualização. Importante ressaltar que nem todas as entrevistas realizadas com frades foram incluídas no trabalho. Exponho duas razões: 1) os que se disponibilizaram a dar entrevista, com exceção de três deles, não aparecem com expressão significativa nas descrições contidas na publicação, o que tornaria o uso de depoimentos desses agentes um pouco vazio de sentido e deslocado da proposta do trabalho; 2) a circunstância que justificaria um possível uso seria caso o teor de seus depoimentos apresentassem alguma sinalização de subversão do discurso oficialmente constituído.



Essa segunda razão pode estar ligada ao que Seidl e Neris (2017, p. 280), com inspiração em Lagroye (2006), apontaram como a “relação, ou interação, entre a dinâmica institucional católica e a dinâmica individual de seus membros”, o que indica que as “formas de pertencimento à igreja são sempre instáveis”. Nesse sentido, a depender da dinâmica que o agente construa com o universo religioso, um discurso pode se revelar subversivo ou “transgressor” ao oficialmente instituído, em vista das “representações divergentes sobre a conexão com a verdade produzida na instituição ou até mesmo quanto à própria verdade” (Idem).

Em relação aos demais informantes, e seguindo a orientação de buscar contato com quem estaria mais “de fora”, estabelecemos aproximação com lideranças de movimentos de trabalhadores, nos quais os franciscanos têm ou tiveram atuação. É o caso dos educadores da rede de educação, que militaram em “causas” conjuntas, e do ex-frade (mencionado acima), que não possui mais vínculos com a congregação e que hoje atua na burocracia do governo municipal, em políticas para o meio ambiente e educação.

Em síntese, se a estratégia de recorrer a um conjunto diversificado de fontes complementares não se mostrou efetivamente bem-sucedida – em razão da lógica dos discursos não diferir tanto da lógica controlada pela qual se objetiva a apresentação biográfica que a igreja oferece sobre seus agentes – assinalamos, de partida, a dificuldade de superar a internalidade das fontes.

Apesar disso, podemos sublinhar uma indicação relevante sobre os dados que emergem desses materiais. Diz respeito à presença de pistas, que remetem a princípios de constituição de “porta-vozes” de “causas” legítimas, os quais aparecem de modo enfático nas descrições apresentadas no livro atribuído a Frei Eurico. O ganho com o uso dessas fontes reside na possibilidade de explorar determinados trânsitos e tipos de inserções efetuadas, captando possíveis disputas que os agentes travaram a partir de outros domínios e lógicas de atividade, como sugerem indicações quanto à participação dos agentes em frentes de “luta por terra”, “educação”, “sindicalismo rural” etc. Ressaltamos, assim, que, dos depoimentos coletados e dos materiais examinados, procuramos extrair critérios indicativos de notabilidade: recursos sociais / culturais privilegiados, ocupação de posições de prestígio, tomadas de posição em frentes de disputa, trânsito em outros domínios ou contatos com agentes externos ao domínio religioso, com o objetivo de localizarmos suas propriedades sociais.

No que tange a esse último ponto, é importante notar que em uma situação na qual o agente está sendo entrevistado, apesar da atmosfera formal atinente às condições das entrevistas (nas dependências do convento onde residem os frades, em horário de atendimento à comunidade mais ampla, comunitários, trabalhadores da terra etc.), os depoimentos daqueles com os quais tivemos contato mostram questões de sua biografia, além de nos oferecerem uma percepção acerca da composição social que as propriedades e os recursos apresentados informam sobre a configuração em que se inscrevem. Outra questão que as entrevistas permitem apreender se refere às concepções produzidas acerca do mundo social, figurando como instrumento privilegiado para explorar representações diversas, formuladas pelos agentes a partir da imposição de visões e percepções da “realidade” social.

Os perfis identificados tanto na “obra” de consagração oficial quanto em outras fontes mobilizadas se inscrevem em configurações distintas e interdependentes, as quais possibilitam a apreensão diversa de lógicas e princípios sociais reveladores de clivagens e hierarquizações nesse universo. Os agentes aqui destacados interagem em meio a configurações sociais e culturais distintas, o que permite examinarmos atentamente as dinâmicas privilegiadas nas quais eles se inscrevem, assim como as lógicas de valorização de determinados perfis em relação a outros.

O objetivo do estudo que propomos consiste na compreensão dos princípios sociais atinentes aos tipos de investimentos, em formas de consagração coletiva e individual, que, por sua vez, são evidenciados na rotinização e no trato que os agentes dedicam à tarefa de gerir aquilo que eles próprios, ou, primordialmente, os autorizados para isso, definem como seletivo, legítimo e apto a figurar como memória legítima de um grupo.

Ainda podemos reiterar os propósitos desse estudo por sua intenção de compreender sob que bases são produzidas certos tipos de clivagens, que alicerçam hierarquizações, e qual o seu peso na estruturação das relações, além de pretender arrolar os recursos privilegiados para a definição de estratégias de afirmação. Adicionado a isso está o eixo centrado na percepção de alinhamentos e distanciamentos, na construção da autoimagem, na produção de representações e identificações diversas, e a demonstração de como se engendra a hierarquia de recursos e de propriedades sociais portadas ou adquiridas pelos agentes.

As estratégias de metodologia investidas nessa pesquisa são mobilizadas em afinidade com a delimitação de dimensões e níveis da investigação, pautados, exatamente, pelo exame de recursos e trunfos valorizados em outros domínios sociais, que demonstram a relevância do trânsito por distintas instâncias de consagração, ou, pelo reconhecimento destas em relação aos agentes, no sentido de avaliar as bases sociais de construção de identidades e afirmação de lógicas que visam à consagração.

Nesse sentido, tratamos o livro analisado como uma produção que contém “vestígios da capacidade de certas instituições, a exemplo da congregação que estudamos, amoldarem-se pela recepção de novos perfis e linguagens, mantendo um trabalho ativo de seleção e canonização por intermédio de publicações laudatórias” (GRILL e REIS, 2017, p. 364-365). Conforme assinalam os autores, o livro que constitui o objeto de análise é localizado a partir de “sistemas interligados de narrativas sobre a configuração maranhense, tonando explícitas as lógicas de concorrência pela afirmação de elementos próprios à ‘memória regional’ travada entre construtores da galeria de notáveis” (Idem).

### **III. Plano da tese**

Apresentamos, aqui, um plano geral de organização do trabalho, que leva em conta as dimensões e os procedimentos de análise dos mecanismos que balizam o trabalho de construção da “memória” e da “história” franciscana no Maranhão, a partir de meados do século passado (1952). No primeiro capítulo, partimos de uma exposição e articulação teórica de fundo, que implica a afirmação de uma perspectiva cujas bases de análise estão contempladas em uma escala que varia do mais amplo ao mais específico nível de apreensão. Enfatizamos a centralidade de modelos conceituais e epistemológicos, como os representados pela sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu e pela perspectiva configuracional dos processos sociais e das interações, de inspiração em Norbert Elias.

O intento se volta à demonstração da efetividade de conexões analíticas que podem ser derivadas dessas matrizes, no sentido de pensar as condições específicas de entendimento dos princípios de consagração social no âmbito de uma congregação religiosa. São analisadas, também, derivações mais específicas de

enquadramento, como a configuração de *domínios* pautados pela lógica de concorrência e pela constituição de bases de *multinotabilidades*, essenciais ao status de consagração (GRILL e REIS, 2018).

Avançando a uma escala mais específica de análise, acentuamos as discussões sobre o trabalho de mediação de porta-vozes, as condições particulares de sua emergência, características, atribuições e formas de atuação. Adiante, passamos às reflexões sobre a edificação de um panteão consagrado, evidenciando condicionantes privilegiados e as operações sociais exigidas para a objetivação de uma “galeria de notáveis” que as “obras” permitem identificar. Derivamos, ainda, para problematizações colocadas em torno das discussões sobre memória e identificação, aqui compreendidas como noções centrais à compreensão dos mecanismos privilegiados do trabalho, que fomentam estima e prestígio social (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992; 2000).

O Capítulo 2 confere destaque à dinâmica de circulação de agentes vinculados a congregações religiosas, e que estabelecem trânsitos e lógicas de fixação mais ou menos fluídas sobre a configuração recortada pelo Maranhão. O propósito consiste tanto em reconstituir analiticamente as condições favoráveis, quanto em captar as bases ou critérios de inscrição e fixação dos frades, considerando, para esse fim, princípios de diferenciação, que são objeto de investimentos dos agentes em relação a outros em um espaço relacional e concorrente. Adquire ênfase, nesse momento, certos demarcadores de identificação, que serão examinados na condição de recursos ou estratégias legítimas de afirmação e notoriedade. A partir da compreensão de princípios de identificação, como a valorização da educação, além de outros demarcadores, dedicamos atenção na captação das bases sociais, por meio das quais uma releitura da história do “grupo” é efetuada, no sentido da construção de especificidades.

O Capítulo 3 está centrado na apresentação da “obra” analisada, com o intuito de evidenciar critérios que presidem sua lógica de organização, estrutura e partes que integram a composição dos livros. Pretendemos dar visibilidade às estratégias de apresentação contidas nesses artefatos simbólicos, a fim de captarmos pontos de semelhança, critérios de convergência, lógicas de imbricação e, sobretudo, estabelecer comparações a partir das ênfases distintivas ou demarcadores privilegiados nas estratégias mobilizadas para apresentá-los. São expostas, ainda nesse capítulo, as biografias dos escritores/produtores designados e autorizados ao

trabalho de edificação da memória. Por meio da comparação biográfica dos que assinam as “obras” laudatórias, temos condições de delimitar a diferenciação entre os perfis, correlacionando estilos, posições e recursos, de acordo com as ênfases mais incidentes, às estratégias de exibição dos eventos, lugares, causas e nomes, que fazem emergir um complexo de relações sociais objetivas.

No Capítulo 4, tem destaque a dimensão das propriedades sociais, dos recursos culturais e demais investimentos favoráveis à caracterização dos agentes inscritos no universo pesquisado. O principal intento dessa descrição sociográfica consiste em situar de modo mais objetivo as posições sociais, as tomadas de posições e as estratégias mobilizadas, que informam a constituição de perfis específicos na configuração em questão. A partir da identificação de perfis diferenciados, temos condições de compreender o funcionamento dos princípios de hierarquização existentes em universos como o religioso e, com isso, demonstrar que se trata de um espaço onde relações também estão assentadas em lógicas de prestígio, estima e de aferição de excelência humana.

Combinada à dimensão apresentada, nesse capítulo também são examinados os mecanismos pelos quais os agentes - aqueles que se identificam pela posse de características / recursos mais adequados - (embora não plenamente consciente) sistematizam a “construção de memória”, voltados para a apresentação de “causas” tomadas como singulares nas estratégias de interpretação sobre a “história” dos franciscanos no Maranhão. O objetivo é o de demonstrar a relação direta entre determinados perfis e a relevância dos recursos que servem à constituição de “causas”, à elaboração de tomadas de posições em nome delas, entre outras características, as quais, interpretadas retrospectivamente, são constituídas como elemento de singularização da “história” de um grupo.

Nesse sentido, a ênfase deste capítulo recai sobre as operações sociais que os agentes investem em determinadas frentes de atuação, as quais rendem bases de singularidade ao grupo pelo modo como recortam e apresentam versões sobre sua “história” coletiva.

Adquire relevo, nesse momento, o investimento em estudos que acentuam a dimensão das intervenções militantes (REIS, 2008; MACHADO, 2012), assim como as disposições e os trunfos mobilizados em certas modalidades de inserções para pensar os mecanismos de constituição de “causas” legítimas atinentes à “educação” e à “terra”, eixos notadamente valorizados no volume publicado em 2009.

A análise de *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952-2007*, edição do ano de 2009, também permite que sejam identificados e explicitados os princípios de legitimação, as bases de reciprocidade e de reconhecimento, os elementos de pertencimento geracional, as formas de vinculações, a natureza dos atributos e as adjetivações (menções honrosas, qualificações de personalidade, formas de enaltecimento), a fim de apreendermos os suportes de construção da lógica da excelência, da estima e da distinção.

## 1 A PERTINÊNCIA DE UMA SOCIOLOGIA HISTÓRICA, REFLEXIVA E RELACIONAL

Esta tese se inscreve na matriz de estudos sobre elites políticas e culturais, sendo tributária de uma agenda de pesquisas consistentes, cujas abordagens procuram considerar os princípios e os critérios de análise do mundo social, que caracterizam um estilo particular, como o desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais<sup>4</sup>. Nesse sentido, são privilegiados estudos que buscam explicitar a articulação de condicionantes e de lógicas, recursos e domínios de atuação de agentes localizados em distintos pontos do espaço social, grifando-se o lugar das multiposicionalidades e das multinotabilidades na constituição de imbricações entre distintos domínios sociais.

Nossa proposta de trabalho se constitui com base em uma produção representativa colocada em prática no LEEPOC, em particular, nas investigações sobre “Panteões” e “Porta-vozes legítimos da cultura e da literatura no Maranhão” (GRILL e REIS, 2017), ponto de partida e de inspiração para o exame das lógicas de consagração e de interpretação, sintetizadas em produções de versões sobre os franciscanos no Maranhão.

As lógicas que concorrem para a fabricação de um produto destinado à consagração desse “grupo religioso” podem ser examinadas com o alcance de esquemas teóricos, que se mostram mais profícuos quanto mais oferecem instrumentos de apreensão de condicionantes de afirmação e dos princípios de articulação entre relações sociais e sentidos de identificação em certos universos de investigação.

### 1.1 DAS FIGURAÇÕES AOS DOMÍNIOS

Contribuição relevante para o tratamento dessas questões é o aporte teórico proposto por Norbert Elias. A ideia de *processos sociais*, referente às “transformações amplas e contínuas de figurações formadas por seres humanos”

---

<sup>4</sup> O LEEPOC é o espaço institucional de desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, vinculado ao Programa de PósGraduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, sob a coordenação dos professores Igor Gastal Grill e Eliana Tavares dos Reis.

(ELIAS, 2006, p. 27-28), oferece condições de considerarmos determinadas dinâmicas sociais e as etapas anteriores ou circunstâncias específicas que interferem nas (re) definições das figurações sociais. Embora a abordagem do objeto deste trabalho, a rigor, não se enquadre exatamente na análise de processos de longa duração, aos moldes dos estudos de Elias, alguns de seus conceitos se mostram potencialmente úteis ao esquema que buscamos aplicar. A noção de *figuração*<sup>5</sup>, particularmente, é a chave para dimensionar o potencial tanto das lógicas de consagração social e construção de estimas coletivas e individuais, inscritas nas relações práticas dos agentes, quanto dos condicionantes da construção de memória, traduzidos na publicação de artefatos laudatórios no campo religioso.

Assim, é importante que tais processo sejam observados, dada especial atenção aos tipos de relações engendradas na figuração da congregação franciscana atuante no Maranhão. Ao se verificar como os indivíduos se alocam, com base em arranjos sociais mais ou menos complexos, e mediante níveis de *integração/desintegração* que designam sua inscrição mais consistente ou mais fluída em dadas relações de interdependência uns com os outros, podemos ponderar sobre as dinâmicas que colaboram com a produção de princípios legítimos e singulares.

Ao oportunizar condições à análise de princípios sociais interdependentes, que contemplam mecanismos de transmissão geracionais, a noção de *figuração* possibilita a diferenciação de estados de relações entre os agentes. O ganho analítico que a noção oferece é, sem dúvida, a objetivação dos movimentos e das estratégias nos diferentes domínios de relações sociais, especialmente nos religiosos, e as distintas etapas do percurso dos agentes.

Valendo-se de demonstrações baseadas em *escalas de análise*<sup>6</sup>, Elias aperfeiçoou o modelo teórico que potencializa fundamentos relevantes para o estudo

---

<sup>5</sup> “O conceito de figuração distingue-se de muitos conceitos teóricos da sociologia por incluir expressamente os indivíduos em sua formação. O modo de vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e codeterminado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto, por meio do ingresso do singular no mundo simbólico específico de uma figuração já existente de seres humanos” (ELIAS, 2006, p. 25).

<sup>6</sup> O legado sociológico de Norbert Elias é sustentado por investimentos arrojados em análises que se baseiam em uma sociologia histórica, cuja marca privilegiada consistiu na tentativa de demonstrar, quer examinando determinados processos sociais e suas estruturas de transformações mais amplas no tempo (Ver *Sociedade de Corte*, 2001 e *Processo Civilizador*, 2011), ou se debruçando sobre figurações com recorte mais sincrônico (Ver *Estabelecidos e Outsiders*, 2000), como os indivíduos se organizam e hierarquizam suas relações a partir de códigos sociais específicos e de critérios que indicam níveis de diferenciação, prestígio e estigma social, cujas bases de interdependência das



de dinâmicas relacionais mais específicas. A pertinência disso se traduz na possibilidade de considerar algumas questões, por exemplo: como os agentes se orientam e organizam suas ações ou o produto dessas ações no mundo social? Como são redefinidos constantemente os princípios de diferenciação que produzem clivagens, hierarquias e códigos de conduta cimentados por lógicas mais ou menos estáveis?

Combinado às orientações de Elias, o trabalho segue aportes teóricos originados do esquema de análise proposto por Pierre Bourdieu, que trata da dimensão sociológica relacional e reflexiva, tomando por referência algumas de suas principais definições. É o caso da localização dos recursos sociais, da distribuição das posições e das tomadas de posição dos agentes na compreensão dos condicionantes e das estratégias consagradas, desenvolvidas e valorizadas a partir do domínio religioso aqui investigado.

Com base no referencial em destaque, consideramos que o mundo social, em seus diferentes domínios de atividade, como o político, o cultural, o econômico, o religioso etc., é composto por agentes dotados de propriedades sociais e recursos, que levam, relacional e concorrencialmente, à ocupação de posições hierarquicamente distribuídas, “de acordo com princípios de diferenciação” (BOURDIEU, 1996, p. 19).

Entendemos ser eficaz esse aporte pelo fato dele oferecer condições analíticas adequadas de objetivação dos princípios que estruturam o espaço de relações dos agentes, viabilizando as bases de seu funcionamento. Por essa razão, o exame das condições que estruturam determinado espaço social<sup>7</sup>, como o espaço religioso, deve sempre considerar “a posição ocupada no espaço, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda a representação desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (Idem, p. 27).

É conveniente observar que, por uma série de características na concepção do objeto – com destaque para os condicionantes históricos e sociais de “natureza periférica” em que se desenvolvem as lógicas de consagração –, problematizamos a

---

relações possuem peso determinante na *definição de equilíbrio ou instabilidade na balança de poder* (*Sociedade dos indivíduos*, 1994).

<sup>7</sup> Como indicado, a relevância de objetivar o espaço das propriedades sociais e dos recursos portados pelos agentes se dá pela premência de um sentido explicativo sobre os princípios de diferenciação que se tornam determinantes, dependendo das exigências do espaço, para o entendimento a respeito de certas lógicas práticas e do que elas podem gerar.

aplicação, de modo absoluto e automático, do modelo em questão. Nossa proposta é partir dele, no entanto, ponderando sobre as necessárias adequações, pertinentes ao tipo de análise que propomos.

Nessa perspectiva, o esforço no entendimento das lógicas de consagração e de identificação, nas especificidades nas quais está inserido o universo empírico investigado, exige que seja evitada a rigidez de um modelo forjado a partir de condições históricas e sociais de “realidades” centrais, mas que se adote uma maior plasticidade conceitual, mesmo que seja inspirada nesse modelo.

A noção de *domínio* é pertinente, uma vez que é “utilizada para indicar circunstâncias nas quais não é possível pressupor elevados graus de institucionalização e autonomização” (GRILL e REIS, 2016, p. 21), como o que parece ocorrer na realidade francesa. Tratamos de dinâmicas sociais nas quais os agentes não estão totalmente submetidos a uma estrutura rígida e relativamente independente, mas utilizam “meios específicos”, com “atribuições próprias monopolizadas” e sob “condicionantes que operam para a especialização de papéis” (Idem).

Nesse caso, os princípios de consagração e de legitimação podem comportar múltiplas dimensões e registros, que emergem de modo mais ao confrontamos os recursos, as posições e os posicionamentos assumidos pelos agentes, momento no qual as *multiposicionalidades* e multinotabilidades que desfrutam, ou que procuram acumular (GRILL e REIS, 2016), são reveladas. Esses aspectos permitem compreender quem são, e quais os investimentos dos agentes na produção de representações voltadas ao reconhecimento da unidade, da coerência, da persistência, da importância do “grupo”, das suas “missões” e “causas”, assim como da necessidade de garantir o seu próprio lugar de representantes legítimos.

A perspectiva teórica adotada indica a relevância do tratamento articulado das “estruturas objetivas” e “subjativas”, que, pelas lutas e identificações criadas, organizam as percepções e classificações dos agentes inscritos nos domínios estudados.

Podemos aplicar critérios adequados à objetivação da “Ordem dos Frades Menores”, ao considerarmos as características institucionais que situam a congregação em um espaço de poder mais amplo, e as propriedades sociais e os recursos que definem as posições ocupadas por seus agentes no interior da “Ordem” e em domínios sociais distintos. Podemos, também, captar como as

estruturas objetivas que caracterizam o espaço social onde os franciscanos se movem, interferem na construção das estruturas subjetivas desses agentes. Isto é, nas representações legítimas que garantem identificações, pertencimentos e reconhecimentos, confirmam lógicas de hierarquização social ou promovem concorrências.

Dos elementos apresentados, podemos absorver aqueles aspectos selecionados pelos agentes para celebrar a “história” do seu “grupo” e, assim, delimitar a versão heroica sobre a entrada e a afirmação da congregação religiosa no Maranhão, como a participação deles no processo de construção e de afirmação de categorias ou representações sobre a “Ordem”, suas funções e sobre eles mesmos serem seus intérpretes.

Da mesma forma, o entendimento das condições de estruturação do espaço referente à população investigada pode apontar orientações importantes, no sentido da captação de princípios incitados pela construção de representações não apenas sobre o próprio “grupo” (por meio do trabalho de gestão da memória), mas sobre um conjunto de percepções sobre o Estado do Maranhão (nos domínios da cultura, da política, da economia, da militância social etc.).

No que tange ao alcance analítico potencializado por essa agenda de estudos, enfatizamos o fato de sua capacidade explicativa ser mediada por novas questões introduzidas e derivadas da construção dos objetos. A matriz em pauta demonstra o empenho na adequação a abordagens de pesquisas, que resultam em engendramentos originais.

Essas articulações concentram um repertório de apropriação de tradições, a exemplo do uso instrumentos da antropologia da política e da sociologia histórica, para explicitar universos sociais diversos. Podemos analisar essa propriedade na construção de objetos, marcados por conexões ou interpenetrações de lógicas, por imbricações e amálgamas, ou em superposições integradas, (CORADINI, 2012) entre domínios distintos.

A partir da matriz em pauta, são verificadas derivações que exploram questões como as apresentadas em estudos sobre: bases de notoriedade traduzida em multinotabilidades, constituição de intérpretes da cultura (GRILL e REIS, 2017); ou sobre intérpretes da história e da cultura (SEIDL, 2007); estratégias de afirmação de elites a partir de instâncias de consagração social ou de construção de “panteões” (CORADINI, 1998, p. 2004), construção de reputações políticas com

base na mobilização de recursos legítimos (GRILL e REIS, 2012; 2013);, cruzamentos entre domínios político e religioso (SEIDL, 2009); estudo sobre homenagens póstumas e seus usos políticos (REIS, 2008a); ou sobre constituição de uma “causa legítima” e disputas por sua definição (REIS, 2008b).

Assim, *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952-2007* oferece à análise ora proposta um conjunto de indicações consistentes que justificam a reunião das categorias pelas quais optamos. A ideia de “grupos corporados” se mostra adequada para o exame das bases que presidem as formas de apresentação coletiva, como as que se encontram objetivadas nos livros.

O sentido de “existência permanente de um grupo”, característica atribuída aos “grupos” de caráter corporado (LANDÉ, 1977), descreve, de maneira explícita, universos sociais com as mesmas características das aqui analisadas, ou, seja, são universos impregnados por representações de continuidade no tempo, por uma existência presente assentada na ideia de “herança” e de “tradição”, por vínculos de pertencimento a linhagens específicas, ou, ainda, por basear as relações e interações entre seus membros nos moldes de uma configuração de “família”.

Se, por um lado, a noção de *grupos corporados* satisfaz determinados critérios pelo caráter internalista excessivo das “obras”, por outro, ela se mostra insuficiente para transpor algumas barreiras. A necessidade de transposição desse obstáculo se justifica por dois motivos essenciais, ambos relacionados a estratégias que entendemos serem pertinentes às opções analíticas que cruzam a agenda de pesquisa na qual este trabalho se inscreve.

O primeiro motivo consiste no recurso de análise que implica em reconstituir ou mapear a superfície social dos agentes que integram o universo em questão, cujo intento principal é a sua *multiposicionalidade*; o segundo concentra-se em explicitar que o trânsito por distintos domínios de atividades da vida social, as *multinotabilidades* conquistadas, define os universos recortados em condições periféricas. Trata-se de um instrumento valioso, visto que explicita posições ocupadas fora do domínio de origem, nesse caso, posições conquistadas exteriormente à ordem de atividades religiosas, constituindo um recurso imprescindível, que atende aos princípios de consagração social.

## 1.2 O DISCURSO DE CONSAGRAÇÃO NO DOMÍNIO RELIGIOSO

Os domínios religiosos figuram como lugares legítimos à afirmação e construção de percepções dos agentes, os quais são estruturalmente possíveis devido à crença produzida em seu interior. No caso do domínio em questão, sobretudo quando tratamos de congregações, não podemos subtrair da reflexão o caráter de força que as referências à gênese do processo de afirmação da “Ordem” são capazes de produzir, visando angariar créditos em prestígio social, em termos de uma visão reificada sobre a própria história e existência social.

Assim, o nível de pertencimento à “Ordem” pode ser pensado como condição primordial para o exame das relações práticas que os agentes estabelecem entre si e em relação à imagem que pretendem apresentar do grupo ao qual estão ligados, bem como serve à análise das bases recorrentes de legitimação na realização de outros investimentos simbólicos.

As lógicas desse pertencimento estão relacionadas à crença coletiva quanto à existência de princípios “essenciais” que reificam a vinculação ao grupo (fazer parte, estar inserido, ligado), que nascem de certas disposições e refletem na valorização de experiências e símbolos comuns, incluindo o compartilhamento de discursos legítimos sobre versões e personagens que emergem delas.

Para a análise da dinâmica que envolve as condições de consagração coletiva, a partir do trabalho de agentes que orbitam no domínio religioso, é pertinente considerarmos a indicação de que

toda a ação histórica *põe em presença* dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, edifícios, monumentos, livros, costumes, direito etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus* (BOURDIEU, 2007, p. 82).

A indicação acima sinaliza que para os agentes serem exitosos em suas intenções, de modo que se tornem empreendedores de ação, “transformando a história objetivada e instituída” em “história atuada e atuante”, é necessário que estes assumam um protagonismo “cuja história a isso os predispõe e que, pelos seus *investimentos* anteriores, são dados a interessar-se pelo seu funcionamento e dotados de aptidões necessárias para pôr a funcionar” (Idem, p. 83).

A questão de fundo que se apresenta é a de que tais processos, que envolvem a passagem de uma *história objetivada* a uma *história atuante*, implicam o

trabalho de delimitação e existência real do próprio “grupo”, o que é projetado pelas ações e *investimentos* dos agentes em um conjunto de identificações associadas a essa existência e ao modo como o “grupo” é percebido no mundo social.

Examinando a própria lógica de produção contida em uma publicação que reúne narrativas de consagração coletiva, esta pode ser considerada como uma dentre as possíveis estratégias que investem em atualizar enaltecimentos e pertencimentos introduzidos por discursos estandardizados. Em se tratando, especificamente, do domínio religioso dos Franciscanos, as estratégias de autoapresentação inscritas na narrativa consagradora abrangem, ainda, dimensões institucionais, personificadas e militantes, imbricadas na consolidação da autoimagem da congregação, no reconhecimento de personagens da história do grupo e nos seus posicionamentos legítimos.

Tal orientação deve apontar para o exame das condições entendidas como ritualizadas e chanceladas pela Igreja (no caso, a congregação que estudamos), as quais garantem as bases para a gestão da memória do “grupo” enquanto patrimônio coletivo. Para tanto, existe uma série de operações simbólicas baseadas no reconhecimento tácito da unidade social, e que possui ressonância no discurso institucional, identificado pela existência de uma “retórica característica da fala do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição” (BOURDIEU, 2008, p. 87).

Ou seja, tendo em vista os mecanismos baseados nas condições institucionais<sup>8</sup> que oportunizam (por meio do ato de delegação) a representação legítima sobre o grupo, devemos levar em consideração o “princípio da eficácia simbólica” presente nos discursos, estabelecendo uma “relação direta entre as propriedades do discurso, as propriedades daquele que o pronuncia e as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo” (Ibidem, p. 89).

Nesse ínterim, procuramos reconstituir (com base no mapeamento sociográfico) o conjunto de investimentos e recursos possibilitados por condições particulares, como a posse de determinadas propriedades sociais, que se revelam

---

<sup>8</sup> Bourdieu (2008, p. 89) alerta que “as condições a serem preenchidas para que um enunciado performativo tenha êxito se reduzem à adequação do locutor (de sua função social) e do discurso que ele pronuncia, estando o enunciado condenado ao fracasso quando pronunciado por alguém que não disponha do ‘poder’ de pronunciá-lo ou, de maneira mais geral, todas as vezes que ‘pessoas ou circunstâncias particulares’ não sejam ‘as mais indicadas’ para que se possa invocar o procedimento em questão”.

fundamentais para a compreensão do processo que delega a agentes autorizados a representação ou a enunciação de uma versão da história de seu grupo. Enquanto tomada de posição, as estratégias simbólicas de produção, reprodução e gestão da memória se apresentam nas narrativas oficiais, como nas publicações laudatórias, cuja existência objetiva se ajustar aos critérios sutis, orientados pela lógica de consagração e “perenização” da própria trajetória. Aqui, o intento de distinção é sancionado oficialmente.

Para se afirmar como objeto de um discurso consagrado, a “história de um grupo” se constitui objetivamente a partir de operações de autorização que combinam a legitimidade institucional com a designação de um “mandatário legítimo” um “porta-voz” ou “intérprete” do grupo, o qual detém as propriedades sociais e os recursos necessários ao exercício da representação. Ensejado por esse princípio, o trabalho de constituição de “panteões” religiosos e de produção de identificações implica o “ato de comunicação de uma espécie particular: ele notifica a alguém sua identidade, quer no sentido de que ele a exprime e a impõe perante todos, quer notificando-lhe assim com autoridade o que esse alguém é e o que deve ser” (Idem, p. 101).

O ato de *instituição* cumpre dois efeitos: o primeiro, o de expressar a intenção que a “instituição” outorga e que é delegada a um agente individual ou a um conjunto de agentes, a de realizarem o trabalho legítimo de consagração da unidade coletiva pela “interpretação” de sua história, assumindo o papel de “porta-vozes”. O segundo efeito consiste no poder de definição e de classificação do mundo social, efeito possível apenas pela autoridade conferida ao (s) agente (s), capazes de imprimir reconhecimento e legitimidade por meio do que enunciam sobre esse universo social.

Importante destacar que esse trabalho de “interpretação” e representação se inscreve numa lógica de diferenciação em relação a outros agentes. Pautados pela crença na história bem fundada que ajudam a construir, esses agentes estabelecem, dado seu trabalho como “intérpretes” do grupo, as condições viáveis que concorrem para o processo de consagração da instituição e de si. Por esse viés, o discurso que consagra “coletivos” se impõe também como estratégia mobilizada pelos agentes no intuito de se autoconsagrarem.

Sendo assim, o conjunto das classificações objetivamente operadas por agentes, autorizados a produzir representações, comporta efetivamente a dimensão

descritiva, que, por sua vez, é complementada pelo efeito de “prescrição”. No que tange às características hierárquicas e de organização mais amplas, como as que são mobilizadas para apresentar “os franciscanos”, o potencial prescritivo nos atos de classificações dos agentes, aqui retomado, estimula a capacidade ou trunfos detidos e úteis à circunscrição do próprio grupo.

Os trabalhos de gestão e de consagração social têm resguardado, nesse mecanismo, sua base objetiva de funcionamento. Por meio da escrita de um livro com viés expressamente de exaltação, temos em mãos, para análise, um artefato de diferenciação e afirmação de agentes que, ao produzirem representações legítimas sobre si e sobre o Maranhão, delimitam critérios de definição que informam significativamente muito daquilo que os identifica e do que eles identificam com base em seus referenciais de “grupo”.

A tarefa de representação garante a própria existência desses sujeitos no mundo social, delinea as bases de identificações sociais conferidas e assimiladas à unidade coletiva ao longo do tempo, e reforça os elementos de construção de uma trajetória reificada do coletivo religioso. Esse processo de construção acentua a dimensão identitária do grupo, cujos fundamentos consistem em perceber que:

(...) a transição do estado de grupo prático ao de grupo instituído (classe, nação, etc.) requer a construção do princípio classificatório capaz de produzir o conjunto das propriedades distintivas características do conjunto dos membros desse grupo e, ao mesmo tempo, de anular o conjunto das propriedades não pertinentes que uma parte ou a totalidade de seus membros possuem por outras razões (como, por exemplo, as propriedades de nacionalidade, idade ou sexo) e que poderiam servir de construção de classe (social, étnica, sexual, etc.): todo e qualquer grupo é palco de uma luta pela imposição de princípio legítimo de construção dos grupos, sendo que qualquer distribuição de propriedades sociais pode alicerçar divisões e lutas (BOURDIEU, 2008, p. 120).

Em razão da lógica de divisões e dos princípios de concorrência no interior de qualquer grupo, torna-se necessário o exame apurado das características sociais e culturais dos agentes, no sentido de captarmos as bases de distribuição, e as propriedades sociais exigidas ou mais valorizadas no domínio em que se movem os agentes religiosos. Esse domínio opera, portanto, um processo de seleção no qual os agentes que apresentam qualidades sociais mais estimadas tendem a ser notabilizados e reconhecidos pela condição de “personalidade”, monopolizando as percepções assentadas nos discursos de consagração.



### 1.3 ABORDAGENS SOBRE ELITES DO UNIVERSO CATÓLICO

O universo aqui delimitado abarca um conjunto de religiosos, cuja identificação comum é a ligação com uma seara marcada por princípios específicos de organização e de visão do mundo, que, via de regra, é retratada como um lugar de “unidade” e de “consenso”. Esse universo apresentado como coeso, é constituído por agentes que possuem recursos e/ou propriedades sociais díspares, o que nos permite delinear estratégias voltadas a identificar, examinar e objetivar esses recursos com base nas dimensões de análise estipuladas. Dentre todas as possibilidades, a memória adquire ênfase em nosso estudo, uma vez que se mostra uma dimensão chave para o desvelamento de princípios hierarquizantes de relações de poder no interior da configuração examinada.

Selecionamos um conjunto de trabalhos acadêmicos, caracterizados por abordagens que tomam o universo religioso e seus agentes como referências centrais à formulação de objetos e problemáticas relevantes aos incessantes questionamentos acerca desse domínio da atividade social. Trata-se de trabalhos que apresentam algum tipo de questão que se coloca na transversalidade do âmbito em pauta, explicitando, assim, as possibilidades de investimentos no que tange às maneiras de composição de um objeto de investigação. De forma geral, tais produções remetem a recortes e contextos empíricos e temporais diversificados entre si, assim como resultam de momentos distintos do percurso de produção acadêmica de seus autores.

Isso posto, serão apresentadas percepções e estratégias específicas de enquadramento do meio católico, com o recorte de segmentos diferenciados desses agentes, preconizando um dos eixos mais caros que privilegiamos na tese, que é a presença de lógicas de hierarquização. Independente do segmento do clero que é explorado (padres, bispos, cardeais), esses trabalhos reúnem aspectos que tipificam estudos de recrutamento e seleção de elites religiosas no meio católico. Trata-se de um conjunto de produções, totalizando cinco trabalhos alusivos de recortes transversais ao universo religioso católico no Brasil.

A primeira produção é intitulada “A Elite Eclesiástica Brasileira” (MICELI, 2009), e compõe uma série de estudos que “refazem a história social das corporações e elites não econômicas do país”. Aqui, o autor procura demonstrar como a Igreja se reestruturou frente às mudanças impostas na transição do período

imperial até as primeiras décadas da república, revelando como ela se preparou para preservar sua relevância institucional e sua relação de proximidade com o poder vigente.

Ao apresentar as perspectivas do estudo sobre a “Elite Eclesiástica”, nos parâmetros estipulados para sua abordagem, Sérgio Miceli recoloca em evidência a temática da religião e suas relações com a política, fórmula, inclusive, bastante explorada em trabalhos de cunho historiográfico. Entretanto, por ser identificada como elemento de reconstituição de uma “história social” e, por essa razão, ser uma produção que pode ser lida como uma obra historiográfica, o trabalho em pauta também articula elementos sociológicos relevantes em termos de tratamento que, geralmente, são destrinchados em trabalhos sobre elites.

A dimensão que se destaca nesta abordagem está relacionada à conduta da instituição eclesial na constituição de quadros especializados de agentes, cujas origens sociais remetem a um pertencimento às elites políticas estaduais, uma vez consolidada a ruptura entre Estado e Igreja católica. Outra característica que o autor explora diz respeito às concepções ou estratégias objetivas da instituição religiosa em garantir sua manutenção e reprodução social, sobretudo pela projeção que assumiu tanto sendo protagonista da rede de ensino privado, como no segmento de imprensa, com a criação de órgãos próprios, além do esforço para a abertura de novas Dioceses.

Na medida em que tais questões são apresentadas como centrais para o entendimento acerca dos condicionantes de constituição da elite em pauta, elas evidenciam uma perspectiva de análise processual pela qual é possível identificar elementos pertinentes à investigação que empreendemos sobre os franciscanos do Maranhão.

Em *Elite Eclesiástica Brasileira*, o autor situa de modo perspicaz determinados processos sociais que dão suporte à tese da “reconstrução institucional da igreja católica” no contexto considerado. Entre esses processos, ele assinala o conjunto de estratégias de expansão da Igreja, conhecido como “romanização”, o qual teria proporcionado uma redefinição nas bases da presença católica no Brasil, principalmente a partir do século XIX até a primeira metade do século XX. O que tal análise coloca de interessante para o nosso estudo concerne às condições específicas de circulação e adaptação de diferentes congregações religiosas, aspecto sobre o qual dedicamos uma reflexão para o caso dos

franciscanos no Maranhão. Não seria forçoso identificar efeitos das lógicas analisadas em *Elite Eclesiástica Brasileira* sobre o contexto temporal que demarca a inserção inicial dos primeiros grupos de agentes desta congregação (1952).

Se tomarmos os aspectos presentes no processo descrito no Maranhão de meados do século passado e cruzarmos essas informações com as evidências empíricas de que dispomos, observaremos também, no contexto maranhense, o delineamento das estratégias da igreja, no sentido de retomada de sua influência e poder. Embora o propósito que definimos para o nosso estudo esteja orientado para outra direção, a descrição que o autor oferece sobre a “transição para um novo status político da república” aponta para desdobramentos relevantes.

Visto que o autor está empenhado em circunstanciar os condicionantes favoráveis ao momento de reconstrução da instituição eclesiástica em uma escala nacional, a sinalização dessa expansão nas jurisdições estaduais evidencia o papel de congregações, como no caso da que estudamos. Nessa perspectiva, a “criação de novas dioceses” e os “investimentos em estabelecimentos de educação” são elementos que estão presentes no processo social de descrição da composição de “elites eclesiásticas”, nas quais podemos situar aspectos pertinentes desses desdobramentos para o exame da congregação franciscana, no que se refere aos critérios de consagração social, de identificação e de singularização de seus membros.

A produção em questão reúne aspectos imprescindíveis ao objetivo proposto. Para a reconstituição de processos sociais que demonstram as bases e as estratégias de seleção e afirmação de uma elite episcopal, o autor aposta no equilíbrio entre os condicionantes objetivos, que emergem do contexto em recorte (separação entre Estado e Igreja, expansão dos domínios católicos em diferentes continentes, com a criação de novas circunscrições, dioceses e introdução de congregações religiosas), e as injunções políticas, que demarcaram a configuração de poderes locais favoráveis a uma lógica de alinhamentos. Adicionamos a esse eixo de reconstituição dos condicionantes históricos uma exposição minuciosa do que o autor define como “matrizes sociais do episcopado”, demonstrando, assim, os perfis dessa “elite eclesiástica”.

Outra produção de um autor também interessado na temática do recrutamento e seleção de elites religiosas, direciona-se à identificação de lógicas sociais presentes na constituição de uma “elite episcopal”. O estudo sobre o

episcopado gaúcho aborda a composição de carreiras religiosas a partir de condições propícias à emergência de um corpo de especialistas que se destacam por determinadas competências. Esse trabalho acerca dos “intérpretes da história e da cultura” é representativo de uma série de outros que apresentam, de modo predominante, o universo religioso recortado, aqui, por transversalidades, como o fenômeno da mediação.

Nesse sentido, a produção trata das “condições particulares para o exercício da função de mediação cultural exercida por agentes vinculados à Igreja Católica no Rio Grande do Sul” (SEIDL, 2007, p. 77). A característica profícua esboçada nessa obra incide sobre a articulação de níveis de percepção do universo desse tipo de elite, extraíndo questões relevantes, que o próprio universo potencialmente tem a informar.

Baseando-se enfaticamente na carreira religiosa de um grupo de agentes, o autor investigou as conexões entre os condicionantes objetivos do surgimento de “especialistas/intérpretes” da “cultura” e da “história”, ligados ao fenômeno da imigração, abarcando, ainda, em suas análises, um eixo que guarda semelhanças com o nosso estudo, no tocante aos “intérpretes” da “cultura” e da “história” (sacerdotes cujas origens sociais estão ligadas à imigração italiana e alemã) como agentes “consagrados à tarefa de celebração” de sua própria história e cultura, bem como da “memória” e do “êxito social” dos grupos com os quais mantêm vínculos.

Ao centrar-se na dimensão que privilegia as condições de formação de especialistas e mediadores culturais, Seidl (2007) identifica nos agentes um conjunto de recursos sociais e de propriedades compatíveis à tarefa em questão, isso combinado às injunções do contexto analisado que se mostraram favoráveis à emergência de um corpo de “especialistas” / “intérpretes”. Sua potencial contribuição à investigação que empreendemos sobre os franciscanos consiste nesse eixo de observação de agentes portadores desse perfil, assim como nas condições que o nosso universo empírico oferece, no sentido da presença dos recursos sociais e culturais e sua tradução no trabalho de consagração social e na construção de “memória” no Maranhão.

O estudo das carreiras de um tipo de elite eclesiástica reforça elementos valorizados na construção de nossa tese, precisamente por demonstrar a centralidade de dimensões, como a de mediação cultural, que torna o instrumento de apreensão compatível com o modo da construção de seus eixos privilegiados de

análise. Uma salutar inspiração que podemos extrair desta produção é a estratégia de exame que combina a percepção dos recursos sociais e culturais diversificados que os agentes acumulam graças ao trânsito em esferas diversificadas, assim como o exame de instrumentos simbólicos. Esses elementos são evidenciados e traduzidos em nossa investigação em termos da multidimensionalidade, que caracterizam alguns perfis de frades (religiosos, professores, médicos, artistas plásticos etc.), identificados pelo exame de um artefato simbólico (uma “obra” laudatória), consagrado oficialmente à celebração da “história” da congregação franciscana.

A próxima produção integra a linha de temáticas investigativas ocupadas na abordagem da seleção e do recrutamento de elites eclesiais, da mesma forma que as anteriores, com algumas semelhanças nos elementos de análise desse tipo de elite, porém com a especificidade da construção do seu objeto. O intento do trabalho “As bases sociais da vocação religiosa” implica a identificação dos princípios que presidem as estratégias de seleção e recrutamento de elites no Bispado do Maranhão na segunda metade do século XIX (NERIS, 2009). O autor apresenta discussões quanto a essas perspectivas, e problematiza os mecanismos favoráveis à constituição dessa elite .

Trata-se de mais um trabalho cujas características de abordagem remontam ao esquema da reconstituição da história social de um grupo, de modo semelhante ao estudo da elite eclesial brasileira quanto à mobilização de fontes internas à instituição, com ênfase em documentos oriundos do processo de ordenação sacerdotal, assim como de oposição e de propositura a cargos vacantes, sendo esse um dos eixos explorados.

Dentre outras questões contempladas, a reflexão sobre as bases de constituição de uma elite do bispado maranhense passa pela lógica do “processo de reprodução social do clero”. O autor se ampara em concepções já desenvolvidas na linha da sociologia das vocações, tendo Charles Suaud como expoente desses estudos no contexto francês. Neris (2009), entretanto, se concentra em explorar o princípio de análise dos padrões de recrutamento em conformidade com a lógica pedagógica e com o trabalho de disciplinamento e ajustamento realizado dentro das instituições que as promovem.

Sendo assim, a investigação em questão focaliza, especificamente, na objetivação dos procedimentos, desses critérios e mecanismos institucionais a partir

de determinado momento da segunda metade do século XX, em que o autor pôde identificar nas condições históricas e sociais vigentes um processo de seleção de perfis aptos a ocupar posições privilegiadas da hierarquia católica.

Quanto aos esforços concentrados na transversalidade do universo religioso com os domínios diversificados, o trabalho revela as disputas concorrenciais dos debates e das questões produzidas por agentes que integram o espaço mais amplo do catolicismo, contemplando a figura dos leigos - no sentido de não especialistas - e dos intelectuais deste universo, situando os debates nos quais estão lançados os agentes desta investigação.

Em linhas gerais, a produção incorpora eixos essenciais às reflexões que subsidiam os estudos sobre seleção e recrutamento de elites episcopais, explorando questões, como as condições particulares de realização das trajetórias de membros dessa hierarquia, as propriedades e os recursos sociais empregados na composição das carreiras religiosas como elementos compósitos desse grupo profissional.

Apesar do empenho do autor em estabelecer uma distinção da sua produção em relação ao teor vigente em construções apologéticas, no sentido da “preservação e cristalização de uma memória corporativa”, a mobilização predominante de fontes produzidas de dentro da instituição, até pelo recorte e construção da abordagem do seu trabalho, indica um internalismo que, se não for tratado com a devida atenção, pode restringir as reflexões à tênue fronteira entre a crítica sociológica mais isenta e os objetivos típicos de promoção da instituição.

Em outra produção acadêmica de sua autoria, a tese de conclusão de seu doutoramento, Neris (2014) enfatiza com vigor a transversalidade entre o universo católico e o fenômeno da “politização” de “causas” formuladas por seus agentes, no intento de demonstrar analiticamente como se objetivam, por meio de “mediações concretas”, os processos de “politização da atividade religiosa”.

Essa análise resultou no entendimento sobre como “certos membros do corpo clerical foram conduzidos a viver sua atividade profissional como diretamente política e socialmente engajada”, ao centrar-se precisamente nos “contextos práticos”. O autor direciona sua reflexão para as “configurações institucionais e para as lógicas coletivas e individuais que favoreceram a transgressão de regras e os trânsitos de lógicas entre esferas de atividades por agentes que desafiaram definições e limite da ação religiosa” (NERIS, 2014, p. 8).

Analisando o recorte empírico do Maranhão da segunda metade do século XX, temporalidade coincidente com a do estudo que propomos, Neris organiza e apresenta sua pauta de investigação dando ênfase a uma análise processual que contempla “modalidades de transação” entre os domínios religioso e político.

Isso posto, torna-se caro ao pesquisador o interesse de analisar como uma fração do clero, marcada pela heterodoxia, no que tange ao seu distanciamento em relação aos centros de tomada de decisões, conseguiu estabelecer conexões entre o “avanço dos processos de transformação institucional da Igreja” e as dimensões que são identificadas e destacadas na construção dos eixos de argumentação da pesquisa, que condensam o objetivo de explicitar as lógicas de um engajamento religioso.

Para dar conta dessas e de outras questões contíguas ao seu objeto de investigação, o autor explora a base da reconstituição de uma gênese, que sugere a percepção de como a igreja foi alvo, segundo ele analisa, de um emolduramento contínuo, causado pelas relações sociais estabelecidas, pela evolução de efetivos e de seu arcabouço institucional, assim como por conta de sua vinculação às orientações em matéria pastoral. Trata-se, nesse ponto, de cotejar os princípios determinantes ou de explorar os condicionantes de redefinição oportunos à efetivação de uma série de adequações ou realinhamentos institucionais (com uma tendência à heterodoxia) que uma gama diversificada de componentes do universo católico experimentou neste período.

A dimensão dos engajamentos religiosos ou, especificamente, dos mecanismos que lhes conferem o status de uma atividade “politizada”, deriva de uma agenda de estudos sobre “politização” já aplicada a contextos como o da França, tendo o aporte sido inspirado em Lagroye (2003), e seu uso experimentado, aqui, para o exame deste fenômeno em condições periféricas.

*Igreja e Missão: religiosos e ação política no Brasil* é o tipo de reflexão que recoloca sob bases sociológicas articuladas o revisitado arcabouço de investigações que se reporta às relações entre religião e política. Essa obra traz à tona questões caras à compreensão de lógicas inerentes ao universo religioso, a exemplo da “redefinição das fronteiras instituídas”, sendo esse um aspecto crucial para a percepção dos papéis desempenhados e dos princípios de gestão dos bens simbólicos, típicos de uma configuração religiosa.

Apoiada em parâmetros atinentes à concepção da abordagem, a investigação reúne elementos de imbricações e interpenetrações de lógicas atravessadas por dimensões que se desdobram em sentido mais amplo, como é o caso dos vínculos entre igreja local e “redes transnacionais” católicas. A pesquisa aborda, também, os “efeitos da internacionalização sobre novas formas de missão”, no esforço de compreendê-la como um lugar onde histórias se interconectam de maneira interdependente, o que pode revelar recomposições identitárias.

Seguindo na exposição de estudos que se dedicam à transversalidade entre os universos religioso e político, há a pesquisa de Melo (2013), que enfatiza e problematiza as condições de constituição do “ofício sacerdotal” no Maranhão. Mais uma vez, são evidenciadas, em trabalhos com essa perspectiva de análise, dimensões como a da “mediação cultural”. A abordagem do trabalho desse autor se concentra na análise dos condicionantes da atuação de padres nas esferas da religião, da política e da cultura, cuja incidência das reflexões se ocuparam em examinar os papéis de mediadores culturais e políticos atribuídos a esses agentes.

A ênfase sobre as atividades simbólicas, que exigem uma forma de especialização, contempla, ainda, o exame das condições pertinentes e oportunas ao alcance da condição de “intérpretes da história e da sociedade, e de porta-vozes de causas tidas como legítimas”, apresentadas pelo autor como vias de análise, que têm a intenção de “descortinar os poderes sociais que incidem sobre a diversificação do ofício sacerdotal, tomando-se o uso da escrita como instrumento de luta acionado no espaço de concorrência simbólica” (MELO, 2013, p. 10).

A investigação sobre o “ofício de sacerdote” explicita a dimensão cultural como eixo, de certo modo, determinante à aquisição dos recursos indispensáveis ao exercício simbólico, representado pela competência da escrita. Por isso, a valorização desse recurso cultural desponta como instrumento de considerável serventia aos propósitos de distinção concernentes a disputas desta natureza, ou seja, que requisitam a habilidade de escrever como critério preponderante à obtenção de êxito. Assim, a abordagem é direcionada para as “condições de emergência da figura do produtor cultural enquanto formulador de formas identitárias que conferem organicidade a um conjunto de indivíduos” (DUBAR apud. MELO, 2013, p. 26).

À baila dos critérios de exercício da atividade de produção cultural, ou daquilo que deve ser de sua atribuição, o autor arrola um conjunto de referências, as quais,



a partir da abordagem de outros objetos empíricos, contemplaram esse ponto em suas investigações. Desse modo, as apropriações feitas por Melo (2013, p. 26) por meio de outros estudos, concebem esse “produtor cultural” como mediador, que define o *nomos* da “política” e do “político” e, por conseguinte, da “religião”, do “religioso” e da “cultura”, desenvolvendo um trabalho intelectual que inventa e reafirma papéis, posições, epítetos, “missões” e “causas legítimas” em contextos periféricos (CORADINI, 2003; REIS, 2010; SEIDL, 2007; SIMIONI, 2008).

Naquilo que podemos assinalar como convergente nos estudos apresentados sobre elites do universo católico e sobre as formas de transversalidade, como a política ou a cultura, a presença de recursos culturais como critério de excelência figura como consenso no que toca à identificação ou à associação de agentes vinculados e reconhecidos a esse segmento de elite. Em grande medida, estudos que se interessam pelo exame de recursos culturais estão empenhados em demonstrar a relevância ocupada por esse recorte transversal em análises como as que apresentamos aqui.

Todos os trabalhos que destacamos deixam explícito que o universo católico no Brasil é um terreno instigante para profícuas interpretações quando cotejado a partir da complexidade de objetos concebidos em condições históricas e sociais particulares, em contextos periféricos, onde ganham evidência as interpenetrações de lógicas sociais compósitas.

Nesse sentido, nosso estudo sobre os franciscanos no Maranhão apresenta pontos de contato e de especificidades em relação aos trabalhos que expusemos aqui. Como já indicado, a transversalidade que perpassa o campo religioso é a marca mais acentuada do tipo de concepção que é investida em um objeto. As estratégias adotadas exploram mecanismos estabelecidos nos limites dos domínios de atividades sociais que, a rigor, se articulam em alto nível de interpenetrações a ponto de configurarem uma lógica compósita própria.

O exame do trabalho realizado por agentes vinculados a uma congregação religiosa em torno da constituição de uma memória de consagração também comporta uma dimensão política que parte dessa abordagem, uma vez que os princípios de apresentação de si, por meio da construção da “memória”, já designam uma condição de concorrência nas de questões que definem o sentido para os investimentos que os agentes colocam em disputa.

Em um estudo sobre lógicas de consagração social, no qual diferentes tipos de estratégias, especialmente as destinadas à “preservação” e à valorização da história, carregam consigo um sentido. Nelas, evidenciamos registros inter cruzados que, a depender de seu uso, podem significar relevantes trunfos simbólicos, implicando, quase sempre, em disputas que não deixam de refletir seu viés político.

Assim, diferente dos outros trabalhos, e no que pese a existência de dimensões analíticas em comum com a nossa investigação, o que a distingue de outras produções é a aceção de memória a qual recorreremos. Enquanto nas outras análises o destaque mais evidente está no eixo explicativo sobre os processos mais amplos de redefinições e transformações institucionais, bem como nos efeitos produzidos por essas mudanças na organização das “elites eclesíásticas” e nos critérios de metamorfose favoráveis a um tipo de atuação missionária, nossos investimentos se concentram na complexidade de lógicas sociais que podem ser captadas no bojo das estratégias de consagração social objetivadas em um artefato simbólico.

Ao colocar a ênfase sobre o trabalho de construção da “memória” dos franciscanos atuantes no Maranhão, estamos empenhados em apresentar como são legitimadas a organização e a hierarquização de um segmento católico, as quais se revelam representativas para outras práticas de consagração social, que não necessariamente se baseiam em uma configuração com características do universo religioso.

Em meio a diferentes *domínios*<sup>9</sup> da vida social, talvez o religioso seja um dos mais representativos no que se refere ao trabalho de edificação e de consagração que seus membros promovem entre si. A apresentação de uma autoimagem “homogênea” e “coesa” ao longo do tempo remete a *processos sociais*, marcados pelo esforço coletivo de elaboração de uma história comum, consagrada pela existência de “protagonistas”, “vultos” e “ícones” que, por sua vez, são constituídos seletivamente por algumas instâncias sociais, inclusive pelas próprias instituições religiosas. Trata-se de examinar quais condições e bases sociais impulsionam a construção de panteões vinculados à história da Ordem dos Franciscanos Menores,

---

<sup>9</sup> O uso do termo domínio é aqui empregado em razão do auxílio que “confere para pensar sobre variados fatores associados à especialização (arenas codificadas, princípios de hierarquização, saberes, habilidades, recursos de luta etc.) em contextos de maior ou menor institucionalização” (REIS & GRILL, 2016, p. 35).

partindo da análise do livro *Franciscanos no Maranhão e Piauí*, escrito por um dos “confrades” ordenados.

Segundo esse recorte de investigação, é nítida a distinção das abordagens em relação aos demais trabalhos sobre elites eclesíásticas. Sem desconsiderar algumas semelhanças, por se tratarem de produções que possuem os mesmos referentes empíricos, pelo menos duas delas têm como recorte o Maranhão da segunda metade do século XX. Destacamos em nosso estudo a originalidade com que introduzimos a operacionalização da ideia de “memória”, assim como os princípios de funcionamento do universo investigado que por meio dela podem ser informados.

Em perspectiva ampla, a abordagem que propomos se ocupa da tarefa de desvelar estratégias que tratam de enaltecer a história de grupos e de agentes individuais, concedendo-lhes status de prestígio e reconhecimento. Cabe a essa investigação captar as bases de objetivação que os agentes conferem às representações legítimas que fazem sobre o mundo social, sendo mais uma lançada no circuito de representações concorrentes.

O estudo que empreendemos, é importante ressaltar, não se esgota ou se mostra limitado à abordagem exclusiva da noção de memória, tendo ela apenas uma ênfase mais destacada pela concepção do próprio objeto. Além da ideia de memória, o exame de consagração social de uma fração de agentes também é mediado por outras dimensões, articuladas entre si, como as bases de identificação, as formas de apresentação pública, exposição da autoimagem, a constituição de porta-vozes de causas e seus intérpretes, as redes de relações sociais, tipos de perfis consagrados, a produção de representações etc.

Todas essas dimensões de abordagem, que, de certo modo, dialogam com os princípios de construção e exibição da memória que um grupo constrói sobre si e sobre os seus adeptos, explicitam as intenções da investigação de: 1) desvelar, pelo exame de artefatos simbólicos, lógicas sociais de hierarquização e poder; 2) demonstrar o alcance da análise sociológica que mobilizamos em termos de estudos de consagração de universos sociais; 3) acessar os princípios legítimos que os agentes da fração investigada elegem como imprescindíveis à “celebração” de sua história. Os aspectos elencados não apenas têm o potencial de explicar mecanismos de funcionamentos adstritos ao universo em questão, como também são critérios analíticos, que apostamos ter validade mais distendida em termos de exames de

princípios consagradores. Concentramos, então, nossos esforços em fazer com que este trabalho seja uma contribuição relevante à produção sociológica sobre elites do universo católico que, ao consagrarem-se mutuamente, expõem representações múltiplas sobre a dinâmica social em que se inscrevem. Logo, o exame do trabalho de consagração nas bases propostas aqui deve revelar questões abrangentes acerca da configuração de poder mais ampla, considerando o Maranhão de meados do século XX em diante.

#### 1.4 MEMÓRIA, IDENTIDADE E TRADIÇÃO COMO ARTEFATOS

A relação entre “memória” ou ações direcionadas à efetivação de construtos socialmente elaborados e determinadas identificações assumidas por certos “grupos” encontra na publicação de livros sobre a sua “história” e “memória”, registros e a divulgação de uma autoimagem, uma das estratégias de apresentação e persistência. Por esse motivo, são fontes importantes de princípios e marcas compatíveis com uma identidade reivindicada.

No caso das ordens religiosas, como qualquer outra unidade social ambicionam a “eternização” de sua imagem, o trabalho de construção de identificações ampara-se em representações sobre o passado e, inexoravelmente, assenta-se na ideia de “tradição” que os agentes projetam na trajetória do “grupo”. Além de afirmar seu lugar na “tradição”, ao mesmo tempo, “a memória coletiva dinamiza as tradições através das lembranças, cujos conteúdos são atualizados e se articulam entre si” (HALBWACHS, 1990, p. 293).

Baseada em um quadro mais amplo das experiências sociais, a *memória coletiva*<sup>10</sup> de um grupo atua no mundo social de diferentes maneiras, funcionando como cimento que agrega os agentes, aproximando-os em determinado domínio e estruturando formas de identificação entre eles. Os aspectos das experiências sociais que tendem a tornar cristalizada a ideia de construção de “unidade” pela força de uma “tradição” no tempo, possibilitam a anulação dos vestígios de eventuais rupturas que abalariam essa pretensão de continuidade.

---

<sup>10</sup> Para Halbwachs (1990), a construção da memória social, em um quadro mais amplo das experiências sociais, pode ser verificada a partir de dimensões distintas que compõem a vida social (presença de uma comunidade afetiva, as lembranças em diferentes gerações, a divisão social do tempo, permanência e transformações dos grupos, a inserção do espaço na memória coletiva etc.).

Nessa linha, temos que o trabalho de construção de identidades – vinculadas a alguma representação do tipo política, cultural, religiosa – estabelece forte relação com o sentido de linearidade, por meio do qual um grupo está inclinado a apresentar sua história, sempre no intento de “conservação”, ou podemos dizer, de gestão de versões sobre a “memória” que tem por efeito consagrar uma “história” e seus “protagonistas”.

Desse modo, a narrativa de consagração da “Ordem religiosa” que examinamos encontra suporte nas formas de identificação produzidas e valorizadas na dinâmica do grupo, ensejada na ideia de que:

(...) a memória coletiva tem uma forte tendência a transformar os fatos do passado em imagens e ideias sem rupturas. Ou seja, tende a estabelecer uma continuidade entre o que é passado e o que é presente, restabelecendo, portanto, a unidade primitiva de tudo aquilo que, no processo histórico do grupo, representou quebra ou ruptura. Desta forma, a memória coletiva apresenta-se como solução do passado, no atual; apresenta-se como recomposição quase mágica ou terapêutica (HALBWACHS, 1990, p. 293).

O trabalho de produção da memória do grupo franciscano no Maranhão, nesse ínterim, se engendra por meio de estratégias elaboradas e formalizadas (objetivadas em livros, crônicas, artigos etc.), que remetem a “acontecimentos” que corroboram a produção de um “imaginário”, dando uma dimensão de pertencimento ou de ligação com o coletivo.

Sendo assim, narrativas sobre a chegada dos primeiros frades ao Maranhão, sobre eventos valorizados, como a primeira missa (rito de estabelecimento), sobre percepções do Médio Mearim (“região abundante na produção econômica” / “terra de riqueza cultural”), dentre outras representações, constituem instrumento de projeção em referência aos acontecimentos pretéritos.

O estudo a respeito dos discursos que remetem às mais distintas “imagens” do Maranhão alinha-se à prescrição teórica de que “acontecimentos circunscritos a um grupo (memória regional, nacional), que marcaram tanto uma região ou um grupo, são passíveis de transmissão com alto grau de identificação” (HALBWACHS, 1990, p. 293). Numa perspectiva mais abrangente, o aporte teórico introduz no horizonte de compreensão um conjunto de figurações, que resultam de operações incessantes que os agentes realizam a partir de um domínio social específico ou no intercruzamento entre vários.

Abordaremos, portanto, o trabalho de construção da memória, privilegiando seus aspectos constitutivos (eventos, lugares, personagens) como artefatos legítimos e reveladores de princípios de hierarquização e de lógicas de classificação do mundo social. Com efeito, o exame desse repertório produzido por frades, conecta-se à dimensão de percepção da memória como um “elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

A dimensão em destaque, além de constituir bases de identidade (s), também pode ser mobilizada enquanto objeto de disputas e rupturas entre os agentes, que visam impor objetos legítimos, estratégias de afirmação e de consagração pessoal. Desse modo, a investigação se orienta com vistas a compreender determinadas construções (políticas, sociais, culturais), objetivadas por um trabalho de enquadramento.

Pollak (1992) afirma que o enquadramento pode ser analisado em termos de investimentos, e que empreender a história social de uma “história” consiste na análise do enquadramento da memória. Nossa intenção é a de apurar os discursos pelos quais os agentes apresentam estratégias, que vão desde o trabalho da construção da imagem de si, até a produção de “causas” legítimas e concorrentes (principalmente nos domínios cultural e político).

A manipulação da memória enquanto artefato dotado de plasticidade serve para demonstrar que, para além do sentido de produção de identificações, também estão em pauta lógicas de rupturas, de concorrência, de interdições, de tipos de alinhamentos etc. O viés destacado resulta de uma forma de apropriação do trabalho de memória, pela qual os agentes situam a si próprios não mais tomando o pertencimento ou a identificação com o “grupo” como critério de referência, mas suas estratégias individuais de distinção e autoconsagração.

Os relatos limitados e escassos sobre o passado, a infância e a juventude de agentes oriundos de localidades da Alemanha deixam explícito um tipo de interdição (o trauma de falar sobre um tempo difícil), que dá lugar a narrativas pessoais de conversão missionária e de envolvimento com determinadas “causas”. Ou seja, a depender do tipo de apropriação, o trabalho de memória pode produzir tanto

identificações como princípios de diferenciação (hierárquica, biográfica, por adesões particulares etc.).

Podemos pensar o lugar das representações a partir da análise desenvolvida por Fabiani (2003) que, por meio do estudo sobre uma “região” específica (Córsega), verificou o quanto um espaço físico pode ser objeto de projeções engendradas por esquemas de percepções que remetem ao plano das identificações. A primeira delas refere-se a um *status* de indefinição (ou caráter de flutuação) sobre a condição da “região”, no que tange às imagens que a ela são vinculadas, e que a compreendem como suscetível a intenções nacionalistas de capitulação, reforçando uma condição “periférica” (e todas as implicações de influência ou assimilação de que poderia ser alvo).

Outra percepção, segundo esse mesmo autor, diz respeito à “produção de uma autenticidade cultural como um conjunto de regras sobre o modo pelo qual uma ‘região’ (os grupos que a compõe) têm a capacidade de se pensar de maneira reflexiva” (FABIANI, 2003, p. 358). Dessa maneira, ele apresenta elementos que permitem observar como é realizado o trabalho de construção em torno da noção de “região”, ou sobre os domínios das relações possíveis que os agentes estabelecem, com base em um tipo de pertencimento ou identificação, e seus efeitos de representação sobre determinadas práticas sociais. Um dos exemplos é o caso da Córsega, que pode ser ilustrado pelas percepções sobre as relações clientelistas que estariam na base da organização política e social da “região”, delimitando, assim, uma identificação específica, a partir de um registro político.

A análise de Fabiani está de acordo com o que prenuncia Pierre Bourdieu (1996), no sentido de que:

(...) a procura dos critérios ‘objetivos’ de identidade ‘regional’ não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto, ou o sotaque) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetivas*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU, 1996, p. 112).

As indicações apresentadas nos orientam quanto à direção que devemos tomar diante de determinadas identificações referentes a um grupo, ou às imagens desse grupo associadas a uma “região” como resultado de um trabalho intenso de

construção de representações pretensamente objetivas (e tornam-se objetivas por um trabalho de enquadramento), e que são redefinidas no fluxo contínuo de operações que visam delimitar uma marca de identificação no mundo social.

A identidade regional, ou qualquer modalidade de identificação figura a partir de um status de referência, na medida em que são constituídas por construções legítimas e distintas, as quais baseiam o trabalho de produção (autoimagem) de diferentes grupos.

Os porta-vozes desses grupos destacam elementos convergentes com a afirmação da sua posição no espaço social e sua autoafirmação perante outros agentes sociais. Esses elementos servem, ainda, para difundir princípios legítimos, baseados em critérios de classificação e definição acerca do mundo social.

É possível identificar essa lógica, por exemplo, tomando como base o conjunto de referências ou indicações objetivadas no livro que examinamos, como o processo de adaptação ao idioma português, as estratégias de adesão/adequação às “tradições” religiosas da “região”, menções e participação em eventos associados ao modo de vida “regional” etc. Esses aspectos denotam as formas de identificação regionais, marcadamente afetadas pelo registro religioso, o que não significa dizer que este surge de maneira exclusiva nas representações, mas sim, da combinação de lógicas distintas com outros registros.

A unidade social que analisamos contempla as lógicas ou condições favoráveis à construção de *representações mentais*, que se mostram totalmente interdependentes em face das condições objetivas e das estratégias de produção de representações inscritas em determinado espaço de relações.

As imagens gestadas e difundidas no e por meio do domínio religioso e a ideia de “tradição”<sup>11</sup> parecem guardar relações estreitas com os artefatos mentais, comumente associados ao rol de atividades ligadas à órbita religiosa. A construção de identificações, inspirada em esquemas de classificação legítimos ao meio religioso encontra, pela recorrência dessa “tradição”, expediente adequado à naturalização de representações criadas de um “grupo” e seus membros. Ao

---

<sup>11</sup> A ideia de tradição é aqui problematizada no sentido de que, “mesmo que seja vista como simples fato de permanência no tempo, como mensagem cultural imersa nas práticas ou como meio específico de transmissão, ela mantém uma grande parte do seu mistério. Com efeito, nenhuma dessas acepções permite distinguir razoavelmente entre fatos tradicionais e outros que não o seriam, nem de perceber onde se situariam exatamente os mecanismos de sua perpetuação. Definida nesses termos, a tradição não desvela nem sua natureza nem as fontes de sua autoridade social” (LENCLUD, 2013, p. 156).



retrataram o que seriam suas “origens”, certos grupos sociais lançam mão de um artifício no intento de legitimar as lógicas de justificação socialmente reconhecidas.

No exame da narrativa sobre uma versão da “história franciscana” no Maranhão, podemos observar que o sentido de “tradição”, associado à preservação ou revisitação a um passado que seria comum, coaduna a lógica de consagração que orienta o discurso laudatório. As estratégias que sugerem uma “tradição”, materializada e presente na própria história do grupo, por sua vez, funcionam como mecanismos de identificação com significativa consistência, no sentido de “perenizar” uma trajetória pretensamente “uniforme” e “indissociável” no tempo. Esse é o caso da publicação do livro<sup>12</sup> que examinamos (produção em celebração à “memória”, pelos 50 anos da presença franciscana).

O trabalho de construção da memória sobre a própria “história do grupo”, prática aparentemente comum entre grupos religiosos (congregações), adverte não apenas quanto ao lugar conferido à “tradição”, mas também quanto à funcionalidade que esta pode exercer no processo de consagração de uma unidade coletiva. Se tomarmos a “tradição” como artefato produzido e reivindicado por grupos que, de modo corrente, a ela vinculam a apresentação de si (sua autoimagem) e o reconhecimento social que a ratifica como legítima, poderemos enfatizar a hipótese, indicada por Lenclud (2013), de que o “tradicional” resultaria de sucessivos investimentos que aludem ao passado e intencionam atualizá-lo a partir de preocupações e objetivos bem definidos do presente.

No universo que analisamos, os esforços de produção da memória se sustentam na “tradição” como um tipo de caução dos discursos produzidos sobre a história, subsistindo objetivamente pelas estratégias e mobilizações possíveis apenas por meio de operações sociais legítimas. Tais mecanismos instituídos trazem algumas suposições, como a de que poderia existir uma convergência entre os possíveis usos da “tradição” como instrumento de identificação coletiva, um catalizador de coesão (dando sentido à “unidade”) e de determinados critérios de afirmação e reconhecimento social. Seguindo a linha explicitada na suposição: “a utilidade principal de uma tradição é oferecer a todos aqueles que a enunciam e a reproduzem no dia a dia o meio de afirmar sua diferença e, por isso mesmo, de assentar sua autoridade” (LENCLUD, 2013, p. 158).

---

<sup>12</sup> O livro *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952 – 2007* foi publicado em 2009, pela editora Halley, situada em Teresina, Piauí.

As representações tributárias do trabalho de construção da memória e das estratégias de identidade, empreendidas no domínio religioso ou no cruzamento com outros meios, se assentam no princípio legítimo de reprodução da ideia de “tradição”. Configuram-se, assim, na interpenetração de registros que emergem da imbricação entre “memória”, “tradição” e “identidade”, as condições favoráveis de construção da “história”, com a valorização de acontecimentos e a edificação de protagonistas a partir das dimensões entrelaçadas e indissociáveis, em processos de consagração como o que analisamos.

### 1.5 NOTORIEDADE E CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA: mecanismos de distinção individual e de exaltação da estima social

A publicação analisada nos permite observar elementos de caracterização e de valorização dos agentes, como a ocorrência de atributos, adjetivações ou menções de enaltecimento social, favoráveis à compreensão do seu modo de composição e apresentação, que estão na base do trabalho de seleção ou reprodução da “memória” e da “história” franciscana.

As dimensões e procedimentos de análise em discussão possibilitam indagar sobre as estratégias de atuação de agentes, que fazem uso de mecanismos de publicação como forma de divulgação de imagens, explicitando os elementos de estima social valorizados e os critérios de seleção utilizados para posicionar alguns deles como “notáveis” no mesmo domínio de atividade.

Nessa indicação fica explícita a existência de uma relação direta entre o trabalho de constituição de uma identidade pública do (s) agente (s) e os recursos e trunfos passíveis de serem divulgados. É necessário estar atento a essas lógicas de produção, considerando as características das instâncias responsáveis pela composição dessas “identidades” sociais e as propriedades dos “vultos” selecionados como seus “exemplares”.

O exame de livros como panteões nos permite ponderar sobre a “instância de atribuição de transcendentalidade” e os “mecanismos de objetivação de personagens, que contemplam a mobilização de instrumentos de eternização e lógicas de aferição de estima social” (GRILL E REIS, 2017, p. 364). Ao mesmo tempo, possibilitam averiguar os processos de “heroicização” que perpassam

determinados domínios da vida social, e que são reveladores dos “princípios de excelência humana e de hierarquização social”, que dão suporte aos processos de “mistificação de heróis” (CORADINI, 1998, p. 211). São esses os meios legítimos e os instrumentos favoráveis à construção da “notoriedade” e de suas lógicas de produção e veiculação no espaço de poder mais amplo.

O trabalho de consagração de agentes individuais ou coletivos (em qualquer domínio de atividade social) é tributário da construção de uma “marca simbólica”, que comporta a função de distinguir os agentes entre si, e que remete a uma percepção de “identidade que é, portanto, uma identidade constituída e redefinida a cada vez nas diferentes instâncias em que são publicadas” (COLLOVALD, 1988, p.29). Essa noção se mostra relevante pelo fato de indicar a centralidade de lógicas, princípios e interesses que pesam sobre a construção da “imagem pública”, produzida e oferecida ao mundo social, daqueles aos quais são atribuídas “qualidades”, “atributos sociais”, “recursos valorizados” e estima social, graças ao trabalho de domínios produtores de “identidades estratégicas”.

Tomamos, então, a dimensão da produção de “imagens” de agentes de um campo religioso como possibilidade de apreensão de como se dão os processos sociais de edificação de panteões consagrados. Nesse sentido, a ideia de produção de *identidades estratégicas* é útil para pensarmos com mais acuidade o lugar desses processos na constituição de “personalidades” e de “vultos” tidos como prestigiados na versão produzida sobre a “história da Ordem franciscana” atuante no Maranhão.

As formas distintas de apresentação dos agentes remetem a um nível de análise que considera o papel dos condicionantes sociais, investimentos, percepções e usos considerados pertinentes para a construção de sua “imagem”, ao mesmo tempo coletiva e personificada. Além do que, retomam a centralidade de certas “instâncias de consagração diversificadas para diferentes esferas e atividades sociais” (CORADINI, 1998, p. 214)<sup>13</sup>. Portanto, devemos considerar as condições e os condicionantes propícios à realização de esforços religiosos e laudatórios nos níveis da “instituição” e dos agentes individuais, que são autorizados por “ritos de

---

<sup>13</sup> Coradini (1998) indica a necessidade de se estar atento a elementos subjacentes na dinâmica de funcionamento dos espaços de relações ou esferas de atividade, como a política, a cultural, a da produção científica (em particular, as Ciências Sociais), de modo que a investigação sociológica seja capaz de compreender, na particularidade de cada espaço social, as lógicas próprias que orientam o trabalho de “heroicização”, “enobrecimento de personalidades”, consagração de “vultos”, enfim, de verificar em que bases se articulam processos sociais que confluem para a “edificação” de panteões legítimos.

legitimação” (“atos de magia social” que, ao estabelecerem um “limite arbitrário”, conhecem diferenças e, por essa razão, delimitam formas de distinção social<sup>14</sup> [Idem]).

Por conseguinte, o exame efetuado encontra pontos de contato significativos (guardadas as diferenças empíricas referentes às fontes disponíveis) com a dimensão “transcendental” de construção, consagração e celebração de imagens, indicadas por Coradini (1998). Nessa perspectiva, o processo de elaboração e institucionalização adquire um caráter fortemente ritualizado e solene (visto que tido como sagrado) e se manifesta, principalmente, por meio de discursos, narrativas de exaltação coletiva, biografia de “vultos”, em uma espécie de hagiografia em torno de “notáveis” (CORADINI, 1998, p. 218).

Essa ideia de consagração social<sup>15</sup>, desenvolvida pelo autor, serve de inspiração para o nosso trabalho em razão da potencialidade de percepção sobre vários fatores que interferem no credenciamento dos agentes para que façam parte de um “panteão” de franciscanos. Como veremos, esse trabalho de consagração da “história” e da “memória” franciscana, por meio da seleção e do enaltecimento de personagens, datas e eventos, envolve a valorização de alguns trunfos e inscrições do tipo “militantes”<sup>16</sup> ou “engajadas”. Observamos, na relação entre agentes religiosos e certos segmentos sociais, elementos relevantes, os quais foram reunidos com vistas ao reconhecimento e à identificação, relação essa tornada objetiva por meio de processos sociais favoráveis à notabilização de tomadas de posição.

---

<sup>14</sup> O autor identifica no processo de constituição de panteões uma lógica de distinção que estrutura os diferentes espaços sociais, e que está assentada na morfologia interdependente, orientada por um sentido de inclusão e exclusão. Tal lógica de percepção está baseada na compreensão de que “atos de magia social” muito diferentes, como o casamento, a colação de grau escolares ou títulos, a nomeação para postos, cargos, honras etc., são realizados como atos de instituição, garantidos pelo conjunto do grupo ou por uma instituição reconhecida, e têm como efeito a consagração de princípios de divisão e hierarquização social (BOURDIEU, 2008).

<sup>15</sup> Ver estudos de Coradini sobre a constituição de um panteão da elite médica.

<sup>16</sup> Por meio da reunião e da verificação preliminar de algumas fontes, principalmente aquelas originadas de processos judiciais, que apontam para o envolvimento de franciscanos em litígios marcados por disputas de terra, temos que o registro da militância social constitui recurso e critério de identificação bastante acionado e presente, não apenas nas fontes escritas às quais tivemos acesso até o momento, mas nas representações mentais que esse trabalho de objetivação produziu ao longo do tempo, gerando um efeito de “notabilidade” conferida à imagem da “Ordem”. Embora não se disponha, ainda, de instrumentos suficientes, examinamos em que condições o trabalho que visa consagrar um “panteão” se mostra dependente da “notabilidade” gerada por investimentos individuais, e com base em que princípios esses investimentos são transformados em rendimentos, em termos de consagração coletiva (afecção de estima social).

No mundo religioso, sobretudo na órbita das congregações, a construção em torno de “personalidades” ou “vultos”, capazes de estabelecer fortes vínculos de identificação pessoal, passa pela noção de “carisma”, termo usado entre os franciscanos para designar qualidades ou atributos individuais que são postos à disposição, ou seja, a “serviço” do coletivo, da unidade social que acolhe e gerencia a distribuição e utilização desses “carismas” em atividades práticas que os agentes realizam.

Em linguagem nativa, “carisma” (ligado a uma ideia de “vocação” para certa atividade / papel no interior do “grupo”) está relacionado com a posse de um conjunto de propriedades, recursos e habilidades social e culturalmente constituídos / adquiridos, que possuem um peso relativo na composição do espaço de relações desempenhadas pelos agentes.

Reconhecimento e “notabilidade”, no domínio religioso, podem estar fundados na percepção coletiva do “carisma” conferido a determinados agentes em razão de atributos adquiridos ou conquistados, o que lhes oportunizam realizar determinados esforços. Contudo, é apenas pelo exame de tais “atributos”, recursos sociais ou tipos de investimentos (na escolarização, na militância social, política ou cultural, na atuação profissional em determinadas áreas etc.), que reunimos condições de aferir e identificar critérios de definição para aquilo que os examinados classificam como “carisma”.

Objetivando essa noção atinente ao âmbito das representações franciscanas, apreendendo-as a partir de estruturas objetivas que compõem o espaço de propriedades relacionalmente apresentadas pelos agentes, podemos chegar a uma ideia mais consistente, do ponto de vista empírico, a respeito do potencial de identificação que a percepção de “carisma (s)” atribuído (s) a um agente pode representar.

## 1.6 “IDENTIDADE” SOCIAL COMO CONSTRUTO

Se há uma característica que se impõe quase como autoevidente e, por isso, naturalizada, em se tratando do universo franciscano, esta é atribuída a um tipo de identificação “fraterna”, de interreconhecimento como “irmãos”. Essa autoimagem coesa que os agentes elaboram e divulgam sobre si encontra no termo “família” e

suas variações o elemento fundante de uma “identidade” social. Sua base estaria fundada sobre um “princípio gerador” que “retraduz características intrínsecas e relacionais”, como as que são comumente atribuídas aos franciscanos, em um “estilo de vida unívoco” (BOURDIEU, 1996, p. 22).

Entre os franciscanos há um processo sistemático de assimilação dessa lógica de vida fraterna. Como em uma segunda “família”, é nessa instância de socialização, durante os processos de formação, e se objetivando no tempo enquanto um modo de vida, que são potencializadas tanto as condições de produção de um sentido de convivência comum quanto às características que remetem a noções como “cuidado”, “serviço”, “atenção”, e que um franciscano deve apresentar.

Em grande medida, essa lógica guarda relações com prescrições que objetivamente estão presentes para cada “irmão”. Grifamos, literalmente, algumas das que estão contidas nas “Constituições Gerais da Ordem dos Frades Menores”, documento de referência para os franciscanos:

A fim de promoverem sempre mais a unidade fraterna, os irmãos se antecipem na mútua caridade, de boa vontade prestem-se recíprocos serviços, estimulem as boas iniciativas e alegrem-se com o feliz êxito do trabalho dos outros [...]

A vida de comunhão fraterna exige dos irmãos a unânime observância da Regra e das constituições, um modo semelhante de viver, a participação nos atos da vida da Fraternidade, sobretudo da oração em comum, da evangelização e dos trabalhos domésticos [...]

Os irmãos pratiquem oportuna e amável hospitalidade com todos, mas especialmente com os irmãos e as irmãs de toda a família franciscana (Artigos 42 e 51 das Constituições Gerais OFM, 2005, p. 91-95).

Os trechos em destaque remetem aos princípios de “comunhão fraterna” que, segundo a “tradição”, devem ser mantidos em estrita observância por aqueles que pretendem ser integrados à “família” religiosa. Esses elementos indicados explicitam orientações práticas para uma “vida em fraternidade”, que se aplicam, sobretudo, em situação de “missão”. Ao missionário franciscano, revela-se essencial demonstrar valores incorporados de uma socialização que, “naturalmente”, fixa ser “caridoso”, “amável”, ter “hospitalidade” etc.

Os aspectos elencados se conectam e conduzem a um outro nível da reflexão sobre o lugar das disposições sociais e da construção da identidade franciscana. Aquele que considera haver uma relação direta entre as características socialmente assimiladas e a formulação de um senso de “fraternidade”, de “serviço” ou de

“acolhida”, particularmente manifestado pela relação de proximidade com os segmentos de menor prestígio social: o grupo de indivíduos comumente alocados na categorização teológica para “pobreza”.

Essa dimensão da “pobreza” é objeto de algumas reflexões propostas por Sangenis (2014), nas quais o autor indica, a exemplo do processo de produção social da “fraternidade” e dos valores que lhes são atribuídos, que a “pobreza” também seria resultante de condições históricas e sociais, situadas no tempo e na trajetória da Ordem dos Frades Menores. Portanto, segundo a linha de reflexão apresentada, na história da Ordem franciscana (se estendendo também a outras), a “pobreza” seria um entre outros elementos que figuram no centro de “reinterpretações” que já não estariam mais próximas da “intuição originária do seu fundador”.

À luz desse autor, as “experiências dos santos fundadores” já não persistem mais, sendo a “memória”, “as tradições” e os “mitos fundadores”, entre eles o despojamento e o apreço pela pobreza, elementos sob a salvaguarda de “epígonos”, que redefinem ao seu modo as bases da crença dos grupos religiosos que representam (SANGENIS, 2014, p. 28).

Os sentidos atribuídos à “pobreza” e o que essa categoria quase autoevidente representa para o mundo franciscano, na “origem”, seria “entendida como resultante de um movimento de desapropriação, não apenas individual, mas também coletivo”, fixando a “marca da forma de vida franciscana”, assinala o autor (SANGENIS, 2014, p. 31). Avançando na reflexão sobre o tema, Sangenis apresenta um aspecto de particular interesse ao nosso estudo: as consequências práticas da “pobreza” na atividade missionária e o papel desempenhado pela “pobreza” em sua espiritualidade.

No contexto situado na discussão levantada por Sangenis, esses dois elementos são objetos de controvérsias históricas entre ordens distintas (o autor compara os casos do Franciscanismo e do Jesuitismo), e também no interior de uma mesma ordem. Desse modo, a análise de Sangenis coloca a seguinte reflexão para pensarmos sobre o exame das lógicas de consagração: sendo a “pobreza” um produto historicamente controverso nas discussões travadas sobre o Franciscanismo, para o universo em que nos debruçamos, ela é apresentada pelo trabalho de produção de memória e de identidades, a partir de estratégias coordenadas em diversas frentes ou causas produzidas (“educação”, “terra”, “saúde”

etc.). Em todas elas a dimensão da “pobreza” e suas derivações, como “assistência aos pobres” e “serviço aos irmãos”, emergem, com destaque, nas interpretações sobre as experiências dos Frades Menores atuantes no Maranhão a partir dos anos de 1950.

Examinando o que Sangenis (2014) comenta sobre o lugar que a “pobreza” ocupa como “marca patenteada do desinteresse dos franciscanos por bens materiais”, observamos que a dimensão missionária visaria consolidar um repertório de práticas e de empreendimentos que tomam por base um tipo de interesse específico pelas questões populares, de modo a prestar auxílio aos que estão desprovidos. Essas tomadas de posição, que constituem o objeto de nossa análise, apresentam certa relação de afinidade com a pretensa “marca do desinteresse” que definiria uma identificação de grupo.

No trabalho de construção da “memória” e da interpretação da história da “Província Nossa Senhora da Assunção”, a pobreza ou o interesse pelos pobres é indicado enfaticamente nos posicionamentos assumidos, na justificativa da iniciativa de missão, e em quase todas as dimensões da vida social dos franciscanos, que são colocadas pelas narrativas laudatórias sobre as ações dos frades alemães que decidiram se inserir em um contexto missionário. Nesse sentido, os registros de intervenção em favor dos pobres, que devem ser assistidos pelo “fraterno serviço” dos religiosos, reforçam a lógica já indicada quanto à consolidação e a afirmação, que se revela viável no plano do discurso legítimo (aqui tem lugar os produtores de causas), e no terreno das práticas constituídas.

Nessa linha de raciocínio, as contribuições sinalizadas por Pierre Bourdieu (2004) são de fundamental importância para o entendimento das apropriações em torno da categoria “povo” e suas derivações, que podem aparecer relacionadas a concepções práticas, articuladas por sentidos específicos de atuação, como no universo ao qual orientamos nossa análise.

Considerando o empreendimento franciscano para a configuração analisada, no que tange às formas de inserção, aos tipos de intervenções geralmente relacionados às características sociais dos agentes, observa-se que há um uso positivo do “popular” que, para o autor, seria:

o produto de uma troca de sinal – em oposição ao sentido em que seu uso representa um obstáculo à imposição de legitimidade em dados domínios – que alguns clérigos, geralmente dominados entre especialistas (e provenientes das regiões dominadas do espaço social), operam com uma



preocupação de reabilitação que é inseparável da preocupação de seu próprio enobrecimento (BOURDIEU, 2004, p. 182).

Nessa acepção, a ideia de “povo”, ou das estratégias que envolvem sua mobilização são objeto de uma reabilitação (imposição de um sentido) através das práticas, como as que se orientam para o “serviço” ao “povo”, para a aproximação com o portador da “simplicidade”. Ou seja, quanto maiores são os esforços em relação ao elemento “popular” nas formulações legítimas dos especialistas, mais acentuada é a lógica de consagração, que fixa um lugar de prestígio e de reconhecimento aos que se dedicam às questões que remetem ao “povo”. Está implícita, aí, uma relação de retribuição (“enobrecimento”), que se impõe mediante as condições de monopolização acerca de uma categoria que baliza os posicionamentos dos agentes que em nome dela se pronunciam.

Por esse raciocínio, os Frades da Ordem Menor, que reivindicam com frequência essa relação devotada ao “povo”, podem ser reconhecidos entre aqueles que, uma vez consolidada a “proximidade com os dominados, apresentam-se como detentores de uma espécie de direito de preempção sobre o “povo” e, desse modo, de uma missão exclusiva” (BOURDIEU, 2004, p. 184).

Essas premissas teóricas permitem situar a “pobreza” e seus usos similares como dimensão, talvez a mais evidente e positiva (no sentido da legitimidade de sua imposição em dadas condições), que averiguamos no exame das lógicas de “construção da memória” e de produção da identidade franciscana.

Outra reflexão que essas ideias suscitam, ou tornam mais explícitas, tem relação com os mecanismos pelos quais os agentes se vinculam a determinadas questões, geralmente alusivas à dimensão “popular”. Conforme pista já indicada, e diretamente conectada ao nosso estudo sobre os frades, podemos pensar as formas de intervenção dos religiosos (pelo entabulamento de causas e pela manifestação de posicionamentos em favor delas) como reveladoras de um conjunto de recursos e estratégias que remetem a essa relação de condescendência frente aos despossuídos cultural e materialmente. Isso estaria ligado a um sentido de consolidação de lógicas de afirmação religiosa, assim como de construção de uma identidade missionária, alicerçada em bases de assistência ao “povo”, em ações predominantemente dedicadas aos segmentos “populares”.

É comum que agentes ligados ao domínio religioso, ao apresentarem percepções que justificam sua relação de pertencimento e posição nesse domínio,

externalizem elementos que marcaram processos de socialização prévios à formação orientada ao sacerdócio. Em grande medida, poucas análises dão a devida importância para os condicionantes que indicam o lugar relevante de processos de socialização (como a de conteúdo religioso), que podem indicar “razões” (nunca em sentido plenamente calculista) para alguns investimentos que orientam os agentes, bem como a forma pela qual eles são vistos e reconhecidos no mundo social, seja pelo grupo a que pertencem, seja por frades vinculados a outros meios.

A ideia de “vocação” para atividades ou papéis identificados com o meio religioso deve ser tomada, em lugar de uma forma essencialista de percepção, como um artefato orientado por uma série de atitudes potencialmente favorecidas pelas condições sociais que os agentes encontram em processos específicos de socialização. Para o nível de análise que adotamos, interessa examinar como essas figuras apresentam certas experiências de socialização, e de que modo elas podem indicar a presença de determinadas disposições sociais, que dependem exclusivamente dos meios e dos tipos de relações culturalmente adquiridas.

Nessa linha, buscamos compreender determinadas representações veiculadas à construção de uma “imagem” socialmente reconhecida dos frades menores – principalmente aquela que remete às ações militantes de alguns dos membros – a partir da análise de condicionantes de socialização, como as “formas de catolicismo” vivenciado e “quais os efeitos das crenças sobre sua trajetória social e sobre as propriedades das instituições em que eles investem” (BERLIVET & SAWICKI, 1994, p. 112).

A perspectiva indicada se mostra eficaz pelo fato de conduzir ao entendimento dos condicionantes objetivos que sugerem a relevância da socialização religiosa para certos esforços (como os de conteúdo atribuído às práticas militantes). Por esse caminho, apostamos em elementos favoráveis, por exemplo, à percepção das bases de constituição de sentido para “vocação”, elemento de incitação de atitudes relacionadas aos modos de intervenção no mundo social.

Inspirados por essa orientação, centramos a análise sobre condicionantes de determinadas formas de vivência religiosa, por meio das quais os agentes são submetidos a processos de assimilação e construção de um sentido de “missão”

para o sacerdócio, captando como as disposições religiosas podem ser representadas e associadas a certas estratégias de identificação dos clérigos.

Essa via pode indicar, por exemplo, algumas pistas (que nunca estão colocadas explicitamente) a respeito de ênfases atribuídas a determinadas fontes de (auto) apresentação. No conjunto investigado, elas comumente são associadas a engajamentos militantes em “questões” sociais.

Ao examinar as propriedades sociais dos franciscanos notabilizados como exemplares da “história” franciscana no Maranhão atentamos para possíveis atribuições ou deslocamentos de sentidos que possam ter demarcado a passagem de uma forma de vivência em relação à crença católica – um catolicismo de devoção e de submissão aos dogmas, de caráter mais conservador – para uma forma de manifestação da religião adaptada a um conteúdo prático, marcado por intervenções militantes.

Dessa forma, coloca-se em evidência o aspecto que privilegia a “forma de socialização religiosa dos agentes para examinar as razões pelas quais se originaram a valorização do engajamento e para sublinhar, a partir de certas experiências, as formas de militantismo específicas que essas disposições sociais singulares são capazes de gerar” (SAWICKI & BERLIVET, 1994, p. 112).

Outra perspectiva de análise, da qual podemos extrair elementos que enfatizam a centralidade das disposições religiosas, é inspirada nos estudos de Suaud (2008). Para o que nos interessa, a contribuição de seus estudos reforça que o sentido da “vocação” religiosa se deve a um forte trabalho de inculcação de desígnios clericais, verificados ainda no curso da socialização primária. A geração das disposições religiosas, adquiridas socialmente, resulta, segundo a percepção desse autor, de um laborioso esforço de educação ou condicionamento familiar, num primeiro nível de socialização, o qual é reforçado continuamente pela incorporação de uma cultura sacerdotal.

Contudo, o autor situa a questão dessas aquisições em uma linha que pode ser flexível, dependendo da socialização a que o clérigo é submetido. O fato das disposições sociais estarem no centro da reflexão a respeito da necessidade de tratamento das condições possibilitam a transição ou a passagem para um modo específico de adesão e intervenção no mundo social, que se relaciona às próprias concepções desses representantes acerca do papel do sacerdote no domínio de atividade religiosas.

A partir do exame desses condicionantes sociais pela estrutura de propriedades e recursos dos envolvidos, podemos compreender de que maneira suas ações são operadas. E, atentando às particularidades de cada caso, podemos observar como os agentes orientam suas percepções em torno de uma ou de outra forma de conceber práticas e valores associados à orbe religiosa, espraiando-se para outras frentes de atuação.

No bojo dessas orientações, conduzimos nossa compreensão sobre o processo pelo qual, no meio religioso, colocam-se as condições mais favoráveis à consagração de sujeitos que se afirmam e são reconhecidos pelo prestígio que os credencia a ocupar um lugar de destaque junto a outros personagens igualmente estimados.

O processo de consagração religiosa pode ter, como primeiro degrau, a superação das exigências implicadas na inculcação da “vocação” religiosa, em que pese o modo como cada um desses indivíduos assimila os processos de socialização. Conforme observa Suaud (1975),

(...) a inculcação da vocação tem demonstrado, por uma parte, como os interesses de reprodução incorridos por diferentes grupos sociais de leigos são transformados em interesses religiosos, plenamente valorizados por eles mesmos, de outra parte, identificar o papel preponderante desempenhado pelos padres nesse processo (Idem, p. 02).

Seja a partir da descrição de processos que indicam lógicas sociais propícias a formas de “engajamento” ou que apontam para mecanismos de afirmação de uma “vocação” que confere legitimidade ao ingresso na vida sacerdotal (mas que pode ter na redefinição da crença novos direcionamentos das práticas dos agentes), identificamos, nas disposições sociais, o princípio gerador que deve orientar as ações responsáveis por conduzir a uma determinada maneira de concepção e intervenção religiosa sobre o mundo social.

A própria ideia de “vocação”, ensejada pela justificação de distintos modos (religioso, militante em “questões” sociais, de conteúdo político, cultural, acadêmico etc.), pode auxiliar os princípios reveladores de “identidades”, que, uma vez submetidos a mecanismos de produção da “imagem” de um agente individual ou de um coletivo, configura critério fundamental de consagração e “eternização”, atribuídos a um grupo selecionado à consagração.

A “vocação” para determinadas atividades - ou pelo menos os princípios sociais que estão na base dessa designação - pode ser observada como geradora de reconhecimento, implicando a razão prática dos sujeitos, em termos de valorização de “atributos”, “predicativos”, na indicação de honrarias, de homenagens e de outros indicativos de prestígio social.

Por isso, o meio religioso configura um espaço de relações onde os que a ele estão vinculados compartilham de uma crença em comum (no sentido de *illusio* do espaço religioso), que os mantém ligados de modo interdependente e que os legitima a fazerem parte daquele ambiente social. Contudo, toda e qualquer relação entre agentes comporta uma dimensão distintiva, que demarca a maneira pela qual os princípios de hierarquização separam os sujeitos por uma lógica concorrencial, indicando a existência de clivagens (apesar dos investimentos em autoapresentação pública sustentarem a concepção de “unidade” coletiva).

Esses princípios de clivagens e distinções reforçam o pressuposto de que os processos de consagração social implicam inevitavelmente a combinação entre o reconhecimento objetivado nas “marcas simbólicas” e o lugar das disposições sociais adquiridas, como traço distintivo das estratégias de afirmação. No universo em pauta, podemos considerar uma relação mais imbricada entre disposições do tipo religioso, construção de concepções em torno da ideia de “vocação” e “carisma” (o que justifica a integração dos agentes no domínio religioso), e as formas de reconhecimento social geradas pelas identificações que os agentes formulam e oferecem de si.

As referências indicadas neste capítulo, longe de se esgotarem apenas nelas mesmas, constituem uma mostra significativa e amplamente consistente em termos de possibilidades de construção de objetos, e, sobretudo no que tange às alternativas de tratamento e de abordagens por inventivas entradas, explorando uma diversidade de universos empíricos (política, cultura, ciência, religião, militantismo, mídia, universidade, direito, gênero, sindicatos, representações associativas etc.) pela complexidade de relações que podem informar os meandros de funcionamento de determinadas dinâmicas sociais.

## 2 REDEFINIÇÕES DO ESPAÇO CATÓLICO E CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO DOS AGENTES

Este capítulo tem por objetivo lançar algumas reflexões pertinentes aos processos sociais e condicionantes históricos que estariam na base de transformações ou redefinições mais amplas do universo católico no decorrer do século XX. Diferente de propor uma historicização de eventos ou de sua mera contextualização, o exame do espaço católico, ou pelo menos de algumas das redefinições nele ocorridas, cumpre relevante papel em termos de procedimento de análise para a investigação.

É a partir da percepção da configuração católica como um espaço de plasticidade, de constituição de vínculos, e de compartilhamento de experiências marcadas pelo código religioso que se pretende explorar as condições favoráveis à circulação de agentes coletivos, como as congregações, e também compreender os efeitos proporcionados por esse trânsito, em termos de trocas simbólicas, produção e imposição de representações e circunstâncias privilegiadas de afirmação social e de disputas.

O que ocupa nossos esforços é a tentativa de estabelecer conexões entre os processos de modificação em diretrizes/orientações do mundo católico que, por sua vez, tenderam a produzir impactos sobre a lógica de organização, constituição, distribuição, circulação e intervenção de agentes religiosos, bem como a de captar as formas de reconhecimento e critérios de consagração que lhes são atribuídos a partir de determinadas “realidades sociais”. Coloca-se, neste capítulo, o exercício de combinar uma análise que contemple redefinições objetivas desse espaço e suas implicações no processo de circulação social, assim como os mecanismos mais sutis de consagração, como a construção da autoimagem dos agentes.

### 2.1 IDEIAS EM MOVIMENTO: crenças em construção

Um dos registros mais recorrentes quanto à constituição do domínio católico está associado àquelas representações sobre a igreja como um espaço pouco flexível, marcado pelo acentuado nível de hierarquia entre ocupantes de posições respaldadas pela autoridade e pelo *status* mais ou menos durável. Outra visão é a

de que a constituição dessa esfera se mostra dinâmica, plástica, concorrencial e passível de redefinições e transformações operadas por indivíduos que nele se movem. No que pese a existência de clivagens, nuançadas por um discurso de unidade, não se pode desprezar o fato de que esta representa uma das poucas atividades sociais marcadas por princípios e rotinas relativamente codificados.

Nessa direção, podemos admitir que sua dinâmica de funcionamento passa pelo reconhecimento de diretrizes oficiais, conjecturada em uma racionalidade de princípios tidos como universalizáveis para o conjunto dos fiéis. À baila desse raciocínio, é possível identificar, no século XX, um contexto favorável a certos eventos que revelaram processos sociais de redefinições.

Um momento representativo desses sinais de transformações na igreja é frequentemente relacionado a edições de encíclicas, as quais, uma vez proclamadas, passaram a circular e figuraram como orientações a serem seguidas pelo quadro dos que integram a comunidade eclesial.

Portanto, sustentamos nossa reflexão a partir da ideia de que as relações sociais entretidas em um domínio de atividade, como o religioso, resultariam de um processo específico de desenvolvimento pautado em condições históricas e sociais definidas. A configuração de um espaço formatado por representações associadas ao universo católico, dado o grau de centralidade que possui a igreja oficial, estaria colocado nas bases de um centro de decisão de onde se propagaria os preceitos adotados como práticas padronizadas.

A ênfase sobre questões relativas à percepção de redefinições no espaço do catolicismo, se considerada isoladamente, pouco pode ajudar na assimilação de aspectos que interferiram na mudança de sua morfologia ao longo das décadas do século XX. Por essa razão, seguimos a linha de que os distintos momentos aos quais se pode atribuir como indicativos de modificações seriam, antes de tudo, tomadas de posição, mediante condicionantes objetivos, emergentes em dadas configurações.

Considerando a configuração católica como um espaço de clivagens, marcado por oposições ideológicas e relações de concorrência, tem-se que, para o tratamento dessa dimensão com foco nos contextos favoráveis a “eventos”, deve-se levar em conta as estratégias colocadas em prática para legitimar os produtos concebidos por essa dinâmica. Mais relevante ainda é observarmos atentamente

como se constituem os mecanismos propícios à configuração de clivagens a partir de níveis distintos de estruturação.

Entre esses níveis, não pode ser descartada a estrutura de hierarquia (dioceses, paróquias, instâncias organizacionais representativas, como CNBB, que representa os bispos do Brasil, e CELAM, em nível de América Latina), que funciona como espaço de inserção e atuação objetiva do corpo clerical da Igreja Católica, cuja emergência não está descolada de processos sociais específicos que, pode-se dizer, são interdependentes de processos mais amplos de mutação do espaço católico.

O espaço das práticas e representações, associadas ao domínio católico, teriam na circulação de ideias e na sua constituição, em termos de recursos portados, dois elementos relevantes de conexão entre as redefinições dessa esfera e dos produtos oriundos delas. Sendo assim, o exame das transformações concretizadas no espaço católico permite explorar o conjunto de transações resultantes do trabalho de produção de definições, realizado por uma categoria de sujeitos designados como “intelectuais”:

Possibilidades de tratamento do universo dos produtores de bens simbólicos, de sua produção, dos objetos de disputa que os animam e dos instrumentos (recursos e estratégias) que utilizam no sentido de conquistar ou manter determinadas posições em dadas condições históricas e sociais de concorrência (REIS, 2013, p. 21).

Ao focarmos nos mecanismos disponíveis e apropriados na circulação de ideias, entendemos ser essencial o exame do repertório acionado por aqueles que estão situados em determinadas configurações, tendo por objetivo identificar os instrumentos privilegiados e valorizados nas inscrições dos religiosos que competem pela ocupação de posições em um espaço de concorrência. De outra maneira, tomamos a dinâmica de redefinições como processos interdependentes, que só têm sentido à medida que seus participantes intervêm com tomadas de posições e representações, condicionadas por uma morfologia objetiva, que se encontra em permanente transformação por intermédio dessas intervenções.

As ideias que projetaram representações de mudanças no âmbito da Igreja Católica, no século XX, indicam que tais transformações seriam tributárias de formulações, elaborações e definições que se impuseram diante de determinado contexto, e cujas condições teriam se mostrado oportunas tanto em termos de concepção como de recepção. Entretanto, essa lógica de produção e recepção de



ideias não deve ser pensada como uma relação autoajustável, especialmente se considerarmos - e, devemos fazê-lo - as condições particulares de disputas que se impõem entre os agentes, que, em contextos de redefinições, buscam introduzir concepções legítimas.

No âmbito das práticas e concepções, predominaria uma relação de concorrência, representada por tomadas de posições interdependentes, sintetizadas em expressões como “conservadores”, “progressistas”, “esquerda católica” ou, ainda, em termos como “avanços”, “retrocessos” e “refluxos”, entre outros, que sinalizariam um estado particular da configuração católica.

Algumas dessas noções remetem a uma situação de concorrência na qual os sujeitos imprimem esforços para impor *princípios legítimos de classificação do mundo social* (BOURDIEU, 2008) sobre a dinâmica do espaço no qual eles se encontram. Determinadas interpretações sobre eventos ou acontecimentos indicativos de mudanças (percepção dominante quanto aos “efeitos” atribuídos ao Concílio Vaticano II), referem-se a uma “nova postura” de “abertura”, na qual a igreja teve de experimentar, por exemplo, em relação aos posicionamentos dos seus membros frente à “política” ou em relação a intervenções na sociedade.

Refletir sobre os mecanismos de circulação de determinadas ideias, preceitos ou diretrizes fornece subsídios relevantes para a compreensão, pelo menos em parte, da dinâmica social onde se inscreveram diferentes ordens religiosos (como franciscanos, Combonianos, entre outras) enquanto integrantes ativos desse espaço católico. Isso implica pensar que a presença e a atuação desses agentes em determinados contextos mantêm estreita conexão com as orientações mais amplas da igreja.

Desse modo, consideramos os processos de redefinições sucessivas, apoiados em reflexões que enfatizam o campo religioso como lugares de “trocas culturais” e de “interferência dos intelectuais” (os “manipuladores de bens simbólicos” ou operadores da consagração social), na “invenção de tradições” ou representações, que podem se objetivar os diferentes níveis de intervenção (BOURDIEU, 2002; REIS, 2013).

Um caso que pode ilustrar a ocorrência da circulação de ideias faz referência a um evento tido como consagrado por meio das percepções dos próprios membros da igreja (leigos e intelectuais), além de constituir, também, objeto de análise de pesquisadores das Ciências Humanas, que eventualmente mantêm algum nível de

relação com o meio religioso. O concílio Vaticano II e as definições derivadas desse evento parecem representar de modo eficaz o tipo de relação estabelecidas na recepção de um conjunto de diretrizes, bem como os efeitos que tal recepção pode exercer sobre as práticas objetivas e as representações que os agentes fazem de determinada ideia.

Se, na gramática corrente dos clérigos mais diretamente vinculados ao domínio religioso, o evento em questão significou um “momento novo”, estudos mais analíticos o situam como acontecimento-chave para a compreensão de transformações verificadas na estrutura da instituição católica.

Ocupado na investigação sobre os padrões de recrutamento e seleção de elites da Igreja em determinada configuração no Brasil, Seidl (2003) dedica uma pontual análise sobre o evento, situando-o no século XX como acontecimento que teria introduzido mudanças decisivas aos rumos da Igreja em escala mundial. Para o autor, o Concílio Vaticano II teria sido um divisor de águas, cujas redefinições afetaram a instituição como um todo. De acordo com sua reflexão:

O *aggiornamento* católico aos “sinais do tempo” – forte queda da prática religiosa na Europa, diminuição crescente do tamanho das famílias, desvalorização social do corpo clerical – e a conseqüente “abertura das janelas da Igreja ao mundo” teve no esvaziamento dos seminários e na renúncia ao sacerdócio um de seus maiores efeitos. Por outro lado, o período pós-conciliar redesenhou um catolicismo que progressivamente abandonaria sua inserção nas elites e classes médias para se voltar prioritariamente aos pobres, abrindo grandes espaços à ascensão das igrejas do terceiro mundo e, ao mesmo tempo, para a elaboração de novos discursos teológicos [...] (SEIDL, 2003, p. 224).

Ainda em conexão com a análise que faz sobre o “evento”, o autor chama a atenção para a diversificação das estruturas sociais e para a complexificação da estrutura institucional católica, sinalizando para a emergência de uma variedade de novos serviços especializados, representados pelas “pastorais”, e para a acentuação do papel dos leigos em gama crescente de atividades. Inspirado em análises como a de Pelletier (1996)<sup>17</sup>, Seidl reforça que, a despeito do fato de que as transformações sociais e culturais que impulsionaram decisivamente a Igreja a orientar suas estratégias de ação durante o Concílio fossem mais evidentes em países europeus, praticamente todas elas atingiram o Brasil em maior ou menor grau.

<sup>17</sup> Menciona o papel central da Igreja francesa na elaboração das decisões apresentadas pelo Concílio, destacando a atuação de vários bispos e teólogos franceses ao longo de todo o encontro, em favor do amplo *aggiornamento* institucional (PELLETIER, 1996, apud. SEIDL, 2003, p. 225).

Em uma perspectiva de “adaptação” da Igreja Católica ao mundo moderno, Delumeau (2000) situa o Concílio como o tipo de evento necessário para abrir caminho para a reconstituição da unidade cristã. Na esteira dessa percepção, salienta-se a importância desse evento na renovação da comunidade Católica mundial, ao qual é atribuída a mudança na caminhada da instituição no Brasil. Relaciona-se, ainda, a influência “transformadora” do Concílio, associando-o a dois outros eventos: às Assembleias de Bispos da América Latina, ocorridas nos anos de 1968 e de 1979.

De acordo com outro estudo, o Concílio teria marcado um dos mais importantes eventos da história do catolicismo romano. Ainda que seja associada ao evento uma atmosfera de “contradições” e “tensões” relativas ao processo de “mudanças” introduzidas por ele, na percepção de Mainwairing (1989), o Concílio enfatizou a “missão social da Igreja”, declarando a importância do laicato e motivando maiores responsabilidades. O autor aponta que as deliberações conciliares enfatizavam o “caráter hierárquico da Igreja e insistiam que sua missão estava acima da política, mas a nova doutrina revia de modo significativo os padrões de autoridade da Igreja e a relação entre a fé e o mundo” (MAINWAIRING, 1989, p. 62-63).

Conforme as percepções apresentadas, é observada certa convergência em torno do Concílio Vaticano II como evento que produziu impactos relevantes na dinâmica da instituição católica em diferentes configurações sociais, desde transformações mais amplas, que enfrentavam sociedades centrais na Europa, como observou Pelletier (1996) sobre mudanças experimentadas no contexto francês, até a redefinição de papéis e a introdução de novos perfis, situados em uma hierarquia de posições em condições “periféricas”. Sociologicamente, convém tomá-lo como acontecimento-chave para a compreensão das redefinições da seara católica, e também dos princípios de circulação e apropriação de ideias, difundidas por porta-vozes que ocupam posições relativamente bem alocadas.

De modo amplo, as mudanças introduzidas pelo Concílio representaram, objetivamente, novas condições de organização do espaço católico, em termos de práticas dos agentes (especialistas e profanos), de visão de mundo e de requalificação das atividades religiosas (o que implicou a redefinição de papéis), que tiveram nas congregações estrangeiras participantes ativos na experimentação dessas transformações. A “Ordem dos Frades Menores” e seus integrantes

estiveram inscritos nesse processo de mutação do campo religioso católico, sendo dependentes, assim como outras congregações, dessa redefinição estrutural de princípios, diretrizes, e orientações afins à afirmação desses sujeitos transnacionais<sup>18</sup>.

A associação das congregações mediante esses rearranjos que presidiram uma nova estruturação do espaço católico foi concretizada na possibilidade que elas encontraram de estabelecer contato com configurações sociais diferenciadas, também impactadas pelo “evento”, em maior ou menor medida. Se, por um lado, o Concílio introduziu mudanças, cujos efeitos teriam se dado de modo relativamente diferenciado no espaço religioso católico, por outro, ele potencializou as condições que favoreceram empreendimentos religiosos missionários, o que implicou frequentes deslocamentos transnacionais.

A presença das congregações estrangeiras em contextos fora da Europa teve, a partir das orientações conciliares, um impulso notadamente decisivo sobre as lógicas de organização missionária em regiões mais afastadas dos centros de influência e de referência do catolicismo. Nesses termos, podemos situar o empreendimento religioso das congregações em uma lógica que abrange a relação de importação de modelos (culturais e religiosos), colocando em conexão princípios de “realidades” diferenciadas, que configuram entre si relações de dependência ou de *justaposição integrada* (CORADINI, 2012). Tomando de empréstimo o raciocínio aplicado à política – os modelos de governo que circulam e constituem um código comum para todos os atores do sistema internacional –, podemos pensar em uma lógica similar sobre as redefinições no âmbito religioso.

Nesse sentido, o conjunto de práticas, orientações e preceitos formulados e legitimados em nível exterior – como as produzidas pelo evento-chave que representou o Concílio para o universo católico – e as lógicas de contrabando, que envolvem o acesso a esses produtos, inscrevem-se em uma prática específica do ocidente, que implica processos de universalização de modelos eurocêntricos, que encontram recepção facilitada em contextos periféricos pela frequente demanda interessada em tais modelos.

---

<sup>18</sup> As Congregações ou confissões estrangeiras integram o domínio religioso católico diversificado, que conta com outras instâncias legítimas, com agentes dotados de recursos, expertises, saberes e competências compatíveis com os dos representantes das congregações que circulam, disputam visões sobre o mundo social e ocupam posições em muitas das instâncias sociais associadas ao domínio em questão, além de outros que interagem com o religioso.

## 2.2 TRANSAÇÕES CENTRO-PERIFERIA

Conforme sinalizado, as condições sobre as quais se apoiaram algumas das principais transformações experimentadas pela Igreja no século XX seriam subordinadas à ocorrência de eventos ou acontecimentos aos quais se costuma conferir o *status* de vetores do “progresso”, da “mudança” e da “renovação” para o domínio eclesiástico. Semelhante a outros processos sociais, cujas análises consideram a relativa condição de dependência de modelos externos (culturais, políticos, intelectuais, econômicos, etc.), o domínio religioso católico pode ser pensado em termos de dinâmicas justapostas.

A própria configuração hierárquica da Igreja Católica e alguns efeitos de “abertura”, oportunizados por momentos de reajustes, deixa explícita a relação marcada pela referência a um centro de autoridade<sup>19</sup>, que influenciaria hegemonicamente os mecanismos e os princípios que “regulam” o campo religioso católico. Essa relação de centralidade da Igreja de Roma em relação ao conjunto das igrejas nacionais reforça a ideia de um empreendimento universal, cujas principais diretrizes e orientações (princípios teológicos, relação com a sociedade mais ampla, perspectivas pastorais etc.), encontram um nível de penetração consistente, mesmo em lugares onde a igreja, por condições históricas e sociais distintas, apresenta uma dinâmica de funcionamento amparada em outras bases.

Propomos ponderar sobre a necessidade de considerar que determinadas lógicas, transações e recepções são proporcionadas pelo trânsito de agentes que ocupam certas posições, desempenham papéis e imprimem um “trabalho de missão” em condições de frágil autonomia, como as representadas por “realidades” periféricas. Essa lógica, inescapável às configurações nas quais o processo histórico e social de separação e de relativa autonomização das esferas de atividade não teria sido verificado em níveis semelhantes aos ocorridos em configurações do ocidente (notadamente no caso francês), torna-se oportuna para compreendermos os princípios dessa estruturação.

Dado o nível de hierarquização e de organização da estrutura católica em um plano transnacional, é factível conceber que as principais estratégias relacionadas à reprodução e à manutenção de posições nesse universo mantenham ligação com

---

<sup>19</sup> Referência direta ao Vaticano como centro legítimo de poder e influência sobre a igreja católica apostólica romana, reconhecida como a instância máxima da hierarquia estrutural do espaço católico.

um “centro” de autoridade. Desse modo, o trabalho de constituição da “memória e da identidade franciscana”, foco específico da nossa análise, de algum modo estaria atrelado a “[...] estratégias de importação/exportação de modelos estrangeiros, tendo em vista a hierarquização das ‘tradições nacionais’, ou seja, nos marcos das relações entre centro e periferia na configuração internacional” (REIS, 2013, p. 30).

A elaboração das estratégias de universalização e de recepção dos modelos externos é inspirada nas reflexões de Badie e Hermet (1993), e Badie (1992), apropriada por Reis (2015), para sublinhar que:

[...] interessados em ‘aperfeiçoar’, ‘modernizar’, ‘mundializar’ ou reinventar instituições, valores, posições, etc., de/ou em seus países de origem, seus empreendimentos visam redefinir o que se joga nas fronteiras nacionais/internacionais. É claro que o resultado das *estratégias de importação* não é uma reprodução das estruturas políticas, culturais, econômicas, religiosas, etc. do centro (ocidente) na periferia (“terceiro-mundistas”). O processo de ocidentalização remete muito mais à afirmação dos modelos centrais como ponto de referência, como fontes ideais, aos quais as “dinâmicas órfãs” não conseguiriam fugir (REIS, 2015, p. 32-33).

As congregações religiosas, situadas em configurações periféricas, como é o caso do Maranhão, levam a pensar sobre como o empreendimento missionário é tributário de lógicas análogas de importação de instituições e sentidos, forjados em contextos exógenos aos que os agentes passam a atuar.

Definições como “terceiro mundo”, por exemplo, seriam produto dessa lógica de formulações e classificações, que produziu um forte impulso às iniciativas de “missão”, de modo a animar o deslocamento desses indivíduos em direção a contextos tidos como “periféricos” (cultural e politicamente). De acordo com essa lógica, a “empresa de salvação” que se inscreve em tais condições é, ao mesmo tempo, incitada e incitadora de uma demanda resultante das tensões e disputas da esfera religiosa, e se engendram na base de justificação dos sentidos de “missão” e de “engajamento” que os agentes mobilizam a partir de suas estratégias específicas.

Ao fazer referência às reflexões de Della Cava (1986) sobre as conexões entre o contexto político militar e as tomadas de posição mais “progressistas” de agentes vinculados à Igreja Católica, Coradini (2012) salienta a importância dos “quadros internacionais”, caracterizados pela crítica liberal católica europeia da autoridade e da tradição dentro da Igreja e pela crítica “terceiro mundista” latino-americana. Assim, seria possível supor uma relação entre os sentidos atribuídos à missão e as práticas de engajamento com as origens desses “quadros”. O que, por

sua vez, estaria ligado à formação de “movimentos, correntes, forças e escolas”, vinculados a centros universitários, como o de Louvain<sup>20</sup> (CORADINI, 2012, p. 87-88).

Para Coradini (2012), as origens desse “terceiro mundismo” estariam ancoradas nos empreendimentos de congregações religiosas atuantes em configurações como a brasileira, incluindo parte do clero europeu, além dos teólogos heterodoxos. Nesse tocante, Coradini também ressalta outros estudos, como o realizado por Pelletier (2000), que vincula o “terceiro mundismo” católico na Europa, especificamente, com o “utopismo missionário” e a experiência dos “padres operários”.

O espaço mais amplo, relativo ao mundo católico, tomado nas suas lógicas específicas de hierarquização e organização, sobretudo no que diz respeito ao caráter geográfico de sua estrutura internacionalizada, pode ser percebido por um viés semelhante aos processos inscritos em uma *dinâmica ocidental*, que estaria pautada pelo princípio exitoso de “estratégias universalistas ou de universalização do modelo europeu”<sup>21</sup>. Essa condição supõe uma espécie de referência privilegiada, geradora de uma demanda cada vez mais crescente, verificada em configurações consideradas como periféricas. Segundo essa lógica, os agentes sustentariam interesse em “[...] aperfeiçoar, modernizar, mundializar ou reinventar instituições, valores, posições etc., de ou em seus países de origem. Os porta-vozes terceiro-mundistas buscam, enfim, redefinir o que se joga em suas fronteiras” (BADIE & HERMET, 1993; BADIE, 1992 apud. REIS, 2013, p. 30).

Distante de constituir uma discussão efetivamente resolvida, consideramos as relações centro/periferia uma dimensão fundamental à compreensão de lógicas pertinentes à morfologia do espaço católico mais amplo e, mais propriamente, ao espaço de inserção e de atuação de ordens religiosas conformadas em um processo histórico de baixa autonomização das esferas sociais, como a representada pelos agentes os quais estudamos. Apesar do risco decorrente de apropriações pautadas pela relação em destaque, qual seja, o de transmutação direta por meio da

---

<sup>20</sup> Em pesquisa anterior sobre “engajamento de clérigos no Maranhão” (MACHADO, 2012), identificamos um perfil representativo desse “quadro internacional”, que teve parte de seu percurso de formação nesta instituição. Na oportunidade em que entrevistei o agente, ele afirmou que a Universidade de Louvain era um centro de referência em formação de “quadros” interessados em atuar no chamado “terceiro mundo”, característica que o teria motivado na referida instituição.

<sup>21</sup> BADIE, Bertrand. L'État importe. Paris: Fayard, 1992. \_\_\_\_\_; HERMET, Guy. Política comparada. México: Fondo de cultura Económica, 1993.

importação de problemáticas e questões originadas de modelos e esquemas de análise desenvolvidos nestes centros<sup>22</sup>, as relações de centro/periferia se revelam um recurso analítico profícuo no entendimento de determinadas lógicas sociais.

Dadas as condições periféricas de constituição do espaço católico no Brasil, é razoável considerar que, nesse universo, seja passível a observação de configuração semelhante à assinalada por Reis (2013, p. 31), na qual:

Importadores e os objetos selecionados (símbolos, modelos, tecnologias, noções etc.) dificilmente se impõem sem que sejam adequados aos códigos próprios (ou tradicionais) da dinâmica na qual buscam ser aplicados. Processo este que, somado às interferências das disputas internas (entre domínios, forças, “grupos” ou “personalidades”) – que pode ser resultado ou ter estimulado as estratégias de importação –, promove deslocamentos dos sentidos, dos formatos, das representações e das posições dos agentes que conformam esta mistura de elementos endógenos e exógenos.

No meio religioso, as lógicas de importação e exportação ou adequação de valores externos a códigos culturais específicos, seja de uma ideia, de uma concepção de igreja, de cultura, de história etc., são assumidas como dimensões presentes em determinados recortes que tomam por objeto relações sociais mais amplas entre agentes religiosos. Isso pode ser identificado, por exemplo, nas análises de Seidl (2007), em investigação que privilegia um conjunto de religiosos, qualificados pelo papel de intérpretes, que dariam sentido e legitimidade a uma versão de história na qual eles estariam inscritos, por investirem em carreiras religiosas, a partir das quais exercem um “trabalho de mediação cultural”.

Ao privilegiar a análise sobre um conjunto de recursos qualificadores desses religiosos, portadores de uma matriz étnica estrangeira, e marcados pelo “exercício do papel de mediação”, fenômeno esse reafirmado como prática possível dentro dos limites caracterizados por uma baixa autonomia das esferas sociais, no qual “[...] parte das estratégias de legitimação insere-se entre os esforços de consagração de estilos de vida, práticas sociais e valores culturais empreendidas dentro de diferentes esferas” (SEIDL, 2007, p. 78).

Na pesquisa de Seidl (2007), foram identificados elementos passíveis de apropriação pelo nosso estudo, no que se refere ao recorte, à ênfase e às especificidades de tratamento das dimensões exploradas. A principal aproximação

---

<sup>22</sup> O trecho refere às observações de Coradini (2012, p. 68) no que tange à formulação de problemáticas sociológicas concebidas em configurações periféricas. O autor “pressupõe que esse tipo de problema tem nas possibilidades de adoção de algum tipo de raciocínio analógico aos processos ocorridos nos países centrais seu principal obstáculo”.



consiste no exame das condições sociais e históricas que corroboram a elaboração de estratégias bem definidas, que conferem aos clérigos envolvidos o reconhecimento legítimo do trabalho de “[...] (re) elaboração de uma identidade e de (re) interpretação histórica de grupos sociais aos quais os agentes se vinculam sob vários registros” (SEIDL, 2007, p. 78).

Adotando indicadores que apontam para o nível de escolarização obtida pelos clérigos, sendo esta informada pelos títulos apresentados, pretendemos, além de identificar as condições particulares que endossam a circulação dos religiosos franciscanos, observar as possíveis influências dos processos de formação a que foram submetidos, e a tradução desses investimentos em concepções, ideias, valores, visões de mundo, que se revelam de diferentes maneiras.

Atentos às possibilidades estratégicas de escolarização e de aquisição de títulos, considerados como recursos que mantêm relação com a lógica de circulação dos agentes, direcionamos a análise no sentido de compreender os princípios legítimos de afirmação e de reconhecimento. Do mesmo modo, importa-nos a identificação de bases objetivas de circulação desses sujeitos, e também de conhecimentos, esquemas e modelos que caracterizariam uma dinâmica “periférica” ou de “terceiro mundo”.

Essa dimensão se coloca como via de análise devido a uma particularidade que caracteriza a população estudada. Por se tratar de uma congregação estrangeira, cuja origem ainda assegura relações diretas com sua matriz europeia, a Alemanha, observam-se pistas de uma dinâmica de circulação e contato de membros franciscanos com essa e outras configurações, que, em geral, são identificadas pela sua condição “central”. Por apresentar uma constituição que estabelece relações diretas com o “exterior”, consideramos esse dado para o exame das condições favoráveis ao “trabalho de construção da memória” e da identidade, levados a cabo por franciscanos no reduto maranhense.

Devemos, então, observar aspectos dessa atividade franciscana que, no caso que analisamos, apresenta-se com as seguintes características: em um primeiro momento, correspondente à chegada dos primeiros grupos de religiosos. Essa circulação teria sido verificada pelo deslocamento de um fluxo de agentes, bem como de ideias, valores e diretrizes sobre como atuar no “terceiro-mundo” que foram, por sua vez, repercutidos em espaços de formação com o propósito de

preparar os sacerdotes alemães<sup>23</sup> para o contato com outras referências sociais e culturais. Para o que convém a esse estudo, captar as condições particulares de adaptação e de contato com códigos culturais e sociais distintos dos de origem germânica pode nos dar uma indicação acerca de percepções, representações e identificações teriam produzido considerável influência no trabalho de construção e quanto às formas de gestão da memória pelos membros que investigamos.

Nos ajustes que se seguiram à primeira década de presença franciscana no Maranhão, em que se observou uma gradual assimilação de sacerdotes autóctones aos quadros da “Ordem”, o vetor dessa circulação passou a ser verificado no sentido da “periferia” para o “centro”. A paulatina consolidação e a afirmação da congregação no estado, as relações entre a nova “província”, no Maranhão e Piauí, com a sua matriz alemã, teria possibilitado o trânsito de seus membros por espaços e circuitos distanciados territorialmente, mas conectados à produção de esquemas de pensamento, visões do mundo social, concepções sobre o próprio domínio religioso, até mesmo aos papéis concebidos e assimilados de uma maneira legítima de exercício do sacerdócio.

Para o que está em pauta, examinamos as redefinições em suas distintas condições no tempo, a fim de visualizar que tipo de transações são mobilizadas e quais os critérios, legítimos e reconhecidos, são oportunizados por essa dinâmica relacional entre centro-periferia. Não se trata apenas de endossar a ocorrência de lógicas de circulação, mas de captar a interferência de tais lógicas nas condições do “trabalho de construção da memória” coletiva ou, ainda, de representações legítimas em concorrência com aquelas que são produzidas por indivíduos situados em outros domínios sociais.

Embora não se descarte outras influências possibilitadas pela dinâmica de circulação desses membros franciscanos, buscamos estabelecer uma associação direta entre esse fenômeno e certos investimentos efetuados, como os de formação intelectual. Essa circulação seria favorecida pela própria estrutura de que dispõe o mundo católico, sobretudo no que diz respeito a instâncias superiores localizadas

---

<sup>23</sup> Alguns relatos coletados indicam que os primeiros grupos de sacerdotes alemães buscavam formação direcionada - geralmente em sua diocese de origem - por meio de estudos iniciais nos seminários, ou em institutos especiais de preparação para missionários para uma espécie de seleção ou arregimentação de agentes interessados em exercer o trabalho pastoral na “nova missão” no Nordeste brasileiro (Dado extraído de entrevistas ao autor).

geralmente em centros da Europa, que recebem contingentes que investem sistematicamente na circulação internacional.

Essa estrutura conta com institutos próprios da congregação franciscana, situados em diferentes Províncias. No Brasil, destaca-se como centro de formação e circulação interna o “Instituto de Petrópolis”, no Rio de Janeiro, que foi destino comum no percurso de frades ligados à “Província de Bacabal”. No Nordeste, essa estrutura teria corroborado a adaptação de sacerdotes recém-chegados da Alemanha, nas décadas de 1950 e 1960, os quais eram submetidos a um tempo de assimilação cultural e de aprendizado do idioma. A “Província de Santo Antônio”, com casas de formação na Paraíba e em Recife, foi destino recorrente de religiosos que, posteriormente, se estabeleceriam no Maranhão.

Além de uma circulação interna, mais diretamente ligada ao fluxo de estrangeiros que adentravam o país, há registros, entre a população estudada, de casos de agentes com circulação internacional. Para esses, os deslocamentos transnacionais estariam relacionados, de modo predominante, à realização de estudos superiores e à qualificação. Assim, o engajamento na aquisição de títulos de mestrado e doutorado ou, ainda, o contato com a “cultura alemã” para o aprendizado da língua parece indicar uma base legítima de reconhecimento, de consolidação de laços de pertencimento ao grupo (as viagens de intercâmbio cultural também funcionam como uma espécie de imersão e contato com as “origens” da Província).

Nessa perspectiva, o processo de circulação pode ser representativo das lógicas de afirmação paroquiais (afirmação intelectual, de posições hierárquicas, administrativas e gerenciais, de causas legítimas etc.), que explicitam não apenas dinâmicas concorrenciais entre os alocados no mesmo espaço, mas também os colocam em situação de concorrência mais ampla.

Como já observado, visamos identificar, por meio dessa dinâmica, como os clérigos capitalizam as transações processadas e assimiladas no circuito centro-periferia, e, em que medida, recursos daí adquiridos são decisivos, ou não, no espaço de relações entretidas em diferentes meios. Essa via de análise viabiliza a verificação, de certo ângulo, da legitimidade e da eficácia dos recursos dispensados em condições de disputa, no qual outros trunfos, não necessariamente ligados a uma qualificação superior ou a experiências de circulação internacional, podem assumir relevância quanto à aferição de estima social e de reconhecimento conferido a determinados agentes.

Um caso emblemático de distinção resultante de uma biografia perpassada pelos circuitos centro-periferia é apresentado por Coradini (2012) ao explorar as relações da teologia com as ciências humanas e sociais e seus usos instrumentais para a fundamentação de tomadas de posição. Com essa abordagem, o autor demonstra a ocorrência de uma lógica de adesão aos estudos no exterior de sujeitos vinculados a duas denominações religiosas distintas e, dessa forma, enfatiza a centralidade da formação em teologia, cujo ensino da disciplina assume uma posição de destaque entre as ditas ciências humanas e sociais em uma configuração social determinada.

Em relação à verificação de outras questões particulares à configuração estudada por Coradini (2015), a exemplo da expansão do mercado superior de ensino, o que podemos remeter para nossa análise diz respeito às especificidades que as práticas marcadas pela relação centro-periferia assumem em determinados universos. A dimensão mais consistente que essa contribuição pode oferecer é sobre a necessidade de se evitar a cilada do pensamento por analogia, que tende a incorrer na transposição automática de esquemas e modelos.

Essa questão se impõe à pesquisa pelo fato de nossa abordagem se apoiar sobre o exame de mecanismos de construção e de edificação de uma “memória” de consagração coletiva, por meio de artefatos simbólicos, cuja autoria de produção e a organização de seus conteúdos estão baseadas em percepções de estrangeiros.

No entanto, como o universo analisado tornou-se heterogêneo<sup>24</sup> com o passar das décadas, devido à presença mais acentuada, atualmente, de agentes brasileiros que de alemães, a análise da publicação *Franciscanos no Maranhão e no Piauí* ratifica a identificação dos efeitos desses processos de diversificação de perfis e oferece algumas pistas sobre as disputas e os princípios de distinção, baseados em lógicas concorrentes que os clérigos empreendem com vistas à afirmação de posições e dos produtos de suas representações.

Destacamos a objetivação de propriedades e de recursos do sujeito que escreve e daqueles que são biografados ou mencionados, assim como dos conteúdos marcados por um tom de apologia, relativos aos seus trânsitos e trunfos

---

<sup>24</sup> Alusão à entrada de novos agentes na congregação, portadores de outras propriedades sociais e recursos, dando uma dinâmica à dimensão concorrencial que costuma ser verificada no interior de distintos espaços sociais. Nas edições tomadas para análise, essa lógica de concorrência é exposta de modo sutil, uma vez que, por características particulares ao universo religioso, o princípio da unidade precisa ser constantemente ratificado nas estratégias de autoapresentação, pelo menos no que se refere a uma autoimagem que pode ser oferecida publicamente.

de afirmação, valorizados e acumulados. A lógica de apresentação e os elementos selecionados na publicação prescrevem os princípios distintos de classificação, hierarquização social, lógicas de afirmação e de consagração operados sistematicamente por meio de transações simbólicas e objetivas, situadas em determinado tempo e espaço.

Por isso, o espaço de relações sociais, designado pela configuração de ordens religiosas presentes no Maranhão, integra um sistema privilegiado de interações, no qual diferentes congregações, incluindo os Frades Menores da Alemanha, situam-se concorrencialmente na atividade missionária, buscando desenvolver estratégias de notoriedade e afirmação, valendo-se, para tanto, da mobilização de recursos e de estratégias diferenciados.

Para a compreensão das lógicas de construção e de gestão de uma memória coletiva, produzida pela congregação franciscana ao longo das décadas, e dos efeitos dessa atividade, traduzidos em representações elaboradas sobre o Maranhão, faz-se necessário investir em uma espécie de reconstituição do espaço social em meio ao qual interagiram diferentes congregações religiosas no estado, no último século.

Adiante, esboçaremos alguns aspectos da morfologia e os indicativos de redefinição ou organização da estrutura eclesiástica, social e política no Maranhão, que teriam corroborado a configuração de um espaço marcado pela presença e atuação de ordens religiosas de diversas partes do mundo. Situando o espaço mais amplo de lógicas sociais e interdependentes, pretendemos delimitar um universo formatado por relações de distinção e de afirmação legítima que o domínio religioso maranhense representou, particularmente, ao se tornar um dos destinos de maior recepção de congregações, institutos e ordens católicas que circularam pelo Nordeste do Brasil.

### 2.3 O MARANHÃO COMO DESTINO SOCIAL DE ORDENS RELIGIOSAS

No Brasil, a circulação de missionários franciscanos oriundos da Alemanha teria atingido expressividade a partir do final do século XIX em diante. De acordo com um estudo recente sobre a “itinerância” e a influência da congregação em diversos espaços da dinâmica social e cultural brasileira, esse recorte histórico e

temporal demarcaria um “novo momento” dos empreendimentos de “missão”, descrito da seguinte maneira:

[...] o espírito missionário que move franciscanos alemães que deixam sua terra natal e rumam para o sonhado ‘Novo mundo’, com o objetivo de reerguer das ruínas a Ordem Franciscana no Brasil. A partir deste período e ao longo do século XX, várias cidades, conventos e igrejas do país receberam as marcas destes religiosos, que percorreram desde grandes cidades até longínquos povoados, florestas e áreas de árduo acesso (MELO, 2016, p. 21).

Com vistas a situar a presença da congregação na história do Brasil, Melo (2016) lista dois períodos propícios à entrada de franciscanos no país, sendo o primeiro momento aquele que remete ao contexto colonial e, o segundo referente ao período de transição para a República, em que o movimento de vinda de frades estrangeiros em busca de novos terrenos missionários se repete, no fim do século XIX.

De acordo com Willeke (1978), essa difusão de agentes era intermediada por solicitações a uma instância conhecida por “generalato” franciscano, com sede em Roma, e que tinham como objetivo pleitear o trânsito de frades de outros países na tentativa de preservar a existência da “Ordem” no Brasil. A exemplo do que ocorreu com a “Província” do Maranhão e do Piauí, em meados do século XX, o autor sublinha que foi a “Província da Saxônia” a encarregada da “missão” ocorrida em 1889, a pedido do Superior da “Província de Santo Antônio”.

Ao expor a definição do termo “Província”, Willeke (1978) oferece uma percepção mais ampla quanto à circulação associada à presença desses empreendimentos, que tiveram entrada em determinadas regiões. O autor aponta que:

Uma Província consiste num grupo de conventos que estabelecem uma unidade e são dotados de administração autônoma. A Província de Santo Antônio do Brasil nasceu em 1657 com sede em Salvador, a partir da ‘Custódia’ de mesmo nome, sendo a primeira do país. Em 1659, os conventos do Sul foram desmembrados, formando a ‘Custódia da Imaculada Conceição’ com sede no Rio de Janeiro. Em 1675, esta também se tornou Província (WILLEKE, 1978 apud MELO, 2016, p. 22).

Atualmente, a “Província de Santo Antônio”, com sede no Recife, abrange os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e a “Província da Imaculada Conceição”, com sede em São Paulo, engloba

os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina (MELO, 2016, p. 22).

Distante da intenção de propor um modelo explicativo sobre os processos de desenvolvimento de uma Igreja universal, o foco, aqui, se direciona para a tentativa de mapear o fluxo de circulação de distintas ordens e congregações católicas, que tiveram no Maranhão, dentre outros estados da região Nordeste, seu destino de atuação missionária.

Nosso propósito em esboçar a distribuição das ordens, tomando-as como agentes ativos em determinada configuração social, está diretamente conectado à estratégia de delinear analiticamente um espaço social específico, caracterizado pela coexistência e pela concorrência entre diferentes unidades sociais vinculadas às práticas e valores que definem o domínio católico.

Ao nos atermos ao processo de deslocamento desses sujeitos oriundos de diferentes partes do mundo, não centramos, necessariamente, a pesquisa em processos ou estruturas macroinstitucionais. Embora isso ajude a compreender esses trânsitos e deslocamentos coletivos, buscamos somente ponderar sobre como essa circulação é evidenciada e em como interfere em alguns mecanismos específicos de constituição de “memória” e de “identidade” dos agentes investigados.

A influência católica é um elemento primordial na formatação do espaço social maranhense. Durante os decênios do século XX, foram vários os registros da presença de congregações e de ordens religiosas estabelecidas sob a mesma justificção: fixar no Nordeste um projeto de vida missionária. Sob tal propósito se efetivou, de maneira sistemática, um fluxo transnacional de deslocamento de agentes religiosos, que interferiu não apenas na composição eclesial regional, mas também na configuração de outros níveis e esferas da vida social (amalgamadas) na (s) região (ões).

A presença de muitas congregações no Nordeste brasileiro deve ser situada dentro de um contexto mais amplo, estando conectada a determinadas lógicas sociais e políticas que reverberam, de certo no modo, no domínio religioso. Em análise historiográfica recente, Montenegro (2019) considera determinados condicionantes, com destaque para o debate político em nível internacional, além da ênfase sobre a composição de forças atuantes no cenário brasileiro nas décadas de

1950 e 1960, entre elas, a própria igreja, por meio das congregações religiosas estrangeiras.

De acordo com Montenegro (2019, n.p.), devido à expansão da influência da doutrina comunista no cenário internacional ocidental, “tema caro aos papas Pio XI e Pio XII”, foi verificado um movimento de reação por parte da Igreja, que institucionalmente autoriza o movimento de significativo contingente de religiosos para regiões como África e América Latina. O trânsito de missionários, motivado pela “encíclica *Fidei Donum*, publicada por Pio XII em 21 de abril 1957, tiveram como um de seus objetivos o trabalho de evangelização e de combate ao comunismo”. As dioceses de diversos países do Norte, principalmente aquelas de origem europeia, foram convidadas a colaborar com o envio de padres para regiões em que se dizia haver escassez de vocações sacerdotais e também onde as pregações materialistas avançavam.

O argumento apresentado é de que existiu uma correlação entre a crescente entrada de congregações religiosas no contexto brasileiro dos anos de 1950 e 1960, com ênfase para canadenses e norte-americanos, que teriam como propósito suprir a carência do quadro de agentes eclesiásticos, ampliando, por um lado, a capacidade missionária, além de cumprir uma função política, por outro. Essa circulação, as relações hierárquicas e política entre agentes da igreja são sintetizadas nos termos que seguem:

É mister assinalar que na igreja católica, uma instituição de poder centralizado, os padres estão submetidos à autoridade dos bispos. Desse modo, quer em razão da postura colonizadora/civilizatória dos padres imigrantes – que algumas vezes não revelavam compreensão para lidar com as demandas da cultura religiosa do Brasil – quer em razão da maneira como uma parcela significativa de bispos e padres brasileiros estabelecia relações com o poder político e econômico em suas dioceses, muitos padres da *Fidei Donum* evidenciavam significativas dificuldades nas relações de poder com os bispos brasileiros, a que deviam obediência (MONTENEGRO, 2019, n.p.).

O destino dos clérigos pertencentes a essas diferentes ordens, e a procura de um “campo de missão” eram legitimados, em nível local, pela autoridade arquidiocesana, mediante a firmação de convênios de permanência e de atuação nas jurisdições ao encargo da igreja católica do Maranhão. Desse modo, a cúria arquidiocesana de São Luís exerceu, na prática, a função de recepção e de distribuição dos contingentes do clero regular por diversas partes do território maranhense.



Oriundas de distintos países da Europa, as ordens e/ou congregações<sup>25</sup> foram efetuando sua fixação à medida que as condições se apresentavam como atraentes, tanto do ponto de vista dos recursos financeiros e da estrutura propícios à instalação e à adaptação de seus agentes como das oportunidades de realização de atribuições associadas ao “trabalho missionário”. Conseguimos identificar algumas das lógicas desses deslocamentos, constituídas no bojo do trabalho de gestão da memória, a partir do qual os agentes acionam, nos seus relatos, representações da “realidade” do destino social ao qual estão integrados.

A presença de ordens católicas em território maranhense tem se tornado foco de análises diversificadas quanto à objetivação das práticas dessas figuras coletivas, que se apresentam como religiosos a serviço de um propósito. Alguns trabalhos explicitam um teor laudatório/consagrador daquilo que geralmente colocam como sendo a “contribuição” que essas congregações ou ordens teriam dado a partir de sua inserção missionária em dado contexto. Parece ser o caso de estudos como o de Carvalho (2012), que focaliza as relações entre religião e educação, tomando por referência as intervenções do ramo franciscano, representado pelas irmãs Capuchinhas, no qual o teor de exaltação a sua atuação no ramo da educação, já contém no título “História da Educação do Maranhão” uma pretensão apologética.

Outras análises, com pontos de convergência em relação ao nosso estudo, como uma publicação conjunta de Neris e Seidl (2015), explicitam as diversas práticas sociais, marcadas pela presença de ordens e congregações estrangeiras. O estudo grifa, por exemplo, dentre as formas de inserção social desses agentes, à luz de uma perspectiva mais ampla dos processos considerados pela análise, a atuação de “congregações femininas, responsáveis pela promoção de projetos sociais, como a criação de educandários, clubes de mães, orfanatos, atuando ainda em hospitais e

---

<sup>25</sup> Em termos estritamente canônicos, não existe mais diferença entre ordem e congregação. O código de 1983 fala apenas em institutos de vida religiosa, sem diferenciá-los em duas categorias distintas como faziam o de 1917 e a tradição jurídico-eclesiástica anterior. Antigamente, pelo código revogado, “ordem” era o instituto de vida religiosa no qual o membro fazia votos solenes, enquanto na “congregação” os votos eram simples. Hoje, não há mais essa diferença, sendo que o código as agrupa, congregações e ordens, sob o título “institutos de vida religiosa”, os quais, ao lado dos institutos seculares, são espécies do gênero “instituto de vida consagrada”. Além desses institutos de vida consagrada (que se subdividem em institutos de vida religiosa e em institutos seculares), há as sociedades de vida apostólica, que se assemelham aos primeiros, por aproximação. Por tradição, consideram-se ordens os institutos que já receberam essa denominação, por professarem os votos solenes que, à época, eram diferentes dos simples, sendo o último deles a “Companhia de Jesus” – os jesuítas. Historicamente, todos os institutos posteriores, se eram de vida religiosa (afastados os institutos seculares, pois), foram denominados congregações (Dado extraído da página: <https://www.veritatis.com.br/diferenca-entre-ordem-e-congregacao-religiosa/>)

nas colônias para leproso em todo Brasil” (BRUNEAU, 1974; SERBIN, 2008 apud. NERIS E SEIDL, 2015, p. 137).

O mesmo estudo é mais específico ao apontar uma série de atividades atribuídas a um conjunto de agentes religiosos aglutinado nas organizações religiosas vindas do exterior. Nessa linha, são demonstradas algumas das principais ocupações que estiveram, e em alguns casos, ainda permanecem a cargo de congregações no Maranhão, como a articulação e a direção dos “cursos primário, ginásial, normal e colegial”, conduzidas pelas “Irmãs Dorotéias” (antes responsáveis pelo Recolhimento e Asilo Santa Tereza). O estudo em questão também menciona a presença das “Irmãs Missionárias Capuchinhas” à frente de “estabelecimentos de assistência a doentes”, além de mencionar que esse grupo “abriu diversos educandários femininos e forneceu aulas práticas de enfermagem, estando no princípio da criação da primeira Escola de Enfermagem do Maranhão” (NERIS e SEIDL, 2015, p. 137).

Ao desenvolverem sua exposição acerca dos registros de atuação de Ordens religiosas pelo Maranhão, os autores assinalam o modelo de atuação missionária dos “Capuchinhos Lombardos”, que ficaram notabilizados pelo “exercício da catequese junto aos silvícolas da região amazônica”, isso já em décadas anteriores ao recorte em que estão situados os frades alemães que examinamos. Essa dinâmica, caracterizada pela diversidade de práticas sociais atribuídas aos contingentes missionários estrangeiros, é corroborada, segundo assinalam os autores, pela percepção de que:

Além do trabalho apostólico realizado em numerosas paróquias do interior e nas Santas Missões, a atuação da ordem foi acompanhada por um forte engajamento educacional e sanitário. Em parceria com as Irmãs Capuchinhas, a abertura de colégios, hospitais e leprosários esteve também no centro da atuação pastoral da ordem e das estratégias de presença social missionária (Idem).

Os autores ressaltam, ainda, a amplitude dessa diversificação ao centrar no caráter multidimensional de um empreendimento missionário, a partir da referência empírica de atuação missionária dos padres Combonianos. Em linhas gerais, os autores sugerem que as experiências que abarcaram as ações desta congregação podem ser pensadas como “amplos programas de construção social com finalidades religiosas”. Aqui, são consideradas as relações de efetivação de determinadas práticas, segundo certos condicionamentos, a exemplo da exígua “presença do poder público” em algumas regiões, como é o “caso do espaço rural maranhense”.

De acordo com o estudo, iniciativas nesse sentido possibilitaram à Igreja afirmação gradual como uma “espécie de instância supletiva de carências infraestruturais, ensejados por uma densa rede de instituições” (NERIS e SEIDL, 2015, p. 138).

No que tange às lógicas que colocam o Maranhão como destino social de congregações religiosas estrangeiras, formulações como a explicitada oferecem indicações a respeito da construção e da percepção do universo relacional no qual orbita a unidade social representada pela “Ordem dos Frades Menores”.

Quanto à presença dos múltiplos ramos de congregações e institutos religiosos no Maranhão, temos registros de que, esta, se consolida, em grande medida, por meio de um tipo de controle institucional, responsável pela introdução dos religiosos na dinâmica cultural regional. Além do papel de requisitar, a autoridade institucional, representada pela arquidiocese, também administrava outros dispositivos, que tornavam legítimo o “trabalho missionário”, levado a cabo em diferentes lugares do Estado.

Em termos de instalação das ordens no território local, tanto o ramo “Capuchinho” como os “Frades Menores” apresentaram uma movimentação sistemática e difusa, marcada pela atuação de seus integrantes em diferentes níveis sociais, cuja dimensão do trabalho efetuado se revelou um elemento decisivo para a formulação de questões legítimas, logo, para a objetivação de suas inserções. Verificaremos, a seguir, o papel exercido pela Arquidiocese de São Luís nesse processo.

#### 2.4 O CONTROLE ARQUIDIOCESANO SOBRE O FLUXO DAS ORDENS RELIGIOSAS

Para além de condicionantes históricos e sociais, como as transformações observadas no âmbito da igreja universal (edição de encíclicas<sup>26</sup> promovendo a

---

<sup>26</sup> Verifica-se na Encíclica *Lumen Gentium* a presença de elementos de redefinição de orientações que certamente contribuiram para a circulação de considerável contingente de religiosos por diversos lugares. Um dos trechos que explicitam essa dinâmica faz referência à “consagração ao serviço divino e ao testemunho de vida”, que mediante a posse ou reconhecimento de determinados atributos valorizados nesse universo (“votos e compromissos sagrados”, “batismo” e “obrigação aos três conselhos evangélicos: castidade consagrada a Deus, pobreza e obediência”), são legitimadas as bases sobre o “dever de trabalhar na implantação e consolidação do reino de Cristo nas almas e de leva-lo a todas as regiões com a oração ou também com a ação, segundo as próprias forças e a índole da própria vocação”. Nesse sentido, a “Igreja defende e favorece a índole própria dos vários

expansão do catolicismo e ações missionárias), ou mesmo as redefinições mais específicas no cenário nacional<sup>27</sup>, a circulação e atuação de ordens religiosas no plano regional tem o seu “controle” ou “supervisão” efetivados pela cúria metropolitana ou arquidiocesana. Esse controle do fluxo sistemático de unidades sociais estrangeiras era exercido diretamente pelos Arcebispos que, mediante convênios firmados com os superiores das congregações, chancelavam o direito legítimo à permanência e à atuação em jurisdições oferecidas e negociadas junto à Arquidiocese.

A partir dessa prática, foi verificado um crescimento na Igreja no Maranhão, potencializado pela entrada de ordens e congregações em diferentes regiões. Esse fato estaria ligado a dois aspectos interdependentes, que configuraram um processo experimentado pela igreja no Brasil: o primeiro deles é a justificativa para a presença de ordens e congregações estrangeiras por conta de um “déficit” de “vocações” que inviabilizaria a renovação de novos quadros de sacerdotes prontos a assumirem “demandas” do trabalho pastoral. Essa carência poderia ser vista como um obstáculo à requalificação de questões próprias da atividade religiosa, dotando-as de um teor “politizado”, consoante às intervenções no espaço público (NERIS, 2014).

O segundo aspecto desse processo é atribuído à lógica de ampliação da oferta do exercício sacerdotal por meio do que foi chamado de “estadualização das dioceses” (MICELEI, 2009), desdobramento resultante da redefinição de atribuições pertinentes à igreja católica no Brasil, em contexto de ruptura com o Estado. Tais mudanças, portanto, teriam redefinido as bases nas quais os membros clericais deveriam colocar em prática movimentos visando à reafirmação de posições no espaço do poder, reordenado ao longo de décadas no século XX.

O espaço eclesiástico no Maranhão se expandiu em direção ao interior com a criação de novas dioceses, a exemplo da diocese de Bacabal, instituída oficialmente na década de 1960. A atuação de membros vinculados a diversas ordens religiosas desempenhou papel central nesse processo, que chamamos aqui de interiorização (ou regionalização) das dioceses. A própria diocese de Bacabal é um caso

---

Institutos religiosos” (retirado do site: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vati\\_const\\_19641121\\_lumen-gentium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vati_const_19641121_lumen-gentium_po.html)).

<sup>27</sup> Alusão feita às implicações que tangem à organização da prática religiosa em virtude de um novo arranjo político social, como a que teria resultado do processo histórico e social de instituição da República (MICELEI, 2009).

representativo dessa conexão. Quando da oficialização de seu novo *status* de diocese, os “frades” da “Ordem Menor” já estavam estabelecidos na região, com uma estrutura em vias de consolidação há pelo menos quinze anos, desde 1952. Sua presença e atuação pastoral, em um momento prévio ao desmembramento de Bacabal da Arquidiocese de São Luís, teriam produzido efeitos de legitimidade favoráveis à delegação de atividades atinentes às obrigações religiosas, levada a cabo pelos franciscanos inseridos na dinâmica da nova Diocese.

Ante as sucessivas redefinições ocorridas no domínio regional eclesiástico - processo conectado a um conjunto de transformações mais amplas -, a expansão da igreja maranhense seria, a um só golpe, tributária e incitadora de fluxos de membros religiosos. Essa plasticidade, experimentada no referido domínio, estaria diretamente ligada às condições particulares de organização e de afirmação dessas ordens/congregações em diferentes regiões do Maranhão.

A configuração em questão, já a partir do início do século XX, ilustra os processos social e histórico verificados nos domínios religiosos, pois, é marcada pelos deslocamentos transnacionais das ordens confessionais. Essa característica se combina com a plasticidade das inserções, em nível regional, desses sujeitos, que desenvolvem interações e disputas com outros que estão alocados em diferentes frentes de atividade social. Assim, os “empreendimentos missionários” inseridos na dinâmica social regional são elementos de complexificação da configuração assentada nos princípios imbricados nessa relação.

A fonte em destaque se trata de um recurso de sistematização, um tipo de enquadramento presente nas análises orientadas em examinar “as mutações na dinâmica católica em um território missionário”. Em linhas mais amplas, a referência que utilizamos compõe um estudo, cujas estratégias de análise estão orientadas para o entendimento das associações entre “as redefinições nas formas de exercício do ofício sacerdotal” e as reconfigurações das modalidades de circulação internacional de clérigos em situação de “missão no exterior” (NERIS e SEIDL, 2015, p. 130).

Os autores estão atentos aos processos que caracterizaram, no século passado, o que eles definem como uma “nova onda de imigração de missionários do Norte para o Sul”, que não estaria desconectada, segundo a análise, de outros processos, como as “modificações na instituição e nas formas de atuação religiosa” (Ibid.).

QUADRO 1 - INSERÇÃO DE ORDENS E CONGREGAÇÕES NO ESTADO DO MARANHÃO

Congregações	País de origem	Ano	Quantidade
<b>Lazaristas</b>	França / Brasil	1904	2
<b>Irmãos Maristas</b>	França	1908	3
<b>Lazaristas</b>	Holandeses	1937	4
<b>Jesuítas</b>	Itália	1927	5
<b>Missionários do Sagrado Coração de Jesus</b>	Itália	1946	6
<b>Franciscanos da Província da Saxônia</b>	Alemanha	1952	7

FONTE: Neris e Seidl (2015).

O quadro acima está inscrito em uma estratégia analítica que visa enfatizar, na esteira de outros autores, como Pelletier (1996) e Serbin (2008), conexões entre a ampliação da presença religiosa e o surgimento de novas congregações no âmbito internacional, assim como acentuada entrada de ordens religiosas masculinas no Brasil, de fins do século XIX ao início do século XX.

Em um nível mais específico de análise, Neris e Seidl (2015) localizam o “caso maranhense” no processo de descrição do que chamam de “evolução dos efetivos religiosos” o qual buscam ilustrar com base no uso de quadros como o demonstrado acima. Sua fonte de apropriação para a construção dos quadros foram os dados extraídos das “Estatísticas do Culto Católico Romano”, que permitiram aos autores mapear do fluxo de congregações estrangeiras em dado recorte, além de assinalar o vetor da “imigração religiosa” em direção a regiões com características periféricas, considerando que “a grande maioria das ordens e congregações provinha da Europa, com destaque para os religiosos italianos” (NERIS E SEIDL, 2015, p. 136).

A representação da presença de ordens e congregações no Maranhão permite esboçarmos algumas reflexões, as quais convergem com a análise efetuada por Neris e Seidl (2015). A primeira delas sinaliza na direção da tese da carência de quadros estáveis de sacerdotes autóctones para a realização dos trabalhos ligados à administração de paróquias e à prestação de serviços pastorais em geral

(ministração de sacramentos, celebração de missas, assistência religiosa às comunidades de povoados mais afastados etc.). No intervalo preciso de quarenta e oito anos, espaço de tempo que delimita a presença de sacerdotes Lazaristas (1904), até a chegada dos missionários franciscanos (1952), verifica-se um fluxo constante de presença religiosa estrangeira, praticamente em todas as décadas da primeira metade do século XX. Como fora indicado, a recepção desse contingente propiciou um ordenamento específico, contemplado pelo processo de expansão ou de regionalização da Igreja, a partir da zona de maior influência, que era a capital, em direção a sua interiorização. Ainda na esteira das redefinições internas, oportunas à entrada das diferentes ordens, podemos recolocar a reflexão sobre as formas de enaltecimento que determinados agentes operam no sentido de valorizar e dar coerência à autoimagem coletiva e individual que precisam construir e justificar em condições de afirmação mais ou menos convenientes e legítimas.

Essa questão emerge das próprias condições pelas quais as diferentes ordens tiveram que se defrontar ao longo das décadas para ratificarem, de modo permanente e eficaz, o reconhecimento social subjacente às práticas e às realizações efetuadas por seus membros. O fato de terem que se adaptar a códigos culturais distintos dos de seus países de origem, por exemplo, refletiu na elaboração de concepções sobre cultura, política, e até mesmo sobre as bases da prática religiosa. O trabalho constante de produção de representações, portanto, é influenciado pelos registros híbridos, e até paradoxais, produzidos nos múltiplos deslocamentos e trânsitos desses agentes.

A presença de religiosos, como Franciscanos, Lazaristas, Combonianos e de outras congregações missionárias pelo interior do Maranhão foi efetivada pelos interesses de gestão mais eficiente da igreja regional, para os quais a inserção das ordens estrangeiras representou um novo elemento na configuração das relações no domínio religioso e entre outros com quem os agentes estabeleceram algum tipo de interação. Convém observar que as lógicas favoráveis a essas interações acentuam a relativa fluidez de trânsitos e entrecruzamentos.

Centramos, aqui, precisamente nas condições favoráveis a essa movimentação no território maranhense. Procuramos examinar as estratégias e as lógicas desenvolvidas por agentes localizados no centro de operações sociais voltadas à invenção, à consagração e à justificação do trabalho da memória e de notabilização de uma congregação e de seus personagens.

Desse modo, a construção de identificações parece ter, em considerável medida, uma relação intrínseca com a destinação para qual se volta a atuação dos componentes da entidade. Proporcionalmente ao processo de consolidação da congregação (quando tem duração, inserção, circulação, adaptação e estabilidade no tempo), há a afirmação de modalidades de enraizamento e reconhecimento, ainda mais se levarmos em conta a força significativa das práticas e das concepções católicas (principalmente aquelas de matiz popular) na região do país em que está situado o Maranhão.

O fato de certas ordens terem sua destinação para lugares específicos do Maranhão, onde teriam se deparado com um “estado de decadência”<sup>28</sup>, conduz à seguinte reflexão: se a presença das ordens ou das congregações resultou na interiorização da igreja maranhense, em certa medida, esse fluxo teria instigado (via operações sociais levadas a cabo por certos agentes) o trabalho coletivo de construção de modos de identificações, não apenas amparados na consagração da história particular de cada “Ordem”, mas em como os mecanismos de produção dessas histórias incidem sobre maneiras distintas de percepção da própria “região”.

Se as motivações oficiais para a presença das ordens no interior maranhense forem explicitadas pelo viés da “carência” em relação a algo que estaria em constante falta, há retribuições simbólicas às congregações religiosas e seus representantes com disponibilidade de intervir na “escassez”. Portanto, é preciso buscar os atributos considerados necessários e mais ajustados a princípios sociais específicos, que dariam suporte a reputações e estimas, imputadas àqueles clérigos com disposições para certos tipos de intervenções.

O argumento apresentado introduz algumas reflexões pertinentes. Uma delas diz respeito a uma lógica socialmente enraizada nas relações, recorrente nos mais diversificados redutos da vida social, e que se revela particularmente relevante para as práticas e concepções constituídas por religiosos. Em configurações como a representada pela congregação que examinamos, uma característica se sobressai, a que resultaria de processos duráveis de imposição e de legitimação, consistindo no trabalho sistemático de produção social de um tipo de crença baseada na ideia de que o religioso franciscano deve orientar sua conduta de intervenção no mundo a

---

<sup>28</sup> Para uma análise sobre o signo da decadência que perpassa diversas interpretações sobre o Maranhão, ver ALMEIDA (2008).



partir da aptidão para praticar o “despojamento”, a “caridade”, o “serviço” e a “missão”.

Uma segunda reflexão conduz a derivações sociológicas atinentes à percepção de dois princípios que se revelam diretamente conectados, e que estão fundamentados no argumento posto sobre as motivações para a presença das ordens em situação de “missão”. Um dos princípios está ligado às condições históricas e sociais, compreendidas como legítimas desse universo de produção de valores, tomados como irrefutáveis por sintetizarem condutas de vida; outro princípio é colocado no sentido de se pensar que dados universo sociais, como o religioso, incitam determinadas intervenções que, em tese, não renderiam qualquer tipo de retribuição aos agentes que nelas se lançam.

Assim, importa captarmos como esses dois princípios se articulam, de modo a se produzir a seguinte prescrição: quanto mais eficaz, sutil e tácito é um conjunto de crenças baseadas em valores específicos do universo em pauta, mais contundentes são os atributos valorizados na aferição de excelência humana. Nas práticas religiosas como a que estão inscritos os franciscanos, a disposição apresentada para intervir na “escassez”, é proporcional às imputações de reputação aos agentes.

Os elementos introduzidos a partir dos argumentos expostos são inspirados pelas análises desenvolvidas por Pierre Bourdieu (1996), nas quais são apresentados os instrumentos apropriados para o exame de sistemas nos quais os sujeitos tendem a acionar motivações tidas como “desinteressadas” a fim de justificarem suas práticas sociais. Identificamos, nessa reflexão, o aporte fundamental para ponderarmos sobre o que um ato dito “desinteressado” pode significar em um campo específico (o religioso) onde os membros estariam orientados a evitar condutas manifestamente interessadas, especialmente as concernentes a interesses materiais ou econômicos. A referência em destaque oferece uma chave relevante para o entendimento de que, no universo religioso, a relação “interesse” / “desinteresse” se revela eficaz na identificação de atributos, mais ou menos, compatíveis / ajustados com determinadas concepções ou condutas práticas.

As motivações que justificariam a atuação franciscana, afirmadas pelo sentido da “carência”, assim como a objetivação de engajamentos assentados na lógica da “escassez”, convergem com a compreensão de que, no universo de práticas dos religiosos franciscanos,

os agentes sociais que têm o sentido do jogo, que incorporaram uma cadeia de esquemas práticos de percepção e de apreciação que funcionam, seja como instrumentos de construção da realidade, seja como princípios de visão e de divisão do universo no qual eles se movem, não têm necessidade de colocar como fins os objetivos de sua prática (BOURDIEU, 1996, p. 143).

Desse trecho é possível se extrair o entendimento sobre o próprio meio em que os agentes se movem dá-se o processo de constituição de certas “estruturas mentais” pelas quais esses mesmos indivíduos desenvolvem e aprimoram “disposições” (BOURDIEU, 1996), que se ajustam às condições objetivas de um domínio social. Essa premissa teórica sugere que a intervenção na “escassez”, e a mobilização - no sentido do que está em falta permanente - são condutas assumidas à custa de processos de socialização e incorporação de valores morais, culturais e éticos, que subsidiam a formulação de uma visão legítima desses indivíduos sobre o mundo, e de como seus representantes (os franciscanos) devem se inscrever nesse mundo social.

Os engajamentos efetuados por agentes franciscanos no Maranhão são associados aos processos estruturados e fundados na produção de disposições específicas. Essas disposições religiosas, vertidas a certos tipos de intervenções, são socialmente condicionadas a um repertório de práticas, sintetizadas por justificações como “caridade”, “doação”, “carisma”, “serviço missionário”, que os clérigos comumente apresentam no sentido de afirmação de uma conduta “própria” de quem é franciscano. Esse aparente “desinteresse”, contido na explicitação de condutas motivadas pela gratuidade das ações, não implica, necessariamente, em ausência de retribuições.

Nesse tocante, outras análises (REIS, 2015) demonstraram que em esferas sociais nas quais são verificados processos de consagração, os engajamentos são submetidos a “mecanismos da memória” que produzem um “efeito sobrerregenerador”:

São criadas ou redefinidas formas de gratificações (não materiais), baseadas na afirmação de valores como integração social, sentimento de participar de uma “causa justa” e engajamento em um uma “aventura rica de sentido” e de “devotamento” [...] (GAXIE, 1977 apud REIS, 2015, p. 221).

O raciocínio desenvolvido para se pensar as características das estruturas militantes pode ser aplicado, em analogia, ao universo das práticas engajadas daqueles indivíduos vinculados a uma congregação religiosa. Assim, grifamos que, nesses casos, a existência de motivações que incitam determinadas atitudes está

diretamente associada a um sentido construído em torno de “virtudes universalizadas” (BOURDIEU, 1996), que remetem às características ou às disposições que os agentes devem portar, de modo que as práticas às quais se lançam sejam consideradas legítimas e possam render retribuições simbólicas.

De modo similar ao que ocorre no universo analisado por Reis (2015), no recorte que estudamos as retribuições imputadas aos franciscanos se realizam no plano simbólico, graças à ativação (retrospectiva) de uma ideia de “memória”, tomada como “sinônimo imediato de lembrança”, que comporta, segundo a autora, uma “tripla lógica de retribuição implicando em benefícios e beneficiados”. Na sequência da exposição de seu argumento, ela assinala que

Na primeira (lógica), encontra-se a homenagem às “causas” em nome das quais [...] os beneficiados da luta seriam as categorias pelas quais os agentes lutaram (“trabalhadores”, o “povo”) e os “benefícios”, além da própria luta e das “vidas” que foram “doadas”, referem-se ao conjunto de “conquistas” posteriores às quais podem relacionar a contribuição daqueles militantes. Na segunda, encontra-se a celebração dos heróis cuja morte procura-se retribuir com a constante prestação de homenagens e formas variadas de consagração [...]. Na terceira, encontra-se a fixação dos portavozes da própria “memória” (das “causas”, dos “heróis”), que podem “beneficiar-se” pela detenção da autoridade legítima de acioná-la e defini-la (REIS, 2015, p. 227-228).

Segundo as lógicas demonstradas, resguardadas as especificidades de cada universo, observa-se uma convergência marcante entre o que é descrito pela autora – ênfase sobre a consagração no meio político e da militância política – e o que verificamos a partir do exame do trabalho de consagração da memória franciscana. É possível elencar os mesmos elementos apontados por Reis (2015) para pensar de que modo se estruturam, no campo de atuação dos franciscanos, as lógicas pelas quais se constituem as recompensas decorrentes de determinados engajamentos, e que relevância elas assumem nas operações simbólicas de consagração nesse universo.

Em nosso estudo, observamos que essas lógicas que fundamentam as recompensas pelo engajamento religioso se afirmam, do mesmo modo, naquilo que a autora enuncia como sendo a primeira lógica das retribuições. No trabalho de construção da memória do grupo franciscano, determinadas “causas” são apresentadas como singulares<sup>29</sup>, estratégia que visa notabilizar aqueles que têm sua biografia associada a participações diretas nessas “causas”. É precisamente aqui

<sup>29</sup> Dedicamos uma análise a este tema em capítulo específico na tese, situado na sequência.

que o exame dessas lógicas permite a compreensão sobre como o trabalho de consagração opera na seleção de “causas”, explicitadas para fins de homenagens ou como estratégias de singularização (da própria causa e dos representantes a elas devotados).

Em se tratando dos “beneficiados” e dos “benefícios” resultantes dessas operações de retorno, também averiguamos, no espaço de atuação franciscana, uma frequente alusão a categorias identificadas como destinatárias das devolutivas pelo engajamento. A depender da “causa” que é objeto da consagração, os beneficiados podem ser identificados em categorias mais genéricas, como o “povo”, o “trabalhador”, podendo aparecer de modo mais específico, em referência a grupos profissionais, como o “sindicato rural”, a “cooperativa” e o “sindicato de professores”. Os “benefícios” associados às retribuições implicam a valorização dos próprios empenhos pessoais dos agentes, da “luta” particular, dos perigos inerentes à “causa”.

As contrapartidas, no universo que analisamos, também são verificadas na dimensão da celebração, que pode ocorrer pela exaltação a “personalidades” consideradas marcantes (os “pioneiros da Província”, o “pai fundador”, o “bispo engajado”, entre outras); ou pelas lembranças e homenagens póstumas (placas em igrejas, menções em prédios urbanos etc.). Há, ainda, o “benefício” da afirmação ou da legitimidade dos membros selecionados para a tarefa de consagração da “história” e da “memória” do grupo, sendo ele próprio o “beneficiado” por ser o representante autorizado a falar sobre os pares, exaltando atributos, predicados, qualidades, inserindo-se, desse modo, entre os que são representados.

A representação dominante que circula a respeito dessas ordens religiosas está vinculada à ideia de um “protagonismo”, em circunstâncias descritas como “adversas” e em “causas”, por muito tempo, tidas como alheias às práticas religiosas. Por isso, a atribuição de uma conduta dita “politizada”<sup>30</sup>, quase sempre acompanhada de formas de reconhecimento dos agentes, parece constituir-se como recurso valoroso e como trunfo relevante às estratégias de afirmação, atuação e de produção de memória.

---

<sup>30</sup> Em sentido nativo, o termo é frequentemente empregado para designar o interesse e o envolvimento dos agentes por questões ou assuntos relacionados à política corrente, cotidiana, bem como remete a expressões de participação e a modalidades de intervenção no mundo social, como formas de engajamento e apoio a movimentos sociais.

De um modo geral, a entrada, a adaptação, a fixação e a estabilidade de ordens religiosas em território maranhense vêm acompanhadas da produção e da difusão de representações legítimas sobre o estado, que, além das “carências” sociais e materiais, também teria uma lacuna no efetivo religioso para os trabalhos pastorais<sup>31</sup>. Ambos os argumentos são endossados pela “urgência” da sua intervenção nas lutas sociais e nas “causas” que ajudam a construir e definir (conflitos por terra no interior, direito à moradia na capital, acesso à educação básica, assistência jurídica aos lavradores, defesa das populações indígenas, entre outras frentes). A “história regional”, as concepções e práticas de engajamento são subordinadas a esse seletivo e constante trabalho de gestão, classificação, rotulação e prescrição da / sobre a “realidade social maranhense”, segundo o ângulo dos seus formuladores legítimos e autorizados.

#### 2.4.1 Os convênios de permanência e as lógicas de deslocamento

Os princípios envolvidos nos processos de deslocamento efetuados por agentes missionários se baseiam na relação dessas Ordens ou congregações com a autoridade eclesiástica local (o Bispo). Pela Arquidiocese - instância de orientação das questões pastorais no domínio católico maranhense - eram elaboradas as linhas de ação da Igreja no estado. Dessa instituição também derivavam as definições das perspectivas de condução pastoral, administração do patrimônio eclesial e de atuação social da instituição religiosa, que se viram potencializadas por intermédio do trabalho das congregações em diversificadas áreas da vida social.

Assim, diferentes ordens e congregações, oriundas do continente europeu, adaptaram suas estratégias de inserção e de atuação em conformidade às “estruturas de oportunidades” apresentadas pela arquidiocese como “demandas” ou “necessidades”, convergentes com os propósitos formais dos empreendimentos missionários. Importante observar que a configuração eclesiástica do Maranhão não se manteve a mesma ao longo das décadas, em significativa medida, devido aos já

---

<sup>31</sup> Referência às atribuições associadas a um conjunto de rotinas ligadas estritamente ao “monopólio dos bens religiosos”, explícitos, na prática, por atividades de administração das paróquias e ministração dos sacramentos.

aludidos deslocamentos dessas ordens religiosas, ocorridos de maneira difusa. Isso explicaria não apenas um movimento de expansão da estrutura eclesiástica enquanto instituição, mas também de ampliação e capilarização das influências (práticas e concepções políticas, culturais, de organização social etc.) introduzidas pela lógica missionária.

As sucessivas movimentações e a consolidação da presença de congregações, legitimadas pela arquidiocese, constituíram, ao longo das décadas, uma configuração eclesiástica que atualmente está inserida em uma estratégia mais ampla de classificação e organização da Igreja do Brasil. Desse modo, os convênios de permanência cumprem um papel de formalização da presença desses sujeitos que representam as instituições (as congregações a que estão vinculados, a Igreja em sentido mais amplo), sendo alocados em circunscrições eclesiásticas, identificadas por “Regionais”. A Igreja do Maranhão está recortada e alocada na “Regional Nordeste V”.

Uma reflexão pertinente a esse tipo de recorte, verificado ao longo de processos sociais no tempo, remete à percepção da ideia de “região” como “objeto de lutas pelo poder de di-visão” (BOURDIEU, 2008). A morfologia que vai sendo (re) definida, em termos de “regionais” específicas (sul, sudeste, nordeste etc.) que ocupam um espaço objetivo e uma estrutura de organização propícia a intervenções no espaço social, é configurada por atos de delimitação e de fixação de limites, via de regra, estabelecidos por uma autoridade investida. Na lógica de circulação das ordens religiosas, essa delimitação parte de uma decisão papal que designa uma região específica como destino para uma congregação atuar, ou é instituída/incentivada/motivada por meio de documentos oficiais, a exemplo dos convênios de permanência.

O recorte regional entre áreas eclesiásticas onde se encontram muitas congregações acaba por acentuar, por exemplo, uma questão alertada Bourdieu quanto ao sentido das

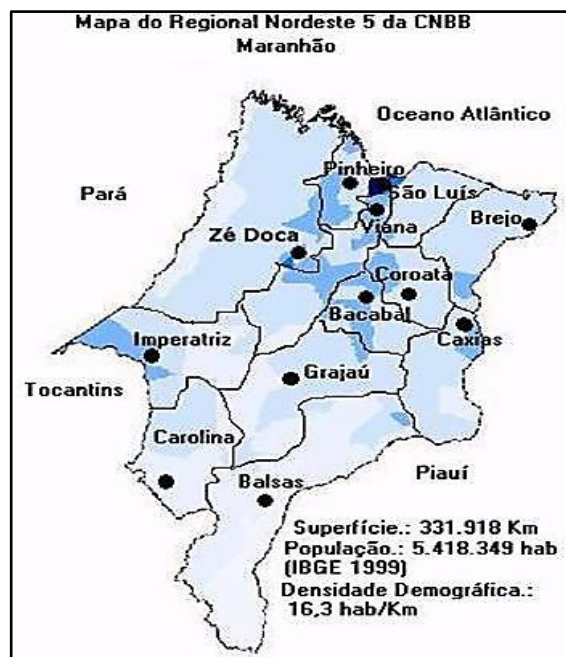
Lutas a respeito da identidade regional, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, sendo um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. (BOURDIEU, 2007, p. 113).

A pertinência objetiva dos atos que introduzem essas divisões, que têm o poder de (re) definir configurações regionais, alude ao “princípio da di-visão que introduz uma descontinuidade decisória na continuidade natural”, assim como a própria divisão regional do universo franciscano no Brasil, consiste na designação de “fronteiras traçadas (*regere fines*)” por meio das quais se “[...] objetiva a circunscrição de uma região e de um território” (BOURDIEU, 2007, p. 114).

As orientações em destaque auxiliam na condução de uma reflexão sobre os princípios legítimos das divisões que produzem efeitos sobre o domínio religioso católico no Brasil. O surgimento de uma “Regional” pode ilustrar processos dessa natureza, ao passo que se origina de decisões institucionais legítimas (as “regionais” constituem um tipo de classificação concebida no âmbito da CNBB). Nesse ínterim, podemos pensar que os atos que ensejam uma circunscrição eclesiástica - ou de qualquer outra instância católica, como uma diocese - introduzem condições práticas e simbólicas de existência desse nicho no mundo social.

Por esse raciocínio, os convênios de permanência celebrados com a arquidiocese legitimam não somente as divisões em si (no sentido de conferir existência concreta a uma instituição ou de estipular fronteiras), mas também autorizam aqueles que atuam a partir das configurações geradas por essas divisões a apresentarem estratégias próprias de afirmação e de reconhecimento. A atuação das ordens ou congregações na organização eclesiástica do Maranhão seria um indicativo desse processo.

A configuração que a “regional Nordeste V” representa, segundo classificação proposta pela CNBB, ocorre pela aglutinação de doze circunscrições eclesiásticas (dioceses), instituídas em determinado momento por meio de bulas papais, as quais delimitavam domínios institucionais legítimos. Às dioceses cabia o exercício da autoridade/influência religiosa, cultural e até política em determinadas regiões do estado. Inclusive, algumas delas tiveram a participação de congregações à frente de seu processo de instituição e de representação. Ao longo do século XX, a Província eclesiástica do Maranhão foi destino frequente de diversas Ordens, formatando, assim, a “Regional Nordeste V”, segundo a representação atualizada:



FONTE: <https://www.cnbbne5.org.br>

Por distintos momentos, as circunscrições eclesiais distribuídas em doze dioceses no Maranhão constituíram-se como referência para os deslocamentos das Ordens, assim como para o trabalho de consagração realizado por seus membros, sendo esse vínculo uma expressão de identificação que cada unidade (Ordem/congregação/instituto religioso) produziu sobre determinada região. Em todas as dioceses da “Regional Nordeste 5” se “verificou algum registro quanto à inserção do clero regular” (Entrevista com a secretária da Regional NE 5). Segundo o relato, a vinculação a determinada diocese dependia da anuência oficial da Arquidiocese, que requisitava, negociava, recepcionava, distribuía e orientava a inserção em demandas que os próprios agentes moldavam, mediante condições particulares que se apresentavam em cada tipo de inserção.

Pelo fato de representar o lugar das decisões da igreja no Maranhão e de, até certo tempo, não existir uma diversificação de “circunscrições eclesiais”<sup>32</sup> – havendo desmembramentos em outras dioceses apenas posteriormente – a Arquidiocese metropolitana exercia relativo controle ou condicionamento sobre a permanência das Ordens. A cidade de São Luís seria o centro de recepção das

<sup>32</sup> Observamos que a maioria das novas dioceses que constituem, atualmente, o que se reconhece como “Regional Nordeste 5”, foram oficialmente erigidas na segunda parte do século XX, à exceção da Arquidiocese de São Luís e da diocese de Caxias, as duas circunscrições eclesiais mais antigas do Maranhão. No que pese a presença de ordens no Estado, anterior à metade do século em questão, a predominância do fluxo referente a elas se verifica quando da emergência de novas dioceses, oriundas daquelas já existentes (Baseado em informações do Anuário arquiocesano, atualização de 2017).



congregações que se instalaram por longa permanência na capital ou em outros municípios. As condições para essa longevidade se consolidavam devido à celebração de convênios entre a congregação estrangeira e a autoridade episcopal.

O teor dos convênios geralmente versava sobre as condições de adaptação, fixação e de realização de trabalhos assumidos pelas congregações. Assim, a destinação de determinada congregação para uma diocese envolvia a negociação e a realização de acordos juridicamente firmados em documentos, que teriam por utilidade tornar legítimo o fluxo sistemático de entrada do clero regular estrangeiro tanto na capital como no interior.

Esses deslocamentos aproximavam contextos pastorais distintos – um, de matriz europeia, representada pelos deslocamentos estrangeiros para o Nordeste brasileiro; outro, de matriz nativa, representada pelas formas e estruturas de organização eclesiástica local -, acentuando um processo gradativo que resultou na interiorização e na abrangência do poderio religioso católico no Maranhão.

No intento de demonstrar como o espaço eclesiástico, regionalizado e marcado por diferentes “empreendimentos missionários”, se constitui no tempo, mapeamos elementos que orientam a percepção das lógicas de alocação das posições ocupadas pelas ordens em um espaço social mais amplo. Elas podem ser identificadas nos processos sociais que evidenciam uma diversificação de estratégias nas inserções e nas interações efetuadas entre diferentes ramos de atividades, na construção de “causas” legítimas, assim como no que se refere à participação nas disputas sobre representações em frentes de luta.

Os convênios indicam que o estabelecimento das congregações foi oportunizado pelos intermitentes deslocamentos geográficos, que já apontavam para determinados tipos de inserções. Considerando o contexto eclesiástico, social e político das décadas que se seguiram à chegada dessas congregações, com destaque para os franciscanos, de 1950 em diante, a atuação pastoral que implicava a administração de paróquias e atividades relativas a uma *expertise* religiosa logo se combinou a outros tipos de registros de atividade, transmutados em várias facetas, como as intervenções na educação, os modos de inserção na política, o suporte ao sindicalismo rural, a assistência jurídica a “causas legítimas”, as conexões com movimentos sociais etc. Nenhum desses desdobramentos de atuação constava, expressamente, como objeto de convênios, sendo consolidada sua presença em

determinada região (no caso dos franciscanos, no Médio Mearim maranhense) apenas posteriormente.

QUADRO 2 - CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE A ARQUIDIOCESE DE SÃO LUÍS E CONGREGAÇÕES ESTRANGEIRAS

Congregação	Região destinada	Objeto do convênio	Bispo responsável	Ano do convênio
Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo	São Luís (Santuário de S. José de Ribamar)	Cessão de terrenos	Dom Adalberto Sobral	1910
Franciscanos da província da Santa Cruz (Alemanha)	Bacabal	Administração da paróquia matriz	D. José de Medeiros Delgado	1954
Sagrada Família de Nazaré (Brescia – Itália)	São Luís e Pedreiras	Intermediação com governo	D. J.M. Delgado	1956
Custódia Provincial dos Padres capuchinhos	Pedreiras	Administração de paróquia	D José de Medeiros Delgado	1961
Filhas de Santa Teresa de Jesus	São Luís	Serviço do palácio do Arcebispado	D Antônio Fragoso	1964
Frades Menores Conventuais da Província Romana	São Luís	Assistência Pastoral urbana	D. João José da Mota e Albuquerque	—
Irmãs Dorotéias	São Luís	Obras sociais	D. João José da Mota e Albuquerque	1971
Congregação da Missão (Lazaristas)	São Luís (Santuário de São José de Ribamar)	Assistência religiosa	D. João José da Motta e Albuquerque	1979
Vice-Província Capuchinha do MA e do PA (OFM)	Santa Rita	Administração da Paróquia	D. João José da Motta e Albuquerque	1978
Padres do sagrado Coração de Jesus	São Luís	Renovação da concessão de admin. de paróquia na capital	D. João José da Motta e Albuquerque	1980

Congregação	Região destinada	Objeto do convênio	Bispo responsável	Ano do convênio
Missionários Combonianos	São Luís	Administração de paróquia na capital	D. João José da Motta e Albuquerque	1978
Irmãs Franciscanas Bernardinas (CE)	São Luís	Administração da residência episcopal	D. Paulo Eduardo Andrade Ponte	1992
Franciscanas da ação Pastoral (SP)	São Luís	Assistência religiosa, catequese e pastoral na periferia	D. Paulo Eduardo Andrade Ponte	1992
Communaute des Filles de la croix (França)	São Luís	Trabalho de formação junto aos combonianos e leigos	D. Paulo Eduardo Andrade Ponte	1993
Província da Bahia Companhia de Jesus	São Luís	Coordenação e direção da Pastoral da comunicação	D. Paulo Eduardo Andrade Ponte	
<b>Total: 16 congregações</b>				

FONTE: Quadro construído a partir do arquivo da Cúria Metropolitana – Arquidiocese de São Luís

Os dados organizados demonstram uma maior entrada de congregações ou Ordens religiosas na jurisdição arquidiocesana em áreas distintas de São Luís, ou mesmo na região metropolitana, como é o caso da presença de um clero regular que prestou sistemática assistência religiosa, entre outras atribuições, em paróquias na capital e no interior. No período compreendido por nove décadas, conforme consta no ano de referência<sup>33</sup> dos convênios firmados, são observados alguns elementos particulares desse processo de estabelecimento, de afirmação e de trânsito dessas congregações.

O primeiro deles parece indicar uma rotatividade constante, pois, com exceção de algumas congregações cujo vínculo preserva, ainda, alguma perenidade no cenário eclesial – esse é o caso dos “Frades menores”, dos “Capuchinhos”,

<sup>33</sup> No caso de alguns convênios analisados, trata-se de renovações de acordos firmados em anos anteriores. Ou seja, dos convênios examinados, nem todos coincidem, necessariamente, com o ato de celebração da entrada de determinada “Ordem” no Maranhão, mas seriam um indicativo de certa “perenidade”, no sentido de permanência no tempo, atributo frequentemente ativado por essas unidades sociais no trabalho de construção da memória coletiva.

dos “Conventuais”, dos “Combonianos”, entre outras com atuação na área da educação (“Maristas”, “Irmãs Dorotéias”, “Irmãs da Divina Providência”, “Irmãs de São Vicente de Paulo” etc.), o percurso de outras ordens não se afirmou em termos de longevidade. Para esses casos não consolidados, uma das partes do convênio manifesta intenção mediante motivo específico, sinalizando o rompimento com as atribuições acordadas e, conseqüentemente, adquirindo a condição legal para retornar à sua região de origem, ou para se instalar em outro território eclesiástico.

Esse fluxo, demarcado por redefinições em relação à permanência mais duradoura de certas congregações na região, conduz à ideia de que o ordenamento do espaço eclesiástico maranhense estaria subordinado a uma estrutura legítima – à Arquidiocese, tribunal eclesiástico responsável por dirimir conflitos entre as partes dos convênios, na figura do Arcebispo, quem endossava os termos dos acordos firmados – da qual dependia o processo de interiorização da igreja do Maranhão, via circulação das congregações.

O teor de alguns convênios aponta, inclusive em termos literais, o papel de *intermediação* exercido pela autoridade arquidiocesana na celebração dos mesmos. A permanência de Ordens, a exemplo da “Congregação da Sagrada Família”, teria sido intermediada pela Arquidiocese, em “negociações destinadas à transmissão, pelo governo de Estado, aos padres da congregação, da direção do Serviço de Assistência aos Menores (SAM)” na capital. A essa mesma congregação o convênio assegurava, em caso de não efetivação das tratativas, a administração de paróquias na capital, ou, ainda, a posse de um terreno doado por uma prefeitura municipal com a condição de ser criada e dirigida por representantes de uma Escola de Ensino Rural.

Em considerável frequência, quase todos os convênios firmados com ordens religiosas masculinas tratavam de termos relativos à administração de paróquias - muitas das quais foram construídas pelas próprias ordens -, à assistência religiosa, à tutela ou à gestão temporária do patrimônio arquidiocesano (prédios das igrejas assumidas por cada “Ordem”, mobiliário, centros de formação, terrenos e casas cedidas aos cuidados dos religiosos etc.).

Caso ilustrativo disso são os convênios firmados com instituições responsáveis pela direção administrativa de paróquias estratégicas para a Arquidiocese, como é o caso da região que corresponde, atualmente, ao Santuário de São José de Ribamar. Os documentos examinados mostram distintos momentos

em que pelo menos duas congregações teriam assumido obrigações, devidamente pautadas por cláusulas que estipulavam direitos e deveres perante a Arquidiocese, bem como estabeleciam os limites para as atribuições designadas. Aspectos, como tempo de permanência, período de férias, custeio relativo ao sustento dos sacerdotes, porcentagem de emolumentos repassados à Arquidiocese, obrigação de conservar e zelar pelo patrimônio ao encargo da gestão temporária das ordens, bem como, anuência para construir ou ampliar o patrimônio já existente, constituem, basicamente, os termos dos convênios firmados.

Independente da congregação que pleiteasse um convênio estar estabelecida ou não no Maranhão, as condições contidas nos documentos apresentavam pontos semelhantes, sobretudo no que se refere ao caráter gestionário e transitório do patrimônio arquidiocesano, ou quanto aos papéis hierárquicos<sup>34</sup> que pautavam a relação entre congregações e Arquidiocese.

Além da administração de paróquias, de prestar assistência religiosa e de realizar intervenções diversas em regiões de periferia - atribuições desempenhadas pela maioria das congregações - a área de atuação da Província da Bahia da Companhia de Jesus se distingue das demais. O convênio firmado em 1994 chancelava a essa congregação a coordenação e a direção da pastoral da comunicação. De acordo com o convênio em questão, “o setor de comunicação é responsável pela programação da Rádio Educadora (cujo teor é predominantemente religioso), pela programação de TV da Arquidiocese e pela elaboração do jornal mensal ‘Renovação’” (*Convênio entre a Arquidiocese de São Luís e a Província da Bahia da Companhia de Jesus*).

O mesmo documento destaca a importância do papel da comunicação para determinadas relações, o que envolve a visibilidade e a apresentação da imagem pública do Arcebispo. Nesse sentido, um dos pontos previstos descreve que a

[...] equipe de comunicação assessora o Arcebispo e a Arquidiocese no seu relacionamento com os meios de comunicação social: assessora entrevistas coletivas do Sr. Arcebispo e das pastorais, além de elaborar e distribuir releases para órgãos de imprensa e recolher notícias e informações das comunidades, veiculando-as através da programação da rádio, da televisão e do jornal ‘renovação’ (Convênio entre Arquidiocese e Província da Companhia de Jesus).

---

<sup>34</sup> Em todos os convênios é reafirmada, explicitamente, a “única” autoridade da jurisdição eclesial sendo exercida, de ofício, pela Arquidiocese de São Luís, representada pela figura do Arcebispo titular no momento em que os convênios eram firmados.

Outra particularidade observada diz respeito à designação de atribuições para as congregações masculinas e femininas. Embora constem pontos semelhantes nas cláusulas que tratam da regulação das relações com a Arquidiocese, verifica-se certa diferenciação quanto aos papéis definidos nos termos do convênio. Por via de regra, às congregações masculinas eram atribuídas as funções de gestão e de administração de paróquias, além de deterem o monopólio de certas atividades, como a ministração de sacramentos (batizados, comunhão, crisma, casamentos, celebrações de missa).

Quanto às congregações femininas mapeadas, afora o trabalho realizado na área da educação (Divina Pastora, Santa Tereza, Divina Providência, Patronato, São Vicente de Paulo etc.), foram verificados convênios cujas atividades eram destinadas a serviços internos no Palácio Arquidiocesano. Nesses casos, o acordo se dava via solicitação formal do Arcebispo junto às congregações femininas. Das congregações identificadas, as “Filhas de Santa Teresa de Jesus”, as “Irmãs missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus” e as “Irmãs Franciscanas Bernardinas” deixaram à disposição algumas de suas religiosas que, organizadas em comunidades com residência, prestavam assistência na administração da residência episcopal.

O trabalho das religiosas abrangia desde a formação de lideranças e a coordenação de atividades à frente do seminário Santo Antônio, ligado à Arquidiocese (envolvia ainda funções de secretaria, conservação do prédio etc.), bem como prescrevia o zelo com a residência e com os compromissos do Arcebispo. Ou seja, algumas congregações designavam religiosas para o serviço doméstico do palácio e como suporte em ocasiões formais de audiências. Outras congregações femininas, como as “Franciscanas da ação pastoral” (SP) e a “Comunidade das Filhas da Cruz” (França), tiveram em seus convênios a designação para atuarem na área de catequese e pastoral na periferia.

Ainda sobre a presença de congregações femininas, tanto na jurisdição arquidiocesana quanto nos limites de atuação das dioceses que surgem, estas foram tributárias do estabelecimento inicial de congregações masculinas as quais, depois de instaladas, buscavam apoio das congregações femininas para a realização de determinados trabalhos. Na região de inserção da “Ordem dos Frades Menores”, congregação que estudamos, foi registrada a presença de religiosas, cuja intervenção teria sido predominante na área da saúde (tema que possui menor

espaço de abordagem na “obra” examinada). O expediente da saúde corroborou a interação e a afirmação do chamado “propósito missionário”, que atuava em diversas esferas (educação, saúde, militância pela “causa” da terra etc.), e é identificado como resultante de uma relação de reciprocidade estabelecida com uma congregação feminina.

Ao enfatizar as várias congregações ou ordens instaladas no território maranhense, o estudo visa demonstrar que, ao longo do século XX, foi-se formatando um espaço local e regional, caracterizado por um processo de massificação da atividade religiosa, levada a cabo pelo clero regular oriundo de “empreendimentos missionários” de matriz estrangeira. Tanto a capital como o interior constituíram espaços de oportunidades à intervenção e à consagração social de congregações distintas, que se posicionaram enquanto porta-vozes do trabalho de elaboração de representações e na produção da autoimagem e de identificações a partir do espaço social maranhense.

Essa “interiorização” da Igreja do Maranhão tem sua concepção baseada em processos sociais, animados por ações específicas, que se revelam representativas de um tipo de fenômeno social suscetível a interpretações e representações que acomodam, predominantemente, estratégias de consagração nas quais as lógicas de circulação das congregações são apresentadas.

Um aspecto que os convênios nos permitem esquadriñar consiste no tipo de relações sociais perpetradas no estabelecimento de um espaço eclesial, cuja presença efetiva de um clero regular diverso sob muitos aspectos pode ter a informar sobre os princípios intervenientes no trabalho de produção da memória de um grupo e nos processos de construção de determinadas identificações.

Reiteramos que os convênios utilizados como fonte para construção do espaço relacional das congregações contêm o peso da oficialidade da instância que os produziram. Isso interpõe alguns limites às análises pelo fato desses documentos constituírem, quase sempre, a versão disponível que trata de determinados processos. O que elaboramos como objetivação, a partir do exame dos convênios, é que a circulação de congregações religiosas foi oportunizada (pelo menos na escala de análise situada na região) pelo gerenciamento de interesses distintos, tendo como agente central seria a Arquidiocese, na figura de seus representantes, os Arcebispos de cada época.

Ao passo que a presença das ordens teria cumprido uma função de suprir as demandas de assistência religiosa e de administração pastoral, estas passaram a compor um espaço de relações de força, cuja afirmação de lógicas internas de consagração explicitaria o modo pelos quais é concebido um conjunto de relações, que evidenciam percepções, a partir de mecanismos como os que dão suporte às versões legítimas em que os agentes investem.

#### 2.4.2 Panorama das congregações na regional Nordeste 5

Conforme pode ser identificado em uma das referências sobre história da Igreja maranhense - Pacheco (1969) -, o processo histórico-social de desenvolvimento da igreja local não teria fluído sem a presença efetiva do clero regular, marcado pelo trânsito de muitas congregações e pelo conseqüente trabalho de “perenização” das “realizações” e dos feitos reputados aos religiosos envolvidos. Distintas configurações podem ser tomadas para se pensar o espaço de relações de força designado, ordinariamente, como Igreja e que, mediante permanentes redefinições, sempre esteve suscetível a processos de mudanças.

Como fora exposto, a Igreja no Brasil se organiza de forma particular, em áreas ou regiões recortadas. Trataremos aqui, especificamente, da regional Nordeste 5, atualmente representada pelo estado do Maranhão. Tentaremos demonstrar o funcionamento eclesial regional, considerando as demais dioceses que compõem essa região.

Observamos que, nesse nível, tal como no arquiocesano, a presença das congregações religiosas ocorre de modo intenso nos últimos setenta anos, muito embora existam registros das inserções do clero regular em momentos mais recuados no tempo. Para efeito de recorte, que atende ao objetivo da última parte deste capítulo, adotamos o início do século XX para que seja apurada a circulação e os condicionantes históricos que facultaram a instalação de congregações, bem como demarcaram os processos e os instrumentos de afirmação e de consagração social dessas ordens.

Atualmente, a “regional Nordeste 5” se divide em doze dioceses, contando com a Arquidiocese de São Luís. A presença de congregações em regiões mais



afastadas do Maranhão, como no sul do estado, seria explicada pela iniciativa da Santa Sé em “povoar” um território, até então, inexplorado em termos de experiências missionárias. O processo de desenvolvimento e de entrada de religiosos nas dioceses mais afastadas geograficamente, como em Balsas e Grajaú, teria sido resultante de decisões de instâncias externas, porém, mediante ratificação e controle da autoridade arquidiocesana (como explicamos anteriormente), antes de outras dioceses serem constituídas e dotadas de autonomia (Site da CNBBNE5).

Podemos constatar que a presença de certas congregações no estado do Maranhão se baseou em um tipo de inclusão regional, caracterizada por frentes de ação específicas. Talvez o caso mais emblemático seja o dos “Irmãos Maristas”, cuja presença na capital foi notabilizada pelo ensino confessional, dimensão pela qual as ordens investem em estratégias orientadas, que visam à construção e à valorização da autoimagem. Dessarte, a “educação” do tipo “confessional” se apresenta como atividade concreta de inserção no espaço social mais amplo, assim como representa, para considerável parte das congregações, uma dimensão privilegiada, com vistas à construção de princípios sociais legítimos.

O caso de Balsas também expõe similaridades com outras dioceses. A presença de algumas congregações na região obedece a certo princípio de interdependências, que envolvem relações de “parcerias” ou de migrações interestaduais. Seria o caso das “Irmãs Franciscanas, de Bonlanden”, da Alemanha, e das “irmãs Franciscanas do Verbo encarnado”, da Itália, que entre 1987 e 1990, por meio de uma parceria com a Diocese de Passo Fundo – RS, estiveram presentes na região de Balsas – MA. Outro exemplo é o das “Irmãs da Providência de GAP”, congregação de origem francesa, “instalada em Minas Gerais, que teria migrado para Balsas, entre 1997 e 1998” (entrevista com a secretária executiva da “Regional Nordeste 5”).

As “parcerias” entre as dioceses, ensejadas pelos deslocamentos das congregações de uma regional para outra, demonstra um espaço que vai se desenhando em conformidade com os objetivos que balizam essa movimentação. Para além da justificativa nativa, que se baseia no argumento de uma “predisposição à missão”, estão lançados os condicionantes objetivos e subjetivos que interferem na decisão de se fazer presente em certo destino. Dito isso, consideramos a interveniência de possíveis interesses subjacentes aos convênios mencionados

anteriormente. Isso é possível, posto que certas congregações atuantes na região de Balsas estão presentes no Maranhão antes mesmo da criação da diocese.

Ainda sobre a configuração diocesana em pauta, seu histórico estaria associado à trajetória de uma das congregações relativamente longevas no século XX, que é a “Ordem dos Combonianos”. Quanto à atuação de sacerdotes ligados a essa congregação, tem-se registros “engajados”, no que se refere a práticas tidas como “politizadas”, o que se expressa na adesão a “causas” identificadas com segmentos sociais, destacando-se trabalhos dedicados a “causa” indígena e às ações recentes em defesa de comunidades afetadas pela presença da empresa Vale do Rio Doce [Projeto Justiça nos Trilhos] (BOMBIERI, 2012). Dessa forma, o itinerário dos Combonianos se mostra arrolado, em seus momentos iniciais no sul maranhense, a uma expansão do catolicismo “missionário” por lugares que não teriam sido acessados.

O objetivo da presença de congregações religiosas na região de Balsas, e em outras mais afastadas, era as suprir necessidades em termos de assistência pastoral. De acordo com as percepções apresentadas acerca da história desta diocese, a chegada da congregação dos Combonianos abrangeu

uma extensa região, que se estendia de Pastos Bons e Paraibano, no sentido de Balsas, passando a ter uma presença religiosa mais sistemática, diferente dos tempos em que o sacerdote aparecia uma ou duas vezes por ano em comunidades mais distantes (Entrevista com a secretária da Regional Nordeste 5, outubro, 2017).

Lógica similar teria sido verificada em dioceses como a de Grajaú, cuja presença e intervenção dos padres Capuchinhos no processo histórico e social daquele lugar remetem a uma organização que precede a recente elevação de Grajaú à condição de diocese. Uma memória ligada à construção da história desse grupo religioso no Maranhão é endereçada ao conflito entre sacerdotes e nativos daquela região.

Essa diocese também contou, ao longo de algumas décadas, com a chegada de congregações femininas, como as “Irmãs Franciscanas de Madre Rubata”, de origem Italiana, e as “Irmãs Capuchinhas”, que possuíam uma fundação no Nordeste brasileiro, engendrando situação idêntica à verificada na diocese de Balsas em relação ao processo de “parceria” pelo deslocamento interno de algumas congregações (Entrevista com a secretária da “Regional Nordeste 5”).

Nas dioceses da cidade de Imperatriz e de Carolina é recorrente o dado que informa sobre a presença de congregações já estabelecidas em outras dioceses. Esse é o caso das “Irmãs Capuchinhas” da mesma ramificação dos “Capuchinhos” de Grajaú e Balsas. Além dos “Capuchinhos”, na região de Imperatriz e Carolina, se inscrevem os sacerdotes “Dehonianos” e as “Irmãs de Notre Damme”, desde o início dos anos de 1990. Na diocese de Viana, notamos a mesma presença dos “Dehonianos” e das “Irmãs de Notre Damme”, o que denota uma circulação social e regional – considerando-se os processos específicos de constituição de cada diocese –, que demarcou uma sistemática de entradas a partir de um campo particular de referência (o religioso).

Na circunscrição diocesana de Coroatá a circulação das mesmas congregações atuantes na diocese de Viana se repete, com o registro de destacamento das “Irmãs Capuchinhas” para a capital com a finalidade de servir nas áreas da saúde e da educação. Exceção feita aos padres “Dehonianos” que, segundo informações da representante da “Regional”, não teriam exercido essas atividades na diocese de Coroatá.

Na diocese de Caxias, uma das mais antigas do Maranhão, elevada a essa condição ainda na década de 1930, foi registrado o predomínio do clero diocesano, uma vez constatada a presença de apenas algumas congregações já mencionadas anteriormente (“Irmãs Capuchinhas” e “Notre Damme”).

Na diocese de Brejo, foi observado o histórico do clero diocesano canadense que, a exemplo da diocese de Caxias, teve escassa participação do “clero regular” (congregações religiosas). Parte desse clero canadense instalou-se na capital, na paróquia do Monte Castelo, através da congregação feminina “Irmãs da Caridade”, de Montreal, se fazendo presente, ainda, as “Filhas da Caridade”, na diocese de Brejo e na paróquia de São Pantaleão, no centro de São Luís.

As congregações na região de Zé Doca registram a presença das “Irmãs Oblatas”, originária da Itália, e das “Irmãs da Sagrada Família”. Um dado relativo à história de Zé Doca enquanto circunscrição diocesana é que seu território foi prelazia de Cândido Mendes, antes de sua elevação à diocese, depois dos anos de 1950. A administração da Prelazia<sup>35</sup> ficou ao encargo do clero diocesano da Itália.

---

<sup>35</sup> De acordo com a explicação da secretária da Regional Nordeste 5, “Prelazia” trata-se de uma jurisdição eclesial desprovida, por exemplo, da “autonomia” de que goza uma diocese constituída. Essa “autonomia” teria relação com procedimentos de administração e de condições mais favoráveis

A região de Pinheiro também apresenta histórico semelhante ao da diocese de Zé Doca, tendo sua constituição eclesial sido influenciada, antes da condição de diocese, pelo trabalho de “missionários” vinculados à congregação “Sagrado Coração de Jesus” (italianos, belgas e holandeses). Já na configuração de “Prelazia”, a região em questão foi entregue aos sacerdotes da congregação mencionada.

A diocese de Bacabal, cuja origem data de, aproximadamente, quinze anos após o estabelecimento da “Ordem dos Frades Menores” nessa região, contou com a presença das “Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos”, nome que identifica tanto a Província OFM, com sede em Bacabal e no Piauí, como o estabelecimento escolar criado pela congregação.

Em relação à congregação alemã que se estabeleceu na região conhecida como “Médio Mearim”, as representações registradas na “obra” que analisamos (Capítulo 3 desta tese) valorizam a presença dos sacerdotes a partir de diferentes registros de atuação. Algumas “imagens” estão predominantemente associadas ao que os agentes consideram como atribuições da “missão”, como ilustra o conjunto de intervenções e de tomadas de posição políticas no tocante à defesa de “causas” legítimas que, em representações próprias dos religiosos, são rotuladas como “engajamentos sociais”.

À presença dos franciscanos na diocese de Bacabal são acentuados traços de “protagonismo” e de valorização no que toca à inclusão nos espaços e à influência em questões tidas como socialmente relevantes, pelo fato da estrutura diocesana ter recebido, por relativo tempo, suporte dos “frades menores”. A congregação portou-se de modo sistemático à frente desta diocese que contou, por períodos consecutivos, com a liderança de dois bispos franciscanos, ambos reputados pela “autoridade” e pela “liderança”, qualificações de perfis reconhecidos e prestigiados, tanto na configuração diocesana (no domínio religioso) quanto no espaço de poder mais amplo.

Em termos de ocupação regional, à congregação dos frades alemães, oriunda da Saxônia, coube a administração de territórios da região conhecida como Médio Mearim, no Maranhão. Para além da atribuição do “trabalho da missão” – termo que compreende um conjunto de ações simbólicas e práticas –, a ocupação do interior

---

de ingerência financeira e patrimonial que, no caso de uma Prelazia, seriam marcados pela escassez ou pela ausência de tais elementos (Dados baseados em entrevista).

maranhense alça os “frades menores” ao *status* de congregação representativa no espaço social regional. Notabilizada socialmente não apenas pelo quesito quantitativo<sup>36</sup>, mas também pela competência e pelos recursos mobilizados sistematicamente, esse elemento revela-se essencial no entendimento das condições que tornaram possível o trabalho de consagração de ações, realizações, acontecimentos, eventos, personagens e lugares das representações associadas ao perfil da diocese.

---

<sup>36</sup> O livro que analisamos indica que, antes mesmo da chegada dos Franciscanos alemães ao Maranhão (1952), a congregação já contava com a presença de outras províncias, situadas em estados do Nordeste, como em Pernambuco, Bahia e Paraíba. Essa rede estrutural já instalada teria servido, inclusive, como suporte à chegada dos Frades Menores da Saxônia ao Brasil. Na mesma fonte, existem, ainda, indicações dessa teia de conexão da congregação que envolve sua presença em outras regiões, como os Franciscanos de Petrópolis, no Rio de Janeiro (LÖHER, 2009).

### 3 “ORDEM DOS FRANCISCANOS MENORES” NO MARANHÃO: análise de uma publicação laudatória

A construção, ao longo do tempo, de uma (auto)imagem coletiva pretensamente “homogênea” e “coesa da “Ordem dos Franciscanos””, é um esforço de (re)elaboração de uma “história” e de uma “memória” comum, nas quais os “protagonistas”, as “causas”, os “eventos” e as concepções de mundo selecionados revelam as lógicas consagradas e as estratégias de perenização contidas nas versões apresentadas. No presente capítulo, examinamos uma publicação laudatória que se constitui na versão oficial sobre a “história” da congregação franciscana.

Em nível nacional, o universo franciscano conta em seus quadros com historiadores da “história franciscana”, teólogos, entre outros agentes reconhecidos pela atividade de pesquisa e de publicação. Alguns deles, mencionados por franciscanos de nossa pesquisa, estão situados no eixo sul-sudeste, ocupando posições em institutos geralmente ligados à congregação, ou em outras instâncias. Talvez o caso de maior notoriedade entre porta-vozes franciscanos tenha sido o do teólogo e intelectual da Igreja, Leonardo Boff<sup>37</sup>.

Fora do eixo mais central, há o caso de Frei Venâncio Willeke, reconhecido pelas múltiplas posições e atividades desempenhadas, em sua maioria, ligadas à produção intelectual, frequentando, inclusive, ambientes de consagração de renome nacional. Sua produção é composta por volumes publicados pela Editora Vozes e por edições da revista do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), entre outros, contando com uma ampla circulação nacional em redes de livrarias para venda *online*. Editorialmente robusto, somente na década de 1970 ele publicou 12 livros, entre os quais, uma “obra”, divulgada no ano de 1978, sobre a “história” dos franciscanos localizados na região Nordeste.

Herman Willeke nasceu no dia 28 de maio de 1906, em Lühtringen, na Vestfalia, da Alemanha ocidental. Filho de Gabriel Willeke e Agnes Linnenberg, o jovem Herman cursou os estudos iniciais em Vlodrop, na Holanda. Entrou para a Ordem franciscana em 1925, quando passou a usar o nome de Venâncio. A chegada de frei Willeke ao Brasil tem relação com o objetivo de complementação da

---

<sup>37</sup> Elementos da trajetória desse agente são examinados por Coradini (2012) em suas reflexões sobre a afirmação da Teologia como disciplina e área do conhecimento relativamente destacada, bem como a relação de apropriação ou usos em relação às Ciências Humanas.

sua formação intelectual e religiosa na Bahia, onde cursou Filosofia, de 1926 a 1928, e Teologia, de 1928 a 1932, ordenando-se sacerdote no ano de 1931. Após esses dispêndios direcionados à vida religiosa e cultural, dedicou-se a “cura de almas” a partir de 1932, na Bahia, e, de 1941 a 1944, em Pernambuco, onde teve um posto na imprensa católica do Recife e estreou nos seus estudos de história franciscana. Em Salvador, dirigiu uma editora, durante o período de 1950 a 1952, na condição de redator-chefe de revista, na qual publicou volume razoável de trabalhos. No exercício da sua “missão” de cura d’almas, esteve no Amazonas, Pará, Maranhão e Ceará. Em todos esses estados, frequentou instituições que tinham como finalidade a história. No Rio de Janeiro, onde circulava frequentemente, participou do setor de imprensa, a serviço da “Conferência dos Religiosos do Brasil”, instituição que integra as comunidades militantes no domínio religioso.

Frei Willeke aperfeiçoou seus conhecimentos técnicos neste setor profissional, buscando se especializar em um curso de jornalismo em seu país de origem, experiência que teria lhe rendido a aquisição de habilidades que contribuíram com o desenvolvimento de uma *expertise* relacionada ao que lhe foi atribuído por “confrades” do IHGB como uma qualidade em relação ao “bom uso da palavra escrita e falada” (Fonte: discurso de homenagem intitulado “Saudação a Frei Venâncio Willeke *O.F.M.*”, Revista IHGB, n. 279, 1968).

Em uma escala de menor abrangência, circunscrita aos domínios de atuação no Maranhão, situamos Eurico Löher e alguns de seus colegas “de Província”. No que se refere a produções que abordam o universo franciscano, é possível que a obra assinada por ele seja referência única, ou a mais mencionada em meio a certa escassez de produções entre os que compõem o universo mais específico de que tratamos.

Identificamos, basicamente, três tipos de produções: a primeira delas são as de cunho acadêmico que se tornaram livros e que, geralmente, exploram algum aspecto ligado à “teologia” ou “eclesiologia”, cuja autoria é creditada a frades que já ocuparam ou ocupam posições bem alocadas na estrutura dirigente da “Ordem” e da Igreja<sup>38</sup>. Esse primeiro tipo visa a excelência produtiva e/ou a visibilidade e o

---

<sup>38</sup> Caso representativo disso é o do “Dom Frei” João Muniz, ex-provincial da Província do Maranhão e Piauí (Nossa Senhora da Assunção), atualmente, dirigente à frente do arcebispado de uma diocese no estado do Pará. Dom Frei João Muniz fez estudos superiores fora do Brasil e foi quem assinou o prefácio da publicação organizada por frei Eurico Löher. O termo “Dom Frei” é usado para designar a

reconhecimento relevantes à inclusão em circuitos acadêmicos ou em outros espaços de consagração. Isso denota uma consistência na realização de esforços por meio dos quais esses indivíduos são identificados como “intelectuais” ligados à Igreja, tipo de estima certificada pela passagem por outros meios sociais (universidade, Institutos específicos etc.).

#### O “letrado” e suas publicações

A bibliografia de Frei Venâncio é das mais ilustres dentro do campo a que se tem dedicado desde 1963, a história da Ordem franciscana nas terras de Santa Cruz. No desempenho desta missão tem dado à publicidade trabalhos a respeito do Brasil, nas seguintes revistas estrangeiras: *Archivum Franciscanum Historicum* (Itália), *Nouvelle Revue de Science Missionaire* (Suíça), *Studia* (Lisboa), *Itinerarium* (Braga), *Boletim cultural* (Pôrto), *Arquivo Ibero Americano* (Madrid). A Enciclopédia Católica Alemã publicou onze trabalhos de frei Venâncio condizentes com aspectos histórico-culturais brasileiros. Com o mesmo espírito de nos fazer conhecidos, publicou dois trabalhos na Nova Enciclopédia Católica Americana. É colaborador da revista de Nova York, *The Americas*, publicando trabalhos de cunho rigorosamente histórico. Em revistas nacionais a sua atividade publicitária se mostra pertinaz, modesta e excelente. Ele vai desde a pequena revista recifense, *Santo Antônio*, até as *Vozes de Petrópolis*, passando por: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, *idem Escola de Belas Artes do Recife*, *idem Revista de História de São Paulo*, *idem Revista Campinense de Cultura*, etc. Em livro, a sua bibliografia abrange os publicados: o *Convento de Santo Antônio e do Senhor de Santo Cristo de Ipojuca*, separata da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, *São Francisco das Chagas de Canindé*, avulso: *Frei Vicente do Salvador, História do Brasil (1500-1627)*. V. edição comemorativa do 4º Centenário do Autor, corrigida e atualizada (Ed. Melhoramentos, São Paulo). No prelo, a sair – o livro dos *Guardiões do Convento de Santo Antônio da Paraíba*, e, em preparo, a nova edição do novo *Orbe Seráfico Brasílico de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão*, edição patrocinada pela Universidade Nacional de Recife (“*Saudação a Frei Venâncio Willeke O.F.M.*”, *Revista IHGB*, n. 279, 1968).

Outro tipo de produção são as de caráter mais biográfico ou autobiográfico. Nos dois vieses, a ênfase é nas características e nos trajetos dos autores, bem como oferecem um indicativo da posição ocupada por eles em dado momento, de todo modo, visando a algum tipo de consagração ou de heroicização dos trajetos e biografias. Essas autobiografias<sup>39</sup> são normalmente caracterizadas por crônicas sociais regionais, como as que realçam problemas enfrentados por frades recém-chegados, principalmente em situações de visitas pastorais em áreas distantes

---

condição de Bispo, autoridade eclesiástica atuante em uma estrutura da Igreja, e de frade, *status* de pertencimento à congregação que não se perde com o fato de um agente ser nomeado Bispo.

<sup>39</sup> Referência ao livro *Mala de couro*, que relata a experiência de Frei Adolfo Temme em suas desobrigas na companhia de Frei Heriberto, “confrade” mais experiente de congregação. Além dessa autobiografia, publicada em livro, Frei Adolfo continua dedicado à produção de crônicas (em página *online*), que combinam poesia, denúncia social e visão teológica nos escritos.



(assistência religiosa, ministração de sacramentos, apoio diante de ameaças por conflitos).

Encontramos, também, publicações sem o mesmo rigor das publicações que comportam a pretensão de servir como fontes históricas, ou mesmo, de serem concebidas como legítimos *lugares de memória*. Trata-se de um terceiro tipo de produção, nas quais o nome de Eurico Löher é identificado. . Sem ocupar posições de grande destaque em relação aos colegas de congregação, o autor de *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952-2007* exerceu, na maior parte do seu percurso, tarefas ligadas à administração de paróquias de grande porte, tanto em Bacabal como em São Luís, além de ter desenvolvido atribuições ligadas às finanças da Província e à direção do principal ginásio franciscano no Maranhão.

A obra em questão não teve uma circulação significativa, salvo em circuitos mais localizados (dentro das próprias “fraternidades”, junto aos mais novos em processo de formação e nas comunidades eclesiais de base, por exemplo). Em se tratando de uma publicação que possui caráter apologético, a origem da edição única, datada do ano de 2009, está ligada a uma solicitação da Província feita ao autor, com financiamento da Franziskaner-Mission de Dortmund<sup>40</sup>. A finalidade da publicação era a de celebração do quinquagésimo aniversário da presença franciscana que, à época do lançamento, já contabilizava mais de cinquenta anos nesta região (MA e PI).

Afora as características mencionadas, o que confere especificidade às duas publicações, de Frei Willeke e de Frei Eurico, guarda relação com o anseio de realizar uma síntese legítima da “história” do grupo, viabilizada pelas operações sociais permanentes, que implicam o trabalho de interpretação dessas publicações. Nesse sentido, ambas as obras - *Franciscanos no Maranhão 1600/1878 e Piauí 1952/1977* (1978), e *Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952-2007* (2009) - correspondem, simultaneamente (sem desconsiderar o intervalo de três décadas que separam as edições), às aspirações nelas contidas enquanto produto de um trabalho socialmente elaborado: perpetuar os princípios de consagração que embasam a produção de hierarquizações em domínios como o religioso, além de reivindicar um lugar estimado para aqueles que pleiteiam o monopólio autêntico da atividade de interpretação.

---

<sup>40</sup> Instância de auxílio financeiro e de suporte aos trabalhos missionários desenvolvidos pela congregação franciscana pelo mundo. Sua sede fica na Diocese de Dortmund.

De qualquer modo, é a partir da edição mais recente que um franciscano procura atualizar a “celebração da memória” sobre a trajetória que demarca quase oito décadas de presença da congregação nesses dois Estados do Nordeste brasileiro. Mais do que isso, é a oportunidade que ele tem de se inscrever nessa genealogia. Convém assinalar já de início que, embora a “obra” se dedique a tratar do Maranhão e do Piauí, concentramo-nos em descrever somente o Maranhão, posto que a percepção e o conhecimento mais acurados sobre a configuração maranhense torna o trabalho mais operacional.

Frei Eurico Löher é autor da versão de 2009, tomada para análise, não tendo sido identificadas outras publicações atribuídas a ele. O autor escreveu crônicas e deixou diversos registros em “livros de tombo” paroquiais (material não submetido à publicação). Portanto, dedicou-se mais a uma produção de rotina da administração em paróquias, sendo *Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952-2007*, provavelmente, a única “obra” mais sistemática e submetida a um tratamento editorial, creditada ao autor.

Natural de Luettringen, Alemanha, Franz-Josef, nome de Batismo do autor da publicação, nasceu nos momentos iniciais da Segunda Guerra (1939). Frei Eurico Löher, como passou a ser chamado no Brasil, foi o primeiro de quatro filhos do casal Heinrich Löher e Maria Risse. A exemplo dos contemporâneos de Ordem cursou seus estudos iniciais, o correspondente ao fundamental, em sua terra natal. Ingressou pouco tempo mais tarde (1951) no Colégio dos franciscanos, onde fez o “exame de madureza”<sup>41</sup>.

No final desta década (1958), prestes a completar vinte anos de idade, deu início ao seu “noviciado”<sup>42</sup>, que duraria até o ano de 1962, momento da consagração religiosa pelos “votos solenes”. Seus dispêndios em escolarização, seguindo um percurso padronizado para a maioria dos frades que se consagram ao sacerdócio, foram concentrados nas áreas de filosofia e teologia, com o curso em institutos da

---

<sup>41</sup> Exame de conhecimentos exigido pelos estabelecimentos escolares, cuja finalidade consistia em legitimar a admissão de alunos na transição entre níveis diferenciados de estudo. Por exemplo, esse exame era aplicado para demarcar a passagem do antigo primário para o ginásio (Informação extraída de entrevista com Francisco M. Fonteneles, ex-frade.).

<sup>42</sup> É a etapa inicial de ingresso, que representa a entronização na vida religiosa. Após um período de experiência, chamado postulante, tem início o ano de “noviciado”, momento em que a identificação “frei” é incorporada ao nome do estudante. É quando, também, é recebido o hábito e é efetuada a inscrição do novo membro na Ordem (Idem).

“Ordem” situados na Alemanha (Warendorf e Paderborn), sendo ordenado padre em 1964.

Assim como considerável parte dos seus estudos, possibilitados pelo ingresso no Colégio da congregação, Eurico Löher encontrou em estabelecimentos de ensino ligados à “província” da Alemanha a estrutura oportuna para atuar como docente. De certo modo, ele inaugurou um tipo de experiência no campo da educação, que viria a se repetir em outra função anos mais tarde, quando passaria a trabalhar na “missão” franciscana no Nordeste brasileiro. Detentor de conhecimentos em “idiomas, como grego e latim”, certamente em decorrência do viés clássico erudito característico do tipo de formação recebida, o religioso iniciou os seus estudos de língua portuguesa no estado de Minas Gerais, já no ano de 1968, quando chegou ao Brasil (Arquivo Provincial da “Ordem”, visitado em 2018/2019).

O trabalho de administração paroquial marca os primeiros dez anos (1969-1980) de seu percurso religioso, período no qual prestou serviços predominantemente em uma paróquia central de Bacabal, onde exerceu a função de “guardião”<sup>43</sup> de 1976 a 1979. Os quinze anos seguintes (1970-1995) delimitaram um período de inserção em uma paróquia de dimensões maiores na capital. Nesse período, a atuação de frei Eurico foi caracterizada por uma intervenção pastoral em diversas frentes, como o apoio à pastoral da criança, e a criação de uma rede escolar articulada em comunidades situadas na jurisdição da paróquia da Glória.

Em São Luís, o cargo de guardião foi mais uma vez exercido, durante um extenso período, de 1980 a 1992. Concomitante às suas obrigações administrativas, frei Eurico desempenhou funções na estrutura da entidade jurídica “Província Nossa Senhora da Assunção” (PRONOSA). Ele foi conselheiro/definidor da “província” nos anos 1979-1983; 1983-1986; 1989-1992; e 1992-1995, fazendo-se presente em postos da hierarquia por um relativo período de tempo.

---

<sup>43</sup> De acordo com Willeke (1978, p. 9), na estrutura de organização franciscana, o guardião é um superior de um convento com direito de voto no “Capítulo” (Assembleia geral realizada no âmbito da Província). As atribuições de um guardião consistem no trabalho de administração das fraternidades, englobando aspectos da dinâmica ordinária da moradia e de seus ocupantes, desde o planejamento semanal das atividades, até as estratégias de manutenção material, possíveis pela gestão dos recursos advindos do trabalho dos frades que integram determinada fraternidade. Ao guardião cabe também orientar de que modo as relações pessoais devem ser conduzidas no interior de cada fraternidade, visando introduzir uma rotina baseada nas interações harmônica, em observância às regras de convivência pré-estabelecidas em documento próprio da Ordem. (Entrevista com Francisco M. Fontineles, ex-frade e ex-formador de aspirantes a vida religiosa na congregação).

Na estrutura diocesana de Bacabal, fez parte do grupo dos consultores do “Conselho dos Presbíteros” e da “Comissão para Assuntos Econômicos”. Na década que antecedeu o seu falecimento, entre os anos 2000 e 2010, Frei Eurico retomou o contato com a educação, sendo nomeado diretor do “Colégio Nossa Senhora dos Anjos”, em Bacabal. Lá, deu sequência a uma administração que marcou amplamente a sua trajetória, agora em uma função distinta da tarefa de professor, que marcou os primeiros momentos de sua atuação como franciscano, ainda na Alemanha (“Personagem em foco”, “Voz da Esperança”, Boletim informativo da Diocese de Bacabal, Ano XXII, Nº 100 / setembro e outubro de 2013).

É também mais recentemente que a figura de Frei Eurico teve visibilidade, a partir de três momentos distintos: dois deles através de homenagens recebidas na Câmara de Vereadores de Bacabal, que lhe concedeu o título de cidadão bacabalense (Decreto Legislativo da Câmara Municipal de Bacabal, 29 de abril, 2003); e também por meio da edição *online* da coletânea da Academia Bacabalense de Letras<sup>44</sup>, na qual figura como patrono<sup>45</sup>, em homenagem destinada a “personalidades *in memoriam*”, de acordo com o critério de “atuação junto à cultura e sociedade regional” (Acessado em: <http://castroweb.com.br/coletanea> da Academia Bacabalense de Letras).

O terceiro momento refere-se à noite de lançamento e à sessão de autógrafos do livro *Franciscanos no Maranhão e Piauí*, evento ocorrido na “Paróquia da Glória”, onde Eurico Löher exerceu atividades por mais de uma década na capital. Importa observar que no ano em que aconteceu o lançamento do livro, em 2013, já se contavam quatro anos do surgimento da publicação (2009), ao passo que o evento do lançamento simbolizou, também, uma espécie de última homenagem em vida, visto que pouco tempo depois, no mês de setembro de 2013, o “autor” do livro viria a falecer (Acessado em: [www.coroadinhoemfoco.blogspot.com.br](http://www.coroadinhoemfoco.blogspot.com.br)).

Assim como a publicação assinada por Eurico Löher, a que data do ano de 2009, o volume publicado por Willeke, em 1978, também foi objeto de encomenda em circunstâncias que antecipavam momentos de comemoração, que delimitavam

---

<sup>44</sup> Instância ou “organismo” criado no início dos anos 2000 para dar visibilidade a “anônimos literatos”, na configuração de um espaço legítimo de agregação, fundado por um grupo de poetas e escritores, e que teve por propósito a notabilização da classe literária de Bacabal e da região do Médio Mearim (“Linhas gerais da ABL”, coletânea, 2015).

<sup>45</sup> É oportuno assinalar que entre os patronos homenageados na coletânea está, também, outro frade alemão, Solano Kuhn, que teve passagem pela política local (na função de secretário de educação) e também exerceu o cargo de diretor do CONASA por longos anos.

um período da presença do grupo em determinados lugares. Em termos de prestígio e de reconhecimento, Venâncio Willeke parece ter gozado de maior destaque por suas inserções e investimentos mais consistentes, conforme demonstrado em seu perfil, no que se refere ao campo das publicações, sendo o livro dedicado à “história dos Franciscanos no Maranhão e Piauí” (1978) sua última publicação.

O que podemos inferir é que trata-se de dois perfis que se aproximam pelo fato de terem produzido narrativas institucionais oficiais, mas que se diferenciam no que tange à relação mais ou menos “especializada” em termos de produção na área do conhecimento historiográfico, porquanto existem indicativos empíricos de diferenciação entre os “confrades” quanto às bases de recursos especializados para o ofício historiográfico, ou de produção de narrativas, de modo mais sistemático e profissionalizado.

Sendo assim, a incumbência de organizar e de assinar uma “obra” de consagração coletiva teria rendido a Frei Eurico, dentro do espaço de confrades que assinam algum tipo de produção, um *status* de reconhecimento, determinado pelas estratégias de consagração. Note-se que, diferentemente das estratégias contidas nas publicações de teor biográfico escritas por seus colegas, na única publicação atribuída a frei Eurico não são registrados vestígios autobiográficos. Nesse caso, a estratégia de consagração individual, o fazer-se reconhecido e prestigiado, não residiria em falar sobre si ou das narrativas de suas experiências próprias, mas em dar ênfase às histórias que perfazem uma narrativa coletiva.

O fato de Frei Eurico Löher ocupar posições relativamente dominadas no interior da “Ordem”, bem como orbitar em um contexto periférico, no qual possuir uma “obra” creditada em seu nome certamente representou uma espécie de retribuição simbólica, baseada no reconhecimento pessoal. Assim, parte do trabalho de consagração consiste em ativar princípios de identificação com foco nas mais variadas dimensões. Aquelas de identificação mais notória com o autor remetem à ênfase em sua imagem de educador e de apoiador das iniciativas em educação e moradia, a partir da organização das comunidades periféricas.

Para alguém que desempenhou funções diversas na administração eclesial, e esteve sempre submetido à hierarquia de posições, a valorização de nomes destacados pela posição de lideranças hierárquicas emerge como uma espécie de estratégia tributária do crédito franqueado pela instituição. Investido desse crédito, o autor é autorizado a organizar e a produzir representações e/ou

versões consagradoras sobre personalidades a quem ele dedica atenção na primeira parte da publicação, e, por essa via, tenta se inscrever em uma genealogia de “notáveis”.

A isso soma-se a presença de estratégias, por intermédio das quais o autor combina a apologia às histórias do grupo e o enaltecimento a personagens – quase sempre com o “protagonismo” centrado em colegas e não nele (no autor) –, além de dar destaque para eventos que dialogam com a narração de histórias particulares.

Por conseguinte, ao se colocar como alguém que apenas descreve, situando-se de maneira sutil em momentos pontuais da publicação, Eurico Löher exerce o papel do porta-voz, que desempenha essa atribuição pelo fato de ter sido contemporâneo das principais experiências descritas. Dessa maneira, o princípio das “experiências vivenciadas”, do tempo dedicado à construção de identificações sociais, ou de ter testemunhado esses processos de mediação de “causas”, parecem constituir os principais trunfos em favor de Frei Eurico na aquisição de reconhecimento próprio.

Uma das pretensões deste capítulo é identificar algumas das estratégias praticadas e os recursos propícios à edificação e à difusão de uma história legítima. Trata-se de compreender princípios de legitimação e de lógicas consagradoras, subjacentes à narrativa franciscana. Em linhas mais gerais, buscamos explorar princípios implicados na produção de representações, como a ideia de “geração” ou de “missão” que os clérigos exprimem ao elaborarem e explicitarem uma versão autêntica, com vistas ao reconhecimento de sua história.

O exame de seu conteúdo estará atento às relações de *interdependência* e às lógicas objetivas que definem a *configuração* específica que dele podemos inferir (as condições concretas, no Maranhão, para o trabalho de consagração). Quanto à dimensão que informa o espaço desses franciscanos, acentuamos que se faz oportuno o enfoque sobre as propriedades sociais e os recursos portados por eles, de modo que haja condições de compreender como está suportada a constituição de “panteões”, a partir dos instrumentos de representação acionados pelos agentes religiosos.

*Franciscanos no Maranhão e Piauí*, de Löher, traz dados biográficos sobre 55 agentes, identificados por menções nominais, e pelas descrições narrativas de eventos diversificados. Entre os quais, verificam-se aqueles que visam a reprodução de uma versão consagrada para a presença da “Ordem” no Maranhão, comportando

estratégias de (auto)apresentação da trajetória do grupo. Nessa lógica laudatória, têm destaque os relatos distintos de “experiências de fé” e seus principais desafios, de estratégias de adaptação à dinâmica cultural e social na “região”, da cronologia do processo de institucionalização da congregação no Estado, da emergência de estruturas de organização pastoral, de circuitos de interlocução, e do “engajamento social” em “causas” legítimas, como as identificadas com a questão da “educação” e da “terra”.

Ancorados nas potencialidades que esse tipo de abordagem favorece, buscamos situar a posição social dos franciscanos estudados e suas tomadas de posição, para isso considerando o exame de indicadores (origem social, investimentos escolares, culturais, militantes, entre outros) como base nas reputações estimadas. Apoiados nesse procedimento de análise, pretendemos objetivar lógicas sociais específicas, assim como as estratégias mobilizadas, as quais são imbuídas da tarefa de consagrar ou de atestar os produtos desse trabalho de consagração (o que ou quem deve ser submetido).

Como dimensão privilegiada, tomamos a noção de “memória” para refletir sobre a maneira como os agentes concebem seu espaço de relações sociais e (re) definem critérios de reconhecimento, mediados pelo trabalho de construção da memória, que deve ser entendida, também, como “fenômeno coletivo e social, constituído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201).

A possibilidade de exame do trabalho de memória considera as reflexões introduzidas por Maurice Halbwachs, que assinalou a impossibilidade de conceber o “problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos memória” (HALBWACHS, 1990, p. 9-10). As múltiplas referências a um passado, como as que são objeto de registros em uma publicação, constituiriam um esforço coletivo de “fixação das lembranças”, diante do risco dos fatos, eventos, ou outros elementos se tornarem “exteriores”. Nesse caso, determinadas “lembranças” necessitariam ser “salvas” e “escritas em uma narrativa” com a ambição de permanência (HALBWACHS, 1990, p. 82).

Essa dimensão de análise encontra compatibilidade nas formulações mais refinadas que Pierre Nora desenvolveu nos estudos sobre a memória. A potencialidade contida no conceito *lugares de memória* converge com os artefatos

simbólicos, na medida em que esses lugares, para Nora (1993), devem estar envolvidos por uma “aura de simbolismo”, como parece ser o caso de publicações com pretensões de consagração. Para esse autor, o que constitui o documento, o evento, o monumento enquanto *lugar de memória* é a presença de uma “vontade de memória”, que deve ter uma “intenção memorialista”. Para Pierre Nora, “a memória seria a vida sempre alcançada pelos grupos vivos, estando em evolução permanente, inconsciente das suas deformações sucessivas” (NORA, 1993, p. 9).

Ao examinar o trabalho de memória como objeto de manipulações sucessivas que intentam fundar um “consenso”, visualizamos alguns fundamentos que norteiam o modo de (auto)apresentação e sua constituição por elementos selecionados/articulados, cujo propósito se assenta em evidenciar, tornar notório, difundir, conferir reconhecimento e consagrar coletivos ou individualidades.

Pela característica elogiosa do nosso objeto, o trabalho de constituição da memória tende a se apresentar sempre múltiplo e sujeito a redefinições, podendo conduzir à compreensão, por exemplo, do “fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado” (POLLAK, 2012). A valorização de eventos e personagens, retrospectivamente referidos na estrutura da publicação que examinamos, parece prenunciar essa relação direta de identificação, mediada por um trabalho de memória que se projeta em direção a um passado, por sua vez, tomado como objeto de disputas genuínas.

Em outra perspectiva de estudos que toma como objeto de análise a questão da temporalidade, podemos observar o passado como estando pautado pelo presente. Destaca-se a concepção de que o passado deve ser considerado como uma “atualização no contexto”. Na acepção em questão:

(...) o passado irreversível e revogável, é construído e reconstruído em função de eventos emergentes no presente e do futuro projetado. A reconstrução simbólica do passado no presente é, portanto, um acordo de ajuste, permitindo o controle do presente, de sua mudança perpétua, de sua contingência, da aparição incessante do “novo” (MEAD, 1932 apud. HEURTIN & TROM, 1997, p. 7-16).

Examinamos os mecanismos de objetivação do trabalho de “protagonistas”, concebidos por expedientes de “perenização” no meio religioso, mas que podem ser amplificados para espaços sociais distintos. Nosso referente empírico é uma publicação concebida como fonte de uma das versões consagradas e legítimas sobre o percurso de um conjunto vinculado a uma unidade social que, em designação nativa, é chamada de “congregação” ou “Ordem franciscana”.



Precisamente a partir do universo religioso que os agentes são notabilizados e investidos do direito genuíno de se referir ao passado do grupo ao qual estão inscritos. A atividade de produção de histórias autênticas pode ser observada, no âmbito religioso mais amplo, como um recurso favorável à efetuação de estratégias de consagração da “instituição” e de seus porta-vozes autorizados.

É pertinente enfatizar que os instrumentos de construção da memória e da identidade se vinculam a processos sociais objetivos (modo como os esquemas de classificação podem ser estruturantes e ter sua base de reconhecimento), sendo constituídos e reproduzidos a partir de uma unidade social de identificação. Portanto, a noção de grupo, explicitada por termos como “os pioneiros”, “os iniciadores”, “os confrades brasileiros”, é aludida comumente para designar coletivos de agentes, a exemplo do que ocorre com os religiosos de nossa pesquisa.

Inicialmente, temos como objetivo proceder à descrição de elementos do livro, procurando extrair de seus pré-textuais (capa, prefácio, apresentação, sumário etc.) vestígios que possibilitem examinar a organização do “grupo religioso” no espaço social maranhense. Outras pistas informam sobre os processos de construção de identidade, concepções formuladas, sentidos de consagração, enfim, se atêm aos elementos que orientam o vislumbre de mecanismos legítimos, mobilizados na produção de estima e de reconhecimento de agentes a partir de princípios práticos que os situam no mundo social.

O exame da (s) publicação (ões) consiste em apurar os elementos explícitos ou subjacentes, que denotam os processos flexíveis e multifacetados de construção da memória, a qual é percebida como produto de tensões, disputas, plasticidade e concorrência pelo monopólio da (auto)apresentação da imagem do grupo. No bojo dos elementos da (s) publicação (ões), é importante que se leve em consideração alguns princípios pelos quais se estruturam possíveis versões da memória, apresentadas como extensivas ao conjunto de membros que se identificam com elas.

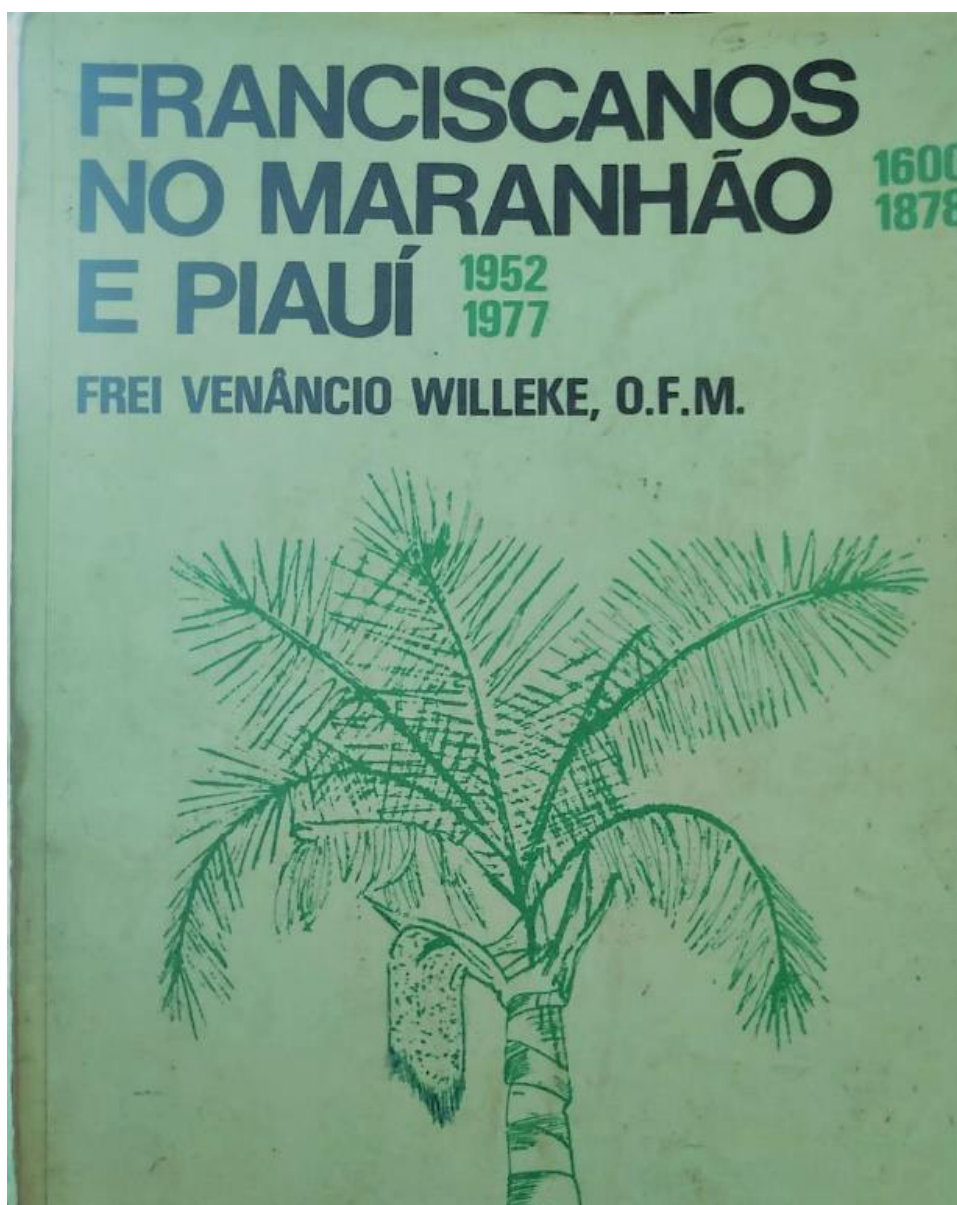
### 3.1 PRÉ-TEXTUAIS DAS PUBLICAÇÕES

Antes de nos debruçarmos especificamente no exame do material disponível na história recente dos franciscanos do Maranhão e Piauí, oferecida por Frei Eurico

Löher, são oportunos alguns apontamentos, ao menos acerca dos pré-textuais da versão da década de 1970, escrita por Frei Venâncio Willeke, sendo esta última a “obra” de referência da produção da primeira.

### 3.1.1 A edição de 1978

FIGURA 2 - CAPA



FONTE: Publicação (1978)

Em primeiro lugar, observamos na capa da edição de 1978 a identificação da publicação com o título apresentado em destaque (letras maiúsculas e em negrito).

A capa traz, também, a indicação do recorte temporal (datas), sinalizando que seu conteúdo se encontra organizado em períodos históricos distintos. Observam-se, ainda, logo abaixo do título, o nome do autor e a imagem de uma palmeira centralizada.

FIGURA 3 - SUMÁRIO

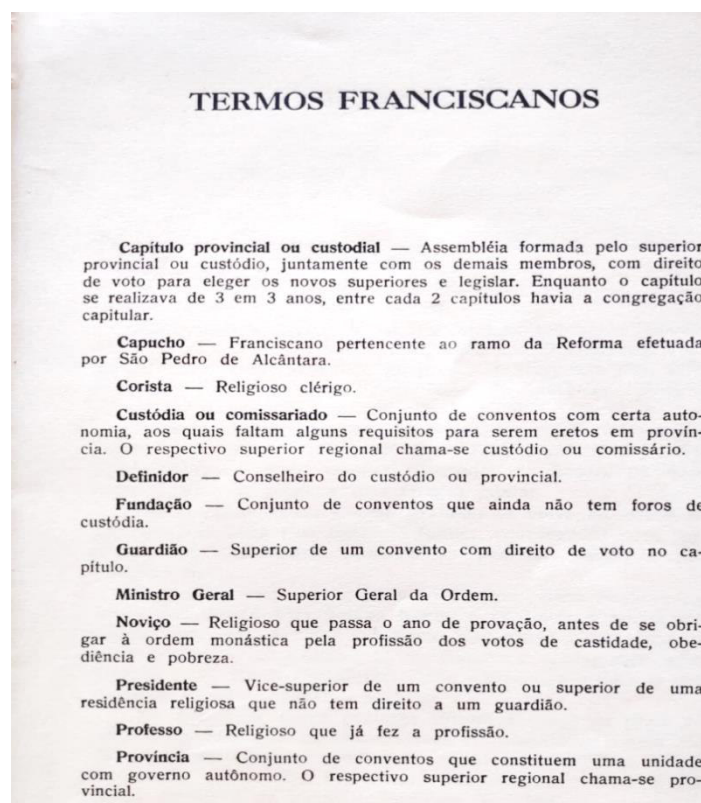
<b>SUMÁRIO</b>	
<i>Prefácio</i> , por Dom Frei Pascásio Rettler	5
<i>Termos Franciscanos</i>	9
<i>Apresentação</i> , por Frei Henrique Johannpoetter	11
<i>Introdução</i>	13
I. <b>MARANHAO FRANCISCANO 1600/1878</b>	15
II. <b>BISPOS FRANCISCANOS DO MARANHAO</b>	35
III. <b>GESTÕES DOS PROVINCIAIS E CUSTÓDIOS</b>	38
VI. <b>CONVENTOS E PARÓQUIAS DA CUSTÓDIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO</b>	51
A. Convento de Nossa Senhora da Glória e Paróquia de São Judas Tadeu em São Luís	51
B. Convento de Nossa Senhora dos Remédios e Paróquia homônima em Piripiri	57
C. <i>Bacabal</i> : Convento de São Francisco das Chagas, Paróquias de Santa Teresinha e de São Francisco das Chagas, por Frei Antônio Fernandes de Sousa	67
Colégio Nossa Senhora dos Anjos, por Frei Solano Kuehn	80
Seminário Catequético «Frei Jordão», por Frei André Otto	84
25 anos de Custódia e as Vocações, por Frei Evaldo Dimon	88
D. Convento e Paróquia de Nossa Senhora de Fátima em Vitorino Freire	90
E. Convento e Paróquia de São José em Lago da Pedra	94
Paróquia de São Luís Gonzaga	99
F. Convento e Paróquia de São Raimundo Nonato em Teresina, por Frei André Otto	104
V. <b>MOVIMENTO DE JOVENS NA DIOCESE DE BACABAL</b> , por Frei Henrique Johannpoetter	115
VI. <b>FRANCISCANAS QUE TRABALHAM NA CUSTÓDIA</b>	117
VII. <b>NECROLÓGICOS</b>	125
<i>Frei Félix Rademacher</i> , por Frei André Otto	125
<i>Frei Américo Goerdes</i> , por Frei André Otto	130
<i>Frei Ambrósio Kraemer</i>	134
<i>Epílogo</i>	137
<i>Bibliografia</i>	138
<i>Índice onomástico</i>	142

FONTE: Publicação (1978).

Na figura 2, temos a representação sistemática dos elementos abordados na publicação. Nessa seção, são explicitadas as estratégias de apresentação da “história” dos franciscanos, esquematizada em partes distintas, logo após a sequência que informa o prefácio e seu autor, uma página de “termos franciscanos”, a apresentação e seu autor e uma curta introdução.

Os tópicos I e II do sumário recorrem ao primeiro recorte temporal para situar a apresentação da história da congregação, segundo a cronologia de descrição do autor. Do III ao VI tópicos, a ênfase é dedicada à descrição de cada convento da “Província de Nossa Senhora da Assunção” que compõe o tópico IV. Os conventos descritos dentro desse tópico estão identificados por letras (de A a F). Os últimos elementos objetos de descrição, os tópicos V, VI e VII, tratam, respectivamente, de um movimento específico da Diocese de Bacabal, associando-o ao nome do custódio; também é dedicado espaço ao trabalho de uma congregação feminina na então custódia; são apresentados “necrológicos”, que são resumos biográficos de “confrades” já falecidos. Constam, ainda, no sumário, o epílogo, a bibliografia e o índice onomástico.

FIGURA 4 - TERMOS DE CLASSIFICAÇÃO NATIVA



FONTE: Publicação (1978).

No elemento pré-textual acima, Willeke elenca um conjunto de termos que são referências classificatórias pelas quais os clérigos se reconhecem mutuamente, assim como orientam sua organização interna nos conventos e paróquias no exercício de papéis, funções e autoridade, elementos essenciais em sistemas que apresentam lógicas hierarquizadas.

A presença de uma página com os termos específicos do léxico franciscano sinaliza o apuro do autor em dedicar, já no começo da publicação, um tratamento minucioso / detalhado, que visa a informar, de modo mais contundente, as particularidades sobre esse cosmos que o seu trabalho de interpretação tende a consagrar e a viabilizar no acesso da “obra” a um público leitor constituído de leigos.

Em suma, ao identificar uma relação de termos que o autor entendeu possuir relevância, trazendo-a logo entre as primeiras páginas da obra, denota, também, uma estratégia de apresentação sistemática e didática sobre o universo descrito pela publicação.

O pontual prefácio, de duas páginas, leva a assinatura de Dom Pascásio Rettler e ostenta, na parte superior central, o seguinte título: “Franciscanos: 25 anos de Serviço no Maranhão e Piauí”. Arrolamos como pontos enfatizados: 1) Situa o tempo de enraizamento dos frades alemães na região; 2) Assinala “a razão” da vinda dos frades (dar prosseguimento à missão dos confrades portugueses dos séculos XVII e XIX); 3) Menciona a chegada dos quatro religiosos da Província da Santa Cruz e enaltece a “memória saudosa” de Dom Adalberto Sobral; 4) Informa sobre o contingente de frades na diocese de Bacabal, enaltecendo o “ardor apostólico” dos missionários chegados ao Maranhão (ressalta a escassez da “mão de obra autóctone”); 5) Sintetiza em um parágrafo de seis linhas a que se dedica a edição comemorativa das “Bodas de Prata da Custódia”, a saber, tratar das atividades pastorais e culturais nos vários campos de trabalho; finalizando com agradecimentos breves.

No início deste volume, está, ainda, uma apresentação de duas páginas, assinada por Frei Henrique Johannpötter. Foi Custódio quem fez o convite a Venâncio Willeke para que escrevesse sobre os primeiros 25 anos dos frades alemães no Maranhão. Grifamos, a seguir, algumas ênfases dadas nos parágrafos: 1) Menção aos sucessos e aos revezes a serem documentados por Willeke; 2) Agradecimento ao “renomado historiador”, que imprimiu cunho científico às fontes, exaltando o esmero que ele teve ao relatá-las em “estilo fluente” e ao “alcance do

povo”; 3) Reconhecimento a um grupo de confrades<sup>46</sup>, aos quais é imputada a autoria da ideia da publicação; 4) Felicitações e reverências a um conjunto de órgãos e seus representantes (Ginásio CONASA e seu diretor<sup>47</sup>, às Irmãs Franciscanas e ao Seminário Catequético), menções de “gradidão” a outro grupo de frades, ao Frei Alberto Mersman, lembrado pela “colaboração na fundação da Universidade Federal do Maranhão” e aos Freis Celso Schollmeyer e Eraldo Stucke, estimados como “pioneiros na pastoral incipiente de 1953”; 5) Menção de gradidão ao Frei Francisco Pohlmann, idealizador do “Seminário Catequético”; 6) Agradecimentos genéricos aos cooperadores leigos das paróquias; 7) e, por fim, menção de “gradidão coletiva” a prefeitos municipais de Bacabal, destacando o “apoio moral” dos que ajudaram na caminhada ao que homenageou o patrono da Ordem com o nome de uma avenida”.

QUADRO 3 - INFORMAÇÕES SOBRE OS FRADES MENCIONADOS

Frades	Descrições Biográficas
Aduino Schumaker	Nasceu em 1910 (Chopim/Paraná), Brasil. Filho de pais alemães e neto de avós descendentes de poloneses (paterno materno). Fez estudos primários, secundários e preparatório para a vida religiosa no sul e sudeste (fluyente em português e alemão). Entre outras funções, foi cooperador paroquial e revisor tipográfico. No Maranhão, foi Pároco em Bacabal (1953) e São Luís Gonzaga (1958-1967).
Evaldo Dimon	Nasceu em 1941, em Altenberge (Distrito de Steinfurt), estado de Nordreihn-Westfallen. cursou os estudos básicos em seu lugar de origem. Filho de pais lavradores com escolarização até o fundamental. Seus avós eram pequenos proprietários (a família lidava com terra, gado, leite, cultivo). Chegou ao Brasil em 1967. Passou pela Universidade de Recife (convalidação de diploma). No Maranhão, exerceu funções de pároco, definidor, professor e diretor.
Frei Otto	Nasceu em 1935, na Alemanha. Foi diretor do “Seminário Catequético”. Trabalhou na Paróquia de Santana (Bacabal). Faleceu em 1999, em seu país de origem.
Frei Solano Khun	Nasceu no ano de 1919, em Bielefeld, na Alemanha. cursou os estudos básicos na sua região de origem. Prestou serviço militar. Chegou ao Brasil em 1952, para atuar como missionário. Estudou língua portuguesa em Canindé (Ceará). Foi vigário em Piripiri (1953-1958). Em Bacabal, dedicou-se à educação, exercendo atividades como professor e diretor.

<sup>46</sup> Os Freis mencionados são: Aduino Schumaker; Frei Otto; Evaldo Dimon; Solano Kunh e Antônio Fernandes de Sousa.

<sup>47</sup> Menção ao Diretor Frei Solano Khun.

Frades	Descrições Biográficas
Antônio Fernandes de Sousa	Nasceu em 1937, em Maceió, no estado de Alagoas, Brasil. Fez estudos fundamentais em seu lugar de origem. Foi o primeiro brasileiro a ingressar como frade no Maranhão. Foi ordenado sacerdote no ano de 1962.
Alberto Mersman	Nasceu em 1912, em Vellern / Bochum, na Alemanha. Kursou os estudos primário, secundário e científico na Holanda (Colégio São Ludovico), entre os anos de 1918 a 1932. Entrou na Ordem em 1932, onde kursou Filosofia e Teologia. Foi chamado para as “Armas”, servindo como enfermeiro. Foi “prisioneiro de guerra”, na Rússia. Estudou língua brasileira em Campina Grande, no Brasil. Chegou a São Luís em 1952. Foi pároco da paróquia da Glória e professor universitário.

FONTE: Materiais coletados no Arquivo Provincial e Entrevistas

Sobre os outros três frades mencionados (Celso Schollmeyer, Eraldo Stucke e Francisco Pohlmann) não obtivemos dados biográficos mais consistentes, tendo sido identificadas apenas as seguintes informações: todos são naturais da Alemanha, nascidos, respectivamente, nos anos de 1920, 1913 e 1919. Ao ingressarem na Ordem, os dois primeiros exerceram funções ligadas à administração de paróquias (pároco, vigário, guardião etc.). Frei Francisco Pohlmann chegou a ocupar posições hierárquicas de maior destaque na hierarquia da Província no Maranhão (foi Superior e Comissário).

### 3.1.2 A edição de 2009

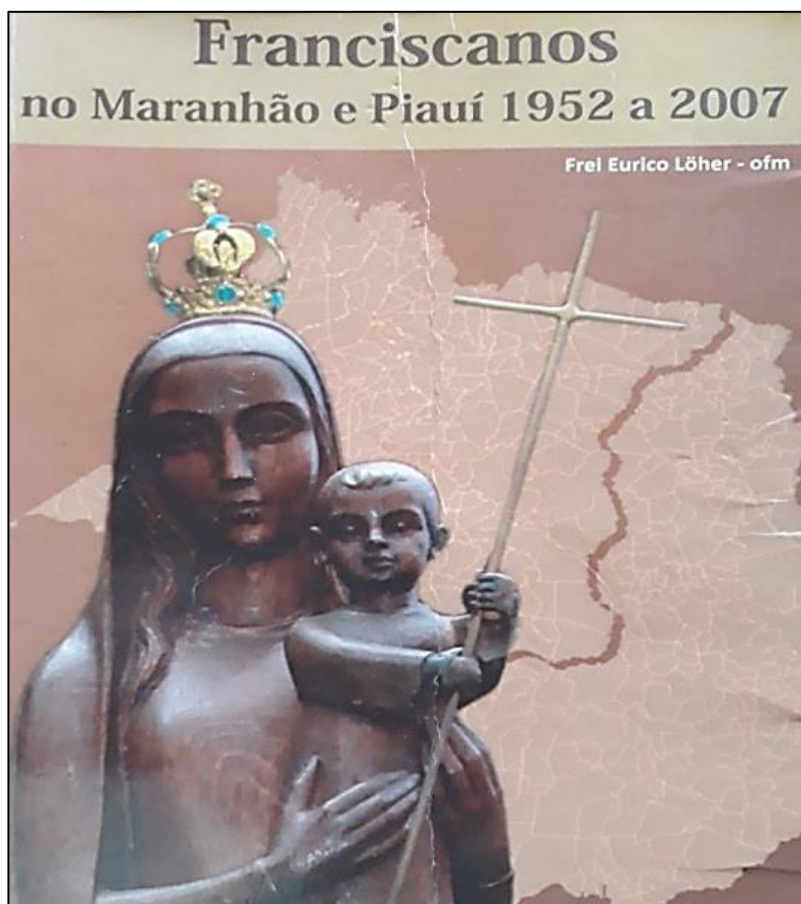
A capa da edição de 2009 contém o título em destaque, na parte superior central, o nome do autor, alinhado à direita (com fonte em tamanho reduzido). Constam, ainda, na capa, uma representação cartográfica correspondente aos Estados do Maranhão e do Piauí, além da imagem da padroeira que dá nome a uma das paróquias administradas por franciscanos na capital maranhense.

A ilustração de capa, realçada em grande medida por tonalidades de marrom, cor de identificação da “Ordem”, contrasta com a tonalidade mais escura da imagem da padroeira. Em comparação com a capa da publicação de 1978, essa de 2009 apresenta um tratamento gráfico e editorial de elaboração mais apurado. Quanto às



referências iconográficas de ilustração de capa das duas edições, a da década de 1970 explorou um elemento de identificação com a região, enquanto que a edição mais atual (2009) investiu em uma representação imagética mais vinculada à ideia de devoção.

FIGURA 5 - CAPA DA EDIÇÃO DE 2009



FONTE: Publicação (2009)

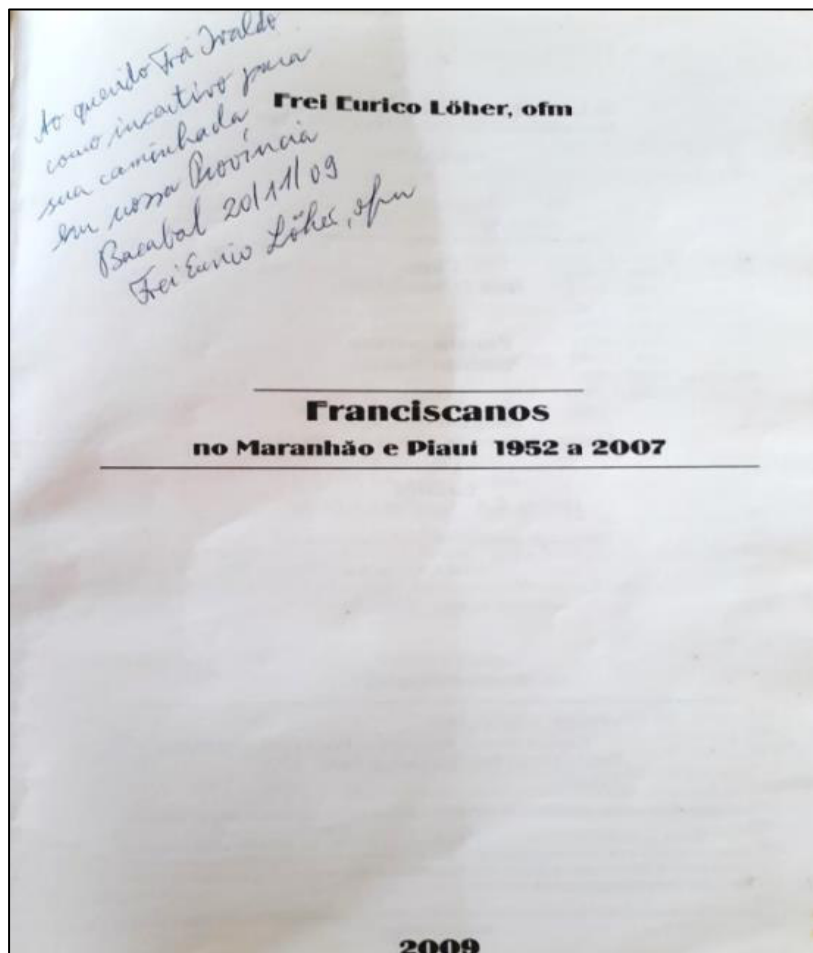
Logo após a capa, identificamos uma contracapa, ou, folha de rosto, na qual o nome do autor está identificado na parte superior central da página. Há, também, a repetição do título que, ao contrário de sua apresentação na capa, encontra-se centralizado, com fonte menor e em negrito. Além desses elementos, tem-se, ainda, o ano de publicação (2009) na parte inferior. Nessa mesma página, observamos uma dedicatória oferecida a um colega de congregação, escrita no canto superior esquerdo, lateralmente ao nome do autor, que está centralizado.

Frei Ivaldo Evangelista é natural de Bacabal e teve seu percurso escolar básico e médio cursado em estabelecimentos de ensino locais. É um dos frades representantes das gerações mais novas da Província, nascido em 1979. Já como



membro da congregação, ele teve parte de seus estudos superiores (estudos aprofundados em bíblia) realizado em Jerusalém, destino de formação de outros religiosos (Entrevista com Frei Ivaldo Evangelista, 2018)<sup>48</sup>.

FIGURA 6 - CONTRACAPA



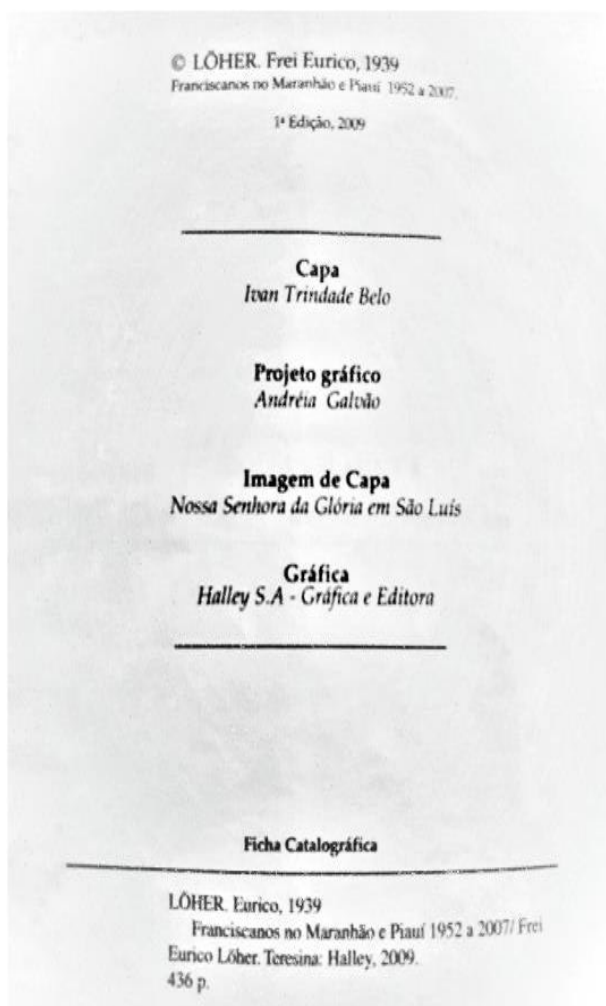
FONTE: Livro "Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952-2007"

O verso da contracapa apresenta as seguintes informações: a identificação do autor, novamente disposta nos moldes de referência bibliográfica (sobrenome em

<sup>48</sup> O acesso a esse volume ocorreu no ano de 2010, em circunstância de visita a uma das casas franciscanas, situada no bairro periférico do Angelim, na cidade de Teresina (PI), para realização de entrevista com Frei Adolfo Temme. Na oportunidade, o Frei Ivaldo ofereceu a publicação escrita por Frei Eurico Löher. Ele era um religioso que estava a concluir sua formação sacerdotal. Posteriormente, já como membro efetivo e estabelecido entre os pares, passou a ocupar o cargo de secretário provincial. Na posição ocupada na hierarquia de funções, sua responsabilidade como guardião do arquivo da província favoreceu um novo contato. Em entrevista concedida mais recentemente, no ambiente formal da sala da secretaria onde se encontravam os arquivos, o religioso expôs elementos de seu percurso biográfico, como formação escolar e trabalhos desenvolvidos na congregação. Sobre sua relação com o autor da publicação, e confrade veterano de ORDEM, Frei Ivaldo se reportou a Frei Eurico afirmando sempre ter nutrido por ele "admiração", rememorando atributos estimados em relação ao "saudoso irmão" (Entrevista com Frei Ivaldo Evangelista, 2018).

caixa alta, na frente, seguido do termo de identificação religiosa e de pertencimento a “Ordem”, “Frei”, mais o seu primeiro nome e o ano de seu nascimento). Logo abaixo da identificação do autor, observa-se, em fonte menor, a repetição do título do livro. Em seguida, há, mais uma vez, uma referência à edição e ao ano de sua publicação. Na parte central, aparece a identificação do responsável pela produção da capa (Ivan Trindade Belo), pelo projeto gráfico (Andréia Galvão), e uma nova menção à imagem da capa (“Nossa Senhora da Glória em São Luís”), além da Gráfica responsável pela tiragem (Editora e Gráfica Halley S.A). Na parte inferior, estão situados os dados bibliográficos da “obra” (título, autor, cidade, editora, ano e páginas, 436).

FIGURA 7 - VERSO DA CONTRACAPA



FONTE: Livro "Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952-2007"

Na lombada do livro, a identificação do autor se repete, seguida do título da publicação. O nome do autor surge registrado com fonte menor em relação ao título,

na parte superior, enquanto o título ocupa uma centralização mais destacada em quase toda a extensão da lombada.

Observamos, no índice, a seguinte organização: 1) Prefácio; 2) Introdução; 3) Primeira parte; 4) Segunda parte; 5) Terceira parte; 6) Palavra final de apreciação; 7) Anexos.

FIGURA 8 - ÍNDICE DA EDIÇÃO DE 2009

<b>Índice</b>	
Prefácio .....	05
Introdução .....	07
<b>Primeira Parte</b>	
<b>Mandato dos Superiores</b>	
Os Iniciadores .....	13
1. Frei Teodoro Scholand, Superior 1952 – 1955 .....	19
2. Frei Américo Górdes, Superior 1955 – 1961 .....	31
3. Frei Francisco Pohlmann, Superior e Comissário 1961 – 1967 .....	33
4. Frei Bartolomeu Pickhard, Custódio 1967 – 1976 .....	40
5. Frei Henrique Johannpötter, Custódio 1976 – 1982 .....	47
6. Frei Heriberto Rembecki, Custódio e Provincial 1982 – 1995 .....	53
7. Frei Antônio Schauerte, Provincial 1995 – 2001 .....	68
8. Frei Heriberto Rembecki, Provincial 2001 – 2007 .....	76
9. Frei João Muniz Alves, Provincial 2007 – .....	81
<b>Segunda Parte</b>	
<b>A Vida dos Irmãos</b>	
1. Fraternidade Nossa Senhora da Glória, em São Luis .....	85
2. Fraternidade Nossa Senhora dos Remédios, em Piripiri .....	96
3. Fraternidade São Francisco das Chagas, em Bacabal .....	104
4. Fraternidade São José, em Lago da Pedra .....	119
5. Fraternidade Nossa Senhora de Fátima, em Vitorino Freire .....	125
6. Fraternidade São Raimundo Nonato, em Teresina .....	129
<b>Terceira Parte</b>	
<b>O Trabalho dos Irmãos</b>	
1. Paróquia Nossa Senhora da Glória e São Judas Tadeu, em São Luis .....	139
2. Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, em Piripiri .....	176
3. Paróquia Santa Teresinha, em Bacabal .....	213
4. Paróquia São Luis Gonzaga, em São Luis Gonzaga do Maranhão .....	238
5. Paróquia Nossa Senhora de Fátima, em Vitorino Freire .....	263
6. Paróquia São Francisco das Chagas, em Bacabal .....	272
7. Paróquia São José, em Lago da Pedra .....	285
8. Paróquia São Raimundo Nonato, em Teresina .....	302
9. Centro de Formação, em Bacabal .....	312
10. Educação .....	331
11. Saúde .....	369
12. Terra .....	381

FONTE: Livro *Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952-2007*

### 3.2 O PREFÁCIO, UM SENTIDO DE HISTÓRIA, O PREFACIADOR

O prefácio desta obra está organizado em duas páginas (5-6), preenchidas, precisamente, por dez parágrafos, logo na sequência do índice. É finalizado com uma referência à “Festa da Epifania”, o ano de publicação (2009), e o nome do prefaciador (em negrito), constando abaixo de seu nome a identificação da posição hierárquica ocupada (“Ministro Provincial”). Quem o assina é Frei João Muniz, o último “Superior”, cujo mandato, exercido entre 2007-2010, é descrito no livro.

#### PERFIL DE FREI JOÃO MUNIZ ALVES

João Muniz Alves nasceu em 1961, na cidade de Santa Rita do Maranhão (povoado Carema). Filho de José Maria Alves e Antônia Muniz Alves, família inserida em uma comunidade de base de um bairro periférico da capital, os pais pertenciam a camadas sociais baixas. Seu percurso escolar teve partida em seu lugar de origem, no nível da escolarização primária (1ª a 4ª série). A etapa seguinte ocorreu em Santa Rita, no Ginásio Bandeirante (5ª a 7ª série), concluindo o último ano do ensino fundamental em uma escola da capital. Seu ensino médio foi em curso técnico, em “Eletrotécnica”, na Escola Técnica Federal do Maranhão. Em seguida, iniciou seus estudos religiosos, cursando Teologia e Filosofia no Seminário Maior Sagrado Coração de Jesus, em Teresina. Validou seu curso de Filosofia em uma Licenciatura plena, na Universidade Estadual do Ceará. Possui especializações em Filosofia contemporânea (PUC-MG); Pensamento Franciscano (ITF); Master universitário em Bioética e Formação (Pontifício Instituto João Paulo II em Roma), como estudante hóspede. Em seu perfil, observa-se ainda Pós-graduação “Strito sensu”: mestrado em Teologia Moral (Academia Alfonsiana em Roma); Mestrado em Filosofia (Pontifícia Universidade Antonianum em Roma); Doutorado em Teologia Moral (Academia Alfonsiana em Roma), em 2007 (ano em que assumiu como “Provincial”, em Bacabal. Seu perfil pastoral se define assim: nos anos de (1993-1994) foi Vigário Paroquial da Paróquia São José em Lago da Pedra – MA; posteriormente foi Pároco da Paróquia São Francisco das Chagas, em Bacabal (1995-1998); Definidor Provincial; Secretário Provincial da Animação Vocacional; Mestre e Presidente do Postulantado. Frei João Muniz Alves, que assina o prefácio, é considerado representante de uma geração intermediária de frades nascidos no início dos anos 1960. Quando da publicação, o prefaciador exercia o mandato de “Ministro Provincial”, cargo ocupado desde 2007. Recentemente (2015/2016), recebeu a ordenação episcopal, tornando-se Bispo de uma diocese do Pará.

Fonte: Dados de apresentação biográfica por ocasião de ordenação episcopal (2016).

A estrutura do prefácio contém os seguintes elementos: 1) Concepção do livro e menção ao autor; 2) Marco histórico em que a obra é situada e o que ela representa; 3) Exaltação à “ação” dos agentes no tempo e a relação com a “história”; 4) Construção de um sentido de história; 5) Breve síntese dos diferentes status da

entidade ao longo de décadas e das frentes de trabalho assumidas pelos missionários; 6) Agradecimentos, representações pontuais sobre causas, e sobre o objeto de narração da publicação.

Cada eixo ou elemento que compõe a estrutura do Prefácio indica o conteúdo e as ênfases privilegiadas nos parágrafos. Correspondente ao eixo de concepção do livro e de menção ao autor, o prefaciador ressalta que “o livro escrito por frei Eurico Löher é fruto de uma pesquisa rigorosa e séria sobre a atuação missionária dos frades franciscanos menores” (LÖHER, 2009, p. 5).

O destaque identificado no segundo parágrafo situa a obra, ou o momento de sua “chegada” (ano de publicação) em meio a um marco comemorativo da história dos franciscanos, que seria a “comemoração dos 800 anos de Fundação da Ordem”. Nesse parágrafo, aparece a primeira referência a um sentido de “missão”, literalmente expressa pela ideia de “chamado”, “reconhecimento da vocação” e “construção da história”.

Nos parágrafos seguintes, terceiro e quarto, observa-se, com maior destaque, um tipo de exaltação à ação dos frades, que ressalta os “anos de convivência no trabalho”, nos quais as experiências vivenciadas pelos agentes, por meio da “ação na catequese”, da “evangelização” e da “educação”, de acordo com o prefaciador, “constitui-se em testemunho de vida ou história”. É possível identificar uma espécie de conexão que o prefaciador tenta estabelecer entre a experiência, ou “testemunho de vida”, e certo sentido de história, aludida enquanto “estudo do homem e sua ação no tempo e no espaço”. Outra referência feita à história, atentando à relação entre passado e presente, concorre para a percepção de que “manter a memória histórica viva implica reafirmar a própria identidade”.

O breve prefácio combina exaltação à “história dos franciscanos menores”, reputando e valorizando a “atuação missionária”, a um tipo de sinopse do processo de organização, institucionalização e afirmação da entidade, e ainda, a agradecimentos coletivos pelos trabalhos prestados pela província, sobretudo na educação e no trabalho religioso (parágrafos 5 e 6). Os parágrafos finais do prefácio registram um agradecimento particular ao autor do livro, laureando, mais uma vez, a representatividade de uma narrativa que enfatiza a ação do coletivo (“frades franciscanos”, “irmãs franciscanas” e “fieis” em geral), e realçando a “devoção” dos “irmãos” como “riquezas existenciais e culturais”.

O conteúdo do prefácio assinado por Frei João Muniz tem como enfoque o sentido “histórico” de valorização da trajetória da “Ordem”. Outrossim, seu texto notabiliza a presença franciscana no Maranhão e Piauí, destacando a dimensão do “trabalho” que teria pautado as ações dos frades durante décadas nos dois estados.

Em sua linha de percepção sobre o “significado da História”, Frei João Muniz articula dois parágrafos que ratificam o sentido atribuído à “história como testemunho”, sinalizando, assim, para um esquema mais ou menos padronizado, que se aplica à forma pela qual é apresentada a narrativa sobre os franciscanos:

[...] Os missionários franciscanos alemães, da Província Santa Cruz da Saxônia, chegaram para trabalhar no Maranhão em 1952 na recém-criada Fundação Franciscana de Nossa Senhora da Assunção, elevada a Comissariado em 1964, Custódia em 1967, Vice Província em 1992 e a Província em 2004 [...]. Os frades acompanharam e construíram história e vida junto ao povo [...]. Atuaram na catequese, educação escolar, formação de lideranças para as comunidades eclesiais de base (CEBs) e para a sociedade, formação de novos frades, no apoio a lavradores sem-terra, e parcerias com entidades a serviço do povo (Prefácio, pág. 5-6).

O trecho sugere, de certo modo, que a dimensão histórica, associada à ideia de testemunho, constitui o tipo de recurso sobre o qual se assenta a lógica de encadeamento da narrativa. As mediações específicas conferem legitimidade a um conjunto de elementos argumentativos, responsáveis pela consistência que o testemunho assume no trabalho de construção e apresentação da história.

A citação extraída do prefácio remete a certas estratégias de heroicização, que visam reforçar o sentido de abnegação daqueles que vieram atuar no Maranhão, que, através da “doação” e “apoio” ao “povo”, fazendo-se notar como aqueles que estariam dispostos a ajudar a todo o momento. Conforme fora ressaltado por Reis (2015), esse tipo de estratégia “retira do momento histórico e da experiência vivida em tal momento os elementos que ordenam posições e sentidos retrospectivamente” (REIS, 2015, p. 243). Alguns termos, como “apoio” a categorias sociais (lavradores sem-terra) e “parcerias a serviço do povo”, remetem a uma ideia de cumplicidade, da qual os agentes extraem não só a legitimidade necessária para agir e falar “em nome do povo” (BOURDIEU, 2004), como acessam retribuições consagradas via lógicas de desinteresse, que eles imputam às suas próprias práticas.

Verificamos, ainda, uma recorrência ao uso de sentidos da história, a exemplo do que observamos no trecho: “[...] como sabemos, a palavra *história* tem

sua origem na língua grega (*Historíai*), significa testemunho”, e no trecho: “[...] Dizia Cícero, grande orador e político da antiga Roma, *‘história est magistral vitae’* (a história é mestra da vida)”. Essas passagens sugerem o uso de razoável conhecimento em humanidades (Prefácio, p. 5).

Esse tipo de saber depende de investimentos em escolarização, que evidenciam a posse de recursos culturais adquiridos com a formação superior e sua correspondente aquisição de títulos. Essa permuta se confirma pela relação existente entre a posse do título de doutoramento em Roma (maior titulação conquistada) com a posição de Ministro Provincial na “Ordem” (eventos não muito descolados um do outro – aquisição do título e ocupação da posição de Provincial) e, mais recentemente, com a nomeação para Bispo em outro Estado.

A ocupação dessas posições de destaque, além de representar uma forma de ascensão na carreira, intermediada pelos investimentos em escolarização e titulação (o perfil de frei João Muniz é representativo disso), exprime um sentido de liderança, de reconhecimento e de competência para estar em patamares elevados da hierarquia da “Província”.

Como detentor de uma notória posição, a assinatura do prefácio de uma publicação reforça o sentido de autoridade legítima e de hierarquia por parte de quem se encontra em um momento ascendente da trajetória eclesiástica. Em sentido inverso, a posição de Eurico Löher, organizador do livro, se concentra no desempenho de atividades burocráticas, como as de conselheiro, ecônomo (responsável pelos assuntos de finanças), e diretor do ginásio franciscano. As atividades se relacionam com as posições ocupadas na década que antecedeu ao seu falecimento. Nesse panorama, um prefácio assinado pelo representante hierárquico da entidade atesta uma relação de reconhecimento e estima entre um agente bem alocado, com expectativa de carreira vigorosa e de prestígio, e, outro, mais experiente, com limitações de saúde, e ocupando posições relativamente dominadas na hierarquia da instituição.

A informação de que o responsável pelo prefácio ocupava a maior posição hierárquica dentre os representantes da Província sugere uma provável conexão entre o apelo à cronologia histórica franciscana e a posição ocupada por um membro cuja tomada de posição visasse a consagrar e a valorizar a versão oficial da memória. Outro elemento remete ao fato dele ter se tornado o primeiro “confrade”

brasileiro a ocupar posição superior em cinquenta e sete anos, até o ano da publicação do livro, em 2009.

Esse dado indica que o trabalho de “construção da memória” é, em grande medida, subordinado aos intentos de seu quadro de agentes. O ingresso na “carreira” religiosa, como o demonstrado em estudos sobre o contexto francês, constitui uma forma de ascensão social e de notoriedade institucional para um tipo de “elite” que se afirma pela “excelência clerical”, o que implica determinadas obrigações quando se é ambiciona uma posição que requer investimentos sistemáticos, recebidos, especialmente por meio da escolarização (BOURDIEU & SAINT MARTIN, 1987).

O perfil em pauta é destinatário de dispêndios em sua formação pessoal – à época da publicação, o prefaciador havia acabado de concluir seu doutoramento em Roma, centro de estudos considerado importante para o mundo católico – e, também, por ocupar uma ilustre posição naquele contexto, reunia propriedades sociais que lhe conferiram um lugar institucional marcado pela legitimidade de suas tomadas de posições. Tais condicionantes, combinados aos aspectos geracionais (ocupou a posição com menos de cinquenta anos de idade) e ao qualificativo de reconhecimento por ter sido o “primeiro brasileiro”<sup>49</sup> a ocupar a posição de provincial, exercem peso significativo pelo fato de indicar como agentes mais velhos, que já ocuparam tal posição, se referem aos sucessores de menor idade.

Na conclusão do prefácio, é possível observar um agradecimento generalizado, que faz menção ao conjunto de religiosos que, ao longo de décadas (essa cronologia é mais sistematicamente apresentada na sequência do livro) teriam desenvolvido diferentes trabalhos nas linhas de atuação pastoral e de engajamento social.

---

<sup>49</sup> A menção em questão aparece pela primeira vez na publicação, sendo citada diretamente por Frei Eurico, na página 81, na qual o autor dedica uma breve exposição referente ao mandato de Provincial, designado ao encargo de Frei João Muniz, no “Capítulo Provincial” de 2007 (dois anos antes da publicação do livro assinado por Eurico Löher). Observe que essa mesma menção foi enunciada por Frei Heriberto em ocasião de entrevista concedida à pesquisa. Da dupla de colegas mais experientes (o autor da publicação, falecido em 2012, já idoso, e Frei Heriberto, também de idade avançada, mas ainda atuante hoje em dia), só o segundo exerceu o mandato de superior da Província, a exemplo do brasileiro com menos idade, neófito na posição à época da publicação.



### 3.3 A INTRODUÇÃO, AS FONTES DO AUTOR E LÓGICAS DE AFIRMAÇÃO DA “ORDEM”

Nas páginas dedicadas à introdução, 7 a 9, há um enfoque nas “fontes principais” que teriam subsidiado a produção do livro, em que se registra a ênfase dada à edição mensal ou bimestral de comunicações internas da Província da Saxônia – as chamadas “Mitteilungen” –, pelas quais, segundo orientações do arquivista provincial com quem o “autor” teve contato, em Werl<sup>50</sup>, seria possível “[...] encontrar informações mais importantes e atuais, e cujos relatos seriam mais objetivos do que outros tipos de fontes, como os artigos nas revistas ao público externo” (LÖHER, 2009, p. 7).

Entre as fontes brasileiras, frequentemente se recorre a trechos ou citações presentes na publicação de Frei Willeke (edição de 1978). O autor-fonte é referido e apropriado em diversos recortes, através dos quais Frei Löher busca ilustrar aspectos diversificados da trajetória franciscana, por exemplo, em seu processo de chegada e estabelecimento no Maranhão. A interlocução com Frei Willeke, ou pelo menos a referência a sua “obra”, denota uma forma de reconhecimento e de estima ao correligionário, inscrevendo-o, ainda que sem a mesma projeção do colega, entre aqueles que se lançaram ao trabalho de elaboração de narrativas e de “interpretações” sobre a sua versão da “história franciscana”.

Na sequência da introdução, Löher menciona o volume abundante de material utilizado, caracterizando certas fontes e pontuando seus limites/potencialidades, assim como os termos que o autor utiliza para qualificá-las: “muito extensas”, outras, com “lacunas” que seriam “sanadas” com o “material precioso colecionado durante o Mutirão da Memória Histórica” (LÖHER, 2009, p. 8). Ele descreve as fontes reunidas, e esclarece que grande parte delas foi resguardada em instâncias da “Ordem”, dando crédito a cada “confrade” interlocutor. Arquivistas e produtores de outros textos são bastante enfatizados, assim como menções dirigidas a trabalhos de “confrades” que versam sobre autoridades eclesiásticas consideradas centrais

---

<sup>50</sup> Werl é uma cidade alemã localizada no estado de Renânia do Norte-Vestefália, que foi sede da “província da Santa Cruz da Saxônia”, ponto da partida, e região de origem dos “missionários” alemães que tiveram o Maranhão como destino. Em 2010, as cinco “províncias” franciscanas em território alemão consolidaram uma fusão, constituindo uma única “província”, chamada Santa Isabel, desde então com sede em Munique (informações do secretário provincial da “Província Nossa Senhora dos Anjos” do Maranhão e Piauí).

nas descrições do processo de chegada e de estabelecimento da “Ordem” no Maranhão.

Na sequência, há uma série de agradecimentos direcionados a pessoas específicas, como “confrades” de “Ordem” que são mencionados, de certa maneira, como incentivadores e colaboradores diretos. O autor menciona o profissional que efetuou a revisão do material e a instituição alemã, Franziskaner-Mission, responsável pelo financiamento da impressão do livro. Enaltece, de modo amplo e sem menção específica, as figuras dos cronistas e dos secretários<sup>51</sup>, os quais, segundo observa o autor, “contribuíram com seu trabalho documentando acontecimentos e fatos históricos para as gerações futuras” (LÖHER, 2009, p. 8).

Por último, dois aspectos importantes que aparecem nos parágrafos finais da introdução. Um deles é uma forma de retomada de um sentido de história, a exemplo das conexões encetadas por Frei João Muniz no prefácio, que valoriza a dimensão da coletividade, de linearidade ou de *continuum*, ligando o “tempo breve de existência” da nova província à história longeva da província de origem na Alemanha.

Há, ainda, a recorrência do uso do pronome “nossa” em referência a um patrimônio coletivo, cujas origens estão situadas em outras de configurações (no contexto europeu, nas concepções particulares de experiência religiosa, social, cultural etc.). A valorização desses elementos visa estabelecer uma relação de continuidade e de pertencimento a uma “mesma” história.

Em um curto parágrafo, de menos de oito linhas, o pronome “nossa” (repetido seis vezes) dá a dimensão dessa estratégia que o autor faz uso para referir a um *continuum* histórico e a um sentido de pertencimento. No trecho abaixo, termos como “nossa jovem Província” e “Província-mãe” filiam-se a uma mesma noção de pertencimento e de familiaridade entre instâncias que se desmembram na prática, mas que necessitam perpetuar a crença da “unidade”. Em todas as partes da publicação está latente um princípio contundente de estima. , Contudo, há um trecho da citação abaixo que sintetiza bem a alusão feita à hierarquia: “é um pequeno pedaço na história da Província Saxônia da Santa Cruz”. Ao ativar a ideia

---

<sup>51</sup> Na estrutura organizacional franciscana, cada fraternidade (casas, paróquias ou conventos onde residem comunidades de frades) produz registros sobre sua dinâmica interna e sobre suas relações sociais mais amplas com outros agentes. Os cronistas e os secretários são responsáveis por efetuar registros gerais no que se refere a expedientes administrativos nesses lugares, trabalhos pastorais, avaliações sobre atividades etc.

de vinculação de laços, ou de afinidades familiares, o breve trecho deixa evidente um sentido de hierarquização entre a “mãe” província (que oferece filhos para a missão, quem sustenta a “província jovem”, que sabe estimar as relações de hierarquização às quais estão submetidas):

Quanto mais me envolvia com nossa história, tanto mais sentia prazer em continuar (a produção do livro). Pois a história de ‘Nossa Senhora da Assunção’ – apesar de em termos de história só perfazer o tempo breve de um pouco mais de 50 anos – para mim e para nossa jovem Província é fascinante, porque é nossa história. Espero que também tenha um significado para nossa Província-Mãe, pois a história de ‘Nossa Senhora da Assunção’ é um pequeno pedaço na história da Província Saxônia da ‘Santa Cruz’ (LÖHER, 2009, p. 8).

No último parágrafo da introdução, outra passagem revela a dimensão da identidade religiosa, logo, de interpretação e de definição do que seria legítimo e apreciável. O gosto popular, intermediado pela devoção aos santos, foi um viés de percepção dos alemães quanto à possibilidade estratégica de adequação (adesão) aos costumes nativos, mediante elementos de alteridade que a experiência cultural religiosa teria sinalizado em dado momento:

Nos anos de 1980, nós frades alemães da Glória, achamos que esta imagem de madeira não combinava com o gosto nordestino – o comum são imagens de gesso pintadas. Por isso encomendamos a um artesão de Pernambuco uma réplica da imagem (escultura da padroeira da Glória) com uma pintura decente [...]. A partir daí trocamos a imagem pintada – atualmente colocada no hall da portaria – nos lembra que aculturação é uma aventura sempre nova (LÖHER, 2009, p. 9).

[...] A imagem do irmão Gandulf ficou no corredor do convento e a imagem colorida foi colocada na Igreja. No início do festejo uma comissão de senhoras veio e exigiu: “nós queremos nossa pretinha!” (Reivindicavam a imagem esculpida) (LÖHER, 2009, p. 9).

Temos, já no momento conclusivo da introdução, uma das expressivas dimensões de investigação, que está relacionada ao exame do trabalho de construção de identidades regionais. O trecho citado expõe um momento de confrontação de costumes ligados a práticas católicas de devoção, vivenciadas no catolicismo de matriz europeia, origem de Frei Eurico, quem, durante os anos 1980 esteve na equipe de frades alemães que administrou o convento da Glória, e se encontrou imerso em uma nova lógica de expressão da religiosidade regional observada no Nordeste.

Chama a atenção na descrição a estratégia de adaptação relacionada à adesão desses “intérpretes” em prescrever ou delimitar um “gosto” específico, que

sintetizaria um atributo da devoção regionalizada, como a indicado no trecho citado: “esta imagem de madeira não combinava com o gosto nordestino – o comum são imagens de gesso pintadas”. Como prescrição, o gosto pode se revelar moldável quanto à introdução de referências externas, como se pode observar no relato de Frei Eurico sobre a substituição de uma peça de madeira por uma mais “adequada” aos costumes da religiosidade local: “a comissão de senhoras veio e exigiu: Nós queremos nossa pretinha!”. Os trechos destacados entre aspas aparecem na página 9).

Depois da introdução e do Prefácio, o livro segue dividido em três partes, intituladas: “Mandato dos Superiores”; “A vida dos irmãos”; e “O trabalho dos irmãos”.

### 3.4 “PRIMEIRA PARTE: mandato dos Superiores”

A primeira parte do livro contém 70 páginas (11-81), dedicadas à descrição dos “mandatos dos superiores”. Em sua estrutura de apresentação, observamos a ênfase sobre a sequência de “administradores” que estiveram à frente da entidade franciscana. Do primeiro ao último “superior”, à época em que o livro foi publicado, a Província havia tido nove representantes no cargo mais elevado da hierarquia provincial. Os frades que exerceram os mandatos foram: Teodoro Scholand; Américo Gördes; Francisco Pohlmann; Bartolomeu Pickhard; Henrique Johannpötter; Heriberto Rembecki; Antônio Schauerte; Heriberto Rembecki (outro ciclo de mandato) e João Muniz Alves.

A cada descrição de mandato, o titular tem seu nome antecedido pelo título de “Frei”, e pelo nome do confrade (destacado em negrito e alinhado à direita). Logo abaixo da identificação individual do agente, é especificado o período de mandato (em negrito), e a função hierárquica (superior), redefinida de acordo com o *status* organizacional no decorrer das décadas (que se inicia como “Fundação”). À identificação dos “superiores” ou “provinciais” segue-se a identificação dos respectivos conselheiros:

QUADRO 4 - PERFIS BIOGRÁFICOS DOS OCUPANTES DE MANDATO (OS “SUPERIORES”)

Superiores (Comissário, Custódio, Provincial)	Descrições biográficas
Frei Teodoro Scholand	Nasceu em 1911, na Alemanha. Dados biográficos sobre ele são escassos. Chegou ao Brasil no ano de 1952, dedicando-se ao estudo da língua portuguesa no Recife e em Ipuarana (PB). Foi um dos pioneiros da Fundação. Atuou em visitas pastorais com Dom Delgado (Paróquias de Monção, Matinha, Viana, etc). Em 1955, entregou o cargo e deixou a Fundação (retornou para a Alemanha).
Américo Fernando Goerdes	Nasceu no ano de 1905, em Eversberg, na Alemanha. Kursou estudos humanísticos e entrou na Ordem. Fez Teologia em Paderborn, onde se ordenou em 1932. Partiu para a missão que a Província da Saxônia mantinha na China. Exerceu as atividades de capelão e reitor no Oriente. No Maranhão, foi eleito superior da Fundação (1955). Trabalhou ainda em Bacabal, Ipixuna e em São Luís Gonzaga (Fonte: Necrológio que consta na edição de 1978, Frei Willeke).
Francisco Pohlmann	Iniciou seu mandato em 1961, época das primeiras iniciativas em relação ao “Seminário Catequético” (posteriormente chamado “Centro de Formação”). As informações biográficas sobre o religioso são escassas, constando apenas informações sobre seu nascimento (1919) e os registros (localizados na publicação) de sua presença como pároco por período relativamente longo na paróquia franciscana de Piripiri – PI. Seu nome aparece como frade atuante no Piauí entre os anos 1953 a 1983, estando ausente no intervalo de 1961 a 1967, que corresponde ao seu mandato de Superior.
Bartolomeu Pickhard	Nasceu no ano de 1917, na Alemanha. Exerceu atividades como professor no Ginásio CONASA (1963-1970). Foi o primeiro Custódio de “Nossa Senhora da Assunção”. Atuou como vigário colaborador, sendo responsável pela contabilidade para a legalização da Fundação. Tempos depois do seu mandato (1976 em diante), retornou para a Alemanha.
Henrique Johannpötter	Nasceu no ano de 1933, em Milte, na Alemanha. Kursou os estudos primários na sua terra natal e os secundários em Ludinghausen e Warendorf. Recebeu o hábito franciscano em 1955. Estudou Filosofia e Teologia (Warendorf e Paderborn). Profissão solene (1959). Foi ordenado em 1961. Chegou ao Maranhão em 1962. Fez estudos de língua portuguesa em Ipuarana (PB). Tornou-se pároco em Lago da Pedra (1964). Foi para Bacabal em 1965; Pároco na Paróquia de São Raimundo Nonato (Teresina); Retornou à Bacabal, sendo instituído pároco

Superiores (Comissário, Custódio, Provincial)	Descrições biográficas
	da paróquia de São Francisco (1973); Superior da então Custódia (1976-1983), e vigário geral da Diocese de Bacabal; Foi ordenado Bispo diocesano em 1990.
Frei Heriberto Rembecki (Exerceu dois ciclos de mandato, 1982-1995 / 2001- 2007)	Nasceu no ano de 1939, em Vestfália. Seu pai e avô eram trabalhadores de mina de casa. A sua mãe se dedicava aos cuidados da casa e à criação dos filhos; Ambos, pai e mãe, eram engajados na Igreja (Grupo dos Vicentinos; Grupo de mulheres e Coral da Paróquia); cursou Filosofia e Teologia na Alemanha; Chegou ao Brasil em 1964; Foi diretor do Seminário Catequético (durante o primeiro ciclo de mandato); Foi nomeado Vigário geral da Diocese de Bacabal (1984). Atuou no Piauí depois do primeiro ciclo de mandato. Retornou a Bacabal e exerceu o segundo ciclo de mandato, a partir de 2001.
Antônio Schauerte	Nasceu em 1949, na Alemanha. Após ordenação sacerdotal no ano de 1976, tornou-se mestre de formação dos noviços em Lago do Junco. Após transferência da casa do noviciado para uma área de assentamento na região, continuou como mestre de noviços até a escolha de seu nome para provincial (1995). Trabalhou como colaborador na paróquia, na condição de vigário. Finalizado seu mandato no provincialado, continuou ajudando nas paróquias.
João Muniz Alves	Nasceu no ano de 1961, em Santa Rita, no Maranhão. Profissão Solene (1991); Ordenação sacerdotal (1993); cursou ensino básico e técnico (segundo grau); Estudos de Filosofia e Teologia (Teresina); possui mestrado e doutorado em Teologia moral (Roma); Foi Vigário, Pároco, Secretário provincial; Guardiã, Mestre de estudantes professos temporários, e professor do IESMA; Eleito Provincial em 2007; Visitador Geral na África (2014). (Ver perfil mais completo na descrição da publicação (2009), na parte do Prefaciador.).

FONTE: Dados da publicação (1978), da publicação (2009), Entrevistas e outros materiais.

O quadro 5, abaixo, é um esquema sintético de organização da primeira parte da publicação. Sua composição não é constituída propriamente de capítulos, mas de subdivisões, cujo princípio de estruturação se dá através do uso de tópicos. Perpassada por critérios cronológicos, com o uso de datas nas descrições, observamos a persistência dessa estrutura ao longo da descrição de todos os mandatos.

Excetuando-se os elementos descritivos sobre os momentos iniciais (tópicos do quadro situados entre as páginas 13 a 28), a sequência de apresentação da primeira parte repete a mesma estrutura de tópicos (descrição cronológica do período de mandatos, dos agentes e as funções designadas – superiores/custódio ou provincial e conselheiros / definidores), complementada pela relação de eventos considerados notórios durante cada período. Essa lógica se estende até a página 81, com a descrição do mandato do último provincial eleito em 2007, dois anos antes da publicação do livro.

QUADRO 5 - ESTRUTURAÇÃO DA PRIMEIRA PARTE DA PUBLICAÇÃO: “MANDATOS DOS SUPERIORES”

Temáticas abordadas no início da primeira parte		
<b>Os iniciadores 1950/1951</b>	1952-1955 Superior da Fundação e Conselheiros	1953: Início em SÃO LUÍS, PIRIPIRI, BACABAL. Como surgiu Bacabal?
<b>Observação preliminar sobre a sistemática da obra</b>	A escolha do nome para a Fundação	1953: Trabalho pastoral de Frei Teodoro
<b>Provinciais da Província da Santa Cruz</b>	1952: Envio dos pioneiros 1952: primeiras experiências dos pioneiros no Brasil	Eventos de destaque durante o mandato de Frei Teodoro Scholand 1952-1955 [...]

FONTE: Dados da Publicação: Edição (2009)

Nesses trechos, que apresentam desde decisões oficiais aos rumos da organização (governo e objetivos da “Ordem”), e até descrições mais gerais sobre configurações políticas e eclesiais, está fundamentada a constituição da narrativa.

Nas seis primeiras páginas, sob o título de “os iniciadores”, o autor descreve o “percurso” da “Ordem”, enfatizando acontecimentos marcantes dos momentos “iniciais”. Esta curta seção destaca referenciais ou “marcos”, segundo a percepção

dos agentes, como: contexto missionário, decisões superiores, viagens de reconhecimento do destino de “missão”, e trocas de correspondências entre autoridades eclesiais. Essas referências remetem a condições objetivas de trabalho, contrapartidas materiais e garantias de inserção, além de perspectivas de atuação favoráveis à consolidação das estratégias de inserção missionária.

A descrição das funções e dos eventos singulares a cada um deles são elementos desenvolvidos e situados simultaneamente à apresentação do *status* institucional, que sofre redefinições no decurso das décadas. No intervalo entre as páginas 19 e 81, encontramos vestígios de acontecimentos associados aos *mandatos de superiores*<sup>52</sup>. Esses vestígios preconizam percepções sobre nacionalidade e sobre o modo como os agentes introduzem um sentido de “missão”. Ademais, apontam estratégias de adesão, como as efetivadas por meio de inserções em zonas de atuação, pelo surgimento das primeiras paróquias (adesão religiosa) e pelas perspectivas de frentes de trabalho ocupadas pelos sacerdotes.

O que parece importar na lógica estrutural de organização da primeira parte da publicação, para além da preocupação com a gestão de uma “memória” coletiva, é a construção de um esquema interpretativo que pretende enfatizar a hierarquia das posições e das relações.

Nesse ínterim, a lógica de consagração de nomes que ocupam lugar proeminente na versão apresentada sobre a “história da Província” parece estar associada a duas questões: a primeira delas é que o próprio artifício de reprodução da história do grupo é amparado, por um lado, por um viés hierarquizado, que passa por um processo de reificação dos princípios de hierarquização, apreensíveis nas principais fontes e referências que serviram de suporte à construção do artefato.

De outro lado, notamos o caráter de personificação presente nas estratégias de “reconstituição” da história, quando da valorização de eventos e, principalmente, pela aferição de estima social, cuja pretensão consiste em adequar princípios intervenientes ao ato de personificar. Ao privilegiar e aclamar “personagens”, a exemplo do destaque dado à descrição dos mandatos, o livro constitui-se em um objeto de transcendência particular, no qual se inscreve, para além de uma

---

<sup>52</sup> O mandato correspondente ao período de 2007 a 2010 foi exercido pelo Frei João Muniz Alves, quem assina o prefácio deste livro. O confrade maranhense, ingressante na “Ordem” em 1985, teve o início de seu mandato de Ministro Provincial coincidente com a aquisição do título de Doutorado em Teologia, sendo o primeiro confrade brasileiro a ocupar o posto hierárquico de superior. Essas informações constam na página 81 (última da “*primeira parte*”), resumidas em um breve parágrafo de 13 linhas (metade de uma lauda).



genealogia selecionada e consagrada, o próprio religioso que opera esse trabalho visando à autoconsagração.

Essa segunda questão, expressa pelo caráter a que fizemos menção, implica considerar elementos que informam a posição de quem produz, organiza e seleciona o que compõe a publicação. Entre os anos de 2004 e 2009, período em que se deu a produção do livro, Eurico Löher já havia ocupado algumas posições eminentes na instância dirigente e de administração da Província (o “Definitório”), sempre como conselheiro. Além dessa, exerceu outras atribuições, como a de “consultor” da diocese de Bacabal e, até mesmo, funções ligadas à gestão financeira e à direção pedagógica do estabelecimento escolar fundado e mantido pela congregação.

No espaço dedicado à descrição sistemática dos “mandatos dos superiores”, verificamos o princípio de organização cronológica, definido por períodos, nomes e acontecimentos, que notabilizam certos contextos. Nesse momento, a lógica das citações, combinada a um sentido de cronologia, coloca em evidência uma seleção articulada de nomes e datas, que imprimem aos nomes mencionados um sentido de legitimação de posições e autoridade hierárquica. O próprio título que abre a primeira parte conduz à percepção de critérios bem definidos de consagração pessoal, conferindo destaque àqueles que ocuparam postos de distinção (“os superiores”).

Mais do que servir como prestação de tributo aos que ocuparam posições distintivas, as menções aos nove mandatos de “*superiores*” refletem, ainda, certo grau de prestígio implícito à lógica de construção de publicações como a que submetemos à análise. Parece ser esse o caso de um confrade em particular, cujo “reconhecimento” entre seus pares é explícito por epítetos que sugerem alto nível de estima, tais como: “a memória viva de nossa história”, reforçando um princípio de estima baseado no uso do elogio ao “confrade”.

Ao considerarmos o dado de que a ênfase no elogio às autoridades eclesiásticas é um dos aspectos estruturantes da primeira parte da publicação, contemplamos uma reiteração constante do critério hierarquizante evidenciado na lógica de articulação e apresentação do discurso. Além do critério em discussão, o uso do elogio pode estar pautado em relações de amizade com o agente elogiado, bem como se mostrar elucidativo das lógicas políticas em voga.

A formatação dos alinhamentos políticos – informada pela própria perspectiva de atuação pastoral desses sujeitos na sua relação com a dinâmica social –, revela-

se como elemento central à compreensão dos artifícios elogiosos dirigidos, por via de regra, a certos “confrades”, bem alocados em posições superiores. Logo, ganham evidência as menções que enaltecem a destreza política de autoridades que se afirmaram pelo engajamento social em nome de determinadas “causas”.

Apresentadas abaixo algumas características dos membros que exerceram mandatos de “Superiores” (Quadro 6), passamos a uma descrição, em linhas gerais, de posicionamentos, depoimentos, percepções e ênfases que fazem parte da estratégia de organização e apresentação de cada mandato:

QUADRO 6 - CARACTERÍSTICAS BIOGRÁFICAS E LAUDATÓRIAS DOS “SUPERIORES”

	CHEGADA AO BRASIL	PROFISSÃO / CARGOS	ESTUDOS SUPERIORES	CARACTERÍSTICAS LAUDATÓRIAS	ÊNFASES / EVENTOS
<b>TEOD. SCHOLAND (1952-1955)</b>	1952	Guardião, Pároco	Teologia e Filosofia	Influenciador do futuro da província / “coração aberto para o trabalho pastoral”	Chegada dos 4 pioneiros / Fundação de paróquias / O “início em São Luís e Bacabal” etc.
<b>AMÉRICO GÖRDS (1955-1961)</b>	1953	Vigário, guardião	Teologia e Filosofia	Sem ocorrência	Inauguração de capelas e Igrejas / Ano de grande seca / migração de nordestinos
<b>FRANCISCO POHLMANN (1961-1967)</b>		Pároco, Vigário	Teologia e Filosofia	“Um formador preocupado”	Vaticano II / Inauguração do Seminário catequético / Início do curso científico no CONASA, Oficialização do sindicalismo etc.
<b>BARTOLOMEU PICKHARD (1967-1976)</b>	1962	Pároco, Professor	Teologia e Filosofia	Sem ocorrência	Repressão política / influência de Medellín na Igreja do Brasil, criação da Diocese de Bacabal e posse de Dom Pascásio etc.
<b>HENRIQUE JOHANNPÖTTER (1976-1982)</b>	1962	Vigário, Pároco, Bispo	Teologia e Filosofia	“zeloso, incansável, inovador”	Ano de seca, assassinato de dirigente sindical, 2ª romaria da terra, iniciativas na educação, lançamento do livro de frei Willeke etc.
<b>HERIBERTO REMBECKI (1982-1995)</b>	1964	Guardião, Vigário, Pároco	Teologia e Filosofia	“o mandato do engajamento”	Tempos enervantes de mandato / “conflitos de terra”
<b>ANTÔNIO SCHAUERTE (1995-2001)</b>	1977	Pároco, Vigário	Teologia e Filosofia	“Prudente, confiante”	Tempo de transição no governo provincial
<b>2º MANDATO DE HERIBERTO REMBECKI (2001-2007)</b>				Sem ocorrência	Jubileu de Ouro – 50 anos da “Vice Província Nossa Senhora da Assunção”
<b>JOÃO MUNIZ (2007-2013)</b>		Professor e Bispo	Teol / Filos Mestrado Doutorado	“O primeiro brasileiro Provincial”	Dr. Teólogo pela universidade de Roma

FONTE: Dados da Publicação (2009)

### 3.4.1 O “Influenciador do futuro da província”

No mandato de Frei Teodoro Scholand (1952-1955), constatamos uma descrição orientada para contextualizar acontecimentos ou mesmo detalhes da nova Província, como a lembrança referente à inspiração ou à ideia para o nome da fundação, citada na página que abre a descrição do seu mandato: “Por amor à verdade histórica: foi Frei Solano numa conversa com Frei Vicente (Provincial da Província de Santo Antônio) quem propôs o título de ‘Nossa Senhora da Assunção’ – como me lembro agora” (trecho na p. 19).

A passagem que menciona a característica distintiva atribuída a Frei Teodoro aparece logo na sequência de uma citação curta sobre sua saída da Fundação, em 1955, e que exalta o trabalho do religioso, o qual teria vencido obstáculos e dificuldades do começo. Nesse momento, é acrescentado que Frei Teodoro “*influenciou* decididamente o futuro da presença franciscana no Maranhão aceitando o desafio, mostrando um *coração aberto* para a situação pastoral precária no Interior do Maranhão” (trecho na p. 27).

Outro elemento descritivo presente no espaço dedicado a esse primeiro mandato é a narrativa laudatória de acontecimentos eleitos como centrais à reconstrução das “origens” dos missionários chegados da Alemanha. No tópico denominado “1952: Envio dos pioneiros” (p. 19), é elencada uma sequência de acontecimentos ou situações, os quais são descritos com detalhes.

Grifamos alguns elementos, como a “decisão do Definitório pela nova missão no Brasil”; as conversas em torno das questões práticas sobre a data de partida; os equipamentos missionários necessários; a lembrança das celebrações pregadas pelos “pioneiros” antes de partir. Ainda verificamos a continuidade de descrições que situam “as primeiras experiências dos pioneiros no Brasil”, a partir das quais é possível identificar tópicos como os contatos iniciais, a recepção em outros conventos do Nordeste, a “cordialidade dos frades brasileiros” (p. 21).

No fragmento indicado, que traz as impressões de Frei Alberto Mersman sobre a acolhida recebida nos conventos visitados, está registrada a primeira das referências / menções que explicitam a lógica preponderante na “obra”. Trata-se de um princípio de divisão acionado ao longo dos relatos apresentados. Essa divisão (“frades alemães / frades brasileiros”), embora

minimizada nas ocorrências localizadas, revela-se fundante dos posicionamentos desses agentes.

A lógica mencionada anteriormente consta no final da exposição do mandato do primeiro “pioneiro superior”, na qual são apontados detalhamentos referentes ao “trabalho pastoral de Frei Teodoro”. É precisamente na parte que informa a “chegada e partida de irmãos” que são indicados os princípios de corte geracional ou divisão. Há uma exposição quantitativa que informa sobre os “irmãos” que saem e os que chegam, e suas nacionalidades, conforme o descrito na (p. 28): “Chegada e partida de irmãos: 1952-1955: de 0 a 13 = 12 alemães + 01 brasileiro\*”. O asterisco que usamos chama a atenção para a presença da nota de rodapé 44, que diz o seguinte: “Como se trata da geração dos pioneiros, segue um resumo sobre os primeiros passos desses irmãos na Fundação” (Idem). Notamos, já aqui, um elemento contundente de demarcação. Convém antecipar que essa estrutura de apresentação que informa “chegada e partida de irmãos” é verificada para todos os mandatos descritos.

### 3.4.2 O segundo “pioneiro superior”

O mandato de Frei Américo Gördes é o mais breve, no que se refere à descrição na obra. Embora tenha exercido o cargo por seis anos, não há tantas referências, menções ou questões associadas ao seu mandato. Segundo o seu próprio posicionamento, “durante os três primeiros anos, Frei Américo era superior da sede em São Luís, passando normalmente dias na capital e resolvendo questões de pendência administrativa”. No parágrafo que finaliza a descrição do mandato, o autor enfatiza que, com a chegada de novos frades e com a restrição a frei Américo a tendência é de que ele se dedique apenas “aos cuidados de Superior da Fundação” (trecho citado na p. 31).

### 3.4.3 “Um formador preocupado”

O “tempo” de Frei Francisco Pohlmann foi “coincidente com um período de mudanças acentuadas na Igreja Universal, na Igreja do Brasil e na Fundação/Comissariado”, conforme descrição registrada na página inicial. Alguns acontecimentos - há praticamente cinco páginas descrevendo eventos datados - são situados como relevantes, tendo ocorrido durante o seu mandato. Sublinhamos pontualmente: a realização do Concílio Vaticano II; o lançamento, por Bispos do momento, do sindicalismo rural; posicionamento da CNBB diante dos acontecimentos políticos de 1964; e uma última questão apontada como “preocupação principal” do Superior: a “formação e treinamentos para leigos”, que passou a se tornar prática frequente em um espaço que em dado momento é realçado na publicação (trecho na p. 37). De acordo com o livro, o centro catequético foi inaugurado em 1965, sendo essa, portanto, uma lembrança acionada e associada ao governo provincial de Frei Francisco Pohlmann.

Outras lógicas sociais são descritas como processos acentuados pela influência do “Concílio”, e estariam inscritas em um contexto de “inovações” e de “novos rumos”. Essas articulações são expressas por tomadas de posição, como o “lançamento do sindicalismo rural”, a declaração que previa a “função social que toda propriedade privada” deveria possuir, a “renovação do clero” e sua “presença no campo sócio-econômico-político e no campo da opinião pública”, além do estabelecimento das linhas fundamentais de diversas reformas, como a agrária e a promoção rural, reforma administrativa e tributária, reforma eleitoral etc. (LÖHER, 2009, p. 34).

O processo de adaptação dos primeiros frades ao idioma (“o domínio da língua portuguesa”) é colocado no livro como de fundamental importância, sendo considerado “uma questão de sensibilidade missionária”, “não devendo se poupar esforços e sacrifícios” para a formação inicial desde o país de origem, antes mesmo da chegada ao Brasil. Um destino prévio ao Maranhão era o colégio Seráfico da Província franciscana de Santo Antônio, em Ipuarana, Paraíba, onde os frades estrangeiros estabeleciam contato intenso com a língua portuguesa.

A adaptação ao idioma “nativo”, conforme o indicado, é um critério imprescindível de identificação e de imersão na nova “região”, como o que fora registrado por um frade superior ao comentar que “os confrades brasileiros de Ipuarana só seriam transferidos para os conventos da província de Bacabal, no Maranhão, quando houvesse condições de recepcioná-los num ambiente mais ou menos brasileiro” (LÖHER, 2009, p. 39).

#### 3.4.4 O quarto “pioneiro superior”

Um dos méritos do mandato de Frei Bartolomeu foi a mudança de Comissariado para Custódia. O *status* institucional do que viria a se tornar Província mais tarde estava em redefinição. Na política, temas como a “ditadura militar”, o “patriotismo exaltado”, o “combate ao comunismo”, e o posicionamento da Igreja em defesa dos “pequenos” e dos “injustiçados” são enfatizados. Em uma página inteira dedicada às decisões dos encontros episcopais da América Latina e às menções sobre a repercussão do Vaticano II são explicitados os posicionamentos da Igreja. Pelo espaço que ocupam como eventos-chave na narrativa franciscana, revelam-se temas recorrentes, graças ao trabalho retrospectivo e às estratégias de legitimação de um discurso, que é religioso e político também.

#### 3.4.5 O “zeloso, incansável, inovador”

O próximo superior que tem o mandato descrito é Frei Henrique Johannpötter. O frei exerceu dois períodos seguidos, sintetizados em seis páginas. De 1976 a 1983, a então Custódia esteve sob a gestão do superior Johannpötter. A descrição do mandato do custódio esteve focada no contexto político nacional, principalmente nas referências ao documento emitido na 3ª Conferência Geral do Episcopado da América Latina. O evento ocorrido em Puebla ganhou a primeira página, tendo alguns trechos sido reproduzidos para situar aspectos do contexto político e eclesiástico:

[...] num contexto político de ditaduras militares – no auge ou já no declínio – o documento denunciava o crescente empobrecimento do povo, tortura e opressão em regimes totalitários, a ideologia da Segurança Nacional [...]. A preferência e a opção pelos pobres ficavam expressamente afirmadas, embora tivesse surgido desde Medellín muito mal-entendida e muito polêmica dentro da própria Igreja. Os pobres são os primeiros a receber a mensagem de Jesus; e sua evangelização é o sinal e a melhor prova de sua missão [...]. A dimensão histórica e social da libertação é parte integrante, irrenunciável, essencial da missão da Igreja. Puebla ressaltou a atividade política. A Igreja valoriza a política, porque vem do íntimo da fé cristã. Agora não é a hora de reformar, mas de mudar estruturas. Quem não se engajar por mudanças estruturais, torna-se cúmplice do status quo (LÖHER, 2009, p. 47).

O trecho acima retrata um cenário de redefinições e transformações, que passariam a ser incorporados às práticas e às diretrizes na condução pastoral que caracterizou a atuação franciscana em anos posteriores, como fica manifestado nesta descrição:

[...] O documento de Puebla foi estudado a fundo na Custódia e nas dioceses. Tentou-se colocar Puebla na vida concreta num animado trabalho pastoral. Os relatos sobre as paróquias e outras atividades pastorais e sociais são provas eloquentes disso (LÖHER, 2009, p. 48).

Outra passagem registrada no mandato de Frei Henrique faz referência à “noite festiva” em comemoração ao “Jubileu de Prata” pelos 25 anos da Província. Segue um trecho da descrição:

[...] Depois da missa, o programa continuou no auditório do colégio onde se realizou uma sessão comemorativa sob a presidência do promotor público Dr. Colodomir Elouf Simão, que, há 25 anos tinha dado as boas-vindas aos Franciscanos em Bacabal. Frei Venâncio Willeke, professor do Instituto de História do Rio de Janeiro, impressionou com uma palestra sobre fatos inéditos da história dos franciscanos no Maranhão e Piauí, que antes de nossa chegada já marcaram presença durante aproximadamente 200 anos nessas terras [...] (LÖHER, 2009, p. 49).

O evento do “Jubileu de Prata” oferece dois aspectos que merecem atenção. O primeiro sugere a existência de relações sociais entre membros situados no topo da hierarquia social correspondente ao momento descrito. O fato de haver, entre os convidados, um ocupante de um cargo relevante no espaço de poder, e a indicação de que, em outras circunstâncias históricas (que no trecho remete à chegada dos frades em 1952), ele havia “dado as boas vindas” aos franciscanos, introduz a percepção de que a presença dos frades,



até aquele momento, lhes rendeu, provavelmente e pelo menos aos mais bem alocados, uma participação em círculos de relações que ligavam personagens ilustres na região de Bacabal.

A característica elogiosa atribuída a Frei Henrique surge em um momento no qual são enumeradas algumas das tarefas do religioso, exercidas ao lado do serviço principal de custódio. Nesse momento, é mencionado o trabalho do Frei no projeto “Fala Cantando”, uma fazenda experimental onde lavradores aplicavam novos métodos. Esse teria se tornado um projeto pessoal de Frei Johannpötter, conduzido com “incansável zelo” e novas ideias (trecho na p. 49).

Alguns dos principais pontos são elencados, cronologicamente, ao final da parte dedicada à apresentação desse mandato. Listamos alguns: 1) “Ação Discriminatória de Terra” em Lago da Pedra e São Luiz Gonzaga; 2) Unificação de várias iniciativas escolares para criar a Escola Paroquial Frei Alberto; 3) Início do Noviciado no território da Custódia em Lago do Junco; 4) Fundação da Ajuda Jurídica a lavradores (AJULAV).

O final da seção de cada “mandato dos Superiores” pode significar uma estratégia que, mais do que tornar público determinados acontecimentos, tem como fim enfatizar os tipos de perfis administrativos imputados a cada superior. Desse modo, alguns dos pontos presentes na explanação dos “eventos de destaque durante os mandatos” podem guardar relação com um duplo mecanismo da descrição: que consiste em inscrever, simultaneamente, na “história”, não apenas os personagens ou os nomes, mas um estado de circunstâncias às quais se conectam a eventos, lugares, situações, instigando a criação de cenários perceptivos, possíveis pela identificação estabelecida entre esses elementos.

#### 3.4.6 O Superior do “mandato do engajamento”

Os mandatos de Frei Heriberto Rembecki correspondem ao mais longo período de ocupação de um cargo de superior, o que indica a oportunidade de acúmulo de recursos variados. Esboçaremos algumas características do primeiro ciclo de mandatos (1983-1995). A descrição inicia (a exemplo daquela

feita para o mandato de Frei Henrique) com a localização do contexto político nacional e de elementos sociais e políticos mais regionalizados sobre o Maranhão. Seguem algumas das ênfases que dão articulação aos primeiros parágrafos que o autor apresenta: declínio da ditadura, eleição de Collor, conflitos de terra no Maranhão, governo de Luiz Rocha, Teologia da Libertação, Conferência de Santo Domingo etc.

Até aqui os pontos enfatizados sugerem uma linha de raciocínio na qual a construção argumentativa valoriza questões que identificam o período de mandato de Frei Heriberto com um tempo de agitação política e social. Outras ênfases conferidas ao Superior em questão oferecem uma percepção mais objetiva. Pelo menos parece ser esse o objetivo da descrição do papel e do lugar que Frei Heriberto teria representado institucionalmente no período em questão. O longo parágrafo (16 linhas) é descrito, na íntegra, do seguinte modo:

Durante seus 12 anos de mandato de Custódio e Provincial, Frei Heriberto era também Diretor do Seminário Catequético em Bacabal; ele coordenou e acompanhou a reestruturação do prédio e do conteúdo. Com a transferência de Frei Henrique para Teresina, foi nomeado Vigário Geral da Diocese de Bacabal por D. Pascásio aos 06.03.1984. Assumiu a direção da livraria que foi fechada em maio de 1985 por administração fraudulenta da encarregada. O prédio da livraria foi alugado em julho de 1985. Assumiu a direção da carpintaria. Com o voto favorável do “Capítulo” da “Custódia”, o conselho resolveu em sua reunião de 10.02.1986, desativar a carpintaria. Assumiu a coordenação e o acompanhamento do projeto “AJULAV”. Este serviço com certeza foi o mais complicado, o mais enervante de todos durante os 12 anos de seu mandato, especialmente na década dos anos 1980, no tempo dos conflitos de terra mais explosivos (LÖHER, 2009, p. 55).

Além de posicionar Frei Heriberto em relação a uma diversidade de atribuições e de trabalhos desenvolvidos, é na parte final do relato que temos uma informação importante. O dado acerca da posição assumida pelo Frei à frente da coordenação da AJULAV e a atenção às dificuldades do mandato associadas ao contexto de “conflitos de terra” e relacionado a uma década específica acentuam o tom de consagração do mandato, do seu ocupante, de um contexto histórico (os anos 1980) e de uma “causa” legítima.

No final da citação original, extraída do livro, existe uma chamada de nota de rodapé, que dá uma noção do lugar que a questão dos conflitos ocupa no livro. A nota remonta ao capítulo sobre a “terra”, situado na parte final da publicação. Alguns dos eventos arrolados no cargo do “superior” do Frei

Heriberto são: “Massacre de Aldeia: assassinato e queima de casas”; “Reconhecimento da Escola paroquial Frei Alberto”; “Dirigente sindical assassinado”; “Primeira eleição direta na Custódia” etc.

A menção laudatória ao superior, nesse primeiro momento de direção, se refere, especificamente, ao período de “mandato de Frei Heriberto” como um tempo em que o “engajamento dos franciscanos ficou mais conhecido” (trecho na p. 56).

O segundo ciclo de mandato do Superior Heriberto Rembecki (2001 a 2011) tem, no centro desses relatos, uma espécie de continuação da questão financeira, tópico muito presente no exercício de seu antecessor (Frei Antônio Schauerte, que ainda não foi apresentado). Aqui, a descrição se pauta nas “discussões” sobre possíveis soluções para superar limitações financeiras e para manter, razoavelmente, os serviços prestados.

Ganham relevância as parcerias com grupos culturais, como o Grupo Negro Palmares, e com movimentos atuantes na área social, como a ACESA. É na apresentação do segundo mandato do superior Heriberto que identificamos a maior ênfase relacionada a “eventos de destaque”: a data apontada do “evento” é 2004 e o “evento” descrito é a elevação da Vice Província à “PROVÍNCIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO”, grafada deste modo:

Ao tratar das ocupações e das atividades desenvolvidas na “Ordem”, em entrevista realizada com o agente, ele enfatiza seu “interesse” pela “missão” dos frades alemães no Maranhão. Note-se que esse tipo de inserção representa uma oportunidade aos perfis ingressantes, uma vez membros, poderiam ascender na hierarquia de posições. No discurso de Frei Heriberto, tido como um porta-voz legítimo da “Ordem”, a dedicação ou o “gosto” pela atividade religiosa – posteriormente endossado pela adesão à “missão” – parecem dialogar com um conjunto de referências que estariam no bojo dos processos de socialização familiar e religiosa: [...] todos nós, desde meus pais e avós, todos fazíamos parte da nossa paróquia na igreja católica... Meu pai por sinal, durante muito tempo foi presidente da associação dos homens da paróquia... Fazia parte do conselho paroquial... Fazia parte dos Vicentinos... Iguamente minha mãe, fazia parte do grupo das mulheres, fazia parte do coral da paróquia... todos nós éramos bem engajados... Assim, na igreja onde papai e mamãe foram batizados, onde fizeram primeira comunhão, onde foram crismados, onde casaram, todos nós (frei Heriberto e seus irmão) também fomos batizados, fizemos primeira comunhão, fomos crismados e meu irmão mais velho também casou lá... E eu celebri também lá... Fui enviado dessa paróquia para o Brasil no dia 10/05/1964, e dia 17/12/1967 celebri lá a primeira missa na minha paróquia natal (Entrevista com Frei Heriberto Rembecki, em 2017).

Quanto à circulação de frades alemães pelo Maranhão, do ponto de vista de uma historicização<sup>53</sup> do percurso das congregações, o empreendimento “missionário” e o seu desenvolvimento constituem o núcleo das justificações e das motivações que ensejariam a presença dos agentes nesta configuração regional. Os trechos a seguir são recortes de entrevista realizada com um dos frades, considerado um dos principais representantes da Província do Maranhão, chegando a ocupar, durante 18 anos, a posição de dirigente máximo da entidade:

[...] Bom, primeiro, antes de entrar na Ordem, a gente sonhava um pouco em ser professor por gostar muito de história, de geografia. Mas depois quando entrei, fazendo o ano do noviciado, iniciando os estudos, cada vez mais a gente se interessava pela missão nossa no Brasil, isso, quer dizer, nossa da província que a Alemanha assumiu em 1952 a pedido do Bispo de São Luís, Dom Adalberto Sobral e do Bispo de Paranaíba do Piauí. Então a gente foi recebendo informações através de um pequeno boletim, uma pequena revista missionária... E, já na Ordem, recebemos muitas visitas de missionários, tanto da região de Bacabal, como de Piri-piri, São Luís, isto é, do Maranhão e Piauí, como também de outras cidades, outras Províncias franciscanas do Brasil, tanto do Sul como do Nordeste (Entrevista com Frei Heriberto Rembecki, em 2017).

A dimensão “missionária” na configuração regional maranhense é reforçada pela narrativa do religioso quando este fala sobre o processo de formação recebido da “Ordem” e sobre a atuação da mesma:

[...] Foi uma formação, especialmente aqui no Brasil já no tempo do “Vaticano II”, com uma abertura para caminhos novos, novas experiências para introduzir uma pastoral de conjunto e não uma pastoral só de clérigos e incluir o povo nessa pastoral... E daí a gente acompanhava esses encontros com dirigentes catequistas, com grupo de casais, com jovens, com grupo de lavrador... O nosso trabalho foi assim muito variado, com lavrador, com jovem, com mulheres da periferia... Foi um trabalho assim que abrangeu uma área muito grande... A Ordem foi acompanhando os sinais dos tempos, se abrindo para esse desafio... Ouvir a voz do povo, caminhar com o povo, o que depois, na década de 90 para 2000, ficou um pouco esquecido (Entrevista com Frei Heriberto Rembecki, em 2017).

---

<sup>53</sup> Frei Venâncio Willeke, pesquisador da história dos franciscanos, traça uma espécie de genealogia da trajetória de congregações no Brasil. Em uma “obra” específica, ele situa a presença de religiosos no Maranhão entre os séculos XVII e XIX, enfatizando o aspecto “missionário” nas configurações colonial e imperial. Na sequência da mesma “obra”, o autor dedica parte considerável à descrição da “história” dos frades menores alemães, que se estabeleceram para realizar o trabalho de “missão” no estado, a partir do ano de 1952.

O intervalo entre a chegada dos primeiros frades alemães e a realização do evento – o Concílio a que faz referência Frei Heriberto – demarcaria um período de adaptação, de conhecimento do “campo missionário” e de percepção/adequação em relação a uma cultura “estranha” aos costumes dos religiosos alemães até então.

#### 3.4.7 O “Prudente, confiante”

Dentre os dois mandatos do Frei Heriberto Rembecki, durante os anos de 1995 e 2001, o exercício destacado foi o do Superior Antônio Schauerte, o qual se difere dos anteriores. Nesse ponto, o autor Löher começa reforçando o resultado da eleição para o novo governo da Vice Província, dedicando espaço ao depoimento de Frei Schauerte em carta a amigos da Alemanha:

É agradável e dá coragem quando se sente como irmãos alemães mais participam sem complicação e de maneira positiva deste processo de estar ao lado dos irmãos nativos e de facilitar-lhes a participação na responsabilidade pela vida e pelos trabalhos da Vice Província. Nossa Vice Província no momento conta com 59 membros, incluindo o bispo franciscano de Bacabal, Dom Henrique Johannpötter. Dos 36 frades brasileiros, 10 são noviços e outros nove estão na formação inicial. Por isso olhamos *confiantes* para o futuro com a consciência que a fundação alemã de 1952 se transforma e há de se transformar sempre mais numa “Província” brasileira independente (LÖHER, 2009, p. 68).

O trecho que abre a apresentação do perfil de Frei Antônio Schauerte já nos dá uma indicação contundente do desenvolvimento dos relatos desse período. O texto da carta do Superior Schauerte expõe as expectativas dos agentes diante de um momento, ao que parece, percebido por eles como transitório.

Essa “Província independente”, conforme o enunciado no texto, tem os temas que sintetizam essas questões relativas ao processo de independência detalhados na carta.

Três pontos encadeados em sequência constituem a tônica desse mandato: 1) em um parágrafo de 15 linhas, intitulado “encontros e cursos de formação fora da vice-Província”, é apresentado um balanço da participação de frades em diversos encontros, sendo reforçada a “colaboração financeira da

Província-Mãe”; 2) o ponto seguinte é identificado pelo título: “sustento dos irmãos – independência financeira”, em alusão à “confiança no futuro” no qual o superior vislumbra que a “Fundação de 1952”, vice-Província à época de seu mandato, “um dia se transforme em Província independente”; 3) e o terceiro ponto descrito se ocupa de discussões sobre “colaboração e cofinanciamento de projetos de terceiros”, além de tratar dos “projetos da vice-Província”, onde a temática “financeira” assume lugar proeminente no relato.

#### 3.4.8 O “mandato do primeiro brasileiro”

Finalizando a parte do livro dedicada ao “mandato dos superiores”, em um parágrafo de apenas doze linhas, disposto em meia página, é descrito o último mandato de Superior assumido por um brasileiro - até o momento da publicação do livro. Inclusive, essa é uma das informações salientadas: trata-se do “primeiro provincial brasileiro”.

Outros poucos elementos são escalados para caracterizar as origens do Frei João Muniz. O novo superior na igreja é citado, basicamente, por seu engajamento em uma comunidade situada em São Luís, (bairro Barreto) e ligada à Paróquia da Glória (uma das fraternidades da Província).

Em seguida, são situados alguns “serviços” prestados, como o de “vigário cooperador”. Comenta-se, também, a respeito de sua “promoção para Doutor em Teologia”. A breve explanação encerra informando que, a partir do mandato de Frei João Muniz, “os serviços do Definitório e da Formação foram confiados quase exclusivamente a irmãos brasileiros” (LÖHER, 2009, p. 81). Diferentemente das descrições de mandato dos outros superiores, aqui não são creditados registros ou menções a “eventos de destaque”.

Os tipos de “eventos” mencionados na “obra” demonstram uma associação entre os períodos históricos, as redefinições no meio religioso e os cargos desempenhados pelos agentes na hierarquia, que ensejam as estratégias de exaltação das qualidades dos “superiores”, dos sentidos de “missão” e de “engajamento” relativos às condições periféricas que enfrentam e do pertencimento religioso.

A menção aos “eventos”, bem mais que uma “contextualização” retrospectiva operada pelos próprios religiosos, consiste na seguinte correspondência: os “eventos” relacionados a certas transformações e sujeitos remetem à possibilidade de justificação e de persistência da existência do grupo, em circunstâncias de afirmação de novos princípios e perfis. Enfim, de produção de uma versão da história fundamentada em um trabalho de memória que permite o amoldamento de percepções, visões de mundo e dos portavozes autorizados para representá-las.

É por meio do estudo dos seus intérpretes, com determinados perfis e posicionamentos, que buscamos compreender os efeitos das transformações mais gerais em dinâmicas específicas de recepção, de condução de um “trabalho missionário”, de afirmação de práticas e de imposição de princípios religiosos em dadas configurações periféricas. Essa dimensão será discutida, mais explicitamente, em um capítulo específico, que é dedicado à construção de “causas” nas quais há a afirmação de determinadas práticas, classificadas como “engajadas”, além de princípios legítimos pelos quais os agentes procuram legitimar os sentidos de “missão” associados às suas ações.

Chegamos, então, ao entendimento de que tais construtos se objetivam em virtude de investimentos que concorrem para tornar “perene” e notória a história coletiva dos “grupos” religiosos. É pelo fato de termos em conta que o universo religioso se revela representativo do funcionamento de lógicas de consagração social, que concentramos nossas análises sobre os condicionantes sociais e culturais que incidem sobre o trabalho de produção efetivado em determinada conjuntura.

### 3.5 “SEGUNDA PARTE: a vida dos irmãos”: lógicas de constituição das “fraternidades”

Na “segunda parte” da publicação, o autor retoma alguns aspectos dos momentos iniciais da chegada da “Ordem”, concentrando-se em caracterizar a organização das chamadas “fraternidades”<sup>54</sup> em diferentes lugares onde o

---

<sup>54</sup> De acordo com documento oficial que rege a organização da Ordem, a definição de “Fraternidade” está contida, mais explicitamente, no que dizem os artigos 45, parágrafo 1 e Artigo 46, respectivamente: Art 45: “Os Ministros e os Guardiões, intimamente unidos aos irmãos que lhes são confiados, procurem construir a Fraternidade como ‘uma família unida em Cristo’, na qual se busque e ame a Deus acima de tudo. Sirvam de exemplo na prática das

grupo se estabeleceu. Elas totalizam seis fraternidades, sendo elas: 1) Fraternidade Nossa Senhora da Glória (São Luís); 2) Fraternidade Nossa Senhora dos Remédios (Piripiri); 3) Fraternidade São Francisco das Chagas (Bacabal); 4) Fraternidade São José (Lago da Pedra); 5) Fraternidade Nossa Senhora de Fátima (Vitorino Freire); 6) e Fraternidade São Raimundo Nonato (Teresina).

Assim como na seção anterior, o texto está organizado em tópicos, que aqui são apresentados, cronologicamente, nas descrições sobre o contexto de emergência de cada “moradia” franciscana. Não se trata, propriamente, de um “segundo capítulo”, mas podemos tomar a “segunda parte” como uma espécie de unidade descritiva, constituída por um discurso articulado e estandardizado.

“A vida dos irmãos”, eixo desenvolvido na sequência no livro, corresponde a 53 páginas, que, em termos percentuais, apresenta um volume menor, 12,1%, quando comparado aos 16,0% da “primeira parte” do material. Nessa “segunda parte”, constatamos a aplicação da mesma estratégia de narração, na qual o autor se vale de diferentes relatos (discursos e posicionamentos de “confrades” sobre os eventos e as principais questões ocorridas nas “fraternidades”).

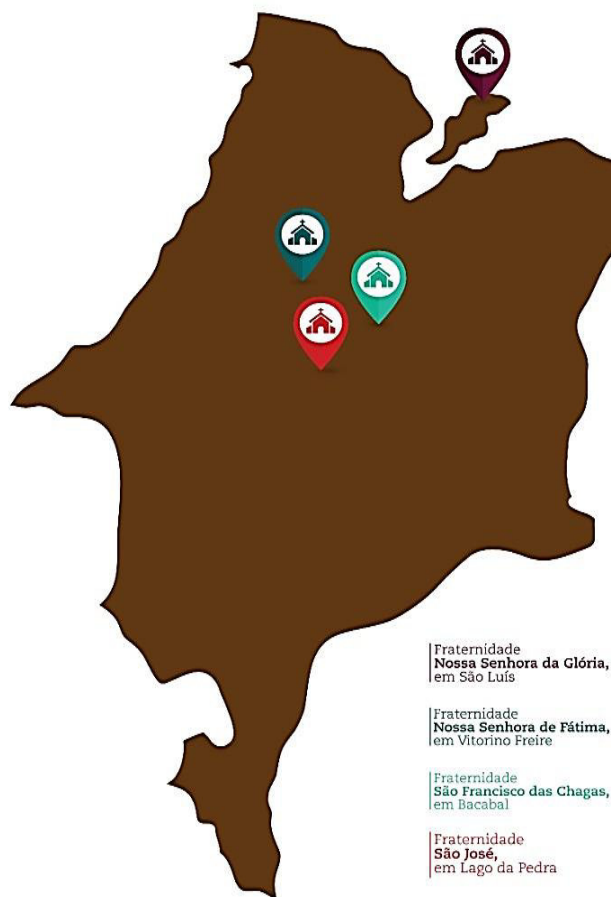
De modo geral, observamos apontamentos sobre personagens, eventos, contatos, alianças com outros agentes, costumes, que sintetizariam determinada “ética” de “vida fraterna” enquanto prescrição oficial. A instalação em comunidades de base significaria colocar em prática estratégias de adequação a partir de ângulos diversos de percepção ou formas de adesão: como a adaptação à região ou à sociabilidade local, o que inclui uma descrição sistemática de rotinas (como a de trabalho), e de lógicas políticas e econômicas atinentes às estruturas de fixação do empreendimento missionário.

---

virtudes e na observância das leis e tradições da Ordem”; Art 46: “O Guardião, juntamente com os irmãos reunidos no Capítulo local, organize convenientemente a vida da casa, para que haja uma fraternidade autêntica, real e profunda” (Fonte: Extraído do livro das Regras e Constituições Gerais da Ordem dos Frades Menores. Conferência dos Frades Menores do Brasil, 2005, p. 93).



FIGURA 9 - FRATERNIDADES NO TERRITÓRIO MARANHENSE DA PROVÍNCIA



FONTE: Dados da Publicação (LÖHER, 2009).

A seguir, retomaremos os principais aspectos, características e ênfases apontadas no livro, atentando às estratégias de apresentação efetuadas pelo autor. Convém observar que as fraternidades constituem um dos princípios de organização pelo qual as congregações se estabelecem.

### 3.5.1 “Fraternidade” em São Luís

A primeira fraternidade descrita é a de Nossa Senhora da Glória, situada na capital. Em sua estrutura de apresentação, que contém onze páginas, o autor resgata uma lógica evocada, ao que parece, no detalhamento das partes que anteciparam esta. Ou seja, ele baseia cada descrição, situando os elementos fundantes, que podem ser personagens, eventos, cronologias, ou

histórias. Logo na primeira página, são mobilizados dois excertos de cartas atribuídas a dois dos primeiros frades que chegaram à localidade no início dos anos de 1950.

Essencialmente, os fragmentos das correspondências são depoimentos, percepções “sobre a recepção em São Luís” e sobre a instalação provisória no Palácio Arquidiocesano, o que é colocado de forma centralizada e em destaque: “1ª moradia provisória: no Palácio Arquidiocesano”, seguida da indicação do período em que ficaram hospedados, “novembro de 1952 a fevereiro de 1953”.

Nos trechos selecionados das cartas está registrado o esforço do anfitrião (Monsenhor Sant’Ana) para “cumprir seus deveres de dono de casa”. A presença dos franciscanos alemães no Maranhão é enunciada como uma “grande novidade” nesse primeiro relato, que é atribuído a Frei Alberto Mersman. Outras passagens compõem a estratégia de caracterização das “fraternidades”, que recorrentemente são representadas pelas percepções e impressões mais gerais oferecidas nos depoimentos de frades que nelas habitavam e por autoridades hierárquicas da Alemanha em visitação oficial.

O trecho que segue foi retirado de uma correspondência de autoria do Provincial da Alemanha por ocasião de uma Visita Canônica ao Maranhão. O fragmento é apontado como uma “descrição do romantismo e da realidade dura desta moradia”. Esta é uma menção à 3ª moradia dos frades no bairro do João Paulo, nos anos de 1950:

[...] Este lar é uma vivenda velha e maravilhosa... Fica na sombra de grandes mangueiras... Está sempre fresquinho, dentro e fora de casa... Também a ventilação nos quartos é tão boa que quase não senti calor e não precisava trocar de roupa toda hora [...]. De um lado a avenida, pela qual corre todo o trânsito de São Luís para o Interior; do outro lado, três alto-falantes de lojas diferentes, todos ligados entre si, tocando música alta que o povo pede e a campanha eleitoral oferece. (Trecho da carta do Provincial Dietmar, citada por LÖHER, 2009, p. 89).

O outro segmento de texto selecionado aparece no livro com o mesmo propósito do anterior, explicitar declarações que sintetizam as percepções sobre as moradias frequentadas na Fraternidade da Glória. Esse depoimento é atribuído a Frei Ambrósio e basicamente traz as impressões do novo morador,

que prefere destacar aspectos relacionados ao meio ambiente da cidade de São Luís.

[...] Em São Luís fomos recebidos com maior carinho. São Luís é uma cidade antiga, muito bonita, tem colinas. Já conheço um pouco da cidade e da redondeza. Na cidade tem muito verde, nos arredores, mato bonito, o pessoal agradável no convívio. Clima suportável. Aqui não tem grandes diferenças na temperatura... quase sempre há uma brisa fria vinda do mar [...] (Trecho de carta de Frei Ambrósio Krämer, citada por LÖHER, 2009, p. 85).

Após apresentar partes de algumas correspondências, Frei Löher segue com a tática de dar espaço aos relatos dos que participaram dos momentos iniciais da história das “fraternidades”. Portanto, expõe as percepções de frades recém-chegados para habitar essas moradias.

A “fraternidade da Glória” foi a moradia definitiva dos frades na capital. Antes dela, eles haviam passado por três moradias provisórias: no palácio arquidiocesano, no bairro do Filipinho, e a penúltima, situada no João Paulo (que é objeto das impressões do Provincial Visitador Dietmar – trecho exposto acima). O ano que demarca a mudança para o convento da Glória é o de 1955.

Seguindo um padrão, o início da descrição do tópico “4ª moradia: Convento Nossa Senhora da Glória: junho de 1955 até hoje” é introduzido por mais um excerto, que deixa um depoimento em evidência. E as ênfases apontadas até a conclusão da descrição são: “discussões sobre a construção do convento”; “eleição do novo ‘superior’ da então ‘Fundação’”; e a “transferência da sede da ‘Fundação’ de São Luís para Bacabal”.

Nas duas páginas conclusivas, são elencados vários nomes de frades que trabalharam e residiram na cidade de São Luís, em períodos específicos, dispostos em cronologia desde o ano de 1953 até 2007. Esses dados cronológicos são períodos organizados em intervalos de três anos, tempo de gestão ou de direção das equipes dirigentes em cada fraternidade.

### 3.5.2 “Fraternidade” em Bacabal (Distante 250 km da capital)

Os eixos frisados na descrição das fraternidades se atêm a situá-las cronologicamente (quando passaram a existir objetivamente); a mencionar os habitantes (identificando sua posição na hierarquia); a caracterizar as moradias (percepções sobre o ambiente, o espaço da casa, os objetos etc.); e a dar as

impressões/representações mais gerais (o clima, o bairro, a cidade, a dinâmica de vida social etc.).

De acordo com esse esquema de descrição, foi feito um detalhamento da primeira moradia, em Bacabal, a “Casa Paroquial ao lado da Matriz”, por seus dois moradores, os Freis Celso Schollmeyer (superior) e Adauto Schumacher (pároco). As descrições estão circunscritas à reprodução de discursos por meio dos quais o autor visa sintetizar os entendimentos sobre os diversos aspectos que esses fragmentos de depoimentos tornam explícitos. Conseqüentemente, a fraternidade de Bacabal é definida a partir da apresentação dos registros feitos por Frei Celso, deixados em formato de correspondência. O registro que segue (percepções gerais do religioso sobre aspectos encontrados na região da nova moradia) realça (aparentemente retornando alguma pré-noção e em tom de condescendência), aspectos positivos, especialmente do clima na cidade de Bacabal, em contraste ao de São Luís. Tal posicionamento seria um tipo de síntese que o autor dedica nesse ponto específico do livro:

[...] Depois de ter passado um mês de inverno e o início do verão aqui, tenho que dizer que acho Bacabal muito favorável. O tempo parece bom, melhor do que o clima abafado de São Luís. À noite a temperatura desce às vezes para 16 a 18 graus o que é bastante frio; a gente não aguenta dormir sem cobertor de lã. Também o povo que na maior parte imigrou do Ceará e do Piauí, é muito melhor do que lá. Malária não há apesar de ter muito lugar embrejado. Planta-se arroz, milho, feijão, algodão; há certa palmeira que dá óleo, há um pouco de criação de animais. Os alimentos principais daqui são pão – por parte feito de arroz – arroz, feijão, macarrão, farinha e muitas frutas baratas. Nós temos em nosso quintal (da fraternidade) também umas laranjeiras, grandes mangueiras etc. (LÖHER, 2009, p. 104).

O comentário abaixo traz mais um destaque presente nas exposições sobre a Fraternidade de Bacabal, e seria representativo das “negociações” em torno de condições de moradia favoráveis, que teriam ocorrido nesse momento original. O trecho é atribuído a Frei Teodoro Scholand, religioso que esteve engajado nos momentos iniciais dessa Fraternidade (mencionados anteriormente no primeiro “mandato de superiores”, de 1952-1955):

[...] A primeira opção era a compra da casa do deputado estadual na vizinhança do mercado na Rua Grande. Por motivos financeiros e burocráticos a compra retardou. Uma outra possibilidade surgiu com a compra de um terreno extenso e barato na então periferia da cidade [...]. A localização do terreno parece mais favorável do que a casa do deputado, porque toda a atividade de construção vai à direção do Norte, onde fica o novo terreno, quase defronte do terreno que a prefeitura ofereceu para um ginásio a ser eventualmente construído

no futuro [...] (Trecho de carta atribuída a Frei Teodoro Scholand, citada em LÖHER, 2009, 105-106).

Essa parte contém vestígios das relações possivelmente estabelecidas com representantes do meio político da região. A efetuação de contatos com dirigentes locais, e o interesse dos políticos em atender a determinadas “necessidades” dos missionários sugerem uma ideia de reciprocidade, na qual os poderes representados na interação entre as esferas religiosa e política visam a consolidação de estratégias de alianças rentáveis para ambos os lados.

A descrição na sequência demonstra outros recortes de depoimentos dos primeiros moradores dessa fraternidade. Grifamos algumas delas: 1) Discussões (trechos de comunicações) sobre as condições de aquisição e sobre a estrutura da segunda moradia em Bacabal (“o convento antigo”); 2) Transferência de Freis para Bacabal (“Eraldo Stucke, para o Interior e Godofredo Bauerdick como novato”, para a cidade); Ofícios/profissões desenvolvidos por frades; 3) Descrição sobre “as oficinas do Convento” (detalhamento do trabalho dos freis).

Para tanto, Löher torna a fazer uso de referências à pesquisa de Venâncio Willeke, por meio da qual aponta como destaque “o trabalho dos irmãos”, dando especial atenção “às primeiras décadas da construção material”:

[...] As obras de construção do convento, do colégio e das oficinas foram dirigidas pelo arquiteto Frei Constâncio. As oficinas contribuíram de modo particular para maior economia da comunidade religiosa, além de garantirem o bom funcionamento dos ofícios indispensáveis. A vinda de confrades especializados nas várias profissões aliviou muito os trabalhos dos padres da fundação. Todos os irmãos prestaram serviços valiosos, sem os quais nem se poderiam imaginar as numerosas obras materiais realizadas. Ademais, cada irmão, no seu ofício, procura realizar o ideal de São Francisco. Eis os irmãos e os ofícios: arquiteto, Frei Constâncio Henning, que voltou para a Província (na Alemanha); mecânicos, Frei Ambrósio Krämer, falecido em 1977, Frei Afonso Sabelek e Frei Ângelo Brügge; horticultores, Frei Roberto Schulte e Frei Valfrido Huckelmann; carpinteiro, Frei Gregório Brox, que voltou para a Província; alfaiate, Frei Ângelo Gerke (egresso); cozinheiros, Frei Félix Rademacher, falecido em 1970, e Frei Beno Frenzel (egresso); sapateiro, Frei Modesto Benjamim de Souza; sacristão, Frei Pio Bispo da Conceição (LÖHER, 2009, 109-110).

O texto que detalha esse processo compõe uma estratégia narrativa de reconhecimento e de evidência (pela exaltação da memória) da “construção

da história”, sintetizada no enaltecimento (“colaboração dos irmãos”), que considera o “trabalho” como elemento importante à apresentação dessa parte do livro.

Sobre a “fraternidade de Bacabal” são explorados pontos que discorrem a respeito do tema das “moradias” e das “construções”. Assim como na lógica verificada no detalhamento da fraternidade anterior, a parte final elenca uma longa lista que identifica e fixa uma correspondência entre as equipes dirigentes e os períodos (triênios) de administração das fraternidades.

### 3.5.3 “Fraternidade” em Lago da Pedra (Distante 308 km da capital)

A descrição desta “fraternidade” é iniciada no livro, de imediato, com o “evento” da “fundação” da “casa filial de Bacabal”, na qual são apontadas as condições de transporte e de acesso entre os dois lugares. Outras passagens realçam a complexidade do empreendimento missionário franciscano, que não estaria estritamente relacionado ao monopólio dos bens simbólicos (ministração dos sacramentos, celebrações etc.). No caso que examinamos, o sentido desse empreendimento se baseia nas parcerias firmadas com outros religiosos, o que resulta em alianças estratégicas com vistas à prestação de serviços de assistência social e saúde. Isso permite pressupor uma disposição para o engajamento em tais práticas, e também indica quais os arranjos necessários à adaptação a nova configuração de “trabalho” na qual estão envolvidos.

Os relatos que seguem indicam a valorização da intervenção “no social”, e dão relevo à condição de carência da população, o que reflete, conseqüentemente, nas formas de consagração, como a atuação da “Congregação das Irmãs Franciscanas da Adoração Perpétua” no caso em pauta:

[...] A história da Fraternidade de Lago da Pedra seria incompleta, se não se mencionasse a ‘Congregação das Irmãs Franciscanas da Adoração Perpétua’... A Irmã Lidu Hilbers colaborou como parteira à população. Incansavelmente colocou-se a serviço e adaptou-se ao ambiente rural e pobre [...]. Devemos ainda mencionar que as irmãs franciscanas mandaram a Irmã Maria Goretti Fuchs a Lago da Pedra. As irmãs moram primeiramente no posto de saúde da prefeitura na

Rua Humberto de Campos, preparando uma casa construída na mesma rua [...] (LÖHER, 2009, p. 122).

Mais duas irmãs completam a equipe em maio de 1970. Irmã Maria Hedwiga junto com irmã Lidu atende o povo em salas da ala paroquial por motivo a nova prefeita municipal ter pedido o posto de saúde. O posto foi generosamente cedido às irmãs pela ala política da oposição [...] (LÖHER, 2009, p. 122).

Os trechos sublinhados reforçam o caráter multidimensional de intervenção missionária, no caso, das franciscanas, com a conformação de núcleos de interação social entre agentes, que desempenhavam papéis e funções diferenciadas. Observamos que o empreendimento missionário foi se afirmando ao longo do tempo, segundo uma divisão do trabalho social que as fraternidades colocaram em prática a partir das possibilidades viáveis de adequação de seus integrantes. Logo, as dimensões do trabalho social e pastoral, como a assistência médica, a oferta de educação em outras fraternidades, além das atividades explicitamente associadas ao “monopólio legítimo dos bens de salvação” (BOURDIEU, 2009) expõem a estruturação do propósito de “missão” introduzido na região.

Apontamos algumas das principais ênfases lançadas para a breve descrição (seis páginas) desta fraternidade: 1) Construção da casa paroquial; 2) Organização do trabalho pastoral; 3) Declaração de Lago da Pedra como convento regional; 3) Menção à “Congregação das Irmãs Franciscanas da Adoração Perpétua”; 4) e a caracterização da vida da “Fraternidade”.

O penúltimo tópico direcionado às “Irmãs Franciscanas” ocupa espaço relativamente considerável em relação a outros apontamentos. Em oito parágrafos, dispostos em uma página e meia, o comentário que introduz a “congregação das irmãs” como objeto da descrição dá uma indicação da sua relação com a “história da Fraternidade de Lago da Pedra”, que, segundo a narrativa, “seria incompleta” sem a referência às Irmãs. Dentre as principais ações creditadas às Irmãs, estão: os “serviços de assistência aos doentes”, e o “serviço interno” ligado aos trabalhos da maternidade.

### 3.5.4 “Fraternidade” em Vitorino Freire (Distante 323 km da capital)

Em apresentação mais breve que a dedicada à “fraternidade” anterior, os aspectos sobre a presença franciscana em Vitorino Freire (em quatro páginas) são destacados desde o primeiro parágrafo, como a realização de “eventos”, principalmente “solenidades” festivas: “missa festiva”, “sessão cívica”, “inauguração do Convento” e do “Ginásio”. Esses momentos estão associados a um sentido de enaltecimento, explicitado com a referência ao trabalho “coroadado de êxito”, que é imputado ao “pioneiro Frei Celso”.

A ocorrência de uma lógica até então não percebida no relato sobre as fraternidades é verificada nesse conteúdo. À medida que o autor situa a composição da “fraternidade”, listando nominalmente membros que passaram por Vitorino Freire, ele atribui aos agentes mencionados características de personalidade ou habilidades. Por isso, adjetivações de enaltecimento pessoal são frequentes, como chamar o “pioneiro” Frei Celso Schollmeyer de “padre do mato” para salientar sua “dedicação pastoral” e as habilidades de determinados agentes para a realização de tarefas específicas, como os “cuidados com a horta” ou a dedicação à produção intelectual (“elaboração de taquigrafias”), características que seriam particularmente detidas por Frei Aduino Schumacher.

De modo semelhante, o parágrafo situado em seguida, de acordo com a sequência apresentada no livro, descreve as características de outro morador da “fraternidade”, Frei Roberto Schulte, indicando, em algum nível, a presença de princípios de diferenciação e hierarquização de tarefas. O relato, então, utiliza com maior contundência termos como “espírito de cooperação”, situando, lado a lado, competências e habilidades profissionais díspares (“trato com a horticultura”, “trabalho na olaria e no curral” / “ocupação em estudos e pesquisas”).

Embora acentuem lógicas de hierarquização do trabalho interno à “fraternidade”, as ênfases presentes nessa seção indicariam modos de apresentação de uma imagem coesa da vida em “fraternidade”, condensadas por expressões como: “convivência boa” entre os “irmãos” ou “os cuidados com o bom funcionamento das coisas na casa”.



Nesta segunda parte da publicação, apuramos, ainda, uma associação consistente entre lugares e nomes ou homenagens póstumas, compondo os “três sentidos (material, simbólico e funcional), que se apresentam em graus diversos e simultaneamente”, visto que precisam ser revestidos de uma espécie de “aura simbólica”, ou considerados “objeto de um ritual” (NORA, 1993, p. 32). Nessa perspectiva, podemos identificar uma série de referências estruturadas por essas relações, que dão corpo a um discurso, senão literal, pelo menos alusivo a uma ideia de rememoração de “ícones” da “missão”.

Esse trabalho de construção é demonstrado pela valorização de datas relacionadas a eventos ou fatos “marcantes”. O sentido de continuidade no tempo pode ser ilustrado pelo destaque dado “às festas de jubileus da presença franciscana no Maranhão e Piauí: os 25 anos em 1977, a ereção da Vice Província independente em 1992, e os 50 anos em 2002” (LÖHER, 2009, p. 112).

Afora a centralidade conferida a esses eventos, no trabalho de gestão da “imagem franciscana”, também vem à tona um simbolismo ritualístico em homenagens aos que já morreram. Essa reverência é um indicativo de consagração que permite, mais uma vez, ligar a história do grupo às lembranças daqueles que teriam ajudado a edificá-la.

De acordo com o registro abaixo, podemos ter uma noção de como a prática dos elogios fúnebres e diretamente relacionada às estratégias de construção de panteões:

Na parede lateral da sacristia são fixadas plaquetas de metal, onde constam os nomes de 12 frades que viviam e trabalhavam no Brasil, mas foram enterrados na Alemanha. Além disso, há duas plaquetas, onde constam os nomes de dois irmãos que estão ligados intimamente à história de nossa Província: P. Provincial Dietmar Westermeyer e Bispo D. Pascásio Rettler (LÖHER, 2009, p. 112).

O reporte a dois falecidos, que ocupavam lugares de prestígio, estampados em plaquetas no convento de Bacabal, denota o elemento distintivo acionado no método de consagração de personagens reconhecidos, entre seus pares, como centrais ou que personificam a história franciscana. Tal distinção está ligada à eficácia de “qualificações” construídas em torno deles.

Ao “provincial” Dietmar Westermeyer, que respondia hierarquicamente pela “Província Saxônia da Santa Cruz” à época da vinda para o Brasil, o autor do livro reserva passagens que avultam os esforços e o seu trabalho nos

momentos iniciais dos planos de estabelecimento no Maranhão. A diversidade de trechos que lhe fazem referência contém, entre outras designações de valorização, o epíteto de “*pai fundador*” da província que se instalou no Maranhão e no Piauí.

Quanto a Dom Pascásio Rettler e os ritos em sua homenagem<sup>55</sup>, notamos a relação entre a valorização de determinados acontecimentos que coincidem com a sua atuação episcopal, reforçada pelo título de “primeiro Bispo franciscano da Diocese de Bacabal”, e pelas menções a características como “firmeza” e “atuação ativa” com que conduziu seu bispado mediante a configuração, valorizada no discurso dos agentes, associada aos conflitos de terra na região (LÖHER, 2009, p. 112). Aliás, esse aspecto é privilegiado na narrativa sobre o grupo, porém, seu acionamento fomenta um relativo desequilíbrio na balança da consagração, pois alguns agentes parecem comportar maior notabilidade que outros.

Além das referências a D. Pascásio e ao Provincial Dietmar Westermeyer em plaquetas, o autor dedica um breve parágrafo (de sete linhas) à lembrança de nomes e datas em que religioso/a (s) faleceram, dando a este tópico o título de “O Cemitério”:

O Cemitério entre o Convento e a Igreja Matriz foi inaugurado, quando Irmã Clélia Anisi da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas faleceu aos 18.09.1966, num desastre de carro. Depois de Clélia, 8 frades foram enterrados neste cemitério. O último até agora foi Frei João Rodrigues Moreira que faleceu aos 14.08.2004, num desastre de carro. E depois de Frei João, - já passando além de janeiro de 2007 – no Domingo da Páscoa de 2008, Frei Reinaldo José Hillebrand (Idem, 2009, p. 112).

As homenagens aos mortos como trabalho de heroicização e de consagração póstumas podem abranger uma dimensão simbólica das trocas entre o morto e aqueles que, por meio do elogio, dele se aproximam e constroem identificações, as quais funcionam como trunfos de luta, e como tentativa de reforçar ou de redefinir a unidade e a perenidade dos grupos e indivíduos exaltados (REIS, 2015).

---

<sup>55</sup> Recentemente, em 16 de setembro de 2018, os restos mortais de D. Pascásio foram trasladados de São Paulo, onde faleceu em 16 de setembro de 2004, para o cemitério do convento franciscano em Bacabal, depois de exatos 14 anos. O ritual de recepção dos restos mortais contou com carreata, missa em celebração da memória e uma sessão de exposição da biografia do agente com fotos e material textual de momentos da atuação de D. Pascásio como Bispo administrador da diocese de Bacabal.

O trabalho de heroicização e de consagração a partir dos tributos dirigidos aos que já morreram é fundado na “lembrança que é guiada por uma rede de significações e relações sobre e constituídas no ‘presente’ informado pelo ‘passado’ e o ‘passado’ sendo dinamicamente reconstituído com base no ‘presente’ e também nas expectativas sobre o ‘futuro’” (Idem, p. 218). A autora adverte, segundo as orientações de Pollak (1989), que o trabalho de memória

deve ser operacionalizado levando em consideração, por um lado, o fator evidente de que ele é sempre ativado retrospectivamente e informado pelas lógicas e estratégias que regem a posição ocupada pelo agente no momento de rememoração, os posicionamentos defendidos e, sobretudo seu caráter de construção coletiva (REIS, 2015, p. 2018).

É possível, portanto, considerar que o universo de que tratamos é pródigo em homenagens ou “rituais dedicados à celebração da memória de um morto”. Assim, podemos reunir aspectos analíticos para compreender o caráter de *dívida simbólica* entre vivos e mortos, igualmente reveladora de lógicas que regem o universo social, como o da *intencionalidade de recompensa* procurada pelos vivos ao lembrar e elogiar os mortos (Idem, 2015, p. 219). Assim sendo, a “existência de uma estrutura de trocas simbólicas explica a importância de se homenagear os mortos como forma de reconhecer e de retribuir não somente aquilo que o indivíduo fez em vida, mas o próprio fato de ter sido privado dela”. (HÉLIAS, 1979 apud. REIS, 2015).

O evento da morte emerge no âmbito religioso como um acontecimento gerador de uma espécie de débito simbólico, que perdura para aqueles que estão vivos, de modo a reforçar o sentido de obrigação que se impõe pelo ato de render tributos e homenagens em relação aos mortos<sup>56</sup>. Geralmente, essa condição de débito, estabelecido pelo evento da morte, se apresenta quase que insolúvel, sendo apenas amenizado através dos sucessivos rituais celebrativos que, possuem um teor laudatório e apologético, investimentos explícitos de um trabalho de consagração.

Há uma associação entre a intensidade e a recorrência das celebrações dirigidas em “memória” dos que já faleceram “conforme o valor social

<sup>56</sup> Embora não tenha sido contemplada com um capítulo em particular nesta tese, observou-se, durante a investigação, que a dimensão das homenagens dedicadas a personalidades da “ORDEM FRANCISCANA DO MARANHÃO E DO PIAUÍ” se mostra relativamente abundante em termos de menções honrosas através de rituais solenes promovidos nos diferentes domínios sociais, como o político e o intelectual (referência a homenagens dirigidas por câmaras municipais - no MA e PI - e pela Academia de Letras de Bacabal).

(homenagens a personalidades de maior ou menor destaque) e/ou afetivo do morto (familiar, amigo etc.)” (REIS, 2015, p. 219). Nesse ínterim, “a condição de credor do morto e de devedor dos vivos faz das homenagens a chance de afirmação de gratidão, mas não é correlativa à dívida estabelecida” (Idem).

Essas homenagens (qualquer ritual de celebração à memória) contemplam um modelo de citações e de exaltação desse agente que partiu da vida. Esses comentários consistem em pronunciar as qualidades e os atributos dos quais o falecido era portador, o que torna o membro que homenageia o morto “intérprete” autorizado a divulgar o que seria uma síntese estandardizada de biografias póstumas.

No universo que analisamos são bastante recorrentes os chamados “necrológios”, que são tributos simbólicos imediatamente produzidos com o sentido de reatualização e perenização das experiências objetivadas em vida. Via de regra, essas sínteses biográficas, assim como outras modalidades de homenagens, são construções bem articuladas pelos clérigos que, ao explorarem a “valorização das virtudes” e as “propriedades do morto”, como observa Reis (2015), autoproclamam-se, mesmo que de modo tácito, depositários legítimos das propriedades rememoradas.

Segundo essas orientações, o evento da morte pode figurar como forma de representação legítima dos modos de consagração acessíveis ao grupo. Logo, os ritos, objetivados nas homenagens, racionalizam a “vida” mediante a ocorrência da morte, transformando homens comuns em personalidades ou vultos dotados de atributos valorizados, cuja exaltação seria fonte de reconhecimento e prestígio para homenageados (os mortos) e para os que rendem tributos.

Reis (2015), inspirada no raciocínio de Coradini (1998), apresenta a ideia de que por meio da consagração que se “objetivam nos rituais de sacralização, os agentes buscam vincular-se ao ‘objeto sagrado’, estabelecer os recursos valorizados, os eventos singulares (inscrevendo-se na mesma genealogia), enfim, apresentando-se como os ‘herdeiros’ desse ‘patrimônio’” (REIS, 2015, p. 2019).

A associação entre nomes e lugares é particularmente intensificada nesta parte da publicação, em virtude de ter sua estrutura de descrição

baseada na relevância conferida à história de determinados lugares (os conventos e as casas com funcionalidade de moradia).

A relação desses religiosos com os lugares, que pelo trabalho de vivificação se tornam “lugares de memória”, está materializada na citação desses mesmos agentes que foram homenageados postumamente com placas na parede da sacristia. Todos são mencionados, agora, como “personalidades importantes para a história da Província” por sua “ilustre” passagem como “hóspedes” na capital e no interior do Estado:

Nas minhas três grandes viagens ao Brasil desfrutei em São Luís sempre de novas hospedagens: em 1951 no Palácio Episcopal, em 1954 na baixada de João Paulo perto da pista, no convento provisório, e agora (1962) três vezes [...] e sempre melhor no morro da Glória, com vista para o Caratatiua. Já a situação geográfica faz deste convento uma atração na Fundação. Mais ainda a hospitalidade. Obrigado por isso! (Frei Dietmar Westermeyer, Ministro Provincial da Saxônia).

As poucas horas nas quais tinha o prazer de estar junto aos meus queridos confrades da Província-Mãe da Saxônia ficarão sempre na minha memória. A florescente vida religiosa e cultural nas recém-fundadas Fraternidades missionárias, especialmente em Bacabal, me fizeram experimentar o verdadeiro espírito missionário franciscano [...] (Frei Pascásio Rettler ofm, Rio, 1963).

No dia da criação da diocese de Bacabal, para onde me dirijo dentro de uma hora, gostaria de agradecer sinceramente aos confrades hospitaleiros desta Fraternidade franciscana Nossa Senhora da Glória por toda gentileza que experimentei aqui durante os dias do encontro dos Bispos do Maranhão [...] (Frei Pascásio Rettler, Bispo de Bacabal, 1968).

Os trechos acima, além de menções, são citações diretas, feitas por Löher (2009, p. 91), de falas enunciadas por duas das consideradas “grandes personalidades” ligadas à Província, e remontam à aludida dialética entre lugares e pessoas de elevada estima na história do grupo. O convento da Glória, em São Luís, foi uma das primeiras moradias dos franciscanos e ainda figura atualmente como uma referência, assim como o são outros conventos descritos na segunda parte. Os registros de percepções positivas conferem aos lugares um *status* privilegiado na construção discursiva sobre as fraternidades.

Partimos do princípio de que aquilo que caracteriza os *lugares de memória*, para além de sua materialidade física, como os prédios dos conventos, dos estabelecimentos de ensino, de cada capela erguida, ou qualquer outra edificação, conta, ainda, com o simbolismo e a funcionalidade

que os agentes outorgam a esses lugares. São os elementos constituintes de um “jogo da memória e da história, como uma interação de dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca” (NORA, 1984, p. 33).

O fato de comporem a estrutura essencial da segunda parte da publicação torna as menções a certos lugares em artefatos discursivos, carregados de intenção de memória, sem a qual, como adverte Nora (idem), passariam a ser, em vez de lugares de memória, apenas lugares de história.

A estrutura discursiva que orienta a “segunda parte” oferece elementos de compreensão sobre os modos de adequação e de percepção dos clérigos em um novo espaço de interação social. Sua narrativa privilegia contextos de estruturação das condições materiais de sustentação, associados às experiências práticas na relação com os lugares de convivência e de referência (casas paroquiais, conventos, comunidades etc.). Esses discursos também expõem indicações sobre o modo e o estilo de vida dos religiosos, além de revelarem uma lógica de hierarquização em termos de distinção profissional ou de competências portadas.

Com alguma recorrência, observamos a atenção dada às construções dos conventos, mais precisamente, focamos nas produções de relatos feitos à época de cada construção, bem como nas pistas a respeito da região, da autoapresentação dos agentes e das estratégias de afirmação de um estilo de vida.

Tomemos o contexto da construção do primeiro convento, onde Löher (2009) reproduz o relato do frade e suas expectativas em relação aos “confrades” e parentes da Alemanha:

Eu espero a colaboração de meus confrades e parentes nem tanto em dinheiro e coisas materiais, e sim em orações e sacrifícios que aqui nos são mais úteis do que tudo. Quando existir um exército de rezadores atrás de nós, então encontramos benfeitores aqui. Frei Adatao e Frei Américo já começaram no interior de fazer coletas pela construção do convento. Nós temos que acostumar o povo, que somos frades mendicantes e não senhores finos que têm tios ricos na Alemanha e na América. Por isso insisto pedindo: rezem, para que o povo encontre seu jeito e nos ajude realmente com generosidade (LÖHER, 2009, p. 108).

Esse fragmento levanta duas questões para nossa reflexão. A ideia que chama a atenção no relato coloca em evidência uma estratégia de identificação essencializada (“frades mendicantes”) com uma posição associada a uma

condição hierarquicamente inferior na escala social. O segundo aspecto diz respeito a outra lógica de identificação, que aposta na adequação/adaptação de um discurso em favor da valorização de características relacionadas a categorias abstratas (“generosidade do povo”).

Outro relato, de um frade novato, traz sua percepção sobre as condições estruturais da região de Bacabal, predispondo de uma visão eventualmente “promissora”, através da qual o agente projeta a ideia de uma proeminência econômica, o que destoa do caráter instável e precário dos ciclos econômicos do Maranhão:

Há dois meses e meio mudei para cá. A viagem era uma delícia especial. Lombinhos atravessando a estrada – melhor definindo: caminhos de piçarra no interior – um atrás do outro numa distância de 60 a 70 cm. Mas onde a patrol tinha nivelado os lombinhos, o carro conseguia avançar bem, sem grande trepidação. Mas eram sempre trechos curtos. Mas já estamos satisfeitos que há uns três anos existe esta ligação pela estrada de rodagem. De uns meses para cá um pequeno ônibus viaja nesta rodagem e já perfaz o percurso em seis horas. Uma lancha demora três dias, quando tudo dá certo. No momento muitos caminhões vão a São Luís levando de nossa região algodão, arroz e babaçu (LÖHER, 2009, p. 108).

O relato de frei Godofredo Bauerdick introduz a visão de um recém-chegado a um lugar que passa por transformações estruturais, mas também registra, em seu trecho final, uma ideia que suscita uma intervenção reflexiva acerca dos processos sociais de construção de uma identificação com a região, remetendo a uma base distinta daquela do relato anterior (creditado a frei Celso Schollmeyer), assim como coloca questões em torno de possíveis justificações - que extrapolam o ideário missionário - sobre a presença da “Ordem” na região do Maranhão e do Piauí.

O último excerto deixa subentendida a condição de “pujança econômica” ocorrida na passagem de meados do século para a década de 1960. Trata-se de um aspecto que leva a pensar na ideia de interesse, sempre eclipsada nas práticas “abnegadas” / “altruístas” dos agentes desse campo, mas que, objetivamente, se apresenta como questão estruturante das escolhas que pautaram sua existência social em determinado lugar, bem como as percepções estabelecidas em relação a ele.

Entretanto, a ideia de “interesse” se mostra reveladora, sobretudo em um universo marcado pelo discurso do “desinteresse”, e permite que sejam acessadas lógicas não tão automáticas, as quais fundamentam a “vida dos

irmãos”, a partir da descrição das fraternidades. O modo de vida, a estética das primeiras habitações (moradias/casas paroquiais), e o “disciplinado trabalho”, tanto no campo da prestação de serviços pastorais quanto aos ofícios desempenhados pelos próprios frades já oferecem elementos suficientes para refletirmos sobre o modo como se estrutura a imagem de si e a sua relevância como estratégia de identificação social.

Sobre os anos de 1967 e 1968, ao descrever os primeiros momentos de uma fraternidade em Teresina, no Piauí, o autor expõe relatos que demonstram o interesse em demonstrar um estilo de vida e de moradia simples, pretensamente desprovido de sofisticação ou conforto, que transmitisse, de modo direto, uma estética bastante cristalizada quanto ao modo de ser:

Nos primeiros dois meses, Frei Américo Gördes morava no Convento dos Capuchinhos, passando o dia na Piçarra (bairro de Teresina). Depois entendeu de morar na sacristia da igreja. As refeições, tomava na casa de dona Mariazinha e do Sr. José Ferreira. Neste tempo havia uma preocupação com o frade, porque a sacristia vivia cheia de morcegos [...]. No dia 10 de janeiro de 1968 chegou Frei Adolfo Temme que acabava de concluir seus estudos em Petrópolis. Chegando na praça da Igreja perguntou: ‘onde mora o vigário?’ a resposta foi: ‘olhe na sacristia!’ Quando bateu na porta, foi frei Américo quem abriu, com um cachimbo na mão. A recepção foi cordial. Mas o recém-chegado não podia deixar de reparar a pobreza em que o vigário morava [...] (LÖHER, 2009, p. 129).

A apresentação do trecho com as percepções do Provincial Constantin Pohlmann, por ocasião de sua visita à casa paroquial de Teresina (moradia provisória de dois freis) em fins de 1968, reforça a ideia de um investimento consistente em um estilo de vida a ser adotado:

Se a gente passa aqui uns dias, gostaria de dizer: assim todos nós franciscanos devíamos viver. Uma casa pequena, muito modesta, por parte de taipa, aberta a todos que passam de modo que o escritório do pároco é ao mesmo tempo sala de estar, sala de recreio dos frades, sala de atendimento e quarto de dormir do pároco. Esta sala multifuncional está sempre repleta de gente idosa e especialmente de gente jovem que conversam, brincam, perguntam e se sentem à vontade. Mas logo mais a gente descobre que esta situação é insuportável por muito tempo. O prédio é bastante arruinado, tem muitas goteiras; os confrades não têm um espaço para onde se retirar para estudos e oração ou onde podem ter conversas com pastorais confidenciais. Nesta casa pequena demais não há lugar para camas de modo que os habitantes e visitantes têm que dormir em redes (LÖHER, 2009, p. 130).



Em ambos os trechos selecionados, podemos observar percepções fortemente cimentadas em um tipo de crença compartilhada que, de certo modo, justificaria a relação que os agentes estabelecem com as “estruturas objetivas em que se encontram inseridos, passando a dar importância e mesmo investindo em um jogo social, percebendo que o que aí se passa é importante para os envolvidos e para os que estão nele” (BOURDIEU, 1996, p. 139). Assim, demonstrar uma estética de vida que se pretende coerente faz parte de uma estratégia de investimento “infraconsciente” que os clérigos realizariam, ensejados pela “relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (idem, 1996, p. 139-140).

Nesse tocante, cabe a seguinte reflexão: se para aqueles que estão inseridos diretamente no universo franciscano - os próprios religiosos e outros agentes - há uma espécie de consenso velado quanto à naturalização da ideia de pobreza, ressaltamos que há também, aí, vestígios de que essa estética de existência ou crença compartilhada seria resultado histórico de lógicas de imposição e de construção de uma “unidade” fundada em uma “identificação” com o propósito de existência.

A ratificação de um estilo de vida, de uma filosofia de mundo, ou de um conjunto de princípios morais e éticos que remetem frequentemente ao tema da pobreza pode ser entendida como sendo o elemento fundante que justificaria determinados esforços, efetuados de diversas formas, na intenção de consolidar ou de reforçar – obviamente inserida em uma razão prática desses agentes – um modo de vida ou a excelência de determinadas questões (como causas que os franciscanos elegem).

Na mesma linha do raciocínio, explicitar e dar a conhecer um modo particularmente distinto de vida – como as habitações dos primeiros frades em pequenas cidades –, que remonta a valores ou percepções como desapego, simplicidade, enfim, qualidades identificadas com naturalidade na palavra “pobreza”, em nada leva a pensar que:

O modo de entender e viver a pobreza O modo de entender e de viver a pobreza, valor evangélico fundante da vida religiosa, antes de ser ponto pacífico, foi motor ao longo da história de muitas divisões e conflitos, a partir do interior das próprias instituições religiosas (SANGENIS, 2014, p. 28).

A reflexão levanta a impressão de que determinadas condições históricas e sociais dariam suporte à produção de princípios, por meio dos quais os franciscanos tendem a oferecer uma imagem de si e do grupo ao qual estão vinculados. Essa prática possivelmente está imbricada a estratégias pontuais, evocadas a depender do contexto em que estão sendo colocadas. No caso dos partes citadas da “obra” um pouco mais acima, a ênfase indica um interesse na explicitação de um modo de vida franciscano, como deixam claro esses fragmentos retirados da publicação.

Nesse entendimento, as citações também funcionam como um mecanismo de afirmação social e de construção/pertencimento da identificação coletiva desses indivíduos (autoimagem ajustada aos meandros do jogo que apenas os que estão imersos em suas engrenagens de funcionamento têm condições de depositar certos tipos de empenho).

Ao relatar as condições de vida dos primeiros frades, focando na situação de “precariedade” e “pobreza” das primeiras habitações, o autor opta por supervalorizar um princípio de identificação quase que autoevidente, ou incontestável como categoria teológica, baseado na ideia substancializada da escassez ou até mesmo de privação, que em designação nativa encontra correspondência na noção de “simplicidade” como virtudes moral/ética e religiosa, que definiriam a existência do próprio grupo. Ou seja, em dado momento, é valorizada uma ética e uma estética de como deveria ser a “vida dos irmãos” (como a segunda parte é intitulada) de acordo com as novas condições objetivas colocadas aos primeiros agentes destacados para constituírem as fraternidades e as moradias.

Os processos de identificação, estabelecidos nos mais variados níveis, resultariam de um “trabalho de socialização”, precisamente aquele que converge para a transformação de interesses socialmente instaurados. Essa diversidade de enfoques, contemplados em outros trabalhos empíricos dedicados ao universo franciscano pode ser facilmente identificada na obra em destaque.

Características semelhantes podem ser notadas em outros grupos germânicos de missionários com atuação em diversas partes do Brasil. Melo (2016), por exemplo, demonstrou como os frades alemães são dotados de um “espírito operativo” e como teriam empreendido uma série de reformas nos

antigos conventos brasileiros. O treinamento e a disponibilidade desses missionários à intervenção ou “ajuda” teriam repercutido no “legado” deixado nas áreas social e cultural, como a arquitetura e o urbanismo.

### 3.6 “TERCEIRA PARTE: o trabalho dos irmãos”: estrutura de relações sociais como elemento “missionário”

Compondo a seção mais consistente do livro, identificada como “terceira parte”, o autor privilegia a temática intitulada “o trabalho dos irmãos”. Ao longo de 282 páginas, que correspondem a 64,6% do total desta edição, notamos o emprego de uma lógica semelhante às duas partes anteriores: uma narrativa estruturada no uso de relatos compilados de diferentes fontes, e a retomada, com alguma frequência, de dados que perpassam todas as descrições realizadas. Frei Löher se empenha em estabelecer o momento fundador, sempre fazendo alusão à ideia de “origens” para registrar as décadas iniciais da história da “Ordem” e a reconstituição do ponto de partida de cada fraternidade.

Nos relatos sobre o “trabalho dos irmãos”, o itinerário descreve os momentos de instalação e o processo de consolidação da estrutura organizacional de paróquias, de instâncias ligadas às atividades classificadas como pastorais, além de outras iniciativas de caráter social ou político, pontuadas nas subseções que compõem essa última parte do livro. Destacamos, aqui, os relatos sobre a criação de oito paróquias, sediadas nas capitais São Luís e Teresina.

O critério para situar as paróquias no quadro acima foi o seu período/ano de fundação. Além do mais, constam também os respectivos párocos que as assumiram em seus momentos iniciais, e as localidades. A repetição de párocos à frente de duas paróquias em períodos coincidentes pode ser explicada em razão de que, até meados dos anos de 1950, o campo de atividade pastoral ainda era vasto, cabendo aos missionários responsáveis pela “pastoral do interior” cobrir uma extensa área. Por conta da ausência de estrutura de transporte mais eficiente nesse período, os frades assumiam mais

de uma área pastoral, efetuando deslocamentos frequentes entre as regiões nas quais se encontram as paróquias.

QUADRO 7 - PARÓQUIAS DA PROVÍNCIA DO MA E PI

Paróquias <sup>1</sup>	1º Pároco	Lugar	Fundação/Ano
“Nossa Senhora da Glória e São Judas Tadeu”	Frei Alberto Mersmann	São Luís	1953/1955
“Nossa Senhora dos Remédios”	Frei Eraldo Stuke	Piripiri / PI	1953/1955
“Santa Teresinha”	Frei Aduino Schumacher	Bacabal	1953/1955
“São Luís Gonzaga”	Frei Aduino Schumacher	São Luís Gonzaga do Maranhão	1954/1955
“Nossa Senhora de Fátima”	Frei Celso Schollmeyer	Vitorino Freire	1961/1964
“São Francisco das Chagas”	Frei Francisco Pohlmann	Bacabal	1961/1964
“São José”	Frei Celso Schollmeyer	Lago da Pedra	1962/1964
“São Raimundo Nonato”	Frei Américo Goerdes	Teresina	1967/1970

FONTE: Dados da publicação “Franciscanos no Maranhão e Piauí” (2009)

As descrições dispostas no Quadro 7 trazem uma breve contextualização dos processos, eventos, circunstâncias e decisões que estariam vinculados às condições sociais e objetivas de surgimento de cada uma dessas paróquias. Em linhas gerais, apontamos algumas das principais características ou ênfases presentes no livro. De partida, o quadro indicia a mesma organização presente em partes anteriores. Um elemento contundente, exposto na estruturação das paróquias, é a associação de nomes, lugares e datas, o que confere historicidade e importância a cada uma delas, uma vez que são apresentadas as suas “origens”, além de informações sobre a fundação, os frades que estiveram nos primeiros momentos e os processos de negociação com a Arquidiocese.

No caso da Paróquia Nossa Senhora da Glória e São Judas Tadeu, o processo de fundação é retratado por meio do depoimento do primeiro “superior”, com mandato nos anos de 1950. Conforme o que segue abaixo, o “início” do estabelecimento das paróquias em São Luís é assim apresentado:

Aos 14 de dezembro de 1952 a nova capela do Conjunto Filipinho foi entregue pelo IAPC à Mitra Diocesana. Ela fica dentro da Paróquia de São Judas Tadeu e servirá de matriz provisória. Todos os grandes estavam presentes na solenidade; o Prefeito da cidade, o governador de Estado e um deputado Federal do Rio. Assim foi feito um início firme também em São Luís (Trecho de carta de Frei Teodoro Scholand citado por LÖHER, 2009, p. 139).

O relato faz referência à presença dessas autoridades em todos os níveis da política (estadual, federal e municipal), e reforça o fato de que, incluída a representação eclesial, os religiosos alocados em posições relevantes, tendem a orbitar no espaço de poder. Entretanto, não é possível identificar nesse excerto a natureza das relações possivelmente presentes neste tipo de evento.

Contudo, é razoável apontar as seguintes linhas de percepção para a ênfase dada aos personagens: podemos aventar a ligação das lideranças políticas locais com a autoridade da Igreja; ou, ainda, supor a existência de contatos entre os políticos e o Instituto de Aposentadoria e Pensões do Comércio, que fazia a entrega das casas. Mas a linha de percepção mais ajustada à nossa análise é a da indicação de uma situação de reconhecimento entre os segmentos que ocupam posições destacadas em diversas searas da vida social. Isso remete às estratégias presentes no trabalho de “construção da memória”, objetivado pelos modos de afirmação apresentados no livro.

Na sequência da caracterização da paróquia, outros depoimentos de frades assemelham-se ao detalhamento feito das “fraternidades”. Isto é, focalizam as impressões sobre o lugar, os preparativos para celebrações oficiais, as “expectativas dos missionários” em relação às condições de realização do trabalho de missão, entre outros. Esses elementos aparecem sintetizados no relato de outro frade, sendo sua enunciação associada a um momento posterior às primeiras impressões em Piripiri e São Luís:

Quanto mais pobre o povo, tanto maior o serviço de Deus. Neste sentido São Luís é o local mais duro. Conforme meus cálculos há no máximo só dois por cento que são fiéis. Se pelo menos a capela ficasse cheia de gente! Com certeza isto vai acontecer um dia, mas por enquanto é uma situação triste. Aqui é praticamente trabalho missionário puro como na China\*. (Trecho de carta de Frei Ambrósio citado em LÖHER, 2009, p. 140).

O fragmento acima foi retirado de uma carta que os primeiros frades aqui instalados escreveram para relatar as experiências e as impressões sobre

o campo missionário. O asterisco que adicionamos ao final desse trecho assinala que há uma nota de rodapé na qual o autor situa de onde retirou o fragmento da carta escrita por Frei Ambrósio Kraemer<sup>57</sup> (Mitteilungen), fonte acessada no arquivo provincial da Alemanha. Isso sugere que os registros sobre os primeiros anos da missão no Maranhão – o ano de 1953 é indicado como período de redação da carta (LÖHER, 2009, p. 140) – se concentram nos arquivos da “Província Mãe”.

Sobre essa parte da carta de Frei Ambrósio, acentua-se, mais uma vez – e essa ênfase é apresentada com frequência nas demais descrições – a relação sintetizada na combinação “pobre – povo – serviço”. Na mesma linha do argumento exposto em um momento anterior, empreendimentos religiosos, como a missão franciscana, buscam afirmar condições legítimas de objetivação do trabalho missionário fundadas em técnicas que visam a consolidação e a difusão de crenças comuns a um universo de agentes.

A percepção de Frei Ambrósio Kraemer de que o Maranhão exigiria “trabalho missionário puro”, como na China, implicitamente prenunciava que o novo campo de atuação dos religiosos, assim como a capela vazia de fiéis, poderia ser permeável ao discurso da escassez, da ausência, do que está sempre em falta. Como mencionado, assentam-se nessa ideia os princípios que fundamentam uma estética de intervenção e de presença desses religiosos em âmbitos diversificados da vida social, inclusive por meio da dimensão pastoral (serviço, atendimento religioso em povoados afastados etc.). Ou seja, o trabalho junto ao “povo” - daí a pastoral do interior ser uma prioridade - seria o suporte legítimo de afirmação dos mecanismos que produzem a “pobreza” como categoria cristalizada e inquestionável.

Todos esses relatos descritos no livro indicam elementos de “interpretação” desses religiosos sobre a “realidade social” , os quais são embasados por suas inscrições objetivas no cotidiano das paróquias. Nesse

---

<sup>57</sup> Nasceu em Neu-Holthausen, diocese de Osnabrueck. Filho de Henrique Kraemer (camponês), Ambrósio teve dois irmãos e três irmãs, das quais duas abraçaram a vida religiosa. Ajudou o pai na agricultura. Aprendeu o ofício de serralheiro (1914-1917) e de ferreiro. Trabalhou por três anos em oficinas da estrada de ferro perto de sua terra (Lingen). Entrou para a Ordem (1925). Foi missionário na China. No Maranhão, prestou seus serviços de serralheiro, ferreiro e automecânico na oficina dos franciscanos (Fonte: Necrológio extraído da Publicação de 1978, de Frei Venâncio Willeke).

sentido, os escritos de Frei Cláudio Krämer<sup>58</sup> revelam suas percepções, a exemplo de outros relatos, sobre a “situação da paróquia” e do “morro da Glória”, um dos primeiros destinos dos franciscanos no início de 1950:

[...] No morro da Glória estamos cercados de bairros de subúrbio que estão explodindo [...] No início da década de 1960, a Paróquia começou a inchar desordenadamente e imprevisivelmente. O bairro do João Paulo, onde fica a matriz, tornou-se o segundo centro comercial de São Luís. Filipinho ficou cercada de três bairros pobres (Sacavém, Túnel e Redenção). Perto do convento surgiram conjuntos habitacionais (Alemanha e Ivar Saldanha), rodeado por uma sempre mais fechada rede de casas de taipa e de latão. O último ‘boom’ de construção – por enquanto – aconteceu no início de 1970, quando recebemos numa distância de menos de 2 km do Convento novos vizinhos: 20.000 pessoas que chegando como enxurrada na periferia da Capital tomaram conta de uma área desocupada. Rápido, ameaçador, irrefreável cresceu o bairro ‘Vila das Palmeiras’ (o nome é pura ironia!), difamado por uns como câncer da cidade, encarado por outros como problema e desafio (relatório de frei Cláudio Krämer, em LÖHER, 2009, p. 145).

O texto atribuído a Frei Cláudio Krämer é localizado por Löher no “contexto do planejamento e da execução da construção da Igreja Nossa Senhora da Glória nos anos 1972-1973” (p. 144). À época mencionada, Frei Cláudio era o então responsável pela paróquia da Glória. De acordo com Löher, nessa ocasião, o pároco Krämer “fez resumos ilustrativos sobre a situação da paróquia e do morro da Glória a partir da metade de 1950 até a situação de 1972-1973” (Idem).

Nos relatórios do religioso, conforme acima citado, é enfatizada uma espécie de análise e diagnóstico do processo de expansão do espaço urbano na capital. Como literalmente indicado, a paróquia da Glória começa a se ver “cercada de bairros de subúrbio”. Há, na sequência, uma segunda observação que chama a atenção. Ao relacionar o “inchaço” da “periferia” a algo “ameaçador” e “irrefreável”, o Frei Cláudio Krämer externaliza sua interpretação dos eventos, dando indícios da visão que ele tem sobre a sociedade. Por conseguinte, as constatações do religioso identificam um tipo de problema social que desencadearia a seguinte situação: a “enxurrada na periferia” passava a se constituir em uma questão de tomada de posição e intervenção.

---

<sup>58</sup> Sobre o Frei Cláudio Krämer não dispomos de informações mais consistentes para situar seu perfil. O religioso nasceu no ano de 1938, na Alemanha. Ordenou-se em 1963. Trabalhou em paróquias de Bacabal e Lago da Pedra – MA (Fonte: Dados do Conspecto e da publicação 2009).

A ideia de “câncer da cidade”, modo como a situação descrita era vista por uns, e a alusão ao “problema” tido como “desafio para alguns” (supõe-se que para os próprios frades da Paróquia da Glória), conduz à compreensão de uma noção de oposição ou de adversidade. De um lado, essas impressões remetiam a uma visão pejorativa, de indiferença e de menosprezo a segmentos populares inscritos nesse processo de crescimento desordenado (nessa visão, uma doença que comprometeria da cidade); de outro, as percepções do “problema” eram motivadoras de algo desafiador, que incitaria a ação, que sugere serviço, atendimento em condições de escassez, saída em auxílio dos necessitados, que são possíveis sentidos atribuídos para um “problema desafiador”.

Além disso, o “problema” em destaque remeteria de modo direto àquilo que se apresenta como fundante para os que se dedicam às missões: à centralidade da categoria “pobreza” como elemento de autoafirmação de uma posição enquanto missionário. Intervir sobre a pobreza (representada aqui pelo problema descrito) tem duplamente a ver com as lógicas de consagração: primeiro, a tomada de posição em favor dos “pobres” das periferias urbanas reforçaria a crença compartilhada de que um franciscano precisaria estar devotado a causas que exigem a demonstração de atributos como caridade, bondade etc. Segundo, estar devotado a essas questões e portar esses atributos seriam critérios necessários ao reconhecimento e à estima.

O relatório do religioso Krämer, segundo a percepção apresentada por ele, exhibe um processo mais amplo de redefinição do espaço urbano, o que pode significar, pela linha de raciocínio apontada, a fixação de fronteiras sociais. A dimensão dessas fronteiras, socialmente constituídas mediante o processo de expansão urbana - que não foi uma exclusividade de São Luís -, está presente no próprio “diagnóstico” ou na prescrição sobre a “realidade” social enunciada pelos agentes a partir de seu ângulo de observação.

Ampliando o foco sobre este fenômeno social (a expansão populacional para as periferias urbanas), como dito há pouco, cuja manifestação não se restringe à capital, temos uma cadeia de acontecimentos que se sucedem em níveis diferentes no tempo e no espaço físico, e que colocam em evidência lógicas sociais, as quais estão conectadas à leitura realizada sobre os processos sociais em curso:



O crescimento repentino era o reflexo da mudança da população do Interior para a cidade. O motivo principal desta saída nesta época (anos 1960) estava na atração que a cidade grande exercia: na cidade tinha luz, água, televisão, ruas asfaltadas, escolas, hospitais, lá estava o futuro. Assim se pensava, isto se escutava de parentes e vizinhos que já tinham mudado para a cidade. Mas ninguém lhes explicou que nas invasões ainda não tinha luz, nem escolas, nem ambulatório, que por enquanto não era melhor que o Interior. Mas voltar ao Interior ninguém podia, ninguém queria! Por isso ficavam na periferia, improvisavam, lutavam pela sobrevivência (LÖHER, 2009, p. 145).

A reflexão exposta no comentário acima segue as mesmas estratégias de valorização que conferem notabilidade às ações dos religiosos. Nessa citação, está sobressaltada a característica da “interpretação” da realidade presente em todos os demais relatos apresentados. Além da interpretação formulada sobre a lógica social recorrente nesses movimentos do interior para a capital, e sobre a superpopulação das periferias, o trecho valoriza o “interior” - leia-se: o que de positivo os frades apresentam como conquistas do grupo (escolas e ambulatórios) - em oposição às dificuldades inerentes a uma vida urbana em condições precarizadas.

Alguns desses juízos emitidos por membros da Igreja estariam, portanto, inscritos em uma lógica na qual eles seriam produtores de definições (sobre os “problemas das periferias”, o “crescimento da população do Interior”) que passariam a compor um sistema de princípios baseados em discursos, pontos de vista, e tomadas de posição, constantemente afirmados por esses agentes franciscanos.

Na esteira desse raciocínio, convém pensar sobre o fato de que a chegada do “povo” do interior à cidade também é vista como um entrave, como aqueles relacionados às dificuldades remetidas às condições de origem, que se dirige para o centro urbano na capital. Logo, são apresentados aqueles quem seriam aspectos negativos das condições das pessoas, dos lugares, das transformações históricas para sobrevalorizar/heroicizar o seu trabalho abnegado e condescendente.

Assim, esta parte da publicação dedica um espaço cada vez maior para depoimentos e interpretações que os agentes produzem para contextos e circunstâncias sociais e históricas. Essa percepção crítica corrobora a formulação dos registros de intervenção:

Um motivo importante que a partir dos anos 1970 acelerava a saída do Interior eram os problemas de terra no Interior do Estado. Ficaram sempre mais urgentes e assustadores. Empresas e latifundiários atraídos pelos incentivos fiscais do Governo conseguiram documentos de terras nas quais lavradores há muitos anos viviam e trabalhavam. Através de compras baratas de direitos, através de ameaças, pressão e violência brutal, através de assassinatos impunes, muitos grandes conseguiram empurrar os pequenos do Interior para a periferia (LÖHER, 2009, p. 145-146).

Testemunhamos a construção de sentido presente na narrativa que, desde as primeiras páginas da terceira parte da obra, aponta para uma dimensão abordada somente neste momento, qual seja, a dos engajamentos dos clérigos, a qual terá um tratamento mais específico posteriormente.

No trecho em destaque, é retomado o contexto de deslocamento de populações do interior para as “periferias”. Ao recolocar o foco sobre o problema da reconfiguração do espaço urbano e social, correspondente, na terminologia nativa, ao “crescimento desordenado” ou ao “surgimento de periferias”, o trabalho de reconstituição do fenômeno em tela nos permite notar a existência de outros agentes, abstratamente referidos (“empresas”, “Estado”, “Governo”, “Latifundiários”), assim como de uma série de eventos e circunstâncias deflagradoras do processo social descrito nesta parte da publicação.

O relato é centrado no surgimento dos centros paroquiais, na construção das Igrejas matriz, nas atividades pastorais traçadas, nas informações sociais e econômicas das comunidades vinculadas às paróquias, na circulação das congregações ou dos institutos de religiosas que auxiliaram no serviço pastoral.

Além desses elementos presentes nos relatos, verificam-se outros, com destaque para os seguintes pontos: estruturação das instâncias do trabalho pastoral, com a ação, em cada paróquia, de grupos de jovens, casais, idosos, mulheres; atividades e encontros fixos no calendário paroquial; engajamento de grupos na iniciativa das paróquias no setor escolar. Outro ponto é a contextualização das origens e dos processos sociais ligados aos modos de constituição dos espaços onde as comunidades de base (CEBs) surgiram (ocupação de terrenos, palafitas, conjuntos habitacionais).

A atenção aos protagonismos de seus membros, a seleção de “fatos”, “eventos”, “datas”, “acontecimentos”, “nomes”, “personagens” e “temas privilegiados”, além de permitirem a identificação de princípios de consagração

social, informam sobre lógicas e configurações privilegiadas, que estão na égide do trabalho de legitimação e de valorização de uma “história”, da “memória” e de seus “vultos”.

Uma referência de base social de reconhecimento remete a uma das várias frentes de mobilização constituídas para o levantamento de recursos vindos do exterior. Essa “ajuda solidária” partia de redes de colaboração nas dioceses, e de paróquias de onde eram originários os frades envolvidos em determinados trabalhos, como os que se engajaram na causa pelos atingidos pela seca no Piauí.

Sobre a Paróquia de Santa Terezinha, em Bacabal, no Maranhão, os seguintes aspectos são enfatizados: “missão popular”; “grande enchente em bairros periféricos na década de 1950”; “grande seca em 1958”, “IX semana ruralista” e projetos com finalidades específicas, a exemplo do “Grupo Apaga”. Em linhas gerais, a apresentação desses projetos mostra a articulação de ações em apoio aos lavradores organizados. Outros aspectos associados a essa paróquia são similares aos já descritos e indicados como pontos comuns ao conjunto delas.

Especificamente na descrição da Paróquia de São Luís Gonzaga, no Maranhão, predominam os depoimentos que privilegiam os processos de organização e de estruturação da Matriz e das comunidades, assim como das frentes pastorais. Isso não diverge da proposta pastoral geral: organização de grupos comunitários que aglutinam indivíduos por faixa de idade ou pelo objetivo de um grupo específico, cuja atuação pode ocorrer de modo restrito às próprias CEB’S, no âmbito das ações no espaço eclesial, e de maneira mais ampla junto à sociedade fora do domínio eclesial.

Outros pontos preconizam os “conflitos de terra” e as estratégias da Diocese de Bacabal como elementos importantes na descrição da “Paróquia de São Luís Gonzaga”. Dois fragmentos breves atestam a contundência da apresentação deste elemento: [...] “Os problemas de terra estão aumentando. Triste a situação dos lavradores. A terra está se concentrando cada vez mais na mão de poucos. O gado e o capim estão aumentando de uma maneira angustiante” (LÖHER, 2009, p. 251). Esse trecho exemplifica as recorrentes alusões à “questão da terra”.

A temática dos “conflitos por terra” estabelece uma espécie de eixo que reclama a maior parte das representações que são apresentadas pelo grupo. Elas aparecem com maior frequência nos detalhamentos das paróquias situadas no entorno de Bacabal, pelas ocorrências verificadas em seus domínios. Paróquias como a de Lago da Pedra, São Luís Gonzaga e Vitorino Freire apresentam, em algum momento das descrições sobre elas, ênfases que remetem diretamente aos contextos de “conflitos”.

Sobre a Paróquia de Vitorino Freire e a de Nossa Senhora de Fátima, os aspectos de maior destaque são creditados às “obras de construção” da Igreja matriz e do Ginásio da Cidade, feitas as devidas referências à participação de órgãos de ajuda financeira a projetos de congregações em “situação de missão”. Dentre os apoiadores do trabalho dos frades no interior do Maranhão, a ADVENIAT figurou como instituição cuja participação foi efetiva:

A casa paroquial construída por Frei Celso, em 1967, apresentava danos estruturais e necessitava de uma reforma urgente. A direção da Custódia resolveu levantar uma nova construção, também em vista de uma futura entrega da paróquia para a Diocese de Bacabal. Por isso, em 1978-1979, Frei Lucas construiu a nova Casa Paroquial. Junto com a ADVENIAT, Central das Missões – MIZE e Missão Franciscana – FM, também a Diocese de Bacabal participou do financiamento (LÖHER, 2009, p. 269).

Nessas páginas, que descrevem o que seria a “gênese” ou o “momento fundante” do empreendimento missionário dos franciscanos, é possível identificar referências a acontecimentos ou eventos, como, por exemplo, os períodos de seca (1958-1959 / 1970-1971). Isso está correlacionado a uma máxima de reconhecimento/exaltação dos agentes inseridos no contexto em questão (párocos ou vigários gerais que recepcionaram “retirantes” no Maranhão). Ao privilegiar a dimensão organizacional, no que tange à forma como se apresenta o funcionamento em âmbito local (dados de grupos existentes, de *desobrigas*<sup>59</sup> realizadas pelos “padres do mato” nos interiores,

---

<sup>59</sup> Assistência religiosa dirigida a comunidades e povoados afastados do local onde se encontra situada a estrutura eclesial, como a diocese ou paróquias mais centralizadas. Sobre relatos de *desobrigas* (visitas pastorais) realizadas pelo interior da Província, registra-se a existência de um material escrito por um dos confrades que compõem a população de agentes que pesquisamos. Trata-se de um diário originalmente escrito em alemão, em 1978. O “caderno”, de autoria de Frei Adolfo Temme, quando diretor do *seminário catequético da Diocese de Bacabal*, foi publicado pela ADVENIAT, com a introdução: “notícias de diário são raras”. A opção pela escrita de “mala de couro – diário de uma *desobriga*”, em alemão, seria porque ele pensou ser uma “coisa rotineira e de pouco interesse” para os brasileiros, uma vez que “na

contabilidade dos sacramentos ministrados, e, sobretudo, dados sobre a viabilidade e a manutenção dessa estrutura de funcionamento), a narrativa coloca a existência de uma rede externa de colaboração, com atividades ligadas ao “serviço missionário” em diferentes linhas de ação.

Sendo assim, apresentamos, aqui, alguns perfis (extraídos de sites) dessas instituições, as quais são descritas e apresentadas em alguns momentos do livro, de modo que possamos objetivar o seu lugar nas estratégias de constituição de redes dos agentes religiosos. Todavia, as relações constituídas a partir dessas redes promovem determinadas ações, concretizam projetos, carregam recursos, explicitam tipos de relações mais formalmente institucionalizadas que, além de tudo, tornam possíveis as condições do “trabalho missionário”, especialmente quanto às estruturas materiais de trabalho.

Entidades como Adveniat, Miserior e Franziskaner Mission constituem um circuito internacionalizado de cooperação humanitária a continentes considerados em condição de subdesenvolvimento. Outra característica na base de sua definição é que elas têm origem em regiões centrais do ocidente, especificamente com sede na Alemanha, país de origem da Província atuante no Maranhão e no Piauí. Em suas páginas de apresentação em sítios oficiais na internet e em redes sociais seus objetivos se mostram congêneres, incidindo sobre ideias/propósitos como “cooperação”, “desenvolvimento”, “luta contra a pobreza”, “auxílio aos mais fracos da sociedade” (“pobres”, “doentes”, “famintos”, “desprivilegiados”).

Fonte: informações extraídas do site: <https://www.miserior.org/pt/sobre-nos/>

Todas essas entidades têm suas condições históricas e sociais de emergência datadas do período pós-guerra, tendo sido fundadas entre os anos de 1950 e 1960. Concebidas como instrumentos legítimos de intervenção no “mundo subdesenvolvido”, suas ações inauguram, por assim dizer, uma via privilegiada de intervenção para as congregações estrangeiras radicadas no Brasil, assim como para a estrutura da Igreja nacional, que por meio da transferência de recursos advindos das doações de entidades de cooperação, tornaram viável uma série de condições locais voltadas, basicamente, para serviços sociais (construção de centros paroquiais, prédios escolares, entre outras ações direcionadas a questões emergenciais).

Podemos relativizar que, concomitante ao processo de ingresso das congregações alemãs no Maranhão (considerando o período dos franciscanos

---

América Latina os padres e leigos não se dão ao trabalho de registrar suas experiências pastorais”, como se o “cotidiano não parecesse digno de nota” (TEMME, 2011, p. 5).

que examinamos), emergiram também agências legítimas de fomento aos quadros de religiosos cujo destino era o Brasil. Cabe refletir que essas organizações, conforme sugerem as descrições no livro, dão o suporte financeiro às missões religiosas, portanto, com fins definidos em suas orientações de ação.

Essa rede de reciprocidade ou de relação mútua é endossada pela presença de membros considerados qualificados para exercerem um tipo de mediação, que consiste em estabelecer os contatos formais entre os níveis central (espaço de atuação dos religiosos por intermédio dos parceiros de cooperação) e local/regional (configuração onde estão situados os parceiros da “periferia”), destinatários e beneficiários diretos dessa rede de colaboração.

Em considerável parte da trajetória do “grupo franciscano”, no Maranhão e no Piauí, são apresentados elementos de vinculação da Província com essas redes de cooperação (as três entidades mencionadas), com vistas ao atendimento de projetos voltados a trabalhos assistenciais e de estruturação nas diversas paróquias administradas por franciscanos. Entre as mais citadas nas descrições e em alguns depoimentos estão ADVENIAT e FRANZISKANER MISSION.

Somente nessa última instituição identificamos o exercício de um agente que transitou entre duas delas, tendo sido mencionado, ainda que por poucos anos, na estrutura da “Província no Maranhão” e, atualmente, como dirigente da Franziskaner Mission (a instituição de cooperação), em Dortmund. O fato de compor uma rede de reciprocidades que passa pela própria lógica do vínculo institucional, potencializa o papel de articulação entre corporações, exercido por esse agente.

A menção recorrente a esses parceiros que o livro apresenta pode ser apreendida no sentido da mobilização de meios que visariam o reforço e a consagração das atividades/projetos desenvolvidos nas estruturas das paróquias administradas pelos frades. É razoável pensar em uma associação que possa estar condicionada à realização da “missão”: essas entidades, de certo modo, todas com um nível de aproximação com o universo religioso, passaram a ser o suporte financeiro dos trabalhos missionários, principalmente se considerarmos o gradual desinvestimento ou diminuição de envio de recursos por parte da “Província mãe”, à medida que a “Província do

Maranhão” avançava à independência institucional (o que ocorreu na década de 1990).

Dessa maneira, esses colaboradores mencionados enfaticamente em trechos do livro que se ocupam de determinados tipos de realizações materiais, como a construção/reforma de escolas, a perfuração de poços, além de outros tipos de colaboração, como o financiamento da impressão da própria publicação assinada por Frei Löher (na página 8, há uma menção de agradecimento a Franziskaner-Mission).

Podemos, então, supor que a presença dessas instituições nas descrições que o livro apresenta possivelmente tenha relação com as já mencionadas formas de consagração das atividades e da importância desses agentes para as regiões e populações de despossuídos, sem excluir a possibilidade de que essas menções podem condensar uma lógica de prestação de contas aos financiadores internacionais. Nesse caso, uma prestação de contas simbólica, que confere notabilidade, reconhecimento e, sobretudo, consolida vínculos que se ajustam reciprocamente em seus objetivos, tendo em vista que o desenvolvimento das organizações missionárias, para lograr algum êxito, precisaram contar, em dadas condições históricas, com “estratégias” de “financiamento” de suas atividades e existência material (SANGENIS, 2014).

### 3.6.1 “Causas que falam”

Perfazendo uma espécie de segunda seção desta “terceira parte”, a descrição passa a ser organizada a partir de temas específicos, mas seguindo a mesma estrutura presente em todo o livro: o recurso à compilação de relatos reunidos e apresentados segundo uma lógica que realça a dimensão coletiva da produção da consagração entre membros da unidade social em destaque na análise.

Distribuídas por 109 páginas, equivalentes a 38,6% desta seção mais temática, constam as questões ou “áreas de atuação” privilegiadas pelos franciscanos no período abarcado: “Centro de Formação em Bacabal” (18

páginas); “Educação” (37 páginas); “Saúde” (11 páginas); e “Terra: posse – problemas – conflitos” (40 páginas).

Os 16,5% correspondentes às páginas sobre o “Centro de formação” apresentam um total de nove quadros, que contêm informações sobre resultados, ações desenvolvidas, abrangência e diversificação do público atingido, identificadas por períodos. Nos quadros, ainda constam estatísticas sistemáticas de controle dos encontros, eventos e cursos promovidos. Com dados sobre determinadas categorias profissionais, como a de professores, além de órgãos representativos e de assistência a populações lavradoras (ACESA e ASSEMA).

O surgimento desse novo espaço estaria associado a condições limitadas de intervenção da igreja, até então, “apenas pelo trabalho de desobrigas”. Nele, seriam realizados cursos de “formação e treinamento de catequistas” e “ideias fundamentais sobre catequese”, que teriam influenciado a criação de outras organizações, cuja finalidade seria a “formação de líderes” das paróquias de Bacabal, São Luís Gonzaga, Lago da Pedra e Vitorino Freire. Também são feitas descrições esquemáticas sobre iniciativas da Província destinadas ao “reforço” ou “maior investimento” às preocupações na área de “formação”.

Ao detalhamento do “Centro de Formação” de Bacabal são reservadas precisamente dezenove páginas, nas quais são apresentadas as principais características desse espaço direcionado à formação de catequistas, mas ao qual, com o passar do tempo, foi incorporando um novo público (lavradores e lideranças sociais):

O que Frei Francisco tinha em mente, era o processo de formação semelhante àquele que missionários conhecidos seus vinham aplicando na África a seus catequistas naquele continente. Por esta razão ele manteve correspondência com o Seminário Catequético São Bonifácio, em Ngazini, na África. O Pe. Clóvis apoiou vivamente a ideia de fundar o Seminário e deu algumas sugestões como: escolha diligente dos catequistas, formação prolongada de dois anos a terminar com a ‘missão canônica’, dada pelo bispo. Destas sugestões amadureceu o plano para a construção do Seminário Catequético em Bacabal, com a finalidade de formar líderes para as paróquias: Bacabal, São Luís Gonzaga, Lago da Pedra e Vitorino Freire (LÖHER, 2009, p. 313).

O trecho acima evidencia duas coisas: uma delas deixa subentendida a existência de uma via de interlocução entre os “missionários” (vinculados a



congregações específicas), inseridos em contextos sociais distintos; outra, diz respeito aos modelos de inserção pastoral ou às estratégias de atuação, no sentido do contato com uma clientela destinatária de um conteúdo particular, que assumiria a função de reprodução desse conteúdo.

Como já mencionado, o espaço em questão destinava-se à seleção, formação e capacitação de perfis que estivessem aptos a intervirem na dinâmica das comunidades eclesiais. Em seus primeiros tempos, aglutinava basicamente religiosos com interesse em se tornar dirigente de catequese, tanto no interior como na cidade, os quais recebiam dos religiosos conteúdos, tais como: “formação espiritual e catequética”, “conhecimento sobre base e realidade da região” ou, ainda, adquiriam noções de “teoria e prática de lideranças nas comunidades”.

Segundo registros datados entre os anos de 1966 a 1970, havia, predominantemente, a participação de um público feminino (sem indicação de quantidade) nos cursos oferecidos. Essas religiosas atuavam nas comunidades eclesiais – como catequistas e dirigentes de culto. Contudo, esses cursos também conseguiam reunir agentes que se dedicavam a outras atividades, como as relacionadas ao ensino, sendo marcante o registro de professoras, além da participação de parteiras.

Pelas descrições, podemos refletir sobre as condições sociais e históricas favoráveis ao surgimento do “Seminário Catequético”, que sintetizava a possibilidade de existência um espaço de interações sociais, em tese, orientadas por um conteúdo eminentemente religioso ou doutrinário (o quadro de temas a seguir ilustra), e que se redefinia e ajustava seu perfil de intervenção à medida que era verificada uma diversificação na composição do público frequentador deste espaço.

Além de segmentos explicitamente vinculados à dinâmica eclesial, como aqueles “responsáveis pela catequese”, “equipes de missão”, “clube de jovens” etc., a descrição associa o referido espaço à inserção de franciscanos no exercício de atividades em áreas como da Educação, informando quanto à participação de “professoras leigas” e com “formação”, além de agentes da “área da saúde” e, com certo destaque, identifica-se a categoria social e profissional designada por “Lavrador” (LÖHER, 2009, p. 320-321).

QUADRO 8 - CONSTITUIÇÃO DE UM ESPAÇO LEGÍTIMO

Década	Tipo de Público		Cursos Total	Participantes Total
1970-1980	Dirigentes Catequistas; Professoras leigas; Coordenações de Clube de jovens Parteiras; Esposas de dirigentes; Oficiais da Legião de Maria; Diretorias de sindicatos; Clubes de mães.	Voluntários da Saúde; Agentes da Pastoral da Saúde; Lavradores; Jovens Vocacionais; Curso de Canto; Encontro Vocacional.	241	6.495
1981-1989	Dirigentes Catequistas; Esposas de Dirigentes; Encontro de Lavradores; Curso Bíblico; Treinamento da equipe missionária; Voluntários da Saúde.	Professoras; Curso de Canto.	231	7.106

FONTE: Dados da publicação (2009)

As origens do público do “Seminário Catequético” estariam inscritas nos meandros social e cultural dos anos de 1950 e 1960, quando Bacabal teria despontado devido à produção algodoeira e de arroz, além do mérito creditado ao extrativismo do babaçu. Além dessas atividades, a região ainda caracterizada pelas áreas cultiváveis e apropriadas para a pecuária, universo particular ao segmento social de religiosos identificados com o trabalho da/na terra.

Ao que tudo indica, o investimento na criação de um espaço pretensamente aglutinador, que permitisse desenvolver uma razoável rede de interlocução sobre conteúdos diversos e que fosse perpassada por uma homologia, no tocante às origens de seu público cativo – mesmas referências religiosas, afinidades culturais e sociais e de concepções de mundo–, encontra, nessa clientela, base social consistente e legítima na própria construção de um trabalho de identificação regional e de autoconsagração.

QUADRO 9 - ROL DE TEMAS OU CONTEÚDO POR ANO

Ano	TEMAS/CONTEÚDO
1970	Cursos de Treinamentos
1971	A Comunidade de Base
1972	Estudos Bíblicos
1973	Jesus Cristo, Igreja e o Homem
1974	Estudo dos Cadernos de Cultos Tempo Comum: (Advento – Natal – Epifania)
1975	Cristãos no meio rural – A Boa Nova do Evangelho
1976	O Matrimônio
1977	O Batismo – A pessoa de Jesus Cristo – O Reino de Deus
1978	Igreja, Comunidade de Salvação – Essência do Evangelho – Curso Bíblico – Sindicalismo – Saúde
1979	Opressão e Libertação do Povo de Deus, antigamente e hoje
1980	“Para onde vais?” Campanha da Fraternidade – Migrações – Palestras sobre o batismo; leitura e narração bíblica
1981	Celebrar o que se vive – Conscientização Política
1982	A Árvore da Comunidade
1983	A Árvore da Comunidade
1984	A Árvore da Comunidade – CEB's, Fermento na Massa
1985	O plano de Deus e os 10 Mandamentos
1986	História, Vida e Mensagem de Jesus. A causa pela qual Jesus deu a vida.
1987	Catequese renovada
1988	O Profeta Elias
1989	Ano de mudança para o Centro de Formação

FONTE: Dados da publicação (2009)

Os “temas anuais” apresentados no livro (Quadro 9), no intervalo de onze anos, entre 1975 e 1984, mostram uma relativa introdução de conteúdos que remetiam a alinhamentos com determinadas bases sociais na região ou faziam menções a termos diretamente relacionados a tomadas de posição legítimas.

O tema de 1975 aborda a percepção de que as ações de catequização também deveriam produzir lideranças em povoa es distantes dos centros urbanos, indicando uma sobrevaloriza o do “meio rural”, o que pode ser compreendido como um dos principais focos de interven es e repositório de sujeitos “aptos” e capacitados a realizar determinadas tarefas, desde as mais vinculadas   divisão e atribui o de fun es na rotina da comunidade religiosa, até aquelas orientadas para uma conduta  tica fora da Igreja, na comunidade

civil, no meio rural, sempre norteadas pelos princípios apreendidos nos cursos do “Seminário”.

Entre os assuntos abordados em 1978, a referência ao “sindicalismo” não deixa de refletir um crescente interesse pelas estratégias de organização de outros espaços representativos de segmentos sociais com nível significativo de afinidade com a “Ordem” e suas lideranças religiosas. Na configuração em questão - década de 1970 na passagem para os anos 1980 -, diversos nichos sociais buscavam maneiras de articular seus interesses de grupo mediante os jogos de redefinição em processo, sobretudo os concernentes aos rearranjos de uma estrutura política institucional mais ampla.

Inseridos no novo léxico de princípios que determinados agentes buscavam impor, a partir de domínios sociais díspares, as diferentes formas de “sindicalismo” – incluindo o do meio rural por meio da articulação de lavradores – estiveram inscritas no bojo dos redirecionamentos de orientações e convicções, confluindo para um tipo de síntese de referências que não passaram despercebidas dos programas dos encontros anuais.

Talvez a ilustração mais evidente disso tenha sido a temática abordada no ano de 1979, que valoriza pares de opostos (“opressão” x “libertação”), em acepção direta a uma prescrição teológica em voga naquele momento. Além das reorientações de eixo na esfera política, o último ano dessa década introduziu novos elementos que, objetivamente, pautaram o sentido de determinadas discussões.

Desse modo, ao listarmos os aspectos mais gerais deste período, como a convocação e a realização da terceira Conferência Geral do Episcopado da América Latina<sup>60</sup>, identificamos uma pertinência entre o que esteve em evidência como pauta do evento, e as ressonâncias das principais orientações em níveis mais localizados, como as estruturas diocesanas (em capitais e

---

<sup>60</sup> Menção ao encontro de Bispos do continente em Puebla, México, no ano de 1979. O documento conclusivo da Conferência tem cinco partes, cujos títulos são: I) Visão pastoral da realidade latino-americana; II) Desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina; III) A evangelização na Igreja da América Latina: comunhão e participação; IV) Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina; V) Sob o dinamismo do Espírito: opções pastorais. A primeira parte abre com uma visão da realidade latino-americana, que inicia com um olhar pelos cinco séculos da evangelização da Igreja. “Nosso radical substrato católico, com suas formas vitais de religiosidade, foi estabelecido e dinamizado por uma imensa legião missionária de bispos, religiosos e leigos.” (Trecho das conclusões oficiais da Conferência de Puebla).

idades médias) e as congregações religiosas em seus espaços legítimos de atuação.

Outras ideias estão contidas nas elaborações temáticas dos cursos, são elas: “Migrações” (1980); “Conscientização Política” (1981); “CEB’S e Fermento na Massa” (1984), as quais corroboram a impressão sobre os níveis de interdependência entre espaços articulados por uma homologia de sentidos, ideias, concepções e crenças. Esses elementos pautam princípios autênticos de organização social, por sua vez, tributários de condicionantes históricos e sociais devidamente situados no tempo e a partir de um lugar.

Afora as relações de pertinência que podem ser identificadas nas redefinições processadas em níveis e domínios mais amplos – transformações na política local, regional e nacional; mudanças no âmbito eclesial doméstico, continental ou internacional –, verificamos uma ordem de acontecimentos ou eventos, de certo modo, representativa de debates e de reflexões sobre determinado momento.

Sobre tais esquemas de interlocução, viabilizados em espaços legítimos, como o “Seminário Catequético”, a construção e a apresentação dos elementos no livro permitem supor uma correspondência aparentemente não fortuita: suas ideias, a exemplo das que mais tematizam os conteúdos relativos aos primeiros anos da década de 1980 - 1981 e 1984 -, mantêm conexão direta com eventos ou sínteses de referências que remetem aos campos eclesiais e políticos.

Conforme sugerem os registros, com o decorrer dos anos há uma indicação da diversificação de cursos e da matriz de conteúdo, e da manutenção da prática de adaptação ou ajustes deste espaço de intervenção. A partir de 1989, o “Seminário Catequético” passou a se chamar “Centro de Formação” e, até o ano de 2004, seguiu com essa denominação, incorporando uma “nova estrutura com o objetivo de facilitar a participação das lideranças das cidades” (LÖHER, 2009, p. 326).

Nas primeiras décadas dos anos 2000 (2004) notamos uma mudança da estrutura do espaço, que passou a se chamar, naquele momento, “Centro Franciscano de Animação Missionária” (CEFRAM). De acordo com Frei

Bernardo<sup>61</sup>, a concepção e os objetivos do novo espaço de formação estão apresentados da seguinte maneira:

O CEFRAM deseja ser para a nossa Igreja do Brasil um ponto de apoio para as Missões Além-Fronteiras e para a Animação Missionária de nossas lideranças e comunidades cristãs. Nossa atenção se dirige de modo especial para as Missões na Amazônia e África em comunhão com as diretrizes do COMINA-CNBB, CRB, COMIRE MA-PI e vinculado ao Centro Cultural de Formação Missionária para o Norte e Nordeste do Brasil [...]. O CEFRAM é parte de uma história de mais de 50 anos de atividade missionária dos Frades Franciscanos de Bacabal a serviço da formação do povo através de cursos, retiros, encontros de pastorais, congressos e seminários de organizações sociais, eclesiais e ecumênicas. Dentre os nossos maiores objetivos temos como meta congregar forças e parcerias para o despertar para a dimensão Missionária da Vocação cristã, preparando assim futuros missionários para os campos de Missão de nossa Igreja (LÖHER, 2009, p. 328).

Inferimos do trecho apresentado um grifo no tema da formação missionária, o que pode reforçar a evocação das estratégias de identificação das práticas e dos objetivos para fins de reconhecimento ao grupo pelo viés mencionado. Essa redefinição da atenção sobre o espaço que passou a se chamar CEFRAM pode corresponder, ainda, a uma noção de sobrevalorização da “missão” como um investimento tributário dos princípios de consagração social e que concernem ao tema da “missão”. Ao que parece, a ratificação dessa dimensão pode estar relacionada aos mecanismos pelos quais determinadas ações anelam investimentos relativamente rentáveis com vistas à afirmação de uma posição ou de consagração de uma atividade.

A nova ênfase, assim como a “abertura” do espaço para organizações distintas, pode ter conexão com duas questões: a primeira, com a constante necessidade de renovação dos quadros de membros que buscam se especializar no trabalho de manipulação simbólica, os quais por um processo entendido como o “despertar para a vocação cristã”, tenderiam a transitar de uma condição de “profanos” para se tornarem iniciados no “campo missionário”.

A segunda questão diz respeito à “economia” obtida com o uso do CEFRAM. O termo economia é empregado em um duplo sentido, pois, ao

---

<sup>61</sup> Nasceu em 1972, em São Luís – MA. Fez estudos teológicos e filosóficos nas instâncias de formação da Província. Tem mestrado em espiritualidade franciscana. Coordenou o CEFRAM. Foi Provincial até o início deste ano quando houve renovação do Definitório (Dados do Conspecto).

mesmo tempo em que aglutina um conjunto amplo de grupos sociais para os mais diversos fins – no ano de 2005, é indicado que no CEFRAM realizou estudos da ACESA; do Fórum regional de Lavradores; Semanas de Formação para professoras da rede pública; Congressos da Igreja Adventista, entre outros – o espaço aqui vislumbrado converteu-se em uma fonte de renda mediante a finalidade de sua utilização. O item “eventos diversos”, que se encontra entre as atividades realizadas pelo CEFRAM, deixa subentendido que, além de um espaço legítimo de formação, algumas de suas dependências eram empregadas para a captação de recursos:

A estatística de encontros e eventos mostra que os investimentos rendem em aumento de procura. Não era possível enumerar os eventos um a um, foram reunidos em grupos temáticos. Mais de 3.000 pessoas participaram dos eventos de um ou mais dias. Nesta estatística não entraram os grupos que por horas utilizaram o ‘Auditório Frei Solano’ para eventos diversos (LÖHER, 2009, p. 329).

O foco dado a cada temática, além de informar sobre o percurso da congregação, também trata do modo como ela é apresentada ou de como seus agentes projetam suas percepções sobre determinados contextos e temas. A organização e a apresentação narrativa desta última parte, assim como das anteriores, permite que sejam observadas dinâmicas sociais mais amplas, que são interdependentes à construção da memória da “Ordem” a partir dos lugares onde se estabeleceu.

Nos 33,9% da seção temática dedicada à “educação”, são utilizadas tabelas e listas estatísticas, ainda que em menor quantidade, para descrever a estrutura e as ações direcionadas ao segmento educacional em diversos lugares do interior maranhense, e os empreendimentos congêneres no Piauí. Em pouco mais de trinta páginas que abordam a descrição da “educação”, são publicados alguns posicionamentos, cuja emergência no contexto das descrições se orienta pela estratégia que o autor vem imprimindo ao longo do livro, que é franquear espaço àqueles que depõem sobre versões legítimas.

Em linhas gerais, essa parte da publicação traz as principais iniciativas da congregação na área da educação, apontando-as e situando cada uma delas no panorama das comunidades ou paróquias onde ocorreram. Grifamos dois elementos que correspondem a tomadas de posição dos franciscanos em relação à educação, sendo colocados de modo mais substancial nesta parte. O primeiro deles está relacionado às iniciativas da ordem quanto à construção de

um Ginásio, cuja finalidade é apresentada segundo a percepção de Frei Solano Khun, primeiro Diretor da escola:

O colégio foi idealizado desde o começo como lugar de formação de líderes e multiplicadores. Era desde o início, prevista a formação de professores que ao mesmo tempo fossem competentes anunciadoras do Evangelho. Por isso, as primeiras turmas tomaram, de uma forma muito engajada, parte no catecismo dominical, distribuindo-se nos bairros como catequistas. A escola de alunos foi por isso rigorosa e as exigências à qualidade do ensino e da aprendizagem também (LÖHER, 2009, p. 344).

Outra tomada de posição sobre a “questão da educação”, especificamente a que trata do Ginásio CONASA, é explicitada em um posicionamento de Frei Evaldo Dimon em razão do fechamento da 5ª série, no início dos anos de 1990:

Bacabal tem condições para ter um 1º e 2º graus bem eficientes. Tudo só depende da vontade política, que as famílias economicamente mais fortes ou as mais conscientes desta necessidade, poderão ajudar a criar. A ideia da formação da “elite da sociedade” não convence mais, tomando os filhos da atual elite. É preciso formar lideranças a partir dos pobres e da organização do povo (LÖHER, 2009, p. 350).

O comentário em destaque indica, precisamente, uma oposição enunciada por um de seus principais porta-vozes. A tomada de posição de Frei Dimon seria reveladora de quem teria acumulado reconhecimento, de modo a explicitar, e mesmo defender, uma concepção de educação. Nesse sentido, a lógica de oposição implícita no fragmento impõe, pelo menos, duas linhas de reflexão que não se excluem: a primeira e mais óbvia indica a perda de espaço e de prestígio social do estabelecimento escolar franciscano, reputado como modelo de educação em outros tempos; a outra linha indicada se refere aos princípios de hierarquização social, que anunciam a presença de uma “elite da sociedade”.

Assim, a tomada de posição seria, antes de tudo, uma posição de defesa ligada a um tipo de legado de uma educação de excelência, oferecida em um passado do qual Frei Evaldo participou, e que implica confrontar a nova lógica “elitista” do ensino oferecido para, em seguida, expor o modelo considerado mais condizente (nesse caso, a proposta de educação franciscana que deveria ser ofertada aos “pobres”).

A concepção sobre educação, que é informada pela colocação de Frei Evaldo, parece perpassar o conjunto de outras iniciativas situadas na área da educação, em especial a partir das redes de comunidades vinculadas às



paróquias. Esse sentido de construção de um modelo de educação emergente das bases, “a partir dos pobres” e “da organização do povo”, parece ter degingolado na construção da “Escola Paroquia Frei Alberto”. Como os demais empreendimentos em educação citados na descrição, a escola em questão tem suas condições de emergência assentadas, segundo o livro analisado sugere, nas articulações de base social.

Ainda na terceira seção do livro, é dada especial atenção às posições ocupadas por frades, explicitando sua relação com a educação. Nessa parte da descrição, a “educação” é posta como um domínio legítimo de atuação de agentes franciscanos, que a partir dela constituem bases relevantes de afirmação e de reconhecimento social. Portanto, as descrições da “Educação” são listadas de modo particular ao estudo pelo fato de representarem um trunfo de legitimação pelo qual os agentes ratificam sua posição e a partir do qual são selecionados para a consagração.

Apenas 10,0% da seção temática da “terceira parte”, o menor percentual entre as temáticas, contempla a “saúde”. Mais descritivo que esquemático, não se verifica o uso de quadros, tabelas ou listas estatísticas. A descrição se apetece do registro de ações de apoio de “confrades” a iniciativas de outros religiosos residentes em sua jurisdição eclesial ou de outros grupos, em razão de “não terem fundado um hospital nem um ambulatório no correr das décadas”, como observa o autor (p. 369).

Apesar de não conter menções mais consistentes sobre a temática “saúde”, isso em relação aos membros da “Ordem”, a narrativa valoriza um deles, o frade médico Klaus Finkam<sup>62</sup>, e, para tanto, faz uso de recortes de entrevistas, referências a suas atuações em campanhas médicas de destaque nacional, e observações sobre sua circulação por eventos acadêmicos fora do país. Uma breve apresentação sobre Frei Klaus consta na página 373 da publicação (2009):

---

<sup>62</sup> Nasceu no ano de 1949, em Zulpich, na Alemanha. Filho de Henrique Finkam (Arquiteto paisagista). Concluiu o ensino médio em 1968, quando entrou na Ordem dos Frades Menores. Estudos de Filosofia e Teologia (1969-1971). Estudos de medicina humana (1971-1977). Trabalhos em medicina comunitária e desenvolvimento rural na região do Médio Mearim (1982-2009).

Frei Klaus Finkam da Província Franciscana dos “Três Reis Magos”, na Alemanha (aos 01.12.1979 por decisão do Conselho foi aceito por unanimidade como membro definitivo da Custódia) tinha vindo em novembro de 1978, médico formado para o Brasil. Seu diploma foi reconhecimento em agosto de 1979, pela Universidade de Brasília e o Ministério da Educação e Cultura. De 1978 a 1981, estagiou em diversos lugares e disciplinas (Belo Horizonte: cirurgia e anestesia; Aracaju: ortopedia e emergências; Fortaleza: ginecologia e parto; Teresina: Medicina tropical e doenças infecciosas).

O texto acima enfatiza algumas das contribuições de Frei Klaus na área da saúde. Sublinhamos algumas: engajamento no Interior da Paróquia São Raimundo Nonato, em uma campanha de filtros e de colherinhas para combater a desidratação; formação de voluntários de saúde (São Luís Gonzaga/Lago da Pedra/Lago do Junco/Bacabal e Lago da Pedra, incluindo atividades agrícolas); nomeado consultor do UNICEF e coordenador da Campanha “do soro caseiro”, em nível nacional; participação em conferência internacional (Washington) e de outro encontro internacional em John Hopkins (USA). Além desses trechos, que indicam o perfil de atuação profissional de Frei Klaus, localizamos uma menção (p. 377-378) na qual “o representante do UNICEF no Brasil escreve uma carta de agradecimento ao Custódio Heriberto”:

Ao terminar o compromisso do Frei Klaus com a campanha do Soro Caseiro, desejo enviar-lhes as expressões da mais profunda gratidão do UNICEF e minha pessoal pela preciosa cooperação prestada pela Ordem Franciscana, através da competência e dedicação do Frei Klaus Finkam. Aos tantos méritos acumulados ao longo dos séculos, a Ordem de São Francisco pode acrescentar mais este: ter contribuído de forma decisiva, através da participação do Frei Klaus, para muitas crianças brasileiras fossem salvas da morte desnecessária.

Essas são as principais menções a Frei Klaus Finkam localizadas na publicação. Ao que parece, elas mostram modos de consagração coletiva – uma vez que, ao enfatizar o itinerário profissional e as frentes de atuação de Frei Klaus, todos relacionados aos seus recursos e investimentos na medicina –, é revelada uma prática que se assenta na valorização e na apresentação dos atributos estimados (“competência” e “dedicação”) [trecho da carta do representante da UNICEF].

Outros aspectos indicados, como a atuação de Frei Klaus na formação de voluntários da saúde e sua circulação no meio acadêmico (participações em eventos), e seus trabalhos em medicina comunitária e desenvolvimento rural

são questões pertinentes para a reflexão quanto ao tipo de medicina praticada por Frei Klaus.

Ao que indica a publicação, a relação que mantém com seu campo de formação profissional, que o levou a efetuar investimentos, como a especialização em “medicina humana”, converge com um tipo de atuação pastoral baseada em ajustes entre registros profissionais e o exercício religioso. Essa perspectiva conduz à compreensão de que determinadas inserções, como o mencionado trabalho de medicina comunitária, finca bases nos modos de adaptação dos recursos às condições objetivas de “missão” em que se inscrevem os perfis missionários, o que exige esforços alinhados a lógicas como essa.

Por fim, a última temática aborda a “Terra: posse – problemas – conflitos”, que perfaz 36,6% do total, configurando, assim, o maior volume de páginas dedicadas ao tratamento por temáticas. Nas 40 páginas é privilegiada a seleção de “eventos”, “datas”, ou iniciativas de autoridades eclesiais, como a preocupação do Arcebispo de São Luís, Dom José de Medeiros Delgado, ao apresentar aos recém-chegados “confrades” OFM as “prioridades pastorais para o Interior” do Maranhão.

Logo no parágrafo inicial sobre essa temática, é indicado que se trata de um capítulo sobre o “engajamento social dos franciscanos pela população rural do Maranhão”, direcionado, “de modo especial”, à Diocese de Bacabal (p. 381). Iniciativas como “métodos novos de cultivo do solo e produção agrária, fundação de cooperativas agropecuárias, e a organização de semanas ruralistas” estariam na agenda de preocupações do arcebispo da capital maranhense, conforme o pontuado (Idem).

Durante 40 páginas da seção sobre “terra”, o autor se debruça sobre um conjunto de outras ações, investimentos e inserções de “confrades”, que reforçariam a construção de uma “identidade franciscana” em torno de processos sociais, realçados pela narrativa do “engajamento social”, sendo, portanto, aspectos de estima e de valorização elevadas quando se objetiva o percurso da congregação, com destaque para configurações particulares, como a década de 1980.

Ao mesmo tempo em que participa da luta pela imposição de princípios e definições legítimas, essa rede de agentes também figura em várias

referências relacionadas aos direitos a “terra”, intervindo, de certo modo, na disputa política.

Essa lógica emerge de uma narrativa que estrutura a valorização das tomadas de posições desses religiosos vinculados à “Ordem”, bem como aponta para a interdependência das estruturas de organização e para as alianças com religiosos inscritos em outras esferas de atividade social. Essas conexões informam elementos relevantes para pensarmos sobre a construção das relações pessoais dos franciscanos, que dominam competências e habilidades distintas no âmbito das atividades mencionadas, e ocupam a narrativa de consagração pelo viés que o autor define como “engajamento social pela população rural”.

Das páginas 409 a 422 são pormenorizadas narrativas de conflitos de terras, ilustradas em três casos (com anexos na parte final do livro). No detalhamento dos casos, são contemplados eventos tidos como centrais, com referência a autoridades políticas (prefeito, governador, vice-governador, ministro da justiça, presidente da República), aos domínios jurídicos (como juízes de comarcas, advogados e oficiais de justiça), aos proprietários de terra locais (com qualificativos diversos: “latifundiários”, “perseguidores” etc.), lavradores ou famílias de agricultores (com nomes definidos em cada conflito narrado), os quais são reputados como o lado mais “frágil” e “massacrado”.

Desenvolveremos tais questões em capítulo específico, dirigido às temáticas da “educação” e da “terra”, dimensões representativas na formulação narrativa da publicação e que, por essa razão, merecem um tratamento à parte em nossa análise. Sua recorrência, em termos de representações estimadas e valorizadas dentro da “Ordem” de um discurso, evidencia registros de atuação pela atividade profissional docente, ou outra forma de atuação na educação, e pela modalidade de intervenção militante na “questão da terra”, e será, portanto, objeto de averiguação, com foco sobre o peso/lugar que assume a apresentação dessas “causas”, consideradas como singulares nas estratégias de afirmação dos franciscanos.

Imbricada a essa dimensão, abordaremos, ainda, a constituição de perfis sociais de agentes vinculados a essas temáticas legítimas, analisando suas propriedades, recursos e competências que os credenciam a falar em nome delas, tomando-as como frentes objetivas de luta que, a posteriori, são

rentabilizadas por um trabalho de consagração com vistas a sua singularização e reconhecimento dos agentes ligados a elas.

Conforme podemos verificar na fonte-objeto examinada, a identificação “franciscana” é notabilizada pelas próprias versões sobre suas “origens”, cujo elemento marcante dessas descrições seria o frequente retorno aos momentos fundadores. A isso são adicionados valores compartilhados, que justificam o pertencimento a uma crença específica, e que deve ser visada na prática, mediante a ocupação de espaços e engajamentos em “problemas” ou de “causas” sociais consideradas legítimas e compatíveis com a missão religiosa. Nesse tocante, as ações visando à gestão e à consagração do “grupo” e de sua “história” e “memória” parecem ter associação com a capacidade de apresentar protagonistas, eventos ou acontecimentos da dinâmica social local em uma questão publicamente notória e relevante.

A consagração de acontecimentos ou questões específicos, por exemplo, pode ser identificada como o elemento central do trabalho de “construção da memória” e de justificativa da história, a qual está atrelada aos registros de atividade das “ordens”, bem como às representações dessa atuação, efetuadas posteriormente. O trabalho de gestão de determinadas memórias tende a acentuar um aspecto de protagonismo dos franciscanos, dimensão geralmente mais acessível nos discursos que reproduzem um itinerário coletivo. Nesse sentido, as estratégias de identificação e consagração que se objetivam em discursos e práticas de religiosos correspondem à consistência dos investimentos e dos recursos apresentados.

#### **4 MATRIZ SOCIAL DOS AGENTES E A CONSTITUIÇÃO DE “CAUSAS” LEGÍTIMAS**

Neste último capítulo, mesmo com escassez de informações, tentaremos fazer uma breve caracterização social dos agentes em geral, identificados ao longo da publicação. Principalmente, retomaremos os perfis das lideranças religiosas que se destacaram no exercício de mandatos (já situados no capítulo anterior). A partir dos engajamentos militantes desses agentes e das questões priorizadas, podemos examinar alguns dos princípios relacionados à construção de “causas que contam”, além de outras dimensões que podem derivar desse trabalho e estar articuladas ao processo de afirmação e de consagração da autoimagem da “Ordem Franciscana” e dos seus porta-vozes.

Como comentamos anteriormente, o livro examinado dedica espaço específico à localização de três questões consideradas exemplares das intervenções dos agentes: “educação”, “saúde”, e “terra”. Também mencionamos que, da discussão sobre a “saúde”, esse tema é o que ocupa o menor espaço de desenvolvimento. Basicamente, são apresentados os dados que informam as “iniciativas de religiosas” na área da saúde. Entre as congregações apresentadas estão as “Irmãs da Adoração Perpétua”, as “Irmãs de Nossa Senhora dos Anjos”, e as “Irmãs Dorotéias dos Sagrados Corações”. Sobre as intervenções das religiosas é creditado a elas o trabalho ambulatorial e de maternidade nas paróquias franciscanas de Piripiri, Lago da Pedra, Bacabal e São Luís.

A obra menciona a rotina de atendimento das Irmãs enfermeiras do “Ambulatório Madre Rosa” destinado à comunidade. A ausência de projetos de medicina por parte dos franciscanos também é enfatizada. Na sequência, é apresentado o fragmento de uma entrevista concedida por um frade com formação em medicina. Nessa ocasião, foram salientados pontos como a “situação higiênica” e o “saneamento básico”, temas de “observações em cartas e relatórios dos frades”.

Nossa proposta é a de centrar os esforços de pesquisa nas outras duas “questões”, pela relevância social, explicitamente atribuída ao produto investigado, e por sua relevância sociológica, isto é, para a apreensão dos perfis, das modalidades de atuação, e das estratégias de consagração dos

agentes individuais e coletivos, examinados a partir deste “panteão”. Assim, procuramos observar os modos como elas são apresentadas, os critérios que constituem as bases mobilizadas para descrevê-las, os usos direcionados em torno delas e as estratégias de legitimação que elas representam para o “grupo”.

Os quadros 10 e 11, em sequência, compõem nossa estratégia para sistematização e objetivação do universo investigado. Todos os citados foram localizados a partir da publicação que examinamos neste estudo, mas isso não significa dizer que todos os nomes mencionados foram retomados. Optamos por filtrá-los segundo as seguintes razões: em primeiro lugar, por serem agentes cujas efetivas inscrições foram identificadas na configuração da Província do MA/PI. Eles integraram ou integram cargos na burocracia da instituição ou estão alocados em funções ou atividades em outros meios sociais, bem como mantêm ou mantiveram, até determinado momento, um nível de ligação mais ou menos duradouro com a “Ordem”. Em segundo lugar, outro critério decisivo para a inclusão dos nomes arrolados nos quadros foi o acesso a informações sobre eles, uma vez que, de um modo geral, enfrentamos a escassez de dados biográficos mais diversificados.

Os dados complementares, aos quais tivemos acesso, foram encontrados em pequenas sínteses biográficas redigidas por um “confrade”, em função da morte de algum membro da congregação. Esses “necrológios” enfatizam, basicamente, informações mais ligadas à dimensão da vida religiosa, sobrando pouco ou quase nenhum espaço para informações biográficas que os situem fora dessa dimensão (dados de origem e socialização familiar; quem são os parentes e o que fazem; menções a amizades anteriores à entrada na ordem). No máximo, aparecem nomes de pai e mãe, mas a ocorrência desse dado é bem ínfima para o universo de agentes considerado.

Um dos poucos dados que não são propriamente considerados como de biografia religiosa, a exemplo dos que remetem à descendência (existe um caso localizado), foram encontrados nos “necrológios”. Exceção feita ao único tipo de informação biográfica (descendência) identificada na fonte mencionada, todos os outros dados informados nos quadros foram extraídos da publicação examinada.

## 4.1 UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA

QUADRO 10 - OS MISSIONÁRIOS ALEMÃES

Qnt	Frades Alemães	Escolarização	Profissão / ocupação	Ano de Nascimento
1	Ambrósio Krämer	Especialização no ofício	Mecânico	1899
2	Constâncio Henning	Especialização no ofício	Arquiteto / Construtor	1903
3	Américo Gördes	Sup. TEO / FIL	Superior Provincial	1905
4	Venâncio Willek	Sup. TEO / FIL	Escritor / Historiador / Jornalista / Pároco	1906
5	Bruno Hüser	Sup. TEO / FIL	Sem informação	1909
6	Adauto Schumacher <i>Descendente</i>	Sup. TEO / FIL	Revisor taquigráfico	1910
7	Teodoro Scholand	Sup. TEO / FIL	Superior Provincial	1911
8	Alberto Mersman	Sup. TEO / FIL	Prof. Univ / em escola pública / Pároco	1912
9	Eraldo Stuck	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1913
10	Félix Rademacher	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1913
11	Pascásio Rettler	Sup. TEO / FIL	Professor / Reitor / Bispo	1915
12	Bartolomeu Pickhard	Sup. TEO / FIL	Professor de Inglês / Pároco	1917



Qnt	Frades Alemães	Escolarização	Profissão / ocupação	Ano de Nascimento
13	Francisco Pohlmann	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário / Superior	1919
14	Solano Khun	Sup. TEO / FIL	Professor / Ex-militar	1919
15	Celso Schollmeyer	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1920
16	Bruno Sabelek	Sem informação	Mecânico	1925
17	Godofredo Bauerdick	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1927
18	Henrique Johannpötter	Sup. TEO / FIL	Bispo	1933
19	Lucas Brägelmann	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1934
20	André Otto	TEO / FIL	Sem informação	1935
21	João José Barbrok	TEO / FIL	Pároco / Vigário	1935
22	José Schülter	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1936
23	Reinaldo Hillebbrand	Sup. TEO / FIL	Sem informação	1937
24	Claudio Krämer	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1938
25	Heriberto Rembecki	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário / Superior Provincial	1939
26	Eurico Löher	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário / Ecônomo etc.	1939
27	Adolfo Temme	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1940

Qnt	Frades Alemães	Escolarização	Profissão / ocupação	Ano de Nascimento
28	Evaldo Dimon	Sup. TEO / FIL	Professor / Pároco	1941
29	Frederico Zilner	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1941
30	Antônio Schauerte	Sup. TEO / FIL	Pároco / Superior Provincial	1949
31	Klaus Finkam	Sup. TEO / FIL	Médico	1949
32	Agostinho Dieckman	Sup. TEO / FIL	Atua na Franziskaner Mission	1956
33	Miguel Kleinhans	Sup. TEO / FIL	Professor / Visitador Geral	1958
34	João Gierse	Sup. TEO / FIL	Sem informação	1960

QUADRO 11 - OS MISSIONÁRIOS BRASILEIROS

Qnt	Frades brasileiros	Escolarização	Profissão/ocupação	Ano de Nascimento
1	José Patriarca	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1947
2	Alfredo da Cunha Santos	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1952
3	Waldemar Borges	Sup. TEO / FIL	Professor / Pároco (Ex-frade)	1955
4	Francisco de Lima Araújo	Sup. TEO / FIL	Pároco / Vigário	1957
5	Antônio Leandro da Silva	Sup. TEO / FIL Msc. / Doc. Ciências Sociais	Professor / Escritor / Pesquisador	1961
6	João Muniz	Sup. / Msc. / Doc. Teologia	Bispo / Superior Provincial / Professor	1961
7	Zacarias Nunes Lopes	Sup. / Ed Artística / Especialista em Gestão escolar	Diretor de escola / Artista plástico	1961
8	Francisco Heleno	Sup. TEO / FIL Msc. / Doc.	Professor / Pároco	1963
9	Bernardo Brandão	Sup. TEO / FIL Msc.	Provincial	1972
10	Ivaldo Evangelista	Sup. TEO / FIL	Secretário Provincial	1979

Procedendo à construção da matriz sociográfica do quadro franciscanos, e considerando a limitação dos dados consultados, o universo de que tratamos é constituído de 44 agentes que, segundo sua naturalidade, são divididos em dois grupos. Um desses grupos é composto por 34 frades alemães, entre os quais, um descendente (que certamente possui dupla nacionalidade). O outro grupo, de 10 frades brasileiros.

Em relação ao nível de escolarização, dos 44 que compõem o universo total, 42 obtiveram titulação em Filosofia e Teologia, que é a exigência básica para o exercício do sacerdócio. Os outros dois possuem especialização nos ofícios que desenvolviam nas fraternidades (áreas da mecânica e da “construção”). Referente ao agente Constâncio Henning, segundo nome indicado no quadro dos frades alemães, as ocupações atribuídas a ele (“construtor” e “arquiteto”) não permitem saber se possuía curso superior com certificação, pois não há menções relacionadas à sua passagem por Instituições superiores de ensino. Com base em informações de um ex-frade a que tivemos acesso, os freis mais antigos que exerciam ofícios, como os das áreas de mecânica e da construção, apesar de terem acesso a leituras e fundamentos teológicos (precisavam estudar a regra geral e a constituição franciscana), não possuíam formação completa que os habilitassem a serem sacerdotes e a assumirem as atribuições imputadas aos ocupantes dessa posição.

Dos 42 com formação teológica e filosófica completa, portanto, dos que se tornaram aptos a atuar como sacerdotes, foram identificados seis agentes que apresentam estudos Pós-Graduados. Entre os seis religiosos com estudos mais avançados, listamos: quatro frades brasileiros, um deles especialista em gestão escolar; outro com mestrado em “espiritualidade franciscana”; o terceiro possui mestrado e doutorado em “Teologia dogmática”; o quarto possui também títulos de mestre e é doutor em “Teologia Moral”. Quanto aos demais agentes que totalizam o universo dos que aprofundaram suas formações com Pós-Graduação, verificamos dois frades alemães: um possui várias especializações na área da medicina; o segundo possui especialização na área do jornalismo.

Antes de apresentar de que forma o universo está organizado a partir dos dados que informam sobre profissão ou ocupação, é necessário fazer uma

breve explicação. O que está sendo designado, aqui, por profissão são as atividades decorrentes de investimentos em determinada área (aquisição de conhecimentos especializados e de competências específicas para uma atividade), e que pressupõem, ainda, remuneração pela atividade. Em “ocupação” caracterizamos os casos de religiosos alocados predominantemente (em diferentes momentos) em cargos ou funções ligadas ou reconhecidas como exclusivas à atividade religiosa.

Então, existem 22 agentes, dentre os 44, sobre os quais os dados indicam que grande parte das funções e cargos na estrutura da Província ou ainda em estruturas Diocesanas foi ocupada por eles. Ainda em relação aos 44 integrantes do universo total, identificamos 16 que desenvolvem atividades decorrentes de alguma profissão. Para os demais quatro agentes não obtivemos informações mais precisas.

Entre esses 22 agentes, a ocupação de cargos na estrutura da Igreja é um indicativo de constância no exercício de determinadas funções, que lhes conferem uma característica mais burocrática/institucional. Contudo, a atribuição advinda, em grande parte, da ocupação de cargos não exclui a possibilidade de combinação entre ocupação em funções burocráticas e desempenho de uma atividade profissional, geralmente ligada aos investimentos de escolarização. Nove desses franciscanos listados acumularam cargos/funções que vão desde a burocracia da Província – nas estruturas paroquiais e posições no Definitório – até o desempenho de atividades profissionalizadas como a docência.

Atividades de docência são verificadas a partir da entrada dos agentes em órgãos voltados à formação religiosa, como Institutos de formação superior, em São Luís e Teresina. Encontramos registros sobre a vinculação de quatro dos agentes com esses espaços, através da atividade profissional da docência. Outra característica verificada em membros que se envolvem no ramo educacional em algum momento da sua trajetória é a ocupação de cargos e posições elevadas na hierarquia da província e de Dioceses. No universo aqui pesquisado, há dois agentes com esse perfil, os quais desempenharam atividades correspondentes às posições de Professor, Reitor de Seminário e de Bispo, tendo um deles ocupado o cargo de “ministro Provincial” por um período.

Observamos, ainda, perfis mais imersos no universo acadêmico-intelectual, que mesclam atribuições no nível eclesiástico, mas que, contudo, dedicam maior parte de seus investimentos a atividades acadêmicas e intelectuais. Do universo apresentado (44 agentes, no total), situamos cinco cuja principal característica remete à inserção em atividades no domínio mencionado.

Nesses religiosos são percebidas algumas nuances de caracterização: um deles ingressou em universidade, chegou a ser chefe de departamento de Filosofia, na capital (agente 8 no quadro dos alemães); o segundo, acumula funções de docência em Institutos, nas áreas de Ciências Humanas, além de possuir pesquisas acadêmicas e investir em produções editoriais (agente 5 no quadro dos brasileiros); o terceiro nome é notabilizado pela volumosa obra publicada, pelos escritos em artigos, por sua filiação em instâncias consagradas, pela docência em Institutos superiores, como pesquisador, entre outros atributos (agente 4 do quadro dos alemães); o quarto, desempenhava a função de revisor taquígrafo na Editora Vozes (agente 6 do quadro dos alemães); o quinto, é profissional da Medicina, e detém diversas especializações e publicações de artigos e livros, todos voltados para temas da sua área de profissão (agente 31 do quadro dos alemães).

Quanto ao último aspecto de caracterização, o ano de nascimento, constatamos um espaçamento mais acentuado no ano de nascimento dos frades alemães, até pela maior quantidade de agentes listados. Focalizando, em um primeiro momento, apenas nos agentes alemães, averigua-se a seguinte distribuição: um dos agentes é nascido no final do século XIX; cinco agentes, entre 1900 e 1910; nove agentes, entre 1911 e 1920; dois agentes, entre 1921 e 1930; nove agentes, entre 1931 e 1939; cinco agentes, entre 1940 e 1950; dois agentes, entre 1951 e 1959; e um agente, nascido em 1960.

Apontamos como essa destituição pela data de nascimento aparece entre os frades brasileiros: um dos agentes nasceu em 1947, sendo o único dos frades nativos pertencente a essa década; três agentes, entre 1950 e 1960; quatro agentes, entre 1961 e 1970; e na década de 1970, um agente nascido no início (1972) e outro, no final (1979).

As informações acessadas fixam a necessidade de algumas reflexões sobre o universo em pauta: 1) o contingente expressivo de religiosos de origem

alemã acentua, pelo menos por algum tempo, as características dominantes do empreendimento religioso no Maranhão, tomando-se, aqui, a quantidade como critério objetivo. Se levarmos em consideração a média de 20 anos de idade para ingresso (efetivo) na ordem – o frade brasileiro mais velho dos que estão no quadro nasceu em 1947 –, aferimos um tempo duradouro de hegemonia dos frades alemães à frente da “missão”.

Seria, portanto, precipitado pensar em configurações de grupos a partir de um corte geracional, pelo menos durante as quatro primeiras décadas de presença da Província. Esse corte, que é uma das maneiras de compreendermos as relações nesse universo (de poder, de reciprocidade, de alianças, concorrência etc), é evidenciado pelas injunções específicas que a ordem franciscana experimentou no Maranhão, como a entrada de estreates brasileiros nos quadros da ordem, fato que não se deu de imediato. Isso pode ter relação direta com a relativa demora na constituição de “gerações” de frades brasileiros.

As características sociais dos agentes orientam o entendimento sobre o que perfis e itinerários escolares, e religiosos têm a ver com a objetivação de engajamentos na causa da “educação” e da “terra”. Por isso, atentamos para as correspondências implícitas que determinados perfis e itinerários têm a anunciar sobre esses registros enquadrados por mecanismos de singularização.

Apresentamos algumas reflexões: o engajamento na causa da “educação” parece manter relação com perfis escolares, cujas origens remetem a uma formação mais clássica, enciclopédica, adquirida na própria ordem, em contexto distinto. Um dos agentes apresentados no livro (o “professor universitário”) seria um exemplo de itinerário religioso com perfil escolarizado que se ajustaria às condições de objetivação da causa da “educação”.

Os perfis relativamente menos escolarizados, submetidos, inclusive, a processos de escolarização similares aos perfis empenhados na causa da “educação” (tiveram sua base de formação em seu país de origem), apresentam itinerários religiosos que os levaram a aderir à causa da “terra”. Para esses casos, os perfis escolarizados, forjados em condições que remetem às origens sociais (a formação dada pela congregação é central nesses

itinerários), já possuíam recursos de origem, valorizados e legítimos, para alcançarem seus objetivos na ordem.

Outro elemento a ser considerado é que a causa da “educação” e a da “terra” resultaria de registros de engajamento, cujas origens (socialização religiosa, contato com o “universo rural” etc) são tipos de recursos que, combinados às possibilidades de afirmação, oportunizam a seus representantes tornarem objetivas as condições de singularização dessas “causas”.

Sobre as experiências dos frades, no que tange ao trabalho da “educação” –, pensado tanto a partir da sua oferta convencional como por meio de um modelo mais alternativo de “educação” (escolas rurais com metodologia específica) –, a relação que os agentes franciscanos estabelecem com a “educação” parece estar relacionada, num primeiro plano, com uma dimensão do trabalho missionário preocupada em constituir adeptos (uma clientela ajustada ao perfil que esses empreendimentos tendem a formar).

Noutro plano, associado ao anterior, essas experiências indicariam uma dimensão de “formação” (muito presente nas descrições examinadas), imbuída da tarefa de “manipulação simbólica” (BOURDIEU, 2014). Assim, o trabalho de consagração da “educação” vai além da “excelência” da causa que se pretende consagrar, posto que há um mecanismo presente na dimensão da “formação” que diz respeito ao trabalho de manipulação exercido pelos produtores (os frades).

Esse trabalho consistiria, em linhas sintéticas, na manipulação da educação, concebida na lógica dos sistemas simbólicos como um sistema que atua nos esquemas cognitivos que, por sua vez, ajusta-se a uma “ordem social que repousa num nomos ratificado pelo inconsciente” (BOURDIEU, 2014, p. 237). Segundo esse raciocínio, a escola, a “educação” e a “formação” constituem estratégias sistemáticas que ensejariam a produção de “fundamento do consenso sobre o sentido do mundo” (Idem). Desse modo, essa reflexão se revela pertinente para a compreensão da lógica da “educação” ou da “terra” um pouco mais além de bandeiras que conferem notabilidade e prestígio, mas pensá-las enquanto instrumentos legítimos de reprodução de um “espírito franciscano”.



De acordo com esse entendimento, “educação” e “terra” cumpririam papéis complementares no trabalho de manipulação simbólica. A primeira colocaria em evidência aqueles que exercem esse papel de formação, identificando neles os perfis de quem concentra os recursos culturais apropriados à manipulação da distribuição dos bens culturais. O outro lado do princípio desse trabalho, que tem como foco a dedicação que os agentes dispensam à causa da “terra”, estaria relacionado às lógicas de acesso e de distribuição de bens materiais (aquisição de terrenos e de propriedades para os projetos com as famílias rurais, sistema de produção em cooperativa em fazendas adquiridas por freis etc.).

Para um contingente razoável e relativamente heterogêneo de sujeitos elencados ao longo da “obra” (entre os quais são citados: os membros atuantes e inseridos até hoje; os que retornaram à Alemanha; outros que não mantêm mais vínculos formais; e também os já falecidos), notamos que suas origens estão associadas a condicionantes que refletem posições menos valorizadas/prestigiadas na perspectiva da hierarquização social.

Entre aqueles de origem alemã, 34 frades, predominam os oriundos de povoados situados em distritos e regiões marcadas pela atividade camponesa ou de lavoura. Para os que obtivemos informações mais qualificadas (4/34), a atividade em questão (profissão exercida geralmente por avós, pai e mãe com a ajuda dos filhos) se afina com a posse de pequenas porções de terra, que se destinavam à plantação e à criação de animais.

O comércio de mercadorias, como alimentos, e até mesmo de animais (negócio de compra e venda), e o trabalho em minas de carvão, ou em funções ligadas à política nos povoados, e ainda profissões liberais como arquitetura e paisagismo também são atividades que caracterizam as ocupações profissionais de membros da família (pai e mãe). Em relação a irmãos, existem outras atividades como as de pedreiro, pintor, comércio urbano (relojoaria). (Fonte: Dados obtidos de entrevistas).

Quanto à escolarização, parcela considerável dos agentes religiosos, tanto alemães como brasileiros, possui estudos básicos, via de regra, realizados em povoados e bairros de periferia. Esses estudos consistem na aquisição de educação primária, fundamental e secundária ou científica, dependendo da nomenclatura atribuída a esses ciclos em cada época. Para

uma parte dos casos, o processo de escolarização (desde os níveis iniciais) se apresentou como determinante para a entrada na congregação, que recepcionava, em seus estabelecimentos de ensino, adolescentes interessados em ingressar na carreira religiosa. Essa aproximação com o espaço dos estudos tutelados por instituições ligadas à “Ordem”, que mantêm relações, em considerável medida, com as condições de origem social nas quais os agentes estavam inseridos.

Os indicadores de escolarização dos agentes localizados, para 4/42 dos que possuem, no mínimo, teologia e filosofia, mostram características representativas das áreas de formação de alguns, além de reforçar a importância da especialização de modo mais acentuado entre o grupo de frades mais jovens, em comparação a uma geração antiga. Considerando os quatro que apresentam titulação mais elevada (mestrado e doutorado), estes integram um grupo de agentes nascidos entre os anos de 1961 e 1972 (todos frades brasileiros).

Ou seja, há uma redefinição nos perfis de escolarização, na qual se identifica esse pequeno grupo de quatro agentes mais escolarizados em termos de alta titulação, em meio aos agentes (42/44) que investiram em requisitos básicos exigidos para o exercício de atividades do campo religioso (certificação em conhecimentos teológicos e filosóficos), incluindo todas as gerações. Essas inclusões, principalmente as relacionadas à atividade da educação (como atuação profissional) assinalam uma tendência ao generalismo em determinado campo do conhecimento mais próximo do que é conhecido por “humanidades”.

Assim, a hipótese mais provável é que ausência de qualificação de alta titulação acadêmica no percurso de escolarização seja devida às condições sociais de aquisição e da relativa escassez de um mercado superior estruturado com programas de Pós-graduação. Em compensação, o *background cultural* adquirido pelos agentes no decorrer de sua socialização por algumas instâncias da vida social, com destaque para a própria congregação, ganha relevo na apresentação das suas biografias. É importante enfatizar que as competências manifestadas em diferentes áreas do saber parecem guardar afinidade com a atuação profissional ligada à “educação”.

Quanto aos religiosos (3/44) com formações em áreas diferentes das exigidas para se tornar religioso, listamos o nível de graduação (formações como medicina<sup>63</sup>, ciências sociais e educação artística, entre outras), o que sugere a tendência a um relativo descentramento da influência da Teologia e da Filosofia em relação a outras áreas do conhecimento, todas elas com predomínio da grande área da educação, docência e pesquisa. Para os três casos, há o interesse pela Pós-Graduação. No caso do profissional da medicina, são levantadas especializações diversificadas em sua área de atuação. Para o agente com formação em Educação Artística, há a especialização em Gestão escolar. E para o formado em Ciências Sociais, verificamos a existência de titulação de mestrado e doutorado na área.

Ao comparar o indicador de escolarização com as variáveis observadas, verificamos uma valorização da dimensão da “educação”, que da condição de investimentos específicos em áreas de formação e até de profissionalização, é definida uma relação de aproximação, e mesmo de dedicação à “educação”, alçada a um patamar de “causa” legítima.

Oriundos de um meio com maior parte das atividades ligadas à lavoura, como já informado, esses sujeitos também tiveram a influência marcante de uma socialização religiosa. Praticamente todos os 44 religiosos que formam o nosso corpus pertencem a famílias que tinham ou ainda têm relativa inserção no mundo católico, desde o envolvimento mais tradicional (assistir a missas, receber os sacramentos, entre outros desígnios.), até uma participação mais empenhada nas questões paroquiais (atividades em pastorais e grupos determinados, exercendo o papel de liderança comunitária etc.)<sup>64</sup>.

Em meio aos considerados na totalidade, esse tipo de inserção pode se mostrar razoavelmente viável, pois em nichos sociais marcados pela efetiva influência do registro religioso nas práticas de famílias extensas, a carreira religiosa é preconizada como estratégia passível de investimentos.

---

<sup>63</sup> Agrega-se ao perfil de escolarização vinculado à formação na área de medicina, que se trata de um tipo de atividade médica que busca combinar conhecimento técnico-científico com aspectos espiritualistas de outras culturas e de sabedoria popular.

<sup>64</sup> Para um dos agentes que identificamos esse tipo de dado, a socialização religiosa e provavelmente a “opção” pelo ingresso na congregação franciscana partia também de dentro de casa, pelo “exemplo” de inserções anteriores, efetuadas por outros membros da família, como um tio.

Tomando o recorte constituído pelos 34 agentes alemães, identificamos entre eles, um grupo de quatro, nascidos, respectivamente, em 1912, 1917, 1919 e 1941, e que representam perfis comprometidos com a “causa” da “educação” (trataremos sobre isso no item 4.3), tendo atuado nela durante períodos relativamente longos. A ideia de investimentos de relativa duração se efetiva em um duplo sentido: em relação à constituição da “causa”, notabilizada pelo papel de intervenção de alguns “porta-vozes”, e pela prática da atividade docente. Aliás, esse tipo de intervenção, ligada ao ensino, ao que indica, funda a construção de reputações socialmente reconhecidas e atribuídas a esses sujeitos franciscanos.

Como já indicado em momento anterior, há variações relacionadas à formação superior dos clérigos, para quem os estudos básicos exigidos para a carreira religiosa (Teologia e da Filosofia) constituem requisito comum. Entretanto, a notabilidade que lhes é atribuída (aos quatro alemães mencionados) pelo trabalho com a “educação” - propriedade essa que caracteriza esse grupo -, está associada a uma espécie de *background cultural*, constituído no interior da própria “Ordem”. As congregações religiosas e outros segmentos do catolicismo colocam consideráveis recursos na formação e no recrutamento de seus membros, especialmente por meio de oportunidades de estudo para os jovens postulantes a uma carreira, ou por meio de ofertas de educação nos níveis mais básicos de ensino, em escolas afiliadas à própria congregação.

Aliás, o ingresso em estabelecimentos educacionais franciscanos, na Alemanha, faz parte do percurso de formação dos religiosos. Tendo considerável parte da vida familiar vinculada ao mundo rural - com exceção de um deles, cujos avós e pais eram relojoeiros, e de outro que serviu o exército por um tempo -, as primeiras etapas de socialização não indicam auspiciosas experiências em termos de escolarização.

Como era comum, o acesso à educação básica se dava em escolas geralmente perto das cidades de origem, o que não significa dizer que estas se localizavam próximas aos centros urbanos alemães. Nos períodos de conflitos armados, a estratégia mais recorrente em termos de educação dos filhos, potencializada por uma forte cultura religiosa das famílias inseridas nas

paróquias locais, era o encaminhamento para escolas ligadas à congregação franciscana.

O mais emblemático no percurso de alguns dos futuros frades foi o “Colégio São Ludovico”, que teve importante papel na seleção e no recrutamento de religiosos atraídos pelo “trabalho missionário” fora da Alemanha. A finalidade do “São Ludovico” era a oferta de formação escolar para interessados na “missão franciscana”, que tinha o “terceiro mundo” como destino de particular interesse dos estudantes que ingressavam e “optavam” pela “missão” no Brasil.

Segundo um dos agentes examinados, Frei Evaldo Dimon, havia a opção de permanecer na Alemanha e ser integrado aos trabalhos em alguma Diocese germânica, porém, os que tiveram acesso ao “São Ludovico”, incluindo o próprio religioso, e outro colega de Ordem (Frei Adolfo Temme) seguiram para o Maranhão e Piauí, em virtude de terem se identificado com as possibilidades abertas pelo “engajamento missionário” (Entrevista ao autor, concedida por Frei Evaldo Dimon, no convento da Província franciscana, em Bacabal).

Ainda de acordo com o entrevistado, a passagem pelo colégio em questão, situado em território holandês, representou, para alguns frades alemães, uma maneira de se distanciarem da guerra, mas também é provável que tenha sido uma entidade imprescindível à constituição de uma bagagem cultural, no sentido de ampliar as possibilidades objetivas à aquisição de competências, habilidades e saberes, acionados mais tarde, no Maranhão.

O processo de constituição ou aquisição de um *background cultural*, em grande medida tributário das oportunidades institucionais, está relacionado ao fato de quase todos eles ingressarem com pouca idade em redes de ensino ligadas à “Ordem” e, por adentrarem em uma instituição historicamente marcada pela distinção dos valores de uma “educação culta”, na qual a cultura geral desponta nos processos de formação.

Entre os próprios agentes, aqueles com formação escolar iniciada na Alemanha tiveram parte de sua trajetória de escolarização com passagem pelo colégio Seráfico Vlodrop, na Holanda (3/34). Além de ser um estabelecimento de ensino direcionado para a formação de interessados na vida sacerdotal, também representou, em dado momento, a possibilidade de distanciamento

das condições produzidas pelos conflitos armados, sendo possível nesses espaços praticar estudos, sobretudo os voltados para o sacerdócio, fora das fronteiras do país de origem dos agentes. Esse processo de formação proporcionado pela escolarização tinha início na Europa, e sua sequência era retomada no Brasil.

Os cursos de Filosofia precisavam de convalidação fora da Alemanha. Pelas informações obtidas, os casos de Frei Evaldo e do Frei Adolfo parecem ser os que representam essa parcela que precisou frequentar universidades brasileiras (Frei Evaldo, no Recife) ou em institutos teológicos (Frei Adolfo, em Petrópolis) para dar continuidade ao seu itinerário de formação. No que tange ao domínio da educação, este se revelou uma frente de atuação e investimentos profissionais para os franciscanos ao longo do tempo, sendo encampado por muitos que tiveram sua própria formação concluída no Brasil, como uma “causa” legítima de intervenção.

Em relação ao contingente de frades brasileiros - 10 agentes no total do universo examinado -, a origem social se mostra semelhante a de seus confrades alemães. São duas as matrizes de caracterização social dos agentes nascidos no Brasil. 7/10 dos “frades nativos” têm suas origens em cidades do Nordeste. De modo abrangente, a dinâmica dos povoados e de municípios de menor expressão é caracterizada por atividades de subsistência, como a agricultura, ou por atividades como de pedreiro, pintor, e de pequeno comércio etc.

O índice de escolarização dos ascendentes dos frades locais, de 7/10, está situado abaixo do nível fundamental básico, o que condiz com uma condição de precariedade ou de quase ausência de escolarização, dadas as condições de origem social (vida em ambiente rural, trabalho na roça, pequenos povoados) nesses lugares. Localizamos o caso de um frade nascido fora do eixo Maranhão/Piauí, natural da região sudeste. Para esse agente, neto de alemães e poloneses dedicados ao trabalho do campo, as matrizes sociais familiares também estão concatenadas com o baixo nível de escolarização dos pais e avós.

O percurso de escolarização dos frades brasileiros, em seu nível básico (primário, ginásio e segundo grau) passa pela rede de ensino público ofertado em sua região de origem. Verificamos ainda, uma melhor estruturação dos

deslocamentos para as cidades com vistas à sequência dos estudos, geralmente a etapa de conclusão da escolarização equivalente ao ensino médio, época em que já se registram os esforços iniciais para o ingresso na formação no escopo de uma carreira religiosa. Assim como seus colegas alemães da “Ordem”, tiveram uma socialização religiosa advinda do núcleo familiar, sendo conveniente ressaltar a influência dos frades mais experientes da Alemanha, instalados nas pequenas comunidades de base, os quais contataram com famílias, e disso surgiam postulantes ao ingresso na congregação.

A convivência desde cedo dos que cresceram em capitais ou nas comunidades de base do interior, geralmente associadas ao universo rural, nas chamadas CEB’S das periferias constitui a base de sociabilidade religiosa pelo engajamento familiar dos agentes, que exerce influência direta na trajetória de cada um.

Considerável parte dos agentes possui ligação prévia um com o outro, graças à inserção de parentes no campo das atividades religiosas (pais líderes de comunidades, irmãos em grupos de jovens ou com passagens por seminário, mães coordenando pastorais) do universo católico, seus símbolos, preceitos, regras, representações. Nesse caso, o registro religioso é manifestado em suas diversificadas manifestações – desde a vertente mais sacramental, àquela que remete a formas mais heterodoxas –, como princípios de socialização que podem ser observados no conjunto dos frades nativos.

Para o universo mais amplo - alemães e brasileiros -, essa relação entre condições de origem social baixa e socialização religiosa, iniciada por intermédio de algum tipo de inserção familiar na Igreja, constitui-se em condicionantes de um princípio que sustenta a construção e a afirmação de uma autoimagem. O princípio em questão consiste no ajustamento entre os recursos que esses religiosos dispõem (como os mencionados) e as condições de objetivação desses recursos que, geralmente, em domínios como o que tratamos, consolida-se em alguma forma de engajamento social (luta pela “educação” ou pela “terra”, por exemplo.).

Convém observar a existência de uma relativa recorrência para essa característica social (“origem simples” e “tradição religiosa na família”), que abarca o conjunto dos agentes examinados.

## 4.2 INVESTIMENTOS E PERFIS DE ATUAÇÃO NA DOCÊNCIA

Ancorados nos quadros de caracterização geral apresentados no momento anterior, reunimos dados que permitem reconstituir e explicitar de modo mais sistemático como determinados investimentos em escolarização estão relacionados a perfis com atividades na docência, e de que forma esses perfis estão inscritos e são representados na lógica de consagração produzida sobre o “grupo”.

Nessa linha, identificamos, a partir do rol de frades alemães e brasileiros, e de informações que o livro concentra, perfis de “educadores” e suas inserções na docência:

QUADRO 12 - ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO / PERFIS DE EDUCADORES

Frades	Nasc/ano	Disciplinas ministradas	Instituição e ocupação desempenhada
Alberto Mersman	1912	Psicologia da Educação, Teoria Geral de Ensino, Teoria da Educação	UFMA / Professor
Solano Khun	1919	Latim, Francês, História, Educação Física e Religião	CONASA / Professor (1959-1985)
Bartolomeu Pickhard	1917	Inglês e Geografia	CONASA / Professor (1963-1970) CONASA / Professor (1963-1970)
Evaldo Dimon	1941	Religião e Educação Moral e Cívica	CONASA / Professor (1972-1991)

FONTE: Dados da publicação (LÖHER, 2009).

Os religiosos acima mencionados realizaram durante uma série de estudos que proporcionam a constituição de certos recursos, valorizados por um tipo de prática tida como distinta. Ministrando disciplinas na área de humanas e a uma matriz mais ampla de conhecimentos culturais (história, latim, francês, inglês, além de saberes aplicados à teoria da educação, como a psicologia), este grupo de quatro frades se inscreve entre aqueles aos quais é



atribuído um tipo de notabilidade (“franciscanos como professores”) indicativa da posição que ocupam e do reconhecimento a eles imputado.

Na configuração disciplinar mais heterogênea, a “excelência” docente atribuída aos freis Alberto Mersman e Solano Khun é referenciada pelo volume de disciplinas trabalhadas por ambos. O primeiro focou no domínio acadêmico, até seu falecimento no final dos anos de 1970. Em São Luís, lecionou na época da Fundação, que depois veio a se tornar Universidade Federal. Frei Solano se voltou mais ao trabalho no “Ginásio CONASA”, em Bacabal, onde foi professor e diretor por longos anos, até o desfecho da década de 1980.

O perfil de Frei Solano, lembrado por seu colega de trabalho, Evaldo Dimon, quem lhe sucedeu na direção do CONASA, seria referido pelo rigor disciplinar que dispensava no tratamento com os alunos. Por conta de seu trabalho pastoral, ele tinha ligações com famílias bem alocadas no espaço do poder local, que encaminhavam seus filhos para os estudos no ginásio fundado pelos franciscanos.

Um dos alunos integrantes da primeira turma ginásial, e que posteriormente se tornou Bispo de uma diocese do interior, era filho de uma das famílias de prestígio que mantinham contato com Frei Solano. A época do “Diretor” Frei Solano Khun no Ginásio teria sido marcada pela presença de muitos alunos de origem social abonada, provenientes de uma elite vinculada ao meio político, e de profissionais liberais do ramo da medicina.

É bastante possível que a proximidade com segmentos da elite local tenha rendido a Frei Solano o convite para participar da burocracia do governo municipal, na posição de secretário da educação de Bacabal, no ano de 1966. São poucos os dados sobre a sua atuação política à frente da secretaria, e esse fato nem mesmo foi assunto pontuado por colegas entrevistados quando do levantamento da biografia de Frei Solano, sendo dada particular atenção a sua atuação em outros níveis, como o político, esse era o foco da conversa. Contudo, é razoável associar a posição na burocracia de governo com a influência exercida por ele, a quem são creditados os anos mais exitosos do “Ginásio CONASA”.

A concepção de um perfil discente mais elitizado passa a dar lugar a outro perfil de alunos, menos abonados, situados em uma posição mais periférica da hierarquia social, tipo de clientela preferencial que deveria

frequentar o “Ginásio”, segundo explicitação atribuída a Frei Evaldo Dimon. Essa transição foi experimentada por Frei Bartolomeu, que lecionou na escola dos franciscanos por aproximadamente uma década. Seus recursos, assim como os de Frei Evaldo Dimon, parecem ser menos robustos que os dos outros dois colegas.

Os trabalhos entre a direção da custódia e as aulas de português e de geografia no “Ginásio CONASA” tomavam seu tempo, tendo o exercício docente lhe rendido um lugar entre “os franciscanos como professores do Colégio de Nossa Senhora dos Anjos”. Esse é o mesmo espaço no livro que registra menções aos outros três clérigos do quadro (Solano, Alberto e Evaldo), e que reúne, ainda, o segundo grupo de perfis que será apresentado adiante.

Ao perfil de Frei Evaldo são reconhecidas e creditadas outras “contribuições no setor educacional”, que ocupam maior espaço que as referências dele como docente. Em sua vivência como educador, lecionou as disciplinas de Religião e de Moral e Cívica (1972-1991), além de ter sido registrado o envolvimento do religioso na pastoral educacional, e na articulação de grupos de professores para fins de organização da categoria.

Os perfis em questão trabalharam na docência em períodos que se cruzaram, embora com pontos de partida diferentes. Frei Alberto e Frei Solano iniciaram suas atividades docentes ainda na década de 1950. Os Freis Bartolomeu e Evaldo estrearam no ensino em momentos relativamente próximos, mas posteriores ao início dos dois primeiros (Frei Bartolomeu, em 1963; Frei Evaldo, em 1972). Os dados acerca dos períodos que demarcam o início do contato e os relativos anos em que estiveram empenhados na educação indicam um investimento relativo de tempo. Ao apontar uma estabilidade, em razão das lógicas de afirmação social dessa prática, a docência rende certas retribuições para aqueles que nela investem. O reconhecimento que visa à consagração seria a principal delas.

A decisão de expandir o ensino oferecido pelo “Ginásio” em direção aos bairros periféricos de Bacabal coincidiu com um momento de declínio na oferta de turmas, na passagem dos anos de 1970 para a década seguinte. Dos quatro perfis indicados, havia apenas Frei Evaldo e Frei Solano (já com a saúde debilitada), no decorrer dos anos 1980, período em que o mais novo dos quatro assume a Direção do Ginásio.

Na década em questão, constatamos um período de intensa articulação de um grupo de frades em torno de outra “causa” que divide espaço com a “educação” no repertório de ação de outros perfis. Não é forçoso supor que o declínio da educação estaria relacionado à emergência da “causa” da terra, que foi objeto de investimento creditado a outros perfis de frades. Na sequência, apresentamos um quadro com o segundo grupo de perfis indicados pelos recursos detidos e relacionados à dimensão de atuação prática na docência.

QUADRO 13 - ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO / PERFIS DE EDUCADORES (2)

Frades	Nasc. (ano)	Área de formação	Maior titulação / área	Disciplinas ministradas	Instituição e ocupação desempenhada
Waldemar Borges (Exfrade)	1955	Teologia e Filosofia	Doutorado em Teologia (Jerusalém)	Exegese	IESMA / Professor, a partir de 2001
Miguel Kleinhans	1958	Teologia e Filosofia	Doutorado em Teologia	—	—
Antônio Leandro	1961	Teologia, Filosofia e Ciências Sociais	Doutorado em Ciências Sociais (Antropologia)	Sociologia aplicada a saúde, Antrop. Filosófica, Antrop. Jurídica e Ética geral	ICF / Professor
				Sociologia	UFPI / Professor temporário
João Muniz	1961	Teologia e Filosofia	Doutorado/ Teologia (Roma)	—	IESMA / Professor
Zacarias Lopes	1961	Ed. Artística	Especialização em Gestão Escolar	—	EPFA / Gestor escolar
Francisco Heleno	1963	Teologia e Filosofia	Doutorado / Teologia Dogmática (Roma)	Teologia Dogmática	Seminário SCJ / ICESP - Professor

FONTE: Dados da publicação (LÖHER, 2009).

Sobre este segundo grupo de frades, recortados dos quadros de alemães e brasileiros, e referenciados pelo vínculo à “educação”, sua entrada apresenta um caráter diferenciado dos perfis situados no grupo anterior. Esse grau de diferenciação, concernente à área de formação, denota um tipo de clivagem e de distinção, não apenas entre os componentes deste grupo, mas em relação ao conjunto dos agentes inscritos no primeiro, que não possuem formações acadêmicas mais acentuadas e nem são certificados por uma alta titulação. Nesse sentido, observamos no quadro três ocorrências de membros com formação em áreas ligadas às humanidades, cujos perfis guardam aproximações e distanciamentos entre si.

Dos seis religiosos que integram este segundo quadro de perfis atuantes na educação, cinco deles são frades brasileiros, mas, provavelmente, o conjunto dos perfis funda uma “geração” (em relação ao primeiro grupo de perfis) favorecida pela ampliação da oferta de formação, em grande medida, proporcionada pela existência de instituições ligadas ao universo católico, e impulsionada por uma concepção de circulação desses agentes.

Com exceção do único frade deste grupo, que é natural da Alemanha, além dos que saíram do país para estudar em centros de formação católicos, como Roma e Jerusalém, há dois perfis da “Província franciscana” do Maranhão que fizeram viagens ao país de origem. Essas viagens à Alemanha ocorreram geralmente em virtude de intercâmbios culturais, no sentido de viabilizar o aprendizado da língua e da cultura alemãs, e de configurar uma forma de manutenção de vínculos entre as “gerações” de frades naturais do Brasil com a matriz cultural da congregação que lhes enseja as condições para essa circulação.

Dos três perfis com formação superior obtida nos dois principais centros de qualificação em estudos teológicos, Roma e Jerusalém, todos eles exerceram docência em locais voltados para a formação de novos sacerdotes ou de lideranças leigas. No caso específico do, hoje, ex-frade Waldemar Borges, e dos frades João Muniz e Francisco Heleno, o aperfeiçoamento dos estudos de Teologia em centros internacionais viabilizaram recursos que abriram um espaço legítimo de inclusão desses perfis em um espaço que se expandiu, o ramo do ensino teológico, possibilitado pelo surgimento de institutos tanto no Maranhão quanto em Teresina, notadamente os IESMA, em

São Luís, e o ICESP, na capital piauiense (espaços onde lecionaram, respectivamente, os Freis: Waldemar, João Muniz e Francisco Heleno). Configurando o perfil distinto dos três doutores com formação na área de Teologia, esta “geração” conta com frades que se dedicaram a outras áreas acadêmicas, que não implicaram circulação exterior.

Frei Zacarias Nunes Lopes, nascido em 1961, tem formação na área de Educação Artística, pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente, se dedica à gestão escolar (área em que faz especialização) de uma das escolas que funciona em São Luís e que é mantida pela “Província”. Ele é um dos freis que esteve na Alemanha entre um ou dois anos para estudos do idioma e imersão cultural no país de origem da congregação com a qual mantém vínculo.

Frei Antônio Leandro da Silva é um perfil caracterizado pela consistente formação acadêmica, no âmbito da pesquisa, docência, combinando interesses intelectuais que lhe renderam a identificação de “escritor”. Também nascido no ano de 1961, ele é natural de Patos, na Paraíba. Seu percurso formativo esteve, a maior parte do tempo, atrelado ao universo católico. Salvo a graduação realizada na área da Filosofia, na Universidade Estadual do Ceará, em 1997, e da graduação em Ciências Sociais, que talvez seja o ponto de diferenciação em relação aos demais, todos os outros esforços se deram no meio de educação católico. Desde os primeiros momentos da formação seminarística, em 1989, até o mestrado e o doutorado, realizados na PUC de São Paulo (2006-2012), estão relacionados diretamente ao seu registro religioso, tendo, inclusive, seu mestrado sido financiado pela “Província Franciscana de Nossa Senhora dos Anjos”.

Diferente do seu colega Zacarias Lopes – cujas ações se voltam para a área da gestão escolar –, Frei Antônio Leandro possui algumas experiências em educação teatral e, mais recentemente, com nas artes plásticas (produção e exposição de quadros). Também se diferencia dos três perfis pelo ensino de Teologia em institutos – o Frei se concentra suas atividades em áreas ligadas às Ciências Sociais, uma das graduações que possui. Como professor, Frei Leandro ministrou as disciplinas de Sociologia e Antropologia aplicadas à saúde, além de reunir experiência na área da Antropologia urbana, abordando temas, como “memória”, “sociabilidade juvenil”, “religião”, “religiosidade” e “etnicidade”.

Conforme fora sinalizado, o perfil do agente também é indicado por investimentos na produção escrita diversificada, desde a apresentação de trabalhos acadêmicos em eventos de notoriedade das Ciências Sociais (ANPOCS), até a publicação de artigos em revistas como a “*Missionszentrale der Franziskaner*”, com circulação na Alemanha, e revistas acadêmicas vinculadas à USP.

O segmento da publicação de livros também consta como um dos esforços realizados por Frei Antônio Leandro, o qual assinou alguns títulos por editoras locais, como a Physis (São Paulo), e a Nova Aliança (Teresina), que publicou *Crônicas de um Flaneur brasileiro*; e também por editoras fora do Brasil, como a Chiado de Portugal, que lançou o livro *Contos de um Griot brasileiro*. Observamos que esse perfil específico é caracterizado, de modo dominante, pela formação acadêmica, considerando todas as outras atribuições ou investimentos simbólicos atinentes à ocupação de uma posição acadêmica.

Os perfis representados pelos dois grupos de frades que se voltam à docência, sendo reputados pela atividade que exercem, mostram níveis de distinção, assim como modalidades de afirmação entre os próprios pares da congregação.

No caso do grupo dos quatro primeiros perfis apresentados (Freis Alberto, Solano, Bartolomeu e Evaldo), a docência indicava outra conotação, na qual a “educação” portava um entendimento diferente, a depender do contexto de inserção dos agentes, em um momento no qual a “missão” atribuída a essa atividade deveria prezar: pela “educação nas periferias”, “educação ética pelos valores de cidadania”, “educação libertadora”, “educação para conscientização política”, entre outros.

Nesses quatro perfis mencionados, podemos identificar um sentido específico para a “educação” (atuação docente), que se alinharia a um propósito de “missão”, de “transmissão” e de “transformação” de valores culturais ancorados em uma perspectiva civilizadora. A configuração na qual se inscreve e age essa geração de docentes alemães (representada pelos quatro perfis), nas décadas de 1950, 60 e 70, é caracterizada pela ausência quase completa de condições objetivas ou de tomadas de posições de outros sujeitos

(ações políticas do governo local) no sentido de proposição de um projeto de “educação”.

Assim, as décadas em pauta representam uma estrutura legítima de oportunidades para a entrada desses perfis que, ao se depararem com essa lacuna social na região para onde foram destinados, teriam, de modo mais consistente, se empenhado nos espaços de inserção emergentes, na medida em que se configuravam as condições propícias à construção de uma “causa”. Por isso, ao primeiro grupo de perfis e aos seus investimentos docentes podemos associar um sentido prático de valorização de um ofício e de inserção social tributária desse ofício.

Já em relação aos perfis que formam o segundo grupo (Freis Antônio Leandro, João Muniz, Waldemar Borges, Francisco Heleno, Zacarias Lopes e Miguel Kleinhans), notamos uma relação diferente no trato à educação (a atividade docente), cujos esforços (intensificação dos estudos, circulação, aquisição de títulos elevados) se tornam um indicativo de processos de especialização, que produzem perfis docentes *experts*, com trânsitos e interlocução com outras áreas do conhecimento, como as humanidades. São apresentados, assim, nesse segundo grupo, nomes que acumularam recursos diferenciados, que os situam em um patamar mais distinto, posto que correspondem a um *background* mais ajustado às condições presentes nessa atividade (altos títulos, produção acadêmica, inserção em instituições de ensino).

Ao tempo de atuação do primeiro grupo de perfis (quatro docentes alemães) está associada uma série de outras ações formativas que favorecem a implantação de um modelo de educação formal clássico, estrutura escolar, como disciplinas ministradas, prédio próprio, burocracia de gestão, e, sobretudo, reconhecimento legal perante as instâncias competentes. Combinado a isso, ou em consequência desses esforços, oportunizava-se as condições objetivas da dimensão pastoral implícita à atividade docente, que sintetizaria um sentido “missionário” atribuído às tarefas de “instruir”, “conscientizar” e “formar cidadãos” para a sociedade. Esse seria um padrão de concepção dos empenhos efetuados pelo grupo de frades mencionados.

Para o segundo grupo, composto predominantemente de brasileiros, o exercício docente realizado por eles funciona como recurso diferenciado e

valorizado em outros espaços de inclusão, como na própria estrutura hierárquica. A escolarização que a própria congregação direciona a alguns perfis, além de legitimar o acesso de seus membros à docência superior – seja em institutos com caráter formador de novos religiosos, em estabelecimentos de ensino privados ou, ainda, em universidades públicas – pode servir como um critério de seleção que credencia certos perfis a ocupar posições de destaque na hierarquia provincial (caso do Frei João Muniz Alves).

Em síntese, os dois grupos apresentados se distinguem por se inscreverem em configurações díspares, que lhes permitem realizar engajamentos específicos, favorecidos pelas estruturas de oportunidades que caracterizaram cada uma dessas configurações. Fundamentados nisso, temos um grupo de religiosos, cujas competências e saberes que os credenciaram a trabalhar na área da educação mostram-se tributários de um aprendizado não especializado, marcado pela ausência de um capital simbólico institucionalizado (diplomas), mas que encontram reforço no reconhecimento de uma cultura legítima e erudita, na presença de um nível de “autodidatismo”, e de uma disciplina rígida identificada como propriedade da formação alemã.

Por outro lado, há um segundo grupo, com itinerários individuais que sinalizam a interveniência da noção de ascensão intermediada pela escolarização. Se considerarmos as origens sociais de todos eles ligadas a um cotidiano rural ou às condições periféricas nas cidades menores, teremos um grupo de perfis que capitalizou na educação possibilidades de construção de uma carreira no esteio da docência superior.

A favor deste segundo grupo está um sistema de ensino superior relativamente articulado em nível local, com circuitos internacionais que propiciam intercâmbios de formação e especialização e, sobretudo, uma estrutura de oportunidades mais ampla, que confere às inserções na educação um sentido de singularização do ofício ou dos engajamentos. Exemplo disso são os esforços intelectuais, como a imersão nas artes plásticas ou a publicação de livros e artigos em jornais e revistas, que os Freis Zacarias Lopes e Antônio Leandro realizam a partir de uma posição identificada com a educação. Nesse caso, os membros deste segundo grupo agem de variados modos, no sentido de manobrem formas particulares de atuação, de acordo



com recursos e estratégias mais oportunas e ajustadas aos dispêndios efetuados.

#### 4.3 “EDUCAÇÃO”: o trabalho de legitimação de uma “causa”

O exame das condições de objetivação de uma “causa” social legítima se mostra essencialmente relevante por duas razões. A primeira delas diz respeito às possibilidades de retribuição que a singularização da “educação” poderia render à construção da autoimagem do grupo franciscano, isso se considerarmos as representações que geralmente são associadas a religiosos como portadores de uma cultura diferenciada, caso dos alemães que encampam a “educação” como frente de “transformação da realidade” maranhense. Esse tipo de entendimento instigou uma penetração social acompanhada de reconhecimentos que cimentaram as bases de uma notoriedade coletiva, o que incide diretamente sobre a produção e difusão de uma imagem estratégica.

A segunda razão tem relação com princípios de consagração social de indivíduos, que figuram como “abnegados” construtores da “educação”, portadores empenhados na legitimação de uma “causa” socialmente valorizada. Se, por um lado, a “educação” apresentada como dimensão singularizada da vida social é o meio que promove visibilidade e aclamação social difusa e distinta (se tornado um crédito coletivo), por outro, essa “causa” legítima é personificada em determinados franciscanos, que se identificam com a “educação”, realçando-a como um “ideal estimado”, um “valor por excelência”, em suma, como um “instrumento transformador” que necessita ser mobilizado por mediadores que falam em seu nome (da causa em questão).

Observamos, nesse ponto, que o trabalho de consagração voltado para a causa da “educação” é evidenciado pelos princípios de singularização que pautam uma construção laudatória, e que concorrem para a emergência de elementos de hierarquização social entre aqueles que orbitam o mesmo sistema religioso.

O tipo de “educação” promovida pela congregação no Maranhão assume diversos sentidos para os que se engajaram em torno dela ao longo de

décadas, havendo uma espécie de consenso que predomina na narrativa histórica sobre o grupo – embora na prática não tenha sido tomada de modo homogêneo por todos os agentes.

O primeiro sentido que podemos identificar é de que a “educação” emerge em uma configuração inicial como instrumento que visa a introdução de costumes éticos e morais/religiosos, fundados em uma agenda de princípios, o que conforma um duplo registro das práticas e esforços sistemáticos dos clérigos: ao ser compreendida como “causa” legítima, à “educação” é atribuído papel essencial de frente legítima de intervenção, inclusive do ponto de vista dos processos de institucionalização perante órgãos autorizados (o Estado), passando a existir objetivamente, e a representar uma vertente de produção de estima social e de reconhecimento imputado a seus porta-vozes mais representativos.

Em um segundo sentido, o trabalho que intenciona perenizar a “causa” enquanto meio gerador de reputação para o grupo, condensado em termos como “educação franciscana de excelência”, explicita princípios legítimos de hierarquização social que informam sobre distinções entre os membros, deixando evidente não apenas a singularidade da “causa” como instituição social relevante em dada configuração, como frequentemente é apresentada, mas como dimensão de singularização ou notabilidade de seus porta-vozes. A valorização da “causa em si”, via matrizes diferenciadas de reconhecimentos (social, entre os pares, estatal/oficial) está intrinsecamente ligada aos processos de afirmação daqueles que depositam energia neste domínio específico de atividade.

O processo de consagração, efetuado pelo enaltecimento de uma “causa”, tende a reservar lugares de visibilidade e de notoriedade para um número de agentes que possui um nível mais ou menos especializado de saberes e competências, cujos critérios se mostram redefiníveis no tempo<sup>65</sup>. Mas cumpre, igualmente, um papel de seleção e de valorização daqueles que se movem nessa seara, cimentada por bases de singularização que anelam uma relação de interdependência: o engajamento e a afirmação de uma

---

<sup>65</sup> Para alguns agentes que atuaram nas duas primeiras décadas de inserção na educação (anos 1950/1960), não foram verificados grandes investimentos individuais em termos de especialização profissional, no sentido da aquisição de alta titulação escolar. Para uma geração posterior que aderiu à “causa”, identificou-se a presença recursos objetivados em títulos que autorizam inserções legítimas no domínio de atividade em questão.

“causa” na hierarquização de posições, ou os lugares de excelência reservados a determinados religiosos que atuaram ou ainda atuam em nome da “causa”.

Até se consolidar como um tipo de prática mantida por diversas congregações religiosas e em nome da qual garantem a inclusão de profissionais, a “educação” como frente mobilizada pelos franciscanos é subordinada a uma combinação de ações que visaram conferir-lhe notabilidade e legitimação social.

Sendo assim, essa “questão” surge da produção social de um discurso que a coloca na origem de um “problema social” vigente, segundo as características (carências) verificadas na “região” onde circulam os religiosos, o que reforçaria a necessidade de uma intervenção nessa “realidade social”. Assim, o processo de transformação do “problema” em “causa” é precedido por uma espécie de diagnóstico da realidade, no qual são consideradas características específicas em relação à ausência de estrutura, que ilustraria, segundo a publicação de um levantamento feito por um dos frades, uma situação de “miséria escolar”.

Frei Bartolomeu Pickhard é um dos 34 frades alemães situados no quadro de apresentação (início deste capítulo) dos missionários que atuaram nos Estados do Maranhão e do Piauí. Nascido na Alemanha em 1917 e tendo ingressado no Brasil no ano de 1962, o religioso ocupou o cargo de Custódio anos mais tarde (1967). Frei Bartolomeu foi professor de Inglês e Geografia no “Colégio de Nossa Senhora dos Anjos”, durante os anos de 1963 a 1970. Em seu mandato como custódio, conduziu os trabalhos de organização da documentação e contabilidade da entidade em razão da mudança de nome de “comissariado” para “custódia”. Retornou à Alemanha no ano de 1982.

Segue o diagnóstico apresentado no levantamento que, aqui, reproduzimos integralmente:

Na região de Bacabal (incluindo as paróquias de Ipixuna, Lago da Pedra e Vitorino Freire) não existia nenhuma escola de 2º grau. Nesta região só existia um ginásio, o nosso Ginásio de Nossa Senhora dos Anjos. Na cidade de Bacabal (conforme estimativa de Frei Bartolomeu com uma população de uns 35.000 habitantes), uns 20% das crianças em idade escolar frequentavam o primário. No Interior, com exceção das sedes municipais, com uma população de uns 65.000 habitantes: só em 11 povoados maiores havia ensino, por parte só cartilha; local do ensino: em 2 povoados, prédio escolar, aula em casas particulares; ao todo 13 professoras leigas. A situação nas sedes municipais não era muito melhor. Na cidade de Olho d'água das Cunhãs, o prédio escolar com 3 salas tinha caído no ano anterior. Na época tinha quatro classes com 4 professoras leigas em locais improvisados. Qualidade? Nas 2 escolas estaduais em Bacabal com 5 salas cada e um prédio escolar de verdade, lecionam professoras normalistas e professoras leigas para uma clientela de 850 alunos.

FONTE: Levantamento sobre a situação escolar por Frei Bartolomeu Pickhard (LÖHER, 2009, pg. 332).

Seguindo uma perspectiva de exposição do diagnóstico em torno do “problema social” da “educação”, são citadas diversas iniciativas de experiências no sentido da instituição de uma prática dedicada a esse tipo de atividade social. Mais do que nas iniciativas verificadas, em grande parte no âmbito das paróquias (oferta de educação infantil e primária básica), o processo de legitimação e reconhecimento social no qual esses agentes tomam parte se articula, também, via da colaboração financeira de terceiros aos projetos escolares.

Embora a participação nas chamadas Escolas Família Agrícola (EFA)<sup>66</sup> tenha sido efetuada apenas por intermédio de apoio financeiro, esta caracteriza uma concepção de “educação” que converge diretamente com outra causa legítima apoiada pela “Ordem”, a saber, as questões relacionadas aos conflitos de terra. Nesse sentido, observamos uma imbricação ou uma interpenetração entre “causas” que se tornaram objeto de um tipo de dupla articulação praticada pelos franciscanos: a causa da “educação”, não apenas aquela formalizada nas sedes municipais, que se ocupa da transmissão de conteúdos e das disciplinas tradicionais, mas a que se estende aos povoados do interior e se dedica à valorização de um tipo de socialização de uma parcela da população da “região” em dado momento.

Em vista disso, ao serem mobilizadas na prática dos agentes, determinadas causas, a exemplo de um tipo de “educação”, informam

<sup>66</sup> A Escola Família Agrícola (EFA) surgiu na França em 1935, a partir da experiência de um pároco rural, Abbé Granereau. A partir do ano de 1969, a escola veio para o Brasil. Em seguida, em 1970, para Argentina e para mais alguns países latino-americanos. No Brasil, a primeira EFA começou a funcionar no Espírito Santo, por meio do trabalho dinâmico de um jesuíta. No Maranhão, existem, atualmente, 10 EFA's. A mais antiga surgiu em 1984, em Poção de Pedras. (Voz da Esperança, boletim da Diocese de Bacabal, março de 2002).

prescrições legítimas sobre o que seria dada realidade social ou cultural, e prescrevem papéis delimitados, como uma atividade profissional. A fonte de onde extraímos o fragmento abaixo reitera as lógicas de consagração contidas no livro que tomamos para exame:

A profissão de agricultor é uma das poucas que é aprendida em casa, no meio familiar. É uma atividade que passa quase automaticamente de pais para filhos. O jovem que frequenta a EFA continua trabalhando com os pais. Com isso, ele valoriza aquilo que seus pais fazem e sabem. Isto acontece por meio da alternância, isto é, os alunos vivem um tempo na escola e o outro em casa, na sua comunidade de origem. O jovem que frequenta a EFA continua mão-de-obra ativa no período que passa na casa de seus pais. Mais ainda, este ir e voltar ajuda os pais a se engajarem diretamente no trabalho da EFA. A alternância ajuda os pais a se sentirem educadores de seus filhos. É por meio dela que a prática e a teoria se juntam. (Trecho de reportagem publicada no Boletim Informativo da Diocese de Bacabal “Voz da Esperança”, de março de 2002).

Em outro trecho da publicação (LÖHER, 2009), no qual a “educação” é mencionada, fica ainda mais nítida a estratégia de consolidação desse e de outros investimentos classificados na área das “obras sociais”. Nesse ponto, verificamos a interveniência de duas dimensões: a de um porta-voz com experiência nesse tipo de trabalho de legitimação, e a oficialização por parte das instâncias competentes que atuam na causa. No caso a que damos ênfase neste momento, não bastaria um sólido interesse, por parte apenas dos agentes, em constituir uma “causa” simplesmente pela distinção ou nobreza da causa a que se propõem, mas isto está diretamente conectado ao processo pelo qual, segundo Lenoir (1996, p. 62):

Problemas sociais são instituídos em todos os instrumentos que participam da formação da visão corrente do mundo social, quer se trate dos organismos e regulamentações que visam encontrar uma solução para tais problemas, ou das categorias de percepção e pensamento que lhes correspondem.

A descrição apologética sustentada nas ações de notoriedade das atividades identificadas com a causa da “educação” demonstra os mecanismos sociais efetuados para a sua materialização e encarnação, no sentido prático dos franciscanos que, por sua vez, foram os mobilizadores de estratégias voltadas para o delineamento da concepção e afirmação paulatina da causa em questão:

Para funcionar como um bloco único diante da legislação vigente e para conseguir verbas para a construção e manutenção das obras sociais, foi criada uma Fundação. Frei Aduino se encarregou da elaboração dos estatutos. Ele era o idealizador e entendido, porque em sua Província, em paróquias e congregações religiosas isto era costume e funcionava bem. Assim nasceu o 'Parque Educacional Nossa Senhora Aparecida – PENSA'. Esta Fundação abrange o Convento dos Frades, o Curso de Admissão para meninos e meninas, um ginásio para meninos com internos e externos, um ginásio para meninas com internas e externas, sob a direção das irmãs de Waldbreitbach, Convento das Irmãs, jardim de infância, uma moderna escola profissionalizante sob a direção dos irmãos leigos franciscanos, um escritório de agricultura com a finalidade de modernizar a agricultura, consultórios de médicos e a Igreja. Os estatutos da Fundação foram assinados aos 30.12.1955 pelo Arcebispo. Aos 02.02.1956, foram publicados no Diário Oficial do Estado do Maranhão e com isto entraram em vigor. Aos 06.02.1956, Frei Aduino foi nomeado presidente pelo Arcebispo. Em duas semanas frei Aduino viajava ao Rio para ter os primeiros contatos para conseguir verbas do governo (LÖHER, 2009, p. 342).

#### PERFIL BIOGRÁFICO DE FREI ADAUTO SCHUMAKER:

Segundo filho de pais Alemães, e com avós, paternos e maternos, descendentes de Poloneses, Aduino Schumaker nasceu em 1910, em Chopim (hoje Chopinzinho), em Palmas, no Paraná. Antes de receber a ordenação como sacerdote em Petrópolis, teve seus estudos (desde o primário e secundário até a preparação para a vida religiosa) realizados nas regiões sul e sudeste do País (Blumenau, Rio Negro, Rodeio, Curitiba e Rio de Janeiro). Após ordenado, Frei Aduino trabalhou como cooperador paroquial de 1934 a 35 em três arroios, RS; como revisor tipográfico (1939-1946) em Petrópolis, na Editora Vozes; como cooperador em Cabo Frio, RJ (1946-1950); passando ainda por Concórdia (1951) e por Guaratinguetá, SP (1952). Transferido para o Maranhão, chegou em 07.09.1952 em Piri-piri – PI, assumiu em 05 de março de 1953 como primeiro pároco franciscano da paróquia de Santa Terezinha em Bacabal e um ano mais tarde também a Paróquia de São Luiz Gonzaga. Em seu trabalho nas paróquias do Maranhão orientou lavradores quanto à necessidade de registro das suas terras, por ocasião dos conflitos. Oriundo de escola franciscana, defendeu a criação de um ginásio pelos frades em Bacabal (o CONASA), primeiro Ginásio da cidade. Seu domínio da língua portuguesa e seus conhecimentos do país (Brasil) ajudaram muito no encaminhamento das coisas no período da Fundação.

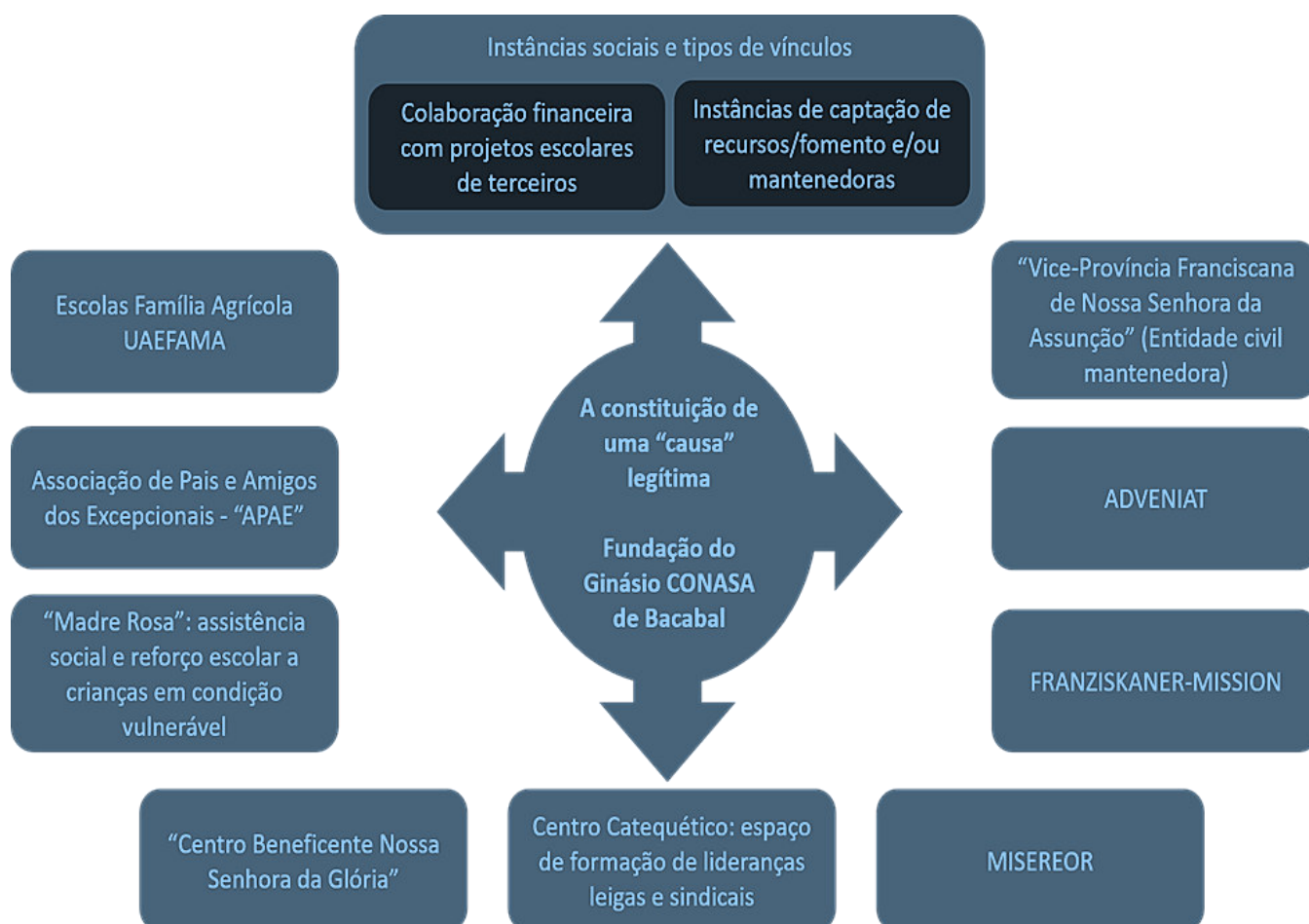
Em linhas mais amplas, podemos identificar, no bojo da construção da “educação” enquanto causa legítima, uma rede de ações interdependentes envolvendo o trabalho de mediação de agentes, ao que tudo indica, portadores de recursos e de competências para atuarem junto aos níveis burocráticos de legitimação (elaborando estatutos que demandam uma *expertise*, estabelecendo contato com agentes alocados no domínio político em busca de condições materiais). Somado a essa dimensão prática de viabilização das condições objetivas e legais de emergência/existência em dada configuração, a “educação” também funcionou como vetor de concepções sociais, bem como

arrolou outros agentes e instituições, alinhados em torno da “causa” legítima mobilizada pelos franciscanos.

Como o esquema abaixo demonstra, fundamentado por informações extraídas exclusivamente da publicação examinada, a afirmação de uma causa legítima como a educação se revela um catalizador de reciprocidades, que instiga interesses e afinidades de concepções de mundo, configurando uma rede de agentes que constituem e se movem a partir desses diferentes foros.

Além do mais, o esquema possibilita apreender os princípios atinentes ao trabalho de consagração convertido em estima social, que a constituição da singularidade reconhecida em uma causa passa por um circuito de ações interdependentes, entabuladas em níveis diferenciados, que caracterizam uma espécie de sentido compartilhado da causa, embora haja particularidades em sua manipulação nas diferentes esferas da “educação”.

ESQUEMA 1: A EMERGÊNCIA DE UM DOMÍNIO SINGULARIZADO



A relação de apoio financeiro às instâncias, algumas idealizadas e dirigidas por pessoas geralmente próximas aos frades, leigos engajados e bem alocados em posições sociais, inculca um *modus operandi* proporcionado pela construção de alianças pessoalizadas, que se originam das afinidades, a exemplo de concepções convergentes em torno de uma causa singular - a “necessidade de promoção humana via educação ou a conscientização em relação ao trabalho do campo e valorização dos costumes da terra” (Boletim Voz da Esperança, informativo da Diocese de Bacabal, nº 44, março de 2002).

Excedendo os limites do simples alinhamento ético de princípios, esse tipo de relação de reciprocidade consolidou a autoimagem da congregação enquanto instituição de referência. Essas instâncias apoiadas difundiram os princípios, as percepções e as visões de mundo e, conseqüentemente, configuraram espaços nos quais os agentes apresentam suas formulações, que funcionam como prescrições legítimas acerca da “realidade social” em dada configuração.

Um exemplo disso, e que é objeto de menção no livro, são as Escolas Famílias Agrícolas, situadas em municípios diferentes no Médio Mearim, para onde os franciscanos foram direcionados. Embora essas escolas sejam dirigidas, atualmente, por lideranças ligadas ao contexto do campo, suas origens estão coadunadas à mobilização de frades e sacerdotes diocesanos, figurando como espaço canalizador de pautas de envergadura social e política, mediadas por um modelo de educação “conscientizadora” e “transformadora das condições adversas”.

Na outra ponta do esquema, observamos a articulação de papéis entre distintas esferas, que têm como principal função a captação de recursos necessários à manutenção de projetos, com ênfase na área da educação, o que é ilustrado pelo trabalho da própria entidade civil denominada de “Vice Província” e, num momento posterior, pelos meios internacionais de fomento e recursos.

O arranjo entre essas instituições evidencia, a partir do momento que essas instituições entram em cena, uma relação direta de protocolos e requisitos a serem seguidos no sentido de adquirir recursos com vistas à execução de projetos. Nesse sentido, ADVENIAT, FRANZISKANER MISSION e MISEREOR são agentes que constituem uma rede que atua em nível



transnacional na área das “missões” religiosas situadas em contextos periféricos, as quais viabilizam, intermediadas por exigentes protocolos formais institucionalizados – elaboração de projetos com objetivos, metas de exequibilidade, bem como expectativa de suporte financeiro definido e prestação de contas –, recursos dispensados aos mais diversos fins.

O raciocínio é o de que a configuração dessa rede de circulação de recursos, bem como sua eficácia social nesses processos, é oportunizada pelo trabalho de legitimação de atividades que caracterizam um tipo de engajamento social.

Em considerável medida, dessa relação são manifestadas as condições objetivas, ou pelo menos as materialmente viáveis e simbolicamente chanceladas pelo apoio externo, que compõem o processo de produção social de uma “causa” valorizada. Deste modo, a singularização das causas legítimas, como a “educação”, está subordinada a uma combinação de ações que, anteriores à sua consecução como prática social ou como concepção de uma realidade específica, têm sua produção nesses espaços legítimos de construção social e institucional, etapa da engrenagem de elaboração imprescindível ao trabalho de consolidação e afirmação de uma “causa” e de seus porta-vozes.

O exame do trabalho de legitimação da “educação” coloca em evidência as estruturas privilegiadas de um empreendimento singularizado que constitui um dos princípios de identificação e de afirmação de agentes da congregação franciscana. Portanto, averiguamos, aqui, duas das principais bases sociais de articulação dos religiosos e seus entrecruzamentos na composição da “causa” em destaque. Podemos salientar que, de certo modo, a atividade de mediação se mostrou essencial à consecução dos propósitos em torno da produção social desta causa.

O contexto dos anos de 1980, como enfatizado no livro, representa um momento de expansão da oferta de ensino na região de Bacabal, constatado pelo surgimento de estabelecimentos escolares particulares e públicos. Esse levante teria implicado a relativa perda de espaço e de influência do ginásio franciscano, ainda atuante, porém, sem a mesma clientela das décadas anteriores.

A descrição do contexto remete às condições de emergência do trabalho ativo de “porta-vozes” que estão instalados em um espaço de disputa e concorrência, não apenas de imposição de um modelo de educação, mas de visões e percepções autênticas de “cidadania”, “consciência política” e equilíbrio social na formação. São esses os temas que parecem estar sintetizado na visão oferecida por frei Evaldo Dimon, quando afirma que “a ideia da formação da ‘elite da sociedade’ não convence mais, tomando os filhos da atual elite. É preciso formar lideranças a partir dos pobres e da organização do povo” (LÖHER, 2009, p. 350).

O excerto em destaque evidencia um sentido de oposição, do qual os porta-vozes legítimos se ocuparam em suas intervenções no terreno da “educação”. O aspecto concorrencial parece estar orientado para o circuito no qual estão inseridos outros estabelecimentos escolares dirigidos por congregações, cuja inserção se concentra em grande medida na capital São Luís. A clivagem, aí traduzida na disputa entre modelos de educação confessionais ou, pelo menos, na diferenciação entre a clientela atendida, evidencia polos de oposição que informam sobre estratégias de singularização, mais ou menos conscientes, às quais os agentes se lançam em suas tomadas de posição pela “educação”.

“Elite da sociedade” *versus* “organização do povo”, ou “classes abastadas” *versus* “lideranças populares” são pares opostos que, na realidade, desvelam, como já observado, concorrências e disputas. O maior ou o menor êxito desponta como critério decisivo de afirmação e reconhecimento social dos sujeitos que animam essas lutas. Seguindo esse entendimento, o relato de Frei Eurico Löher acerca da trajetória do ginásio franciscano em comparação aos outros estabelecimentos congêneres deixa evidente essa ótica de oposição e concorrência:

O CONASA tomou a direção contrária da maioria das escolas católicas particulares. O desenvolvimento costumeiro era este: muitas escolas particulares de Ordens e Congregações inicialmente apresentaram em suas cidades um trabalho pioneiro de educação, melhoraram cada vez mais a sua pedagogia e no correr dos tempos tornaram-se escolas particulares caras, nas quais só a classe mais abastada tinha condições de formar seus filhos. O CONASA escolheu conscientemente o caminho contrário. Nas décadas de 1960 e 1970, todos os que tinham condições financeiras melhores em Bacabal e redondeza mandavam seus filhos para o CONASA. Hoje a maior parte dos alunos vem dos bairros periféricos de Bacabal. Nos tempos ‘gloriosos’ do CONASA, muitos alunos chegavam de carros

particulares e de táxi, hoje vêm de moto-táxi e bicicleta (LÖHER, 2009, p. 350-351).

Entre os estabelecimentos de ensino dirigidos por Congregações na capital maranhense destacam-se escolas de prestígio social elevado, como o colégio dos “Irmãos Maristas” e o colégio “Santa Teresa”, reconhecidos pela condição social de sua clientela e por selecionar entre seus alunos aqueles que ocupam posições privilegiadas na hierarquia social.

A presença franciscana em São Luís se materializa com a instalação de um estabelecimento escolar situado em uma região periférica da capital, surgido da expansão de moradias irregulares, mais conhecidas como “invasões”, que tiveram na década de 1980 o seu período de eclosão. Nesse ponto, o próprio Frei Eurico Löher e seu colega José Schülter foram mediadores notórios do processo de construção da “Escola Paroquial Frei Alberto” em São Luís.

Nomeada em homenagem a um dos frades que esteve, no início da organização do CONASA, em Bacabal, ainda no início dos anos de 1950, a “Escola Frei Alberto” tem suas origens devidas a uma rede de esforços oportunizados pela expansão das CEB’s, que foram coaguladores de experiências com educação de base em cada comunidade, através do voluntarismo de lideranças leigas, devidamente orientadas e incentivadas pelos párocos porta-vozes da causa em sua região de alcance.

Ao contrário dos primeiros tempos do CONASA em Bacabal, a “Escola paroquial Frei Alberto” sempre esteve voltada a atender um público oriundo de extratos sociais mais baixos, recebendo os “filhos da periferia” do recém-fundado bairro do Coroadinho que, como já dito, resultou do processo de “ocupação irregular” do espaço urbano. Sua congênere bacabalense, durante as duas primeiras décadas de funcionamento, em “tempos gloriosos”, possuía um perfil mais elitista.

Ao que parece, os dispêndios dos porta-vozes em torno de concepções sobre “educação”, que experimentaram ascensão, visibilidade, reconhecimento e prestígio - mas também declínio- introduziram elementos e princípios de diferenciação em termos de consolidação de um projeto gerador de excelência social via afirmação de uma causa. O Médio Mearim, predominantemente, foi o espaço privilegiado onde os empreendimentos educacionais se afirmaram

como elemento de distinção e singularização no percurso biográfico de alguns dos frades incentivadores dessa “causa” legítima.

Nesse sentido, ocupar uma posição de reconhecimento social em um contexto de lacunas relacionadas à educação possibilitou uma oportunidade a determinados perfis com inscrição religiosa de monopolizar e mobilizar estratégias em nome da construção da causa e, ao mesmo tempo, terem seus perfis notabilizados por esse tipo de atuação.

#### 4.3.1 O “notável” professor universitário e o “abnegado” educador das periferias

Chegado ao Brasil no ano de 1952, a presença de Alberto Mersman coincide com os primeiros momentos de idealização de um plano para a “educação” franciscana no Maranhão, que viria a se concretizar sete anos mais tarde com a fundação do Colégio Nossa Senhora dos Anjos – o “Ginásio CONASA”. Esse projeto teve na figura de Frei Alberto um dos principais articuladores que, logo no ano de 1953, já havia iniciado as atividades como professor da Universidade Federal. Nascido na Alemanha, em 1912, o “nosso professor”, como era chamado por alguns de seus colegas, dedicou-se e especializou na “causa da educação”, sendo considerado, inclusive, o principal mentor do estabelecimento de ensino tido como “pioneiro” em Bacabal. Parte deste processo é descrito pelo próprio Frei Alberto:

Como diretor do ginásio de Bacabal, em 1958 tinha a tarefa de criar as condições da administração escolar para a abertura do ginásio em março de 1959. Isto significava orientação na construção do prédio (tudo tinha que estar conforme as normas), aquisição do material didático e contratação do corpo docente. No interior do Brasil, professoras normalistas e concludentes do curso ginásial e colegial conseguem licença para lecionar no Ginásio, se participarem de um curso de especialização. Nós temos que aproveitar esta possibilidade, porque não conseguimos professores com formação universitária para o Interior (...)

Assim, nosso corpo docente é composto de 4 normalistas, 1 engenheiro para desenho, um contabilista para matemática, um dentista para educação física dos meninos, Frei Godofredo para música e religião e Frei Alberto para latim e francês (No entanto, eu não lecionarei em Bacabal, porque não posso deixar minha atividade de ensino em São Luís (...))

A aquisição dos documentos necessários tomou parte do tempo; ao total, mais do que 100 documentos eram necessários. No fim de

janeiro, tudo estava pronto e a Inspeção escolar deu o seu 'nada consta' para se poder abrir a escola. Com uma equipe de examinadores que trouxe de São Luís, coordenei o primeiro exame de admissão (LÖHER, 2009, p. 344).

A construção do ginásio CONASA aglutinou um conjunto de práticas situadas em diferentes frentes assumidas por seus “porta-vozes” autorizados. Como o trecho acima demonstra, a fase de instituições das égides legais de funcionamento, assim como da organização pedagógica da escola esteve entre as ocupações de Frei Alberto na maior parte do tempo, nos primeiros momentos de fundação do ginásio.

Prestigiado por seu perfil de educador, Alberto Mersman extraía da atividade de educação recompensas simbólicas e, ao mesmo tempo, retribuições materiais pelo exercício de uma atividade profissionalizada, como a docência superior na Universidade Federal do Maranhão, de 1953 (quando ainda não existia a instituição) até 1978, ocupando nos últimos anos a condição de decano.

O religioso acumulava um trânsito no terreno da educação que certamente lhe creditava o papel de “porta-voz” privilegiado em torno da construção de um projeto de “educação”. É oportuno frisar que a inserção profissional de muitos religiosos de congregações estrangeiras, a exemplo de Frei Alberto, foi possibilitada pela abertura do campo de ensino como contrapartida pelos serviços pastorais que as Ordens assumiram junto à Arquidiocese. Não podemos perder de vista, também, que o a entrada do franciscano no âmbito profissional para desempenhar as funções de professor/educador contou com a intermediação decisiva da autoridade eclesiástica de São Luís desde os primeiros contatos entre Frei Alberto e o Bispo D. Medeiros Delgado:

(...) em primeiro lugar conversamos sobre as possibilidades de nossa futura atuação. O Arcebispo sabe que por enquanto não conseguimos viver com a renda da paróquia. Mas ele nos oferece várias outras oportunidades de trabalho. Especialmente insiste que atendamos três pequenas paróquias, juntas com 30.000 habitantes, pelo menos em dois domingos por mês. O interesse do Arcebispo nestas paróquias é tão grande, porque a região pode fornecer madeira de construção muito barata e boa. O Arcebispo oferece como outra fonte de renda a atividade como professor na Faculdade de Filosofia que está sendo instalada no palácio do falecido D. Adalberto. Especialmente esta atividade é bastante rentável... (LÖHER, 2009, p. 23).

O texto em destaque esclarece alguns aspectos de um processo em curso no Maranhão de fins dos anos 1950 para início de 1960. Na mesma medida em que os contingentes de religiosos estrangeiros executavam trabalhos, cuja lógica da escassez dava a tônica no interior, a exemplo da ausência de oferta de educação formal, Frei Alberto Mersman reunia condições para angariar não apenas uma colocação profissional na função de educador na capital, mas também acumulava prestígio junto à liderança episcopal daquele momento. O fato de ter integrado a “primeira geração” de frades alemães (os “pioneiros”), combinado ao seu “perfil de educador”, foi o que proporcionou a Frei Alberto uma aproximação com D. Delgado. Foi dessa interlocução, em termos de negociação sobre a “futura atuação” dos frades, que se estabeleceu no ramo da “educação”, provando ser esta uma estrutura de oportunidade singular de intervenção.

O perfil profissional de Alberto Mersman foi notabilizado pelo volume de trabalhos prestados na área da educação, como o próprio religioso deixa registrado em uma carta:

(...) tenho neste ano de 1962 ainda o peso de 31 aulas que são distribuídas assim: 'Faculdade de Filosofia na Universidade Federal do Maranhão': Psicologia da Educação – 9 aulas; Teoria Geral de Ensino – 3; Teoria da Educação Cristã – 2 / 'Faculdade de Serviços Sociais': Teoria da Educação Cristã – 2 / 'Escola Normal Estadual' – nas duas classes superiores Ensino Religioso – 5; Catequética – 5; 'Escola Normal de São Vicente' – Teoria e Práxis do Ensino Religioso – 4. Além disso, como encarregado arquidiocesano tenho que orientar o ensino religioso nos colégios (LÖHER, 2009, p. 338).

Dos colegas de “Ordem” que desempenham atividades na “área da educação”, Alberto Mersman é o que mais acumula recursos que evidenciam um grau de especialização no exercício da atividade docente, o que fica patente tanto por sua atuação como professor, como pelas posições ocupadas na burocracia da Universidade Federal, onde exerceu a função de chefe do Departamento de Filosofia, de 1953 a 1962. Além de ter sido creditado a ele o reconhecimento pela fundação, organização e direção do curso de Teologia (CET, depois CETEMA), em 1976, dois anos antes de seu falecimento.

Contrastando com o perfil do “notável professor universitário”, ênfase distintiva dirigida a Alberto Mersman, a “educação” teve na figura de Evaldo Dimon um porta-voz dos “direitos da periferia” à escolarização. Diferentemente de outros confrades que dirigiram o CONASA nos primeiros tempos, quando

havia uma clientela majoritariamente pertencente à elite de Bacabal a qual, por essa razão, possuía um perfil mais conservador, Frei Evaldo ostentou um discurso baseado na “educação” como dimensão do labor pastoral. Sua militância neste terreno adquiriu amplitude, em considerável medida, na própria região de Bacabal.

Nascido em outubro de 1941, no povoado de Altenberge, distrito de Steinfurt, estado de Nordrhein-Westfalen, Evaldo Dimon ainda era apenas uma criança no momento em que a Congregação franciscana já marcava presença no Maranhão. Localizada entre Colônia e Berlim, estando situada nas proximidades de Colônia, a 200 km do litoral norte da Alemanha, o pequeno Ewald viveu em sua cidade natal até a idade de 13 anos, saindo depois para poder fazer o curso ginasial, pois a área rural ficava a 4,5km de distância do povoado, onde a escassez de estabelecimentos de ensino era marcante, exceto do primeiro ao oitavo ano do ensino fundamental. Sétimo filho entre nove irmãos, Ewald viveu em uma região onde as pessoas se sustentavam da lavoura e da criação de gado em pequenas quantidades para a extração do leite.

Dos primeiros anos de socialização no seio familiar, antes de sua saída de casa para a complementação dos estudos em colégios mantidos pela congregação franciscana, a infância de Ewald foi marcada pela rotina ligada aos afazeres do campo, basicamente a plantação de cereais, beterraba e batatas. Pertencente a uma família na qual os pais e avós detinham baixa escolaridade, apenas o ensino fundamental, sua infância se deu em contato com atividades típicas das tarefas de “lavradores”, profissão exercida pelas gerações anteriores à de Ewald e seus irmãos, que, diferentemente da “tradição” do trabalho da lavoura, se dedicaram a ofícios como de os de marceneiro, pedreiro e pintor.

As características de origem familiar de Ewald, aliadas ao lugar ocupado por ele na fratria - o sétimo entre nove filhos -, e por um costume do direito que vigorava na região em que ele nasceu, são elementos decisivos para apreendermos os condicionantes que provavelmente pesaram pela “opção” de vida religiosa em uma congregação, na qual viria mais tarde a ter contato com a atividade da “educação”. A rotina ligada ao mundo da lavoura e da terra tinha prazo de validade, conforme palavras do próprio Ewald:

[...] A gente ajudava como crianças... não é? Mas, na profissão mesmo só os mais velhos... porque conforme o direito da nossa região, a herança de uma terra cabe ao filho homem mais velho... Ele tem que indenizar os outros, certo? Mas a terra não é repartida. Enquanto, no sul da Alemanha, é outra lei... Outros Estados que tem outras leis aonde a terra é repartida... com o tempo então ninguém tem mais condições de viver da terra porque ficou pequena demais. Na nossa região não se conservam mais a estrutura para continuar a lavoura para quem tinha herdado [...] (Entrevista com Frei Evaldo Dimon, realizada em 23/05/2018).

Considerando o aspecto normativo/legal da repartição de terras na Alemanha, o contato com os estudos visando à entrada na vida religiosa era a “opção” mais viável para famílias extensas como a de Ewald, que necessitava dar encaminhamento a todos os filhos. Aos mais novos da família, como já demonstrou Bourdieu ao tratar das estratégias de reprodução social (2002), os investimentos em estudos e o acesso à carreira religiosa fazem parte das estratégias legítimas que definem o destino social dos agentes. O ingresso na “Ordem” dos Frades representou na carreira de Ewald um aspecto de diferenciação em termos de uma escolarização mais qualitativa que, inclusive, justificaria mais tarde o curso de determinadas formações em vista de sua experiência com a atividade da “educação”, que o credenciaria como um dos porta-vozes legítimos desta “causa”.

Tendo estudado Filosofia ainda na Alemanha, em um instituto da “Ordem” Franciscana, Evaldo Dimon, como passou a ser chamado no Brasil, frequentou a Universidade Católica do Recife com o objetivo de validar seus estudos em Filosofia, até então reconhecidos apenas no âmbito da Igreja. À altura dos estudos em Pernambuco, Frei Evaldo já era diretor do ginásio CONASA, em Bacabal, após sua chegada ao país, em 1967. Sobre a validação do curso filosófico no Recife, Frei Evaldo diz:

[...] É, concluí o curso depois que eu já estava aqui. Depois que eu já era diretor do colégio Nossa Senhora dos Anjos. Então agente concluiu que para essa função de diretor, no momento que assumi, não precisava de curso superior, mas amanhã vai ser preciso provavelmente. Então, vamos cuidar logo disso, caso seja necessário. Não precisei, mas foi bom que eu fiz [...] (Entrevista com Frei Evaldo Dimon, realizada em 23/05/2018).

Desde os momentos iniciais, quando assume a responsabilidade pela direção do ginásio de Bacabal, ocupação que o “pedagogo” e professor Evaldo desempenhou por vinte e três anos, com mérito para seu trato com a questão da “educação”. Já nos primeiros anos da década de 1970 - mais precisamente



no ano de 1972 -, pouco tempo após sua chegada em 1967, Evaldo Dimon exerceu a função de vice-diretor e professor de Religião, sendo nomeado diretor do colégio em 1980, posição ocupada por longos anos por Frei Solano Kuhn, que “inverteu os papéis” com Evaldo, passando a ser vice-diretor.

O contexto dos anos de 1960 a 1980 registra um período de acentuado interesse dos frades quanto à gestão no ginásio CONASA, que se configura como uma instituição que possibilita a entrada desses agentes no universo profissional, e como meio de reconhecimento e de afirmação social de perfis de “educadores”. Em certo sentido, devemos considerar a existência de outros aspectos neste período se quisermos compreender a dinâmica de constituição da educação como “causa” legítima empreendida por esses agentes. A primeira delas está relacionada com a oportunidade de inserção profissional diante de uma configuração identificada pelo déficit<sup>67</sup> em termos de políticas de governo direcionadas para este fim, o que permite entender o papel de mediação e do engajamento de alguns frades em favor desta “causa”, que chegou até a contar com um porta-voz ocupando o cargo de secretário de educação municipal no ano de 1966.

Outra questão diz respeito ao impulso recebido pelas chamadas “Comunidades Eclesiais de Base” em virtude da reorientação pastoral da Igreja, que estabeleceu de maneira mais “conscientizadora” junto aos segmentos menos hierarquizados da sociedade. A “educação” se torna, então, um foco privilegiado de intervenções e um domínio singular, gerador de reconhecimento e de estima social.

Na década de 1980, momento em que o ginásio CONASA de Bacabal mostra uma curva decrescente em suas atividades, a “educação” como “causa” legítima desponta com veemência na capital maranhense. A realização mais notória tem ligação com as transformações verificadas no espaço urbano de São Luís. Com uma proposta identificada a valores de promoção de “dignidade” e de “justiça social”, as intervenções no terreno da “educação” se expandiram por áreas geográficas marcadas pelas “ocupações irregulares” em zonas “periféricas”.

---

<sup>67</sup> Em 1966, a rede escolar constituída de ginásios mantidos pelo Governo do Estado resumia-se a duas escolas que funcionavam na Capital, em um mesmo prédio: Liceu e Escola Normal. Além disso, de acordo com dados da mesma pesquisa, as matrículas no Estado do Maranhão estavam concentradas em 70% na rede privada, constituída, em sua maioria, por estabelecimentos confessionais (PINTO, 1982).

Alguns condicionantes de emergência do principal estabelecimento de “educação” mantido pelos frades na capital indicam uma imbricação de lógicas sociais mais amplas, e que estão na gênese dessa “causa” singular. Ao contrário do “ginásio CONASA” em Bacabal, a “Escola Paroquial Frei Alberto” não figura exclusivamente no cenário escolar dos anos 1980. Como sinalizado anteriormente, sua origem está vinculada à expansão dos grupos de Igreja organizados nas CEB’S que, por iniciativas de “leigos” engajados em diferentes regiões da periferia urbana, passou a investir na “educação” à medida que aumentava a população e surgiam novos bairros.

Neste sentido, podemos observar que, além do engajamento de “portavozes” legítimos, a constituição da “educação” como “causa” é amplamente sujeita a uma rede de investimentos baseados na coadunação de objetivos entre os especialistas ou profissionais da Igreja - os próprios frades - com grupos de leigos que orbitam nas CEB’S. Observamos que essa dinâmica, igualmente no interior e na capital, é caracterizada por um “voluntarismo espontâneo”, seguido de uma “preocupação” com a profissionalização daqueles inscritos e atuantes nesta “causa”.

Assim, as dispersas iniciativas voltadas para a “educação”, e verificadas em comunidades na capital foram canalizadas para a criação da EPFA no recém-fundado bairro do Coroadinho. As origens desta intervenção estão nos liames do objetivo de “promoção da cidadania” à clientela destinatária de suas ações. Aliás, essa é uma relevante dimensão de percepção da “causa”, a partir da constituição de uma clientela específica, o que conduz à compreensão das condições favoráveis à legitimação social do processo em questão.

A iniciativa da “Escola Paroquial Frei Alberto” teria sido o desaguadouro de um processo anterior à sua emergência. Mais precisamente, sua origem é resultante do fluxo migratório verificado com maior frequência nos anos de 1970, com a chegada do segmento oriundo do “campo”. De acordo com a caracterização da clientela que se tornou destinatária dos serviços oferecidos pela escola franciscana,

[...] a maioria dessa população adulta tinha experiências de trabalho com a terra e baixa escolaridade e/ou analfabeta. Os homens foram forçados a trabalhar de ajudante de pedreiros, de carpinteiro, de vigia, de feirante, camelô e/ou biscateiros, enquanto que as mães passaram a ser sacoleiras, feirantes e/ou assumiram pequenos empregos domésticos, tudo como forma de sobrevivência. Essa

população não tinha garantido os direitos básicos de cidadania [...] (Extraído do site: <http://www.escolafreialberto.com.br>).

Embora Frei Evaldo tenha ocupado a função de pároco responsável pela Paróquia da Glória, entre 1995 e os anos 2000, na capital, não há registros de atividades desenvolvidas ou de intervenções na “educação” enquanto esteve na administração da Paróquia. Mesmo quando não era designado para tarefas em escolas, como professor, ou na direção, estava sempre envolvido em atividades voltadas para a “formação”, na condição de formulador de demandas junto aos poderes públicos locais, seja trabalhando pela pastoral da educação ou em grupos da “sociedade civil” em defesa de pautas relacionadas ao meio ambiente, além da intervenção pessoal incisiva na criação do sindicato dos professores de Bacabal.

Os perfis dos Frades Alberto Mersman e Evaldo Dimon reúnem as ações, em níveis diferenciados, em que corroboram a constituição de uma “causa comum”, e das formas de intervenção nesta “causa” legítima.

Resguardados os condicionantes do exercício de cada um a seu tempo – o início do engajamento de Evaldo na educação se dá na década em que Frei Alberto falece, seis anos antes (1972) –, ambos são representativos de um investimento mais amplo que implicou estratégias concretas para a criação de condições de entrada em um domínio socialmente reconhecido, e o que gerou o entendimento de que a causa constituída sob essa égide é, ao mesmo tempo, condicionada e condicionante das lógicas de produção de prestígio e estima social, consagrados a perfis como os dois apresentados.

Assim, a “causa da educação”, ao longo de décadas, foi e continua sendo uma frente legítima de notoriedade para os religiosos que empregam recursos e trunfos nesta atividade que os singulariza, sobretudo em uma configuração na qual as competências e habilidades relacionadas à posse de conhecimentos – o fato de pertencer a uma congregação favorece o acesso a uma cultura diferenciada – constituem um elemento de distinção/raridade, seja devido ao acúmulo de saberes valorizados sem a exigência de critérios rígidos, ou pela presença desse critério de objetivação implicando processos de especialização e na posse de alta titulação.

A hipótese mais provável é a de que em determinado momento não havia, ainda, uma exigência rigorosa quanto à formação superior comprovada

por diplomas, uma vez que essa oferta de especialização se apresentava escassa para os frades recém-chegados em seu destino, sendo suficiente para atuar na educação o *background* cultural adquirido pela própria “vivência”, e a gama de formação oferecida pela congregação (Informações extraídas da publicação (2009) e de entrevista com Frei Evaldo).

Isso denota um sentido de atribuição de valor social a um tipo de educação entendida como singular para os agentes. Portanto, a perspectiva da valorização e da estima devotadas ao trabalho de legitimação dessa causa seria tributária da própria relação que esses perfis aspiram, em seus percursos religiosos, no tocante à formulação de concepções autênticas de educação, combinadas a tomadas de posições, o que os identifica como porta-vozes dessa causa no universo analisado.

#### 4.4 APRESENTAÇÃO DE PERFIS MAIS CITADOS E A CAUSA DA TERRA

O capítulo do livro dedicado à causa da “terra” discute enfaticamente “o engajamento social dos franciscanos pela população rural no Maranhão”. Apenas a partir desta breve apresentação do tema se nota a persistência da estratégia adotada ao longo da publicação. Nesta última parte, os meios de produção e de consagração de causas, eventos e personagens são descritos com maior consistência, reforçando a legitimidade do mecanismo de interpretação da história do grupo pelo trabalho da memória.

Deste modo, o livro coloca de início a centralidade que os “conflitos de terra” ocupam nas descrições, bem como apresenta versões que explicitam especificidades quanto à ocorrência desses eventos da história do Maranhão. Assim o autor situa o capítulo:

[...] grande conflito de terra não houve no Piauí pelo simples motivo, que a terra pouco fértil não despertava tanto a procura nem a cobiça em contraste com as terras bastantes férteis na região dos rios Mearim e Grajaú [...] Este capítulo (“terra”) conta a história de muitos lavradores do Nordeste que fugindo da seca encontraram moradia e sustento no Maranhão. A vida no interior, na zona rural, é impregnada e dependente da lavoura, de certa maneira até hoje. Por isso se escolheu a palavra-chave: “terra” (LÖHER, 2009, p. 381).

Do relato acima inferimos não apenas uma motivação para o engajamento na causa da “terra”, mas a produção de percepções genuínas

sobre a atuação dos frades na região a que foram destinados à “missão”. O fragmento em questão ainda reforça um sentido de justificação (com base no caráter diagnóstico de um contexto) para o engajamento. Grifamos, aqui, as ênfases à “história dos lavradores do Nordeste”, ao evento da “seca”, e à “vida na zona rural” como indicações que estão no esteio da formulação de concepções do mundo, da dinâmica social da região, e da percepção de eventos e dos desdobramentos ocasionados por eles. Tudo isso se concatena com as estratégias mobilizadas em torno do enquadramento ou da singularização da causa da “terra”, afirmada graças à ativação do trabalho de memória pelos seus porta-vozes, a fim de preservar a causa como um tipo de legado consagrado.

Com efeito, é apontado no livro que desde os primeiros momentos da presença dos frades no Maranhão já havia uma “perspectiva de futuro para a população do interior”. Segundo o autor indica, essa seria uma preocupação do Arcebispo Dom Medeiros Delgado, reforçada a partir da recepção dos franciscanos para o trabalho pastoral, que se baseava em uma visão favorável à “criação de uma nova consciência pela propriedade da terra e por métodos novos de cultivo do solo e produção agrária, fundando cooperativas agropecuárias e promovendo as Semanas Ruralistas” (LÖHER, 2009, p. 381).

O tema em pauta perpassava todo a dimensão da igreja mais regionalizada, em especial na Diocese de Bacabal, que foi descrita pelo próprio Frei Löher como uma “febre de terra”, explicitada da seguinte maneira:

Passei no verão de 1973 as minhas primeiras férias na Alemanha. Quando voltei em outubro, duas comunidades não existiam mais: Glória e Engenho, dois povoados tradicionais, onde viviam e trabalhavam umas 70 famílias em terra de herança. As famílias herdeiras tinham vendido suas terras herdadas dos antepassados para um comerciante de Bacabal e um criador de Sergipe, respectivamente. As famílias mudaram para bairros de Bacabal ou em direção à mata [...] (LÖHER, 2009, p. 383).

Na sequência do capítulo dedicado à “terra”, predominam depoimentos e entendimentos sobre determinados nomes da ordem (que serão apresentados a seguir) aos quais é imputado um reconhecimento pela ligação direta com a causa, a ponto de contribuir decisivamente para a sua produção e interpretação.

O primeiro desses perfis é o de Frei Heriberto Rembecki, lembrado principalmente por seu intenso exercício institucional, ocupando posições de

destaque por longo período. O perfil desse religioso é de modo recorrente associado aos “conflitos” e ao seu trabalho à frente da administração da “província”, elementos implícitos na estratégia de consagração baseada no cruzamento.

Lógica similar está presente em outros dois perfis, cujas posições ocupadas na Diocese de Bacabal são referenciadas na descrição da participação de Dom Pascásio e de Dom Henrique Johannpötter nos eventos que remetem à causa da “terra”. Ambos apresentam características similares em suas trajetórias (base sólida de estudos, ocupação de cargos de formação de novos sacerdotes, reitoria de seminário, superior de província), no sentido de preencherem posições de prestígio nas estruturas eclesiais em que foram alocados, até seus itinerários se cruzarem na Diocese de Bacabal, na década de 1970 – 1980.

Nesse contexto, as inserções dos agentes mais diretamente envolvidos na causa da “terra” foram efetuadas a partir das estruturas da própria igreja e de redes de apoio surgidas em meio ao processo, como resultado de esforços específicos, como os mobilizados pelo próprio Dom Henrique (mencionamos no próximo item).

Deste modo, a causa da “terra” é subordinada a lógicas de investimentos e inserções diversificadas (sindicatos rurais de formação, conscientização política, assistência jurídica, cooperativas), sendo objeto nas descrições dos posicionamentos e das tomadas de posições dos perfis.

Os dados localizados para os 13 frades (Quadro 14) informam que todos estavam alocados em uma das paróquias da Província, desempenhando funções na estrutura eclesial durante um período que compreende a década de 1950 e se estende ao ano de 2007. Quanto aos cargos, todos representam níveis da hierarquia da igreja. Por isso, as funções desempenhadas pelos agentes os legitimavam a intervir assumindo posição em relação à causa a partir de seus desígnios.

Observando os períodos de atuação dos religiosos, todos eles desenvolviam suas funções em paróquias e comunidades, sobretudo durante o contexto que o autor associa aos “conflitos”, fazendo referência aos anos de 1980 como um tempo de “situação” “explosiva” (LÖHER, 2009, p. 387).

Listamos os nomes mencionados na parte do livro dedicada à causa da “terra” (LÖHER, 2009, p. 381-421).

QUADRO 14 - FRADES MENCIONADOS NA TERCEIRA PARTE: “TERRA: POSSE/PROBLEMAS/CONFLITOS”

Frades	Cargos/ocupações	Lugares de atuação	Período
Eraldo Stuke	Pároco, Cooperador	Bacabal, Piripiri	(1958-1962)
Adauto Schumacher	Pároco, Cooperador	Bacabal, São Luís Gonzaga	(1954-1967)
Eurico Löher	Pároco, Ecônomo	Bacabal, São Luís	(1970-1989)
José Schlütter	Pároco	Lago da Pedra, São Luís Gonzaga	(1968-1979)
Pascásio Rettler	Bispo	Diocese de Bacabal	(1968-1989)
Estevão Meiwes	<i>Guardião</i>	Lago da Pedra	(1983-1992)
Adolfo Temme	Pároco	Lago da Pedra, Piripiri	(1986-1995)
Heriberto Rembecki	Superior, Definidor	Bacabal	(1980-1995) (2001-2007)
Evaldo Dimon	Pároco, Ecônomo, Professor, Diretor	Bacabal, Piripiri, São Luís	(1973-1992) (1998-2007)
Hermano	Pároco	Bacabal	(1983-1989)
Lucas	Pároco	Lago da Pedra	(1965-1973)
Henrique Johannpötter	Superior, Bispo, Pároco	Diocese de Bacabal, Lago da Pedra	(1976-1982) (1990-?)
Godofredo Bauerdick	Pároco, Cooperador	Bacabal, Lago da Pedra	(1955-58) (1969-83)
<b>13 agentes</b>			

FONTE: Dados da Publicação (LÖHER, 2009).

Nesse entendimento, o período indicado como o mais “explosivo”, no que tange a esses conflitos, é também o tempo no qual determinados agentes (3/13) do quadro ocupam posições de influência na configuração em questão. Frei Heriberto Rembecki, que durante toda a década de 1980, sem contar outros períodos posteriores, foi o representante máximo da Província; Frei Henrique Johannpötter, que concluía seu mandato à frente da ainda custódia (1982), assumindo, anos depois, a posição de Bispo da Diocese (1990), em sucessão ao terceiro agente, que é Dom Pascásio Rettler, titular da Diocese de Bacabal por 22 anos (1968-1990). É pertinente informar que entre os perfis mencionados há aqueles aos quais é atribuído, além da menção, espaço dedicado às percepções e tomadas de posição, que são citadas nos depoimentos dos agentes.

Entre os perfis indicados no quadro, observamos que alguns deles aparecem, aqui, antecipados ao próprio quadro, em razão da apresentação que seguimos no livro. Deste modo, o quadro abarca o conjunto dos que foram arrolados na totalidade da parte que trata especificamente da “terra”. Nessa linha, tais menções podem indicar, senão uma lógica de seleção dos perfis pertinentes ao trabalho de “construção da memória” e de consagração da história franciscanas.

Em linhas gerais, os princípios de produção da causa da “terra” são articulados por ênfases, pela objetivação de lógicas de percepções e das relações entre perfis, repertórios e inserções, ao passo que estão assentados sobre esta base os meios legítimos de interpretação da história do grupo franciscano. A seleção de causas, personagens, acontecimentos, como a que verificamos no exame da causa da “terra”, define a estratégia que visa a inscrição e a consagração de certos perfis, na medida em que se exalta a causa pela qual esses perfis são lembrados.

#### 4.4.1 Os porta-vozes da causa da “terra”

Como sinalizado anteriormente, o trabalho de produção de uma “causa” legítima é balizado por estratégias definidas, como a indicação de lugares, eventos, acontecimentos, menções a autoridades eclesásticas e políticas,



instâncias de interlocução, temas privilegiados e tipos de inserções. Tudo isso está relacionado às noções de consagração pelas quais se notabilizam determinadas relações, ícones, personalidades, evidenciando princípios de distinção social, por sua vez, incitadores de aferição da excelência humana.

Um artifício recorrente de consagração de perfis e causas, e que está registrado no livro, são as menções indicadas, que se constituem como uma das lógicas frequentes do trabalho de interpretação e de produção de versões. Assim, *Franciscanos no Maranhão e Piauí*, como publicação de consagração oficial, demonstra os modos como determinados perfis são referidos e associados à determinada causa.

Os casos dos sacerdotes Henrique Johannpötter e Heriberto Rembecki são indicações de perfis dedicados à causa da “terra”, tidos como personagens situados centralmente no processo de construção e singularização dessa causa legítima. É preciso pontuar a existência de uma correlação entre a ênfase atribuída aos “conflitos de terra” e as menções aos “mandatos de superiores”<sup>68</sup> (LÖHER, 2009, p. 13-81) exercidos por esses dois agentes. Essas menções aparecem, ainda, na parte específica que é dedicada ao tema: “terra: posse – problemas – conflitos” (LÖHER, 2009, p. 381).

O encaminhamento dado na sequência focaliza na descrição do tema da “terra”, sublinhando as ênfases, os nomes (atentos aos perfis do quadro), os eventos, os posicionamentos, as percepções, assim como os investimentos e repertórios apresentados. Logo na primeira página (p. 381) da seção dedicada à terra, é dado destaque imediato a uma associação entre um dos perfis do quadro, Frei Godofredo Bauerdick, e um evento destacado. Trata-se da IX Semana Ruralista, descrita em fragmento registrado no Livro de Tombo da Paróquia Santa Terezinha, onde o religioso exercia suas atribuições de pároco. Reproduzimos a seguir parte do fragmento escrito por Frei Godofredo ainda em fins dos anos de 1950.

O fragmento destacado abaixo é parte de um registro que compõe uma das rotinas atribuídas aos párocos na direção de suas paróquias: efetuar anotações sobre a dinâmica social e cultural que envolve a comunidade. Nesse caso em particular é preciso considerar que a paróquia de Santa Terezinha é a igreja matriz da cidade.

---

<sup>68</sup> Parte do livro descrita no Capítulo 3.

Na configuração de início dos anos de 1960, provavelmente Frei Godofredo devia exercer um papel de destaque na vida social, especialmente em relação a questões ou temáticas menos restritas aos assuntos religiosos. O conteúdo da crônica escrita pelo Pároco Godofredo Bauerdick atesta seu interesse pessoal pelo tema da “terra” e, na condição de liderança da matriz, ao que tudo indica, aglutinava pessoas que frequentavam espaços de poder, conforme menção dirigida às personalidades presentes na IX Semana Ruralista.

“SOBRE A SEMANA GRANDIOSA EM BACABAL”

Grande movimento viu a cidade de Bacabal na IX Semana Ruralista do Maranhão”, diz o 3º boletim do P.E.N.S.A. no seu relatório na página 2 e continua: “seja a IX Semana Ruralista de 1959 de grande influência na resolução dos graves problemas rurais do povo na baixa do Mearim e de todo o Interior Maranhense”. Estavam presentes o mui digno Governador do Estado Dr. José de Matos Carvalho, Sua Exma. Rvma. Dom José Medeiros Delgado, Dr Agnaldo Freitas, representante do Serviço de Informação Agrícola no Rio de Janeiro, Mons. Frederico Pires Chaves, organizador e alma vibrante da Semana, engenheiros e técnicos de várias instituições do Estado. Em sessões, mesas redondas e aulas para lavradores apareceram os seguintes assuntos: fixação do homem no solo, propriedades pequenas e o obstáculo das grandes terras de um dono só, cooperativismo, fomento agrícola, assistência médica e social etc. Na sessão de encerramento, fez a semana um apelo aos deputados de votar a lei apresentada já na VIII Semana Ruralista que dá possibilidades ao lavrador de adquirir ao lavrador de adquirir a sua propriedade, problema mais urgente a ser realizado (LÔHER, 2009, p. 381-382)

FONTE: extraído da publicação (2009)

O evento em questão pode ser entendido como uma tomada de posição oficial da igreja diante das questões mais candentes do debate sobre a “terra”, no qual a instituição religiosa e seus representantes assumem um posicionamento contundente. Outra ênfase indicada na descrição do Pároco Godofredo recai nas temáticas debatidas. Questões como “propriedades pequenas”, “fomento agrícola” e “cooperativismo” são temáticas que compõem uma agenda de interesse do referido pároco, certamente replicada em outros espaços legítimos de debate da causa da “terra”, como a Animação Cristã Rural (ACR), introduzida no Maranhão e coordenada pelo Frei Godofredo.

Outro ponto a ser enfatizado sobre a “Semana Ruralista” concerne ao peso político e a sua legitimidade enquanto instância social que pautava as discussões e encaminhamentos, além de ter um papel de intervenção política, na medida em que mobiliza a sociedade, introduz questões relativa à “terra”, aglutina pessoas de influência e, principalmente, exerce pressão sobre quem

decide as questões (a classe política). Dessa forma, o fragmento creditado ao primeiro dos 13 perfis, já dá pistas do papel articulador e de formulação de questões ou de causas sociais.

O exame mais atento dessa tomada de posição (a realização das semanas ruralistas), através do evento em questão, parece revelar a manifestação da instituição eclesiástica, cujo papel era estar inserida em um tipo de luta pelos que dela dependiam naquele contexto, mas também confirma a centralidade de perfis individuais reconhecidos pela capacidade de mediação e produção de uma causa. Embora a cidade de Bacabal, no Médio Mearim, e outras regiões do Maranhão já tivessem experimentado situações de conflitos, a causa da terra é particularmente produzida enquanto representação entre os frades menores, a partir da presença e intervenção de porta-vozes com *background* valorizado.

Considerando as condições encontradas no meio de atuação de agentes como frei Godofredo e os demais perfis relacionados à causa da terra, o próprio nível de instrução cultural, não apenas do ponto de vista da aquisição de uma formação erudita na congregação, mas a própria condição de ser estrangeiro é um elemento que deve ser ponderado.

Dado o contexto periférico maranhense, em sentido amplo, condição essa reiterada constantemente pela perspectiva da escassez (ausência de educação formal, desorganização social e política, inferioridade de adeptos do catolicismo em relação a religiões de matriz africana e outras confissões, além da desigualdade em torno dos conflitos agrários), a intervenção dos porta-vozes franciscanos pode colocar em evidência alguns aspectos que informam sobre a ação missionária e sobre os próprios agentes engajados na causa.

O primeiro aspecto - que pode ser estendido a todos os envolvidos com a questão agrária e que tem relação com outros registros de engajamento, a exemplo dos que atuaram na educação -, é o de que eles reuniam atributos que os identificavam como portadores do código de uma "civildade" ainda escassa no campo missionário assumido pela congregação franciscana.

Por isso, engajar-se na causa da terra estaria para além da premência de agir em um contexto que os impelia a esse tipo de intervenção, estaria até mesmo além de um sentido de afinidade com essa causa mediada por experiências prévias. Simplesmente, esses registros e tomadas de posição

individuais podem denotar certo espírito de “civildade” que parece ser um aspecto comum na maioria das incursões missionárias.

Deste modo, os engajamentos intervenientes no processo de construção de uma causa coletiva que é apresentada como singularizada pelo trabalho de memória franciscana também denotam outra dimensão dessa ação missionária, que confere reconhecimento aos clérigos detentores de uma ética social e política particulares. Segundo essa visão, o engajamento pela terra seria um tipo de expressão de uma matriz ética inspirada em ideias de responsabilidade social, consciência política, senso de preservação dos recursos, relações de trabalho com foco na dignidade de condições para o exercício da função, além de um sentido de equilíbrio e de autonomia na produção e no trato com a terra.

Portanto, a análise que fazemos sobre as tomadas de posição de porta-vozes em favor de questões ligadas à terra sugere que os mais diretamente envolvidos com a causa a promoviam de diferentes maneiras, na medida em que compartilhavam de uma mesma matriz ética. Esse fundo comum de valores, percepções e visões de mundo, assim como a perspectiva de cidadania, relações sociais instauradas a partir do universo rural (valorização da cultura agrária, das técnicas de produção autossustentáveis), remete à ideia de que os religiosos mais notabilizados e reconhecidos pela dedicação a essa causa são portadores de um tipo de *background*. Esse repertório comum de recursos está inscrito em práticas que, orientadas por conhecimentos adquiridos mediante o nível de envolvimento e dedicação a esta pauta.

No caso de Frei Godofredo, o religioso que ofereceu uma narrativa sobre a “IX Semana Ruralista”, fundador da ACR no Maranhão, o que parece estar em jogo, obviamente que de modo não cínico ou autoconsciente, é a construção de uma autoimagem prestigiada e consagrada. Entre os demais engajados na causa, uma correspondência pode ser estabelecida, talvez com diferentes nuances nos posicionamentos, mas as narrativas em favor da terra parecem convergir para um fundo recíproco de referências, éticas, morais, sociais e políticas, que devem compor o *background* social, e institucional (apreendido em etapas de socialização, como educação formal e informal), além da dimensão prática das experiências individuais.

Em outra passagem, Frei Löher introduz com uma sucinta contextualização sobre a situação no Estado. Ele assinala que “ainda era o tempo da queima de roças, à margem da mata virgem. ‘Terra devoluta’ – terra do Estado, terra pública – existia em abundância. A região do Mearim atraía nordestinos que fugiam da seca”. (LÖHER, 2009, p. 382). Logo em seguida apresenta um comentário que seria a “descrição da mentalidade dos lavradores e o ambiente social”, atribuído a Frei Eraldo Stuke: “Há anos o Bispo prega através de nós: ‘fiquem onde estão, adquiram uma pequena propriedade e registrem esta terra, construam uma casa sólida’” (Idem).

O parágrafo em destaque, especificamente o trecho atribuído a Frei Eraldo, é parte reduzida de seu relatório anual, do ano de 1960. A exemplo do primeiro fragmento sobre a “Semana Ruralista”, as breves palavras do religioso (no contexto de “desobrigas”) também são oriundas da dinâmica do trabalho pastoral no interior, que consistia no acompanhamento e assistência. A ênfase indicada no relatório anual de Frei Eraldo Stuck é datada de 1960, documento no qual é explicitado, mais uma vez, o posicionamento favorável à “causa”. Ainda no trecho em questão, observamos o emprego recorrente de uma estratégia na descrição: uma pontual introdução (a um tema, questão ou situação), seguida por um fragmento creditado a um dos perfis que aparecem depondo em meio à descrição.

O crédito dado a Frei Eraldo em relação aos episódios de terra ou a ocorrência de qualquer registro de intervenção do agente como porta-voz da causa podem estar ligados a uma prática mais ampla de enquadramento, que trata de evidenciar ações e tomadas de posições. Quanto à descrição da “mentalidade dos lavradores e o ambiente social”, que o autor do livro credita a Frei Eraldo, verificamos a percepção do religioso sobre o modo como um bem público (terra disponível do estado) deveria ser usufruído. A recomendação quanto ao uso da terra pelos lavradores (fixação, aquisição de propriedade e registro da terra) enfatiza um posicionamento individual, que apresenta Frei Eraldo Stuck como portador de uma visão diferenciada, baseada na valorização, no trato com os recursos disponíveis ao sustento de modo racional.

De modo ampliado, os posicionamentos dos agentes franciscanos diante das questões de terra sugerem que esses religiosos apregoavam uma

racionalidade mais equilibrada, menos degradante, mais equânime no sentido da acessibilidade a um “bem abundante” e do “estado”. Revela, ainda, um tipo de entendimento político de que o estado deveria ser o provedor da terra, esse bem que atenderia as necessidades de certos segmentos sociais, principalmente dos imigrantes da seca.

Abaixo, Frei José Schülter descreve uma situação de conflito de interesse vinculada à posse da terra. O teor do documento esclarece a oposição da categoria social dos “lavradores”, que mobiliza estratégias de intervenção, através do sindicato, para representar a causa. Sendo assim, a carta de Frei José explicita mais uma tomada de posição, visto que reúne agentes, como o sindicato e, por meio de “protesto” apresentado, materializa uma das formas de intervenção.

Na sequência, outro fragmento atribuído a mais um dos agentes localizados no quadro:

Esta carta é de uma comunidade “Alto Alegre”. Se diz que existe um “usucapião”. Tem nesta região gente morando desde o tempo dos índios. O presidente do sindicato fez um levantamento e enviou um protesto. Junto com os lavradores procuramos uma resposta das autoridades. Fizemos muitas viagens a São Luís. Os engenheiros que querem fazer desta região muito habitada um campo de capim, moram em São Luís e se servem de todos os meios para expulsar os lavradores que não encontram vez e voz e ainda não são bastante decididos para aguardarem firmes na terra até vier ordem judicial (LÖHER, 2009, p. 384).

Mais uma vez, o autor Eurico Löher expõe um elemento narrativo, que é outra representação que valoriza o que pode ser entendido por ação protagonista de outro frade que teve sua trajetória pessoal perpassada pela questão da terra. O trecho em questão coloca em evidência uma característica particular que compõe o *background* de intervenção de Frei José Schülter e dos demais religiosos enquadrados como porta-vozes desta causa.

Além do trabalho de mediação e de produção de uma causa, o que se sobressai do fragmento é a compreensão do religioso Schülter sobre as perspectivas em torno da região. A causa em si torna evidente uma dimensão concorrencial, na qual as tomadas de posições dos porta-vozes religiosos se contrapõem às visões e percepções de outros agentes sociais (agentes políticos, tecnocratas do estado etc.). Considerável parte dos fragmentos sobre o engajamento na causa da terra revela essa dimensão, qual seja, de

valorização e de consagração das percepções encampadas pelos porta-vozes autorizados, a exemplo do sacerdote José Schulütter:

Josef Wilhelm Johannes (José Guilherme João) Schulütter nasceu aos 29.02.1936, em Dingden. Terceiro filho do agricultor e comerciante Heinrich Scültter e sua esposa Maria, José tinha mais cinco irmãos. Entrou no primário em 1942 (segunda guerra). Em 1947 passou pelo teste de acolhida na Escola St. Georg (Bocholt), onde estudou até 1953 concluindo o ensino médio. Dedicava-se ao trabalho da agricultura familiar no âmbito doméstico (ajudando a família). Aprendeu agricultura e não cursou, naquele momento, o nível superior. José gostava de trabalhar manualmente, mas tinha o desejo de voltar aos estudos. Em 1959 passou na prova inicial para entrar no 3º semestre da Escola Episcopal noturna em Neuss. Os estudos significaram uma grande mudança para José, que em casa ainda fazia trabalhos físicos. O emprego de estivador no Porto de Neuss, carregando sacos, recompensava a vida sedentária escolar, além do ganho para financiar os estudos. Em 1962 José concluiu esta etapa dos estudos e obteve a qualificação para o ensino superior. No dia 14.04.1962 entrou para a Ordem dos Frades Menores e recebeu o nome “frater Wendelin”. Após o noviciado em Rietberg, fez os estudos filosóficos em Münster, entre 1963 e 1966. Emitiu a profissão solene (1966). Nesse mesmo ano embarca em Hamburgo rumo ao Brasil. Em 29 de junho chega a São Luís, indo para Divinópolis (MG) em agosto (1966), recebendo o nome de José. Em Divinópolis Frei José acompanha a equipe de um padre que desenvolvia iniciativa de escola, catequese e saúde básica à população de interior. Como motorista, Frei José acompanhava a equipe do padre e assim teve contato e obteve ricos conhecimentos dos problemas da população rural. No Maranhão (1970), Frei José se engaja fortemente para defender os direitos dos lavradores. Em março de 1980 foi transferido para São Luis (Paróquia da Glória). Frei José era conhecido como batalhador solitário por ter realizado o trabalho pastoral sozinho em sua paróquia anterior. Na Glória, foi integrado a uma equipe de frades, entre eles Freis Eurico Löher, que dirigiam a Paróquia em questão.

(FONTE: Esboço biográfico de Frei José Schültter).

O religioso já demonstrava elementos de uma experimentação prática com aquilo que o seu esboço biográfico apresentou como engajamento forte em defesa dos direitos dos lavradores. As experiências prévias registradas durante a vida eclesial de Frei José Schültter sinalizam um certo acúmulo de competências, entre elas, o senso prático para o trato dos “problemas da população rural” ainda antes das suas intervenções de mediação que acentuavam os investimentos orientados à causa da terra.

O perfil de Frei José, além de ratificar um padrão mais ou menos similar de atuação, segundo a linha de tomadas de posições dos outros porta-vozes, acentua o elemento do contato de determinados membros, de maneira mais

sistemática e dedicada às questões que identificam a causa defendida por eles como relevante.

Depreendemos, portanto, que o tempo dedicado a uma causa pode se apresentar variável ou se manter simultâneo a outras, e que a capacidade de intervenção em favor dela (s) – repertórios acionados; redes de mobilização; contatos; competências individuais, como conhecimentos práticos sobre a questão, noções da legislação específica da terra, etc) – constitui um atributo qualificado que forma um *background* pelo qual uma geração de frades identificados à causa, como Frei José, são apresentados e valorizados na narrativa dedicada a esse tema.

Frei José Schlüter ainda é mencionado em mais uma descrição de episódios relacionados a conflitos. Löher situa o contexto e a iniciativa de Frei José no trecho abaixo:

Em 1976, o governo do Estado do Maranhão determinou a “Ação Discriminatória da Terra”, para criar uma base Jurídica para a reivindicação de propriedade. Só quem participava desta ação, estava habilitado a defender futuramente seus direitos de propriedade de terra. Esta ação estava direcionada aos fazendeiros, latifundiários e grileiros de terras. Mas Frei José soube desta providência e encontrou no advogado Dr. João Batista Sandes Macedo um colaborador competente. Dr. Sandes orientou os lavradores de declarar o direito de propriedade e de posse de terra. Em 1977, milhares de lavradores fizeram sua declaração com a ajuda de voluntários, especialmente nos municípios de Lago da Pedra e Lago do Junco, mas também em Vitorino Freire e outros municípios (LÖHER, 2009, p. 385).

Alguns elementos dessa descrição merecem atenção. No Maranhão, grande parte da “caminhada” pastoral do religioso se deu em paróquias um pouco mais afastadas da sede da então Custódia (Bacabal), que eram lugares marcados por uma configuração “rural”, como as regiões correspondentes às paróquias situadas em Lago da Pedra e São Luís Gonzaga.

Embora nesse período Bacabal também possa ser associada a características do meio rural, são os interiores onde a Ordem tem/teve inserção que detêm o foco de maior incidência de conflitos por “terra”. Muitos dos relatos e crônicas dos frades instalados nesses lugares relacionam os conflitos ao predomínio dos interesses dos grandes proprietários de fazenda, que destinavam as porções de terra à criação de gado em grande escala.



Noutra ponta dessa dinâmica estavam os “lavradores” defendidos por Frei José e seus colegas de congregação. O universo social daqueles que reconheciam no religioso uma liderança identificada aos seus problemas e questões era caracterizado pelo trabalho na lavoura, pela rotina de roça, plantio de alimentos, coleta de babaçu, entre outras atividades rurais. Frei José não era alheio a esse universo, pelo menos não completamente. Não é de se estranhar possíveis assimetrias entre as configurações rurais em tempo e espaço distintos – a Alemanha “rural” da infância de Frei José deve guardar diferenças do Maranhão “rural” onde esteve alocado – o frade do interior do Médio Mearim se viu diante de condicionantes que provavelmente devem ter acionado recordações dos tempos em que precisava “ajudar o pai na agricultura familiar”.

Ainda que não tenhamos contado com um aprofundamento mais consistente dessa parte da biografia do Frei, há indicações de que, desde cedo, pelas “condições difíceis em casa” (não são mencionadas), José Schlütter teve que se dedicar ao aprendizado da agricultura. Isso lhe possibilitou o contato com atividades similares às praticadas em áreas onde desenvolveu trabalho pastoral tempos mais tarde, devendo esse ser considerado como um dado relevante no sentido de pensarmos o papel de certas disposições sociais presentes quando das tomadas de posição assumidas nas linhas de trabalho pastoral dos agentes.

Antes de direcionar seus estudos para esta finalidade, os quais o levariam a ingressar na Ordem dos Frades Menores, há um aspecto da biografia de Frei José que pode ser um elemento de identificação, de certa maneira, entre as afinidades com a causa da terra e os lavradores. As histórias de trabalho que o religioso acompanhou nas comunidades rurais, caracterizado pela intensidade e exigência de força física, guardam similaridades com a história pessoal de Frei José, que também foi marcada pela dificuldade do “trabalho pesado”, tendo sido por um tempo estivador no porto de Neuss (ALE), “carregando sacos para recompensar a vida sedentária longe dos estudos” (trechos da biografia de Frei José Schlütter).

Os elementos contemplados na biografia de Frei José constituem um perfil de origens sociais que apresentam elementos que se aproximam das condições encontradas em sua atuação missionária no Maranhão, sobretudo

em Lago da Pedra. Isso reforça um princípio já mencionado neste trabalho, o da relação existente entre recursos/investimentos objetivados a partir condições sociais e históricas específicas (dimensão diacrônica), que são facilmente ajustadas a condições atualizadas, e similares às de origem.

Na lógica descritiva que segue, notamos a introdução simultânea de personagens (os perfis) e de instituições legítimas, cuja emergência teria consolidado a causa da “terra” pela potencialização das tomadas de posição dos religiosos ligados a essas instâncias. A primeira delas é apresentada por uma menção a uma decisão tomada pelo conselho da custódia no ano de 1980:

Todos consentiam que a Vice Província contrate definitivamente o advogado Dr. Sandes e a Dra. Conceição pelas questões da terra. Haverá três tipos de despesa: pelos processos de caso em caso, pelas viagens e os honorários. – cada segunda-feira, casos novos serão aceitos, na sala da Portaria do Convento de Bacabal; mas somente se apresentados por um dos Vigários (LÖHER, 2009, p. 386).

Trata-se de uma parte da Ata do Conselho e do Definitório, nível maior de influência e decisões, provavelmente redigida por Frei Henrique Johannpötter, autoridade à frente da Vice Província no período indicado. Seu teor revela uma tomada de posição efetiva dos frades, no sentido de institucionalizar a causa, contratando especialistas com competências legítimas na área do Direito, além de ressaltar o papel de porta-voz dos religiosos, sendo os “novos casos” aceitos “somente se apresentados por um dos vigários” (trecho da citação acima). Segundo o autor, a emergência da instância que se torna por um tempo a representante constituída das causas defendidas pelos frades é descrita com a reprodução dos parágrafos que seguem:

Com essa decisão do Conselho, o contrato verbal de 19.06.1980, foi ratificado. Era o início da ‘Ajuda a lavradores – AJULAV’, o aconselhamento e acompanhamento jurídico de lavradores. Durante quase 10 anos, a secretaria da AJULAV funcionava na portaria do Convento de Bacabal, até que foi transferida para a casa da Diocese. No fim de 1990, o contrato com Dr. Sandes foi desfeito e com isso a AJULAV encerrou suas atividades. Na década de 1980, a AJULAV desenvolveu-se para uma instituição respeitada e temida pelos grandes. A combinação entre lideranças eclesiais engajadas – em primeiro lugar Dom Pascásio – com ligações a personalidades influentes na política federal e ligações com meios de comunicação no Exterior, mormente na Alemanha de um lado e acompanhamento jurídico competente do outro lado, deu uma chance aos lavradores angustiados, de conseguir manter seus direitos na luta contra a ganância dos grandes proprietários e assegurar propriedade de terra para si e seus filhos (LÖHER, 2009, p. 386).

O fragmento acima relata a origem da assistência aos lavradores, além de exibir a percepção produzida sobre a representação que a AJULAV teria constituído em favor da causa que seus porta-vozes ajudavam a consolidar com essa institucionalização da “luta”. Ainda há a apresentação de mais um dos porta-vozes da causa, Dom Pascásio, cuja menção já vem adicionada do comentário sobre a “influência” do Bispo de Bacabal na “política federal”, bem como junto à imprensa em seu país de origem.

Essas informações sobre a autoridade diocesana sugerem a existência de contatos importantes no âmbito interno e externo, o que designa um trunfo com o qual os frades, articulados ao apoio jurídico, em contatos com lideranças sindicais, ou nas relações pessoais do Bispo, efetivamente tornavam pública a causa.

Na descrição contida entre as páginas 387 e 396, consta uma série de relatos atribuídos a Frei Adolfo Temme. Nesses trechos, figuram alguns dos nomes que são citados nesta parte do livro, contudo, não aparecem depondo, relatando casos, narrando eventos, mas estão situados em eventos ou circunstâncias presentes nas descrições.

Algumas delas mostram sequências cronológicas longas, relacionando acontecimentos a personagens (não apenas os religiosos, mas pessoas ligadas à questão). Grifamos algumas dessas passagens tal como estão apresentadas no livro, conforme descrição detalhada de Frei Adolfo no livro de crônica da Fraternidade de Lago da Pedra:

14.07.85 Eleição sindical em Lago da Pedra. Vence a chapa de Antônio Medino, com a diretoria formada pela base das CEB's. Um dos diretores é o Ferreirinha. Na posse, ele faz discurso firme e revela que é ameaçado de morte. O sindicato se engaja pela coleta de abaixo assinado em favor da Reforma Agrária conforme pedido hipócrita do presidente Sarney: 'Eu só posso fazer a Reforma se tiver um grande movimento de assinatura.

25.07.85 Dia de protesto nacional: Reforma Agrária

03.08.85 Posse do novo sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Lago da Pedra. Frei Estevão e Frei Adolfo presentes.

11.08.85 morte do líder sindical Ferreirinha

17.08.85 missa celebrada por Frei Estevão, Frei Heriberto e Agostinho. O pai do criminoso quer falar com Frei Estevão na sacristia. O agressor agride: 'você está organizando vingança contra meu filho! O povo arroudeou Frei Estevão e nada aconteceu [...]

A crônica é extensa e pontua precisamente a cronologia dos fatos em torno dos conflitos de terra em povoados nos quais estavam instaladas as paróquias franciscanas no interior do Estado. Segundo informa Löher (2009, p. 390) em nota de rodapé, Frei Adolfo Temme se encontrava no centro de vários conflitos e descreveu com precisão e empenho as situações. O dado sugere uma atuação contundente do religioso nas ocorrências de conflito.

Se tomarmos toda a sequência de eventos descritos por Frei Adolfo, observaremos que o encadeamento desses acontecimentos pode ser indicativo de um perfil “politizado”, uma vez que além das ocupações religiosas, Frei Adolfo imprimia às suas práticas e tomadas de posição (sobretudo por meio de crônicas) um conteúdo particularmente político. O primeiro ponto do relato já conduz a algumas percepções: no contexto destacado havia um robusto trabalho de base nas pequenas comunidades do interior que, a partir das CEB’s se espalhava para outros domínios, como o das disputas políticas e sindicais.

Outro elemento pontua a forte articulação entre lideranças sindicais, como o próprio líder (Ferreirinha) - que teve sua morte relatada pelo religioso -, e as lideranças religiosas, como Frei Adolfo. Verificamos, ainda, a ênfase dada pelo posicionamento político do Frei, denotado pela menção de desaprovação quanto à postura do chefe político da nação à época dos conflitos.

Todos os eventos que seguem sendo relatados engendram uma trama que informa bastante sobre as bases sociais e os investimentos na causa. A ameaça recebida por um dos freis e a reação de proteção por parte do “povo” endossam a lógica da rede constituída entre uma clientela, e os produtores de bens de salvação, e representantes de causas legítimas.

Muito embora o “engajamento” de Frei Adolfo não tenha ocorrido precisamente nos anos do regime militar, ele está situado no contexto de abertura política, em um período ainda marcado por tensões relacionadas à terra:

Adolfo Temme nasceu em 1940, no povoado de Glane, Alemanha. Filho de negociante de gado, pai e mãe do religioso cursaram a Escola popular básica (equivalente ao ensino primário). Seu percurso escolar ocorreu inicialmente na Escola popular, a partir de 1946, cursando o ginásio e o segundo grau na Holanda. Chegando ao Brasil em 1964, Frei Adolfo foi vigário em Teresina, na Paróquia de São Raimundo Nonato. Tinha como atribuição a “pastoral do interior” (entre 1968 e 1977). O trabalho desenvolvido na pastoral do interior era de “formação das comunidades rurais”. Atuou na formação de lideranças rurais. Nesse momento, o religioso enfrentou conflitos com proprietários de uma usina. Esteve primeiramente em Bacabal. Atuou por seis anos no “Seminário catequético”, mais uma vez com formação de lideranças para o interior. Nesse espaço ministrou cursos de catequese para mulheres, e lideranças. Atuante desde o período do Vaticano II, quando já estava no Maranhão, o engajamento de Frei Adolfo se deu nas lutas do Maranhão (Fonte: Entrevista ao autor)

O itinerário de Frei Adolfo desde seus primeiros momentos no Brasil sinalizava o seu perfil atuante em causas em favor do “povo”. Ao que parece, desde cedo, ainda na Alemanha, Frei Adolfo teria tido contato (de certo modo) com esse tipo de situação, como ele relata ao ser perguntado sobre como o meio familiar o influenciou:

[...] Bom, eu ouvia falar na minha terra, no tempo dos avós, lá da parte de minha mãe, a situação era semelhante, né... E lutas sociais que houve lá, mais que foram contornadas né? A situação melhorou aos poucos né? mais na lembrança do povo vinha muitas histórias de subjugação, de dependência, de barões, e assim por diante né? Então, essas histórias eu ouvia da minha avó. Então, quando eu cheguei no Maranhão eu vi essas histórias, esses conflitos né? Eu fiz a ligação com aquilo né? Pois, depois dos seis anos de formação no seminário catequético, eu fui transferido para Lago da Pedra, em 84 [...] (Entrevista ao autor).

O trecho da entrevista coloca que as questões de terra não eram tão distantes assim das experiências do religioso, isso considerando ele não ter vivenciado nenhuma situação similar em seu país. Como ele mesmo afirma, teve contato com as histórias transmitidas pelo seu grupo social familiar. Contudo, se na infância o tema era objeto de conversas na família é razoável supor que algum ascendente (talvez a avó) tenha experienciado uma situação dessas (Frei Adolfo só se refere à avó como quem transmite o relato, não como alguém que teria participado). No fim da entrevista, ele menciona o ano de 1984, época que remete à sequência de eventos narrados na crônica mais acima.

Esses eventos teriam marcado a disputa pela terra em diferentes regiões do Médio Mearim, e foram acompanhados pelo clero da Diocese de Bacabal, que tinha entre seus membros colegas de Ordem de Frei Adolfo, como Frei Henrique Johannpötter (vigário), eleito Bispo nos anos posteriores aos conflitos (1990). Frei Adolfo relata a situação de “perseguição” e “sofrimento” das famílias de lavradores de povoados como “Pau Santo”, “São Manoel” e “Aldeia”. A dinâmica social na qual o religioso estava inserido registra episódios de assassinatos de trabalhadores rurais e de despejos com certa regularidade.

Parece conveniente reiterar que os registros de engajamento refletem as percepções de cada sujeito, as quais são mediadas por experiências na dinâmica em que está inscrito. Seus esquemas de apreensão da realidade, combinados às estruturas objetivas, produzem tomadas de posições correspondentes à posição ocupada em determinado campo de inserção. De modo mais amplo, os registros de engajamento na causa sugerem a constituição de estratégias que buscam afirmar sua posição, reforçar o “sentido de coesão”.

De acordo com a lógica de apresentação da causa no contexto do livro, a seleção e a exposição de fragmentos se dedicam a reconstituir versões sobre eventos e acontecimentos com seus respectivos personagens, atualizando narrativas e exaltando tomadas de posições e percepções dos principais porta-vozes dessa questão da terra. Outro exemplo dessa construção narrativa é a apresentação da Crônica da Custódia como relato dos acontecimentos no “ambiente explosivo dos conflitos de terra” (p. 390). O trecho que segue é atribuído ao custódio Heriberto, no ano de 1985:

22.06.85 ‘O Jornal Pequeno’ de São Luís publica um artigo da autoria dos fazendeiros da região de Bacabal acusando os franciscanos da mesma área de trabalho de invasão de suas terras.

22.06.85 Numa reunião do Sindicato Patronal realizada em Lago da Pedra, os fazendeiros dizem que não permitiriam a invasão de suas terras e se sangue tivesse que jorrar, seria o dos padres franciscanos.

04.07.85 A Diocese de Bacabal publica uma nota oficial contra as acusações feitas pelos fazendeiros e encaminha esta nota às autoridades do Governo Federal e Estadual. Ela reafirma o seu compromisso com os irmãos posseiros e lavradores que lutam por um pedaço de terra que lhes garanta a própria sobrevivência [...]

31.08.85 Frei Heriberto acompanha uma comissão de agentes de pastoral e lavradores/sindicalistas à Brasília para expor as questões da terra na nossa região. A comissão foi bem recebida em audiência pelos Ministros. A comissão foi acompanhada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e pelo Dr. Wagner Lago, deputado Federal. Frei Heriberto conseguiu falar como o sub-secretário da CNBB e também com o Ministro da Embaixada Alemã (Crônica da Custódia, p. 390 do livro)

O fragmento enfatiza os desdobramentos dos conflitos em decorrência da intervenção dos frades, sendo a apresentação de tópicos específicos uma maneira de tornar pública a oposição / concorrência de versões divergentes à posição defendida pelos frades.

O teor de mais uma tomada de posição da igreja porta, ainda, uma dimensão denunciativa, mediada pelo trabalho de Frei Heriberto que, articulando uma rede de apoios – de políticos, lideranças representativas dos trabalhadores rurais, da própria instância máxima de representação dos Bispos no país, além de acesso a representantes políticos (embaixador) a serviço no Brasil – conferiu a legitimidade à constituição e à afirmação da causa, e se consolidou no papel de mediador reconhecido pela dedicação a uma causa.

“A memória viva da nossa história”:

Natural da Vestifalia, da cidade de Herne, região industrial com minas de carvão e siderúrgicas, a biografia de Frei Heriberto não é muito diferente das de outros contemporâneos. Terceiro entre quatro irmãos, Heriberto nasceu no início da segunda guerra mundial (1939), evento que representou grande trauma para a família por conta da destruição que os bombardeios ocasionaram, uma vez que Herne era tida como um centro de espionagem americano e inglês, como observa o próprio religioso. De origem familiar simples, onde pai e avô trabalhavam nas minas de carvão e a mãe se dedicava aos cuidados da casa e a criação dos filhos, as práticas religiosas ligadas ao catolicismo era uma dimensão presente na família, com destaque para o engajamento do pai no grupo dos “Vicentinos” e da mãe no “grupo das mulheres” e no coral da paróquia que frequentavam, onde aconteceu a celebração de envio ao Brasil do então Frei Heriberto, em 10 de maio de 1964, ano de sua chegada.

Seu percurso de escolarização seguiu as etapas iniciais até surgir a oportunidade de ingressar no “noviciado” já com intenções de se tornar um frade. Como observa ele mesmo, os estudos de preparação para a vida religiosa, já na condição de vinculado à congregação, assim como o interesse em fazer parte da “missão franciscana” no Brasil, tornaram um pouco mais distante o desejo que Heriberto nutria por se tornar professor nas áreas de História ou de Geografia. Convém observar que o agente em questão deve ter preservado propriedades que reforçam o seu “gosto” pela História, uma vez que por conta da destreza com datas, nomes, acontecimentos, sobretudo aqueles ligados à própria história da “Ordem”, cultivava entre seus pares a fama de ser “a memória viva”, uma espécie de fala autorizada sobre a memória.

Nos anos 1970, passa a frequentar o conselho dirigente da Província.

Por ter gerido por maior tempo a Província, principalmente nos anos de conflitos de terra (década de 1980), Frei Heriberto é um nome sempre mencionado e associado a esse período. Grifamos, abaixo, um trecho de

entrevista em que Frei Heriberto analisa a “conjuntura” econômica associada aos conflitos e, antes, situa pontualmente a posição da igreja:

[...] exatamente pela igreja... veio uma igreja agora mais acordada... uma igreja não só clerical e que cuidava dos sacramentos, mas cuidava da luta do povo, do homem, para se libertar de estruturas injustas... Através das comunidades eclesiais de base surgiu também uma força e um trabalho de mutirão para conquistar pouco a pouco seus direitos... isso também levou para certos conflitos com autoridades... Isso se dramatizou de modo especial no tempo dos conflitos de terra, quando nosso governo inventou pelo plano econômico a criação de gado... Aí começou a implantar as grandes fazendas[...] O boi expulsou o homem de sua terra... Isso aconteceu pelo plano do governo e esse plano foi sustentado pelas autoridades políticas, foi apoiado pelos juízes, foi apoiado pela delegacia de polícia, foi apoiado por muitas pessoas de influência... era uma luta desigual [...] (Entrevista com Frei Heriberto Rembecki)

O religioso se coloca como um intérprete da história, e pondera sobre o papel da igreja, influenciada pela teologia da libertação (“libertar de estruturas injustas”). Em seguida, faz referência aos conflitos, logo após situar um momento de mais engajamento da igreja a partir das CEB’s.

Por ter vivido o contexto que descreve, Frei Heriberto oferece detalhes do que ele atribui como sendo o deflagrador das condições de conflito, a relação econômica com a terra (criação extensiva de gado). O trecho final, onde religioso menciona autoridades, que compactuariam com o “plano” de implantação de grandes fazendas.

Em outro excerto associado aos conflitos de terra, extraído de crônicas da custódia, o nome de Frei Heriberto é mencionado em meio a outros:

Pela tarde chega a Bacabal o Ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, acompanhado pela filha do presidente José Sarney, e mantém um rápido diálogo na Porta Aberta (Sede da Diocese) com Dom Pascásio e Frei Heriberto. Em seguida vai a São Luis Gonzaga, onde fala na Igreja lotada por lavradores da região sobre a Reforma Agrária. A visita do Ministro foi conseguida pelos candidatos José Carlos Sabóia e Conceição Andrade. As autoridades de nossa região não ficaram sabendo da chegada do ministro e muito estranharam tal procedimento do ministro (LÖHER, 2009, p. 394).

Nesse fragmento da publicação que examinamos, Frei Heriberto aparece como uma das lideranças da Igreja, na companhia do Bispo de Bacabal, estando nitidamente indicada a configuração de alianças, que articulam agentes do domínio político. A ideia implícita é a de que, em nível local, essa rede constituída de figuras políticas está alinhada aos propósitos da causa defendida pelos frades. O lugar de Frei Heriberto nesse momento



também é mencionado. O ano que contextualiza os eventos narrados na citação é o de 1986, período em que Frei Heriberto estava chegando à metade de seu primeiro ciclo de mandato, e quatro anos antes da renúncia de Dom Pascásio (1990).

Frei Heriberto sintetiza o perfil do administrador (pelos longos anos como dirigente provincial), mas acumula as tarefas da administração com o “protagonismo” dos conflitos de terra, que exigiam “providências” dos sacerdotes, leia-se, precisava falar em nome do “povo”, fazer o papel de “porta-voz”, segundo um variado repertório de tomada de posição (escrevendo crônicas, participando de reunião com lideranças políticas, formando lideranças do “povo”).

QUADRO 15 - INSTÂNCIAS (PROJETOS) COM PARTICIPAÇÃO DE FRADES

Nome das Instâncias	Ênfases	Frades vinculados (idealizador/fundador/colaborador)	Período de fundação
AJULAV	<i>Assistência jurídica aos lavradores</i>	Henrique Johannpötter	19.06.1980
Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR)	Conscientização Política, social e partidária; luta pela terra e sindical	Godofredo Bauerdick	1980/1981
Animação Comunitária em Saúde e Agricultura (ACESA)	Pequenas atividades agrícolas; ações comunitárias de educação em saúde e agricultura	Klaus Finkam	1980
Escola Família Agrícola (EFA)	Valorização da agricultura familiar; conservação da natureza; trabalho do campo; progresso humano e técnico	Sem menções	1989

FONTE: Publicação (LÖHER, 2009).

Nas páginas finais da parte dedicada à “terra”, entre as páginas 396 e 421, localizamos uma série de descrições que apresentam algumas instituições que endossam e propiciam os engajamentos dos frades, ratificando sua posição de porta-vozes. Destacamos acima quais são essas instâncias, as

ênfases sobre elas, e os perfis diretamente associados a esses espaços de intervenção.

O quadro das instâncias, ou dos projetos vinculados ao trabalho dos frades com a participação direta dos religiosos (quadro 15), em sua concepção, indica de modo mais categórico um trabalho sistemático de articulação de práticas, produção e difusão de concepções autênticas, além de potencializar alianças com outros agentes.

Os dados sobre o surgimento dessas iniciativas dão conta de que, ao longo da década de 1980, foi sendo constituída uma rede de reciprocidade que atuou, em tese, de modo sincrônico na construção e afirmação de uma causa em particular, o que não exclui a presença de outras causas implicadas no objetivo desses projetos. Por exemplo, um dos focos de intervenção da ACESA é direcionado para a área da saúde, além do trabalho voltado para as questões de agricultura. Contudo esse viés de intervenção só recebe menção, não chegando a ser aprofundado na parte que trata da “terra”.

As condições de consolidação de uma rede de “apoio global” da Custódia aos lavradores, que objetivaria, na prática, as ações desses projetos, teria ocupado a pauta de discussões dos Frades, conforme o relatado na reunião do Conselho da Custódia antes dos piores anos (1985/86). Segundo o autor, no tocante a essa assistência:

Depois de refletirmos longamente – contando também com a presença de Frei Godofredo e, por último, de Frei Klauss e do técnico agrícola Raimundo de Sousa – sobre a nossa assistência aos lavradores, sentimos que todos os setores – conscientização, assistência jurídica, orientação no campo de saúde e assistência técnica – precisam sintonizar melhor os seus trabalhos para assim, num trabalho em conjunto, fornecer aos pequenos lavradores condições reais para trabalhar na terra e viver desse trabalho. Se perguntou se não era indicado de criar um projeto modelo, pequeno, aperfeiçoa-lo e encaminha-lo bem para servir de estímulo e exemplo para os outros projetos depois. Se viu a necessidade também de incorporar nesse trabalho principalmente o setor educacional e se mencionou a possibilidade de fundar numa Escola Família-Agrícola, em Lago do Junco. Na discussão se mostrou claramente a necessidade de mais reflexão. Ficou combinado que no dia seguinte ia se reunir Frei Heriberto com as equipes da ACR e da saúde e que para o mês de fevereiro ou março ia se marcar uma outra reunião para a qual seriam convidadas as equipes da ACR, da Assistência jurídica e técnicos para assim levar o assunto da assistência global aos lavradores à concretização (LÖHER, 2009, p. 399-400).

No relato acima, são destacadas as articulações em curso que visavam a consolidação de uma rede de apoio ao público alvo dos engajamentos dos frades. Verificamos, assim, que o entendimento acerca da produção da causa da “terra” esteve atrelado a um conjunto de ações mais ou menos simultâneas, em um espaço de tempo, que aglutinava, além dos frades porta-vozes, outros agentes portadores de conhecimentos técnicos e de competências específicas para intervirem diretamente, conforme os objetivos dessa rede de reciprocidade, posto que estavam assentados na consolidação da causa legítima a qual se dedicavam.

Finalizando a descrição dedicada ao tema da “terra”, são apresentados elementos que localizam, de modo pontual (contudo, sem aprofundar maiores descrições), parte do histórico dos projetos ou das redes constituídas com vistas a apoiar os lavradores. Reproduzimos alguns trechos:

A finalidade do trabalho da ACESA foi formulada assim: Formar uma nova consciência de agropecuária na região, baseada na convivência com o clima e a natureza; montar um modelo agropecuário que responda às necessidades dos agricultores da região na construção de uma vida digna; acompanhar as comunidades da diocese e também as associações de EFA's nas iniciativas de implantação do modelo agropecuário; divulgar esse modelo; acompanhar as EFA's enquanto opção educacional para futuros agricultores da região; estabelecer um trabalho integrado com a equipe da Saúde para mudanças de hábitos alimentares (alimentação mais natural e alternativa) [...] Os programas semanais de rádio da ACESA “Viva Saúde” e “Terra Viva” abrangem sete municípios, alcançando um público de cinco mil ouvintes. A cada programa se desenvolve um tema de interesse aos agricultores. O ponto convergente é saúde do solo [...] O circo da ACESA se criou nos últimos anos com a intenção de enriquecer a educação e instrução de uma forma lúdica e alegre [...] (LÖHER, 2009, p. 404).

A descrição da ACESA evidencia uma proposta em conformidade com as pretensões que foram objeto de reflexões dos frades, e que se orienta e visa se ajustar aos interesses e objetivos mais imediatos dos engajamentos concretos desses religiosos. Outra noção verificada é a articulação de sentidos, concepções e visões de mundo que são transmitidas para essas intervenções a partir de repertórios específicos (o programa de rádio, o circo, as alianças com projetos similares - EFA's), no contado direto com um público específico. As Escolas Família Agrícola também figuram na parte final do livro. Entre as ênfases indicadas estão: a “pedagogia da alternância”; o histórico da EFA em

nível internacional; origens ligadas à França, com base nas “experiências de um pároco rural”; menções à experiência da EFA em países da América Latina, no Brasil até chegar ao Maranhão, onde a mais antiga, segundo a descrição, teria surgido em 1984, em Poção de Pedras (LÖHER, 2009, p. 406).

No território diocesano, na região de Bacabal, a experiência das EFA's é descrita pelo autor a partir do uso de outra fonte (o Boletim Voz da Esperança). O teor das informações extraídas apresenta e legitima o trabalho de construção de causas, que passam pela ênfase, segundo a lógica do livro, à emergência e afirmação de projetos ou instâncias de afirmação como a EFA's.

No âmbito da Diocese de Bacabal contamos com seis EFA's em atividade. A mais antiga, no momento, é a Escola Família Agrícola de Vitorino Freire, instalada a 29 de março de 1989. Também é a que possui maior número de alunos: em 2002, 266 alunos matriculados. Também é a única que oferece todo o ensino fundamental [...] A 18 de março de 1991, foi instalada a EFA de São Luís Gonzaga [...] A EFA de Capinzal do Norte começou suas atividades em abril de 1995 [...] A EFA de Lago do Junco foi instalada em 15 de novembro de 1995. Essa Escola tem a característica de ter nascido em meio das lutas da comunidade para conservar suas terras e o acesso ao coco babaçu [...] Uma ajuda significativa na área pedagógica é prestada pela ACESA, entidade coordenada por Frei Klaus Finkam. A ACESA dispõe de pessoal técnico especializado que muitas vezes é colocado à disposição das escolas (LÖHER, 2009, p. 407).

O trecho em questão focaliza um dos projetos que constitui uma rede de iniciativas - já mencionada em outro momento -, que não apenas tornou diversificadas as intervenções dos frades, como representou um meio de construção de uma causa, via um esquema de educação (centrado nos problemas do “povo”, adaptado aos “desafios da realidade” da região etc) que aglutinava as concepções de mundo, de sociedade, de economia e de política.

Essa noção se aplica a esferas nas quais os franciscanos interviram, e também refletem as estratégias de seus produtores/idealizadores que, ao colocarem em funcionamento esses espaços, dirigindo ou coordenando pessoalmente ou com o apoio de colaboradores (leigos engajados na causa), ativam princípios e visões genuínas do mundo social. Essa articulação de espaços como as Escolas Família agrícola e como a ACESA, marcada por intervenções de educação voltada para as questões de saúde, com o foco na “população” e nos problemas dos lavradores.

Portanto, essa proposição é válida para os outros tipos de entrada. Via “educação”, os frades atuam como produtores que reiteram sua posição de porta-vozes autorizados, além de introduzirem um “espírito”, um estado de coisas, uma ordem de princípios, que se impõe consentida e tacitamente (BOURDIEU, 2014).

#### 4.4.1.1 Um animador das questões do Meio Rural: a ACR e Frei Godofredo

No universo dos franciscanos, os nomes de alguns membros são sinônimo de “engajamento social”. O perfil dos idealizadores, assim como o relato de pessoas (colaboradores) que estiveram próximos aos Freis têm algo a dizer sobre essas lideranças religiosas e seus posicionamentos/tomadas de posição em nome da causa, e a partir desses espaços.

Na publicação que examinamos a parte dedicada à apresentação da “Animação dos Cristãos no Meio Rural” remete ao protagonismo de um Frei em particular, Godofredo Bauerdick. O fragmento abaixo combina relatos do autor, Frei Löher, e de Frei Godofredo:

##### SOBRE AS ORIGENS DO MOVIMENTO E SOBRE A DECISÃO PELA CAUSA

O movimento surgiu em Pernambuco e até hoje tem sua Central lá. Frei Godofredo conhecia o fundador Pe. Servat, já no fim da década de 1960, introduziu o ideário da ACR no Maranhão e tornou-se o assistente eclesialístico da ACR no Maranhão. Na década de 1970 começou a criar um local de contato com a “Casa dos Lavradores” na Paróquia de São José, em Lago da Pedra. Em 1980, o cronista da Fraternidade de Lago da Pedra, o próprio Frei Godofredo escreveu: Não se sentindo mais bem nas viagens do interior e no serviço paroquial assumido, por motivo de bronquite crônica, Frei Godofredo pediu ao Conselho da Custódia para ficar apenas com a assessoria do Colégio São Francisco de Assis e a Assistência ao lavrador na paróquia e na Diocese de Bacabal, a partir de janeiro de 1981.

O trecho aponta elementos sobre os momentos de concepção da ACR no Maranhão, enfatizando o papel central do religioso Godofredo na articulação do movimento. Como se observa, a ideia da “Animação dos Cristãos no Meio Rural” fundada na noção de importação de um modelo de experiência pastoral, sem deixar de mencionar, é claro, o contato pessoal, um vínculo de amizade de Frei Godofredo - quem mediava a importação da ACR -, e o sacerdote idealizador da iniciativa.

Embora esse fato não seja objeto de maior aprofundamento na descrição (a amizade com o Pe. Servat), fica explícita, assim como em passagens sobre outros frades, a articulação e os vínculos que acabam funcionando como redes de reciprocidade em favor daquilo que seria um objetivo em comum.

Na parte final do trecho, há uma indicação da preferência manifestada por Frei Godofredo em se dedicar à assessoria na escola e ao trabalho de assistência aos lavradores - que o religioso justifica ser por motivo de doença. A opção por essas duas atividades é emblemática das linhas de intervenção predominantes dos frades, e retrata a lógica dos investimentos efetuados na construção da causa singularizada e consagrada dos seus produtores.

#### PERFIL RELIGIOSO/PASTORAL DE FREI GODOFREDO BAUERDICK

Nascido em 1927, em Sundern, (Alemanha), Godofredo Bauerdick ingressou na Ordem aos 08.09.1947. Teve ordenação presbiteral aos 06.08.1953; chegou ao Brasil aos 12.04.1955; Foi pároco na Paróquia Santa Teresinha (Bacabal) e Vigário paroquial nas paróquias de São José (Lago da Pedra), São Francisco (Bacabal), Piri-piri (PI) e São Luís (MA). Foi ecônomo da então custódia por vários anos. Acompanhou os movimentos populares de lavradores e operários: JAC, JOC, PO, ACO E ACR, Pastoral da Criança, Bioenergia. Em 1997 coordenou o 9º Intereclesial das CEB's em São Luís. Faleceu na festa de São Francisco das Chagas em São Luís e foi sepultado em Bacabal aos 19.09.2011.

Conforme o perfil do frade, sua experiência pastoral está respaldada no contato com as comunidades de base, ocupação que cabia a todos os religiosos, porém, o nome de Frei Godofredo é lembrado devido a sua inserção no acompanhamento aos “movimentos populares”. Mais uma vez, o elemento “popular” como forma de identificação fundante dos registros de engajamento e da produção de causas está implícito nesses engajamentos. Na sequência, Frei Löher continua situando o religioso e a instância idealizada por Frei Bauerdick:

Desta forma, a partir de 1981, Frei Godofredo começou a organizar com sua equipe encontros de conscientização também em outras paróquias. Em 1982, Frei Godofredo foi transferido para Bacabal como ecônomo. A coordenação da ACR se instalou na “casa dos professores”, ao lado do Convento de Bacabal e permanece ali até hoje (LÖHER, 2009, p. 401).

Na breve descrição da trajetória do líder da ACR, notamos o relevo dado à iniciativa de “organizar a equipe” que o auxiliaria na preparação de “encontros de conscientização”. A descrição se vale de trechos de um relatório daquele que é apresentado como o “colaborador mais íntimo” de Frei Godofredo. Como Löher (2009, p. 41) assinala, o “Raimundo da ACR” teria descrito, em 1991, fins e atividades da ACR sob o título “trabalho da conscientização política, social e partidária, luta pela terra e sindical na Diocese de Bacabal – Maranhão”. Reproduzimos, abaixo, o relato do cooperador de Frei Godofredo:

Luta pela terra: Aconteceram dezenas e dezenas de encontros, assembleias e reuniões. Foram estudados o Estatuto da Terra, artigo por artigo, sobre a Lei da Renda, Posse e os artigos dos Direitos Humanos. Foram formadas organizações de trabalhadores rurais nas comunidades para defenderem o babaçu. Os fazendeiros nesta época iniciaram a derrubada dos babaçuais. A partir de várias regiões criaram uma estratégia. Passaram a cobrar renda, mas antes da colheita dos lavradores, eles davam o arame farpado e a semente de capim e as roças se tornaram soltas. Para ajudar na resistência, foram fundadas várias equipes regionais de lavradores, dirigentes de comunidades e sindicais como também militantes da ACR. Foram realizados encontros de lavradores a nível das dioceses; Balsas, Bacabal, São Luís, Caxias, utilizando o método ver – julgar – agir. A revisão de vida foi um ponto marcante e prioritário para as reflexões de Evangelho na vida e conhecimento dos direitos à vida e a atuação da Igreja. 1985: Luta pela Reforma Agrária: Foram coletadas na Diocese de Bacabal mais de 10 mil assinaturas para as Emendas Constitucionais. Participação no lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, manifestações contra a violência no campo, etc. Foram realizados encontros de esposas de militantes da ACR e dirigentes de comunidades e quebradeiras de babaçu. Encontros de casais e jovens, assembleias e encontros regionais com sindicalistas e agentes de pastoral.

Essa é a primeira parte do relatório do colaborador “Raimundo da ACR”. As informações mostram que é dedicada uma ênfase ao conjunto de mobilizações colocadas em funcionamento pela instância organizada por Frei Heriberto. Algumas reflexões são importantes: o trecho apresentado reforça a existência de uma rede de organizações, principalmente de base católica, articuladas em torno de objetivos, pautas, bandeira de luta definida e repertório próprio para a inserção nas lutas (desde o estudo detalhado dos documentos referentes à questão, passando pela articulação de “equipes regionais de lavradores” e “comunidades sindicais”, até a mobilização em campanhas de massa e encontros/assembleias com o público ligado à igreja e à organização sindical).

Coadunada às ações da ACR está uma consistente rede de apoiadores, provavelmente um público oriundo de processos de formação em outros estabelecimentos, como o Seminário Catequético. Essa articulação endossa os princípios de visão e de divisão do mundo concebidos por esses frades, que encontram, nessas instâncias, as condições de reprodução de um “espírito” que, nesse caso, estão alinhadas e amoldadas à posição e aos investimentos daqueles dedicados à produção da causa.

O segundo trecho do relato aponta mais duas dimensões na pauta da ACR:

Sindicalismo Rural: Com a crescente violência no campo, os trabalhadores rurais começaram a se organizar em seus sindicatos rurais. Durante o regime militar, os trabalhadores foram impedidos de participarem dos seus sindicatos. Peleguismo assumiu. O Ministério do Trabalho do Trabalho do outro lado. Foi muito difícil. Os trabalhos de conscientização iniciaram nas delegacias e nas bases. Aconteceram grandes encontros e assembleias, encabeçamento de chapas de oposição tanto nas delegacias como nas diretorias. Aconteceram várias vitórias dos lavradores como: São Luís Gonzaga, Pio XII, Esperantinópolis, Poção de Pedras, Lago da Pedra e Lago do Junco. Em outros municípios existem trabalhos das oposições.

Política Partidária: Os grandes diziam que os pobres não eram para falar em política e muito menos em partidos. Mesmo assim, muitos trabalhadores ficaram no MDB. Realizações de encontros, reuniões, assembleias etc. com assuntos sobre política. No início, as discussões se deram sobre o valor do voto e do eleitos (curral eleitoral). Na segunda etapa, o estudo foi mais em relação aos candidatos [...] Grande número de lavradores e trabalhadores rurais começou a se filiar (na época, o partido de oposição era o PMDB, apesar de já existir o PT). Muitos assumiram cargos importantes, sendo presidentes de diretórios.

O nome de Frei Godofredo não foi objeto de menção no relato de seu colaborador, contudo, é razoável pensar que o conjunto das questões levantadas era de conhecimento, e, possivelmente, elaboradas com a ajuda do religioso. Nesse segundo registro, sobressaem as dimensões política e de organização sindical. Há a sugestão da imbricação de lógicas intervenientes no referido espaço, assim como na orientação das decisões práticas dos agentes.

A ACR seria um núcleo de concentração de agentes (de composição social mais ou menos homogênea – trabalhadores rurais, lideranças leigas da igreja, quebradeiras de babaçu), de recursos técnicos, uma vez que oferecia assistência direcionada a questões específicas, e materiais (possuía sede e provavelmente material de trabalho, como livro-atas, livro de finanças etc).



A experiência da ACR, tal como apresentada na publicação, conduz a uma reflexão sobre as possibilidades de estratégias mobilizadas pelos frades na imposição/construção de uma causa legítima como a da “terra”. A maneira como é colocada a relação de Frei Godofredo com a história da ACR é um indicativo dessa lógica.

Para o universo que analisamos, a produção de causas legítimas (comumente identificadas como “engajamentos sociais”) tem suas condições de objetivação no mundo social mediadas pelos investimentos efetuados na viabilização dessa causa. Contudo - e esse é dado sociologicamente relevante -, esses investimentos em determinadas causas mantêm uma vinculação com os recursos socialmente constituídos pelos seus formuladores/idealizadores no curso de suas biografias.

Em síntese, os princípios que organizam a apresentação do capítulo dedicado à questão da “terra” demonstram o funcionamento de noções simultâneas e imbricadas, que explicitam concepções cruzadas (educação para a terra, conscientização política, cuidados com a saúde, entre outros), e que são mobilizadas pelos agentes franciscanos mediante os repertórios que legitimam essas tomadas de posição em favor da construção de uma causa.

É oportuno reiterar que a já mencionada relação que explicita as conexões entre os tipos de inserções, investimentos e tomadas de posição dos porta-vozes é reveladora do lugar ocupado e do papel atribuído a certos perfis na reconstituição de versões consagradas pelo trabalho da memória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de constituição da “memória” e da “história” efetuado pela congregação franciscana no Maranhão, no curso da segunda metade do século XX, possibilitou a articulação de dimensões de análise privilegiadas, em conformidade com os objetivos deste estudo. Com base no exame de uma publicação laudatória, averiguamos os princípios de legitimação que pesaram em favor da construção da estima social como elemento de valorização dos agentes no meio religioso. Esses princípios mantêm associação com as origens sociais, recursos, investimentos diversificados (em escolarização, militância, constituição de causas), além de outros, imprescindíveis à verificação do funcionamento do domínio em questão.

Em uma sequência lógica de desenvolvimento da análise, o estudo buscou focar nas discussões sobre o trabalho de mediação de porta-vozes, assim como nas condições privilegiadas/propícias à sua evidenciação, tarefas atribuídas e manifestações. Dessa forma, orientamos nossas reflexões no sentido de apreendermos os entendimentos acerca da edificação de um panteão consagrado, levando em conta os condicionantes favoráveis e as operações sociais atinentes a uma percepção objetivada sobre a “galeria de notáveis” que “obras” como a publicação que examinamos nos permitem identificar.

Nesse sentido, o livro *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952-2007* foi tomado como construto social, a partir do qual foram identificados os agentes, os “intérpretes” legítimos, assim como os eventos considerados marcantes na história da Ordem dos Frades Menores que tiveram, e ainda têm, circulação pelo Maranhão.

O exame do trabalho de construção da “memória” que os franciscanos realizam ao longo do tempo, permitiu examinar as principais distinções, os diferentes modos de prestígio social, bem como os princípios mobilizados na orientação de suas ações de autoafirmação ou afirmação em grupo, entre um conjunto de outras questões pertinentes (imposição e articulação de critérios de hierarquização; clivagens; alinhamentos; distanciamentos; rivalidades; composições e suas bases; condicionantes sociais; propriedades e recursos favoráveis ao trabalho de consagração; e o exame sobre um conjunto de

agentes religiosos, portadores de recursos específicos e produtores de representações diversas sobre o mundo social).

Nessa linha de questões averiguadas, o estudo captou que a dimensão relativa à origem dos agentes é afirmada como aspecto de diferenciação do empreendimento “missionário”, representado pela presença de frades alemães na dinâmica social e cultural maranhense, o que se acentuou em decorrência do fluxo de entrada de congregações oriundas de configurações mais centrais do ocidente.

Com isso, derivamos à ponderação de que prestígio e estima, como resultantes de processos reificados, estandardizados, cristalizados, sujeitos à perenização, são características das intervenções desses agentes em “realidades periféricas”, corroboradas pelo fato de serem portadores de recursos culturais, e por apresentarem engajamento religioso anterior.

Afora o exame das estratégias de afirmação e de consagração, enfatizamos o alcance da circulação daqueles que se notabilizaram, em condições específicas, devido as suas atribuições e formas de atuação. Demonstramos que a dimensão em questão (apresentada no Capítulo 2) tem relação com uma série de condicionantes favoráveis à presença das “missões” no espaço social maranhense, acentuada pela conexão entre o engajamento religioso como prática e as condições de circulação desses agentes coletivos no universo que examinamos.

A fim de dimensionarmos essa circulação, relacionamos sua ocorrência a um conjunto de elementos, principalmente com as transformações/redefinições verificadas no universo católico, como a edição de encíclicas incentivando as missões pelo mundo, ou o peso que tiveram determinados eventos (Vaticano II) nas reorientações das práticas dos agentes da igreja de modo mais amplo. Portanto, essa circulação estaria ligada a um princípio de plasticidade das lógicas gerais e particulares do universo religioso que se revelou decisivo no planejamento de itinerários coletivos e individuais, nos quais eram lançados a destinos sociais ou a “campos de missão”, conforme a definição apresentada na própria publicação.

Neste ponto, nossos esforços de pesquisa estiveram baseados em uma análise que visou à reconstituição dessas condições favoráveis, assim como a captação dos critérios de inscrição e fixação dos frades, para tanto

considerando os princípios de diferenciação, que estão em disputa entre os agentes localizados em um espaço marcado pela concorrência. Foram enfatizados, a partir desta dimensão, certos demarcadores de identificação, que analisamos na condição de recursos ou estratégias legítimas de afirmação e notoriedade. A partir da apreensão de princípios de identificação, como a valorização da educação, além de outros quesitos, foram demonstradas por este estudo as bases sociais através das quais os agentes efetuaram e buscaram reiterar uma releitura da história do “grupo”, no sentido da construção de especificidades.

Outra dimensão de abordagem do estudo consistiu no exame minucioso da publicação *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952-2007* para qual dedicamos atenção particular às lógicas de sistematização e organização de um “livro” cujo teor é predominantemente formulado com base em princípios laudatórios. Por meio da análise das descrições apresentadas na publicação, o estudo observou que esses princípios são reveladores de estratégias deliberadas de valorização e de construção da memória legítima do grupo franciscano. Desde a menção a eventos, datas e lugares até os registros de enaltecimento de personagens explicitam, quase que na íntegra da publicação, um sentido de percepção e reconstituição de uma história ou de várias, evidenciado a importância dada aos relatos ou às crônicas oficiais contidas na “obra”.

Verificamos também que considerável parte das descrições estão alinhadas a percepções cimentadas na heroicização de nomes ou de momentos “históricos” para a Igreja, de modo mais amplo, mas, sobretudo, para a história particular da ordem e dos agentes. Assim, o estudo apontou a presença de um princípio que perpassa todo o trabalho de construção da “memória”, que seria a standardização ensejando a produção da autoimagem.

Combinado a isso, as descrições presentes na publicação explicitam as posições nas quais esses agentes estão situados, assim como as concepções de mundo produzidas por eles. Isso foi possível pelo cotejo desses perfis de produtores/escritores – um que assina a “obra” que tomamos como fonte-objeto predominante de análise, e outro, como autor produtor de uma versão similar que usamos para fins comparativos – que se dedicaram à tarefa de consagrar a história dos franciscanos.

A comparação biográfica dos que assinam as “obras” laudatórias delimitou a diferenciação entre os perfis, possibilitando a correlação de estilos, posições e recursos – um mais letrado, com circulação em espaços de consagração no meio intelectual, outro, com estilo administrador, ocupante de posições burocráticas na estrutura da igreja – de acordo com as ênfases mais incidentes, e com as estratégias de exibição dos eventos, lugares, causas e nomes, que fazem emergir um complexo de relações sociais objetivas.

A partir da valorização e da apresentação desses elementos nas descrições, o estudo se concentrou em identificar os perfis mencionados, de modo a traçar uma matriz sociográfica, a fim de situá-los em relação uns com os outros no espaço de relações sociais estabelecidas. Isso possibilitou ao nosso estudo captar certas lógicas pelas quais os “frades” angariaram notoriedade em função, por exemplo, de investimentos em frentes legítimas, como os verificados em torno da “educação”, que acentuaram a valorização de recursos mobilizados nesta e em outras causas.

O estudo indicou que nesses empreendimentos marcados pelo sentido de “missão” prevaleceu uma consistente combinação entre recursos mais adequados e as diferentes formas de atuação em causas (educação, saúde e terra) apresentadas como singulares. Pela lógica da publicação, averiguamos que as estratégias de singularização e de apresentação das causas se mostraram imprescindíveis à afirmação de princípios de hierarquização, intrínsecos à configuração franciscana. Esses princípios desvelam tanto lógicas internas de hierarquização – como aquelas que servem como critério de distinção entre os pares (posição na estrutura de cargos, notoriedade segundo o tipo de engajamento) – como princípios externos que demonstram certa distinção atribuída a perfis que em algum nível interagem com outros domínios sociais.

Uma vez identificados os perfis diferenciados que constam na publicação (edição 2009), foi possível reunir condições de apreensão dos princípios de hierarquização existentes em universos como o religioso, o que permitiu demonstrar que se trata de um espaço no qual as relações também estão fundadas em lógicas de prestígio, estima e de aferição de excelência humana. Ressaltamos que essas noções são tributárias dos investimentos direcionados à construção de causas legítimas (mencionadas acima) que

ocupam um lugar destacado e valorizado no trabalho de construção da “memória”, ao enfatizarem não apenas as causas produzidas, mas as lógicas de consagração que colocam em evidência os próprios agentes desse universo.

A análise de *Franciscanos no Maranhão e Piauí: 1952-2007*, edição 2009, propiciou que fossem identificados e demonstrados os princípios de legitimação, as bases de reciprocidade e reconhecimento, os elementos de pertencimento geracional, as formas de vinculações, a natureza dos atributos e as adjetivações (menções honrosas, qualificações de personalidade, formas de enaltecimento) que estão conectadas aos mecanismos de produção de distinção social entre os agentes.

Portanto, o estudo verificou que esses princípios de legitimação religiosa não estiveram baseados exclusivamente nas atividades “convencionalmente” associadas à dimensão religiosa. Nesse tocante, o exame do trabalho de construção da “memória” indicou que esses princípios também são legitimados nas imbricações. Para a consolidação da imagem consagrada de si e da configuração a que estão vinculados, o processo de produção da memória dos franciscanos valoriza os registros ocorridos na interlocução dos agentes que são alvo de estima e reconhecimento pelas atividades exercidas por eles em outros domínios.

Deste modo, o Maranhão recepcionou um tipo de empreendimento “missionário” pautado não apenas em princípios de “benemerência” ou na “assistência caritativa”, critérios que podem ser objeto exclusivo da atuação de religiosos, mas na valorização de atividades ligadas a outros níveis da vida social. Por esse ponto de vista, a “missão” dos agentes, no sentido da “ação pastoral”, basicamente era a de tomar conhecimento e colocar em funcionamento determinadas estratégias de “intervenção” e de manipulação da “realidade” em seus distintos segmentos (social, político, cultural, religioso).

Nesse ponto, o exame dessas ações referidas na publicação mostrou alguns dos elementos correlatos a esse processo: quanto mais a igreja regional se redefinia, no sentido da “interiorização”, intensificando o espectro de “intervenção” de seus representantes, mais fluído se mostrou o trabalho de “manipulação” de demandas reconhecidas como sendo legítimas frentes de atuação dos religiosos. Quanto a isso, os registros de “inserções pastorais”

concretizadas por “frades” sinalizaram um processo de ocupação missionária interessado em evangelizar, fundado em bases objetivas e indicadoras de intervenções tidas como singulares no trabalho de interpretação dos agentes.

Retomando um dos princípios identificados na publicação, a ênfase na ocupação de postos na hierarquia da instituição - temática discutida extensamente em parte dedicada à produção do artefato laudatório -, conduziu à percepção de que o trabalho de construção da autoimagem consagrada dos franciscanos está diretamente associado às condições de gestão do empreendimento “missionário”. Assim, foi possível inferir que, entre os princípios de hierarquização, as posições ocupadas correspondem a um dos critérios valorizados que, combinados a outros recursos constituem os atributos levados em conta na lógica de consagração.

Vinculada à dimensão posicional/hierárquica das relações, o trabalho de consagração valoriza qualidades sociais apresentadas pelos agentes, que também impõem certa noção de hierarquização e diferenciação entre os mesmos. No tipo de configuração analisada, verificamos que os recursos e as qualidades sociais mais reputadas, para alguns casos, não estão diretamente vinculadas aos perfis identificados por altos investimentos em formação escolar, mas àqueles portadores de *expertise* prática favorável às atividades de gestão da “missão”. É creditado a esses tipos de perfis o reconhecimento de seus pares pelo papel de liderança exercido, o que é afirmado pelo tempo dedicado ao empreendimento “missionário” e pela condição particular como porta-voz de questões legítimas.

O estudo demonstrou que tais recursos ou qualidades sociais são fatores que identificam um grupo dirigente, singularizado pela função de conduzir, formular diretrizes e orientações internas, em síntese, governar a “missão”. Contudo, alguns desses agentes efetuaram intervenções socialmente valorizadas, bem como inscreveram representações genuínas a partir de determinados “eventos” também valorizados no discurso de consagração. A intercorrência de acontecimentos sociais, como a migração de refugiados da seca para a região do Médio Mearim, está concatenada à dimensão não apenas “caritativa” do trabalho religioso, mas com as tomadas de posição, que repercutem e são reconhecidas por domínios como o “político”.

A atuação de “frades menores”, senão pela inserção direta em outras esferas, mas pela natureza das intervenções e os efeitos produzidos por elas, introduziu algumas práticas identificadas à dimensão dos “engajamentos sociais”. A essa dimensão foi dispendido um volume expressivo de páginas nas quais, são relatadas questões de “engajamento”, representadas nas “causas” específicas, o que se mostra revelador de dinâmicas políticas, sociais e culturais conectadas a uma configuração propícia à heroicização e ao enaltecimento de personagens selecionados para a consagração.

Os registros de “engajamentos” em distintas frentes de intervenção são passíveis de “manipulação da memória” *a posteriori* a que os agentes recorrem para ratificar no presente posições estabelecidas, ou como forma de trunfo no sentido de conquistá-las. O investimento que o “trabalho de memória” projeta sobre a dimensão dos “engajamentos sociais” visa conferir um tipo de reputação, que encontra “respaldo” em uma lógica de concorrência na qual os religiosos estão posicionados como produtores de representações enaltecidas das próprias ações dos agentes e do grupo a que estão vinculados.

Em torno da produção de “causas” que os religiosos tomaram parte, o estudo possibilitou identificar que a mobilização de determinadas questões, como as relativas à temática da “educação” e dos tensionamentos políticos associados aos “conflitos de terra”, sem contar a causa da “saúde”, que teve menor ênfase, constituem os elementos de singularização enquanto versão legítima sobre “a história” formulada e apresentada pelos intérpretes. Nesse caso, constatamos que a dimensão do “trabalho de memória” opera como instrumento simbolicamente eficaz, visando produzir representações singulares, vinculadas a domínios de atividades práticas que exigem algum nível de especialização em funções ou papéis para o seu efetivo desempenho.

Como forma de tornar singular determinadas “causas”, os franciscanos direcionaram seus esforços para um trabalho incessante de elaboração de uma autoimagem ilustrativa dos posicionamentos assumidos em nome de concepções sobre terra, educação e saúde. O que torna esse tipo de investimento particularmente reputado e valorizado tem relação com o fato de que as causas em destaque são representativas do reconhecimento social como práticas atrelada à dimensão “missionária”.



Nessa perspectiva, essas frentes e os correspondentes recursos são apresentados como resultado de um “trabalho abnegado” e de “compromisso com a transformação da realidade” - sentidos associados ao seu uso como estratégia de singularização -, que consiste, objetivamente, em notabilizar agentes realçando atributos, qualidades ou recursos mais ajustados a uma das “causas” em questão.

A transformação de atividades aparentemente comuns em “causas” singulares e socialmente valorizadas produziu alguns desdobramentos sobre a configuração analisada: 1) O trabalho de singularização dos temas “educação” e “terra” (de modo mais acentuado) como frentes legítimas que confirmam um *modus operandi* favorável aos processos de afirmação social e notoriedade de agentes que se destacaram a partir da referida atividade; 2) Sua concretização demonstrou a valorização de princípios de reconhecimento e de redes de reciprocidade entre agentes dedicados a essas atividades; 3) Assim como outras dimensões privilegiadas pelo trabalho de construção da memória, as “causas” de maior destaque, aquelas que são proeminentes na apresentação da autoimagem do grupo, ou pelo menos de alguns sujeitos identificados mais diretamente a elas, formam um tipo diferenciado de princípio de hierarquização que seleciona, classifica e produz distinção entre os agentes.

Os princípios de diferenciação ligados à causa da “educação”, por exemplo, conferem consagração àqueles que são reputados pelos recursos que os identificam como “intelectuais” e “educadores” em condições “periféricas”, dedicados a um tema que se revelou simultaneamente importante por dois aspectos: por ter se constituído em um domínio de inserção legítima e em espaço de atividade propício às interpretações de consagração; e por evidenciar estratégias de valorização quanto à ocupação de uma posição social estimada, cuja notabilidade da posição e das tomadas de posição assumidas foram imprescindíveis à afirmação e à produção de representações sobre a configuração regional de atuação dos religiosos.

Dadas as condições similares à construção da “causa” da educação, constatamos que o trabalho de edificação da memória recorre a um critério seletivo e eletivo de produção, também verificado em relação aos investimentos na causa da “terra”, afirmada como uma “causa” que rende notabilidade e manifestações de estima, homenagens e menções honrosas

atribuídas a agentes que se engajaram na “luta pela terra”. Além disso, o estudo demonstrou que, em considerável medida, as operações de consagração social apresentadas laudatoriamente na “obra” (o enaltecimento à postura de um bispo ou a ênfase aos episódios de engajamento dos frades) estão subordinadas às representações, a exemplo das que remetem aos “problemas de conflitos de terra”, intervenientes em determinada configuração.

A valorização dos “conflitos” motivados por “disputas de terra” funda uma modalidade de enquadramento que manifesta não apenas a “causa” como resultado de uma estratégia padronizada de produção da memória, mas também se coloca enquanto instrumento de identificação, que expõe lógicas multidimensionais. A primeira delas anuncia princípios favoráveis a um tipo de entrada que pode ser associada a um ativismo político - senão nos termos convencionais, comumente atribuído à política (presença em disputas eleitorais, ocupação de cargos na administração pública, exercício de mandatos eletivos etc.) - pela participação direta, via “engajamento social”, em disputas que estão alicerçadas em princípios e concepções políticas.

Posto que identificamos na “obra” apenas indicações não tão aprofundadas<sup>69</sup> quanto à dimensão da concorrência, divergência, desalinhamentos em virtude da adesão à “causa” da terra, ela representou uma disputa que foi objeto de embates intensos entre porta-vozes empenhados em impor suas concepções e representações legítimas. Enquanto no trabalho de produção da memória oficial observamos a confirmação de princípios consagradores das tomadas de posição de agentes em torno do “problema da terra”, em outras fontes<sup>70</sup> a lógica se inverte: de agentes consagrados pelo

---

<sup>69</sup> Na “obra” examinada, são descritos alguns elementos de conflito envolvendo disputas por terra, nos quais os “frades” aparecem como agentes apaziguadores das contendas, geralmente atuando na condição de porta-vozes dos segmentos populares e como mediadores dos interesses destes junto às instâncias políticas competentes. Na parte reservada aos anexos, são apresentadas algumas páginas que descrevem de modo mais detalhado determinados “eventos”, a partir dos quais assumem preponderância narrativa os registros de “engajamento” e os consequentes efeitos políticos produzidos pelas intervenções de um grupo de frades na configuração dos anos 1980.

<sup>70</sup> Encontramos em recortes de jornais e em peças de processos judiciais a “questão da terra” como objeto de disputa envolvendo membros da Igreja de Bacabal, os frades da Província, e de outros domínios, como jornalistas, políticos etc. Não mobilizamos efetivamente esse material na produção da tese por entendermos que constituiriam o tipo de fontes que seguem uma lógica de produção e concepção diferente das lógicas que examinamos no livro. Contudo, as mencionamos nesse momento das considerações para ilustrarmos a representatividade dessa causa nas estratégias de luta por imposição de princípios legítimos de visão e de divisão que os religiosos travaram com outros “intérpretes” da causa situados em outros domínios sociais, o que explicita a lógica da concorrência.

trabalho dedicado à causa da “terra”, defensores dos direitos da população do campo, os “frades” são representados como “inimigos do estado”, agitadores políticos, ou agentes a serviço de “ideologias subversivas”.

Embora as fontes mencionadas detenham um teor de detração em relação ao envolvimento de franciscanos com a “causa”, elas estão resguardadas em instâncias ligadas à Igreja local. Tanto os recortes jornalísticos como os processos judiciais estão preservados no arquivo diocesano. Apenas como fonte adicional para a análise, observamos que o trabalho de consagração investe na capitalização de representações laudatórias, como as descrições de “eventos”, nomes, tomadas de posição valorizadas em nome da “causa”, e também ressalta a existência de debates constituídos sobre uma “causa” legítima, situada no centro de tensionamentos como frente de disputa.

Em linhas mais amplas, o exame da publicação demonstrou que o espaço religioso, representado nesse estudo por uma denominação confessional, fincou bases efetivas por meio do trabalho de construção da memória e da identidade realizado por “intérpretes”, apresentando diferentes ênfases, que se revelaram multifacetadas.

A partir da exposição de lógicas e de elementos que se mostraram oportunos a essa estratégia construção, formulamos alguns apontamentos conclusivos a partir do exame do *corpus* que estudamos. Em primeiro lugar, o estudo sobre o trabalho de consagração efetuado por membros da congregação franciscana demonstrou que uma das formas de afirmação social, logo, de construção de reputações valorizadas, passa pelas estratégias de ocupação de posições e de multinotabilidade verificadas em diferentes âmbitos da dinâmica local.

Essas estratégias consistiram na constituição de afinidades pessoais, objetivos definidos e alinhamentos levados em conta nos investimentos objetivos, e nos tipos de inserções mencionadas anteriormente. Do âmbito eclesial, predominou uma forma particular de ação nas localidades em que estiveram inseridos, o que foi de grande relevância na configuração dessas estratégias, assim como também foram os domínios de atuação representados por certas atividades (docência em escolas e universidades, formação de

lideranças sindicais e da “militância” social, passagem por cargo da burocracia política).

Em segundo lugar, o exame do trabalho de construção da memória permitiu observar a recorrente valorização de princípios de hierarquização de relações em níveis e espaços diferenciados, acentuado, assim, as distinções que embasam a consagração coletiva e individual. Seja a partir de ações mais institucionalizadas, com a ocupação de posições, cargos ou com o desenvolvimento de funções e papéis no interior da congregação, ou por meio da participação mais ou menos duradoura e sistemática em atividades não necessariamente correspondentes à “Ordem” (atuação em sindicatos, na política, em estabelecimentos de educação), o critério de consagração está orientado pelo destaque atingido nesses níveis em que os agentes se movem, combinado, obviamente, aos tipos de recursos e investimentos mais adequados e valorizados nessas inserções.

Precisamente, o universo analisado ofereceu elementos que ensejaram a seguinte formulação: as condições elementares para o trabalho de produção da memória e da identidade do grupo franciscano estão fundadas na convergência entre processos sociais de transformações mais amplas, e estruturas objetivas mais situadas de acordo com as características encontradas nas configurações em que os agentes interagem.

No caso do Maranhão dos anos de 1950 até os anos 2000, as redefinições institucionais aferidas no âmbito da igreja, da política, do estado, da educação, da cultura e dos engajamentos, das quais os próprios agentes religiosos tomaram parte como produtores de interpretação, essas redefinições comportam uma dimensão essencial à compreensão de mecanismos de consagração objetivados em um artefato laudatório.

Dessa dimensão derivou uma outra formulação: a de que considerável parte das estratégias de consagração franciscana tiveram por base, ao longo do tempo, a seleção de agentes qualificados por critérios como afinidade com a escrita, trânsito pelas instâncias de gestão da memória, relação com a atividade intelectual, ou mesmo relações amistosas favoráveis a uma possível indicação para produzir uma versão legítima sobre a “história da Ordem”.

O trabalho essencialmente realizado por “intérpretes”, a produção social do reconhecimento dos franciscanos efetivou alinhamentos e adesões a

determinados tipos de práticas, valorizadas e identificadas com o conteúdo “missionário” religioso, além de ter transformado elementos objetivos – características da cultura religiosa, foco em “eventos” que interferiram na dinâmica social (os “anos de seca”, as “invasões de terra” etc.), os acontecimentos políticos, as “causas” singulares – em representações estandardizadas, que constituem umas das principais estratégias do trabalho de consagração identificadas no estudo.

Assim, averiguamos que um dos trunfos legítimos colocados em prática pela congregação foi o trabalho de seleção, classificação e difusão de determinados elementos que tiveram por objetivo instituir uma perenização da história do “grupo” no tempo. Em contextos marcados pela relativa proeminência da lógica religiosa em outras dimensões da vida social, o exercício de produção da memória encontrou na exaltação da estima e no culto à reputação de “personalidades”, as estratégias viáveis à consagração da autoimagem dos agentes, tidos como “ícones” que figuraram, ou mesmo tomaram parte em determinadas representações sobre o Maranhão na segunda metade do século XX.

Portanto, baseamos nossa compreensão acerca da produção da memória partindo do entendimento de que agentes culturalmente favorecidos, como os “frades” portadores de recursos culturais considerados acima da média para a configuração que os absorveu, conseguiram efetivamente introduzir uma visão de mundo, um modelo de organização social, valores práticos baseados em ideias como “cidadania”, “conscientização política”, “trabalho”, “engajamento”, “cultura” etc. Por essa razão, as representações “edificantes” sobre o empreendimento “missionário” e alguns dos perfis a ele vinculados permitem assinalar o seguinte: os processos de consagração são tributários de consensos negociados, de aferições de estima e de reconhecimentos geradores de distinção como componentes basilares de notoriedade e de prestígio, angariados por institutos confessionais em configurações como a que tratamos neste estudo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.W. **A Ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. FUA, casa 8, 2008.

BOURDIEU, P. & SAINT MARTIN, M. de. “**La saint famille**: l'épiscopat français dans le champ du pouvoir”, in: *Actes de la Recherche en Science Sociales.*, nov 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estratégias de reproducción y modos de dominación**. Coleccion Pedagógica Universitária.v. 37-38, enero-junio/julio-diciembre, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os usos do “povo”**. In: \_\_\_\_\_ Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **“A identidade e a representação**: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: \_\_\_\_\_. O poder simbólico. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **“história reificada e incorporada”**. In: \_\_\_\_\_. O poder simbólico. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **“A linguagem autorizada**: as condições sociais da eficácia do discurso ritual”. In: A economia das trocas linguísticas. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Gênese e estrutura do campo religioso**. In: BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. **“Os produtores de Doxa”**. In: BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BADIE, Bertrand. **L'État importe**. Paris: Fayard, 1992.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

Berlivet Luc, Sawicki Frédéric. **La foi dans l'engagement. Les militants syndicalistes CFTC de Bretagne dans l'après-guerre**. In: *Politix*, vol. 7, n°27, Troisième trimestre 1994.

BRUNEAU, Thomas C. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BOMBIERI, Claudio. **“Aqui é pão para os nossos dentes”**: Breve ensaio sobre a presença missionária dos Combonianos no Maranhão (1952-1970). São Luís: Combonianos Brasil Nordeste, 2012.

CHARLE, C. **“A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”**. In: HEINZ, F. (Org). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COLLOVALD, A. **Identité(s) stratégique(s). Actes de la recherche em sciences sociales**. v. 73, juin, 1988.

CORADINI, Odaci Luiz. **“Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais”**, In: L. O. Félix e C. P. Elmir (orgs.), Mitos e Heróis. Construção de Imaginários. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, p. 209-235, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 35, janeiro-junho, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os usos das Ciências Humanas e Sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro/periferia**. Revista Pós Ciências Sociais. Dossiê cultura, poder e modalidades de engajamento, v.9, n.17, 2012. São Luís: EDUFMA, 2012.

\_\_\_\_\_. **Mercado escolar, de trabalho e usos da titulação universitária**. Revista Pós Ciências Sociais, V.12, p. 115-132, 2015.

CARVALHO, Maria Goretti Cavalcante de. **O projeto educativo das capuchinhas**: o Franciscanismo na História da Educação, em São Luís – MA, desde 1913. São Luís: UEMA, 2012.

DELUMEAU, Jean. **Vaticano II**. In: DELUMEAU, Jean; SABINE, Melchior-Bonnet. De Religiões e de Homens. São Paulo: Edições Loyola, 2000, pp. 273-280

DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (orgs). **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986, p. 13-46.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaio**s; 1. Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**. v.1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2014.

FABIANI, Jean-Louis. “A Córsega ou as servidões da autenticidade”. **Revista Sociologias**. n. 9, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo : Perspectiva, 2010.

GAXIE, D. « **Économie des Partis et Rétributions du Militantisme** ». In. *Revue Française de Science Politique*, v. 27, nº. 2, fev. 1977.

GRILL, Igor G. & Reis, Eliana T. dos. **O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita**. *Revista Pós de Ciências Sociais*, vol. 09, nº17, São Luís, EDUFMA, 2012, pp.101-122.

\_\_\_\_\_. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar**. Rio de Janeiro, FGV, 2016.

\_\_\_\_\_. **Intérpretes e notáveis da literatura e da cultura popular do Maranhão**. *Ciências Sociais Unissinos*, São Leopoldo, v. 53, n. 2, p. 363-377, maio/ago 2017.

\_\_\_\_\_. **Dos Campos aos Domínios das “Elites” no Brasil**. In: *Revista TOMO*, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 163-210, jan./jun. 2018.

Heurtin Jean-Philippe, Trom Danny. **L'expérience du passé**. In: *Politix*, vol. 10, nº39, Troisième trimestre 1997. Se référer au passé. pp. 7-16;

HERMET, Guy. **Política comparada**. México: Fondo de cultura Econômica, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HÉLIAS, Yves. “**Pour une sémiologie politique des monuments aux morts**”. *Revue Française de Science Politique*, v. 29, nº 4-5, 1979.

KRISCHKE, Paulo J. As CEBs na “**Abertura**”: **Mediações entre a reforma da Igreja e as transformações da sociedade**. In: KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott (orgs). **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986, p. 185-200.

LANDÉ, Carl. « **Introduction: the dyadic baseis of clientelism** ». In : SCHIMIDT, S. W. et alli. (Eds.). **Friends, Followers and Factions. A reader in political clientelism**. Berkeley, University of Califórnia Press, 1977.

LENCLUD, G. “A Tradição não é mais o que era: sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia”. In: **Revista história, histórias**. Brasília, V. 1, n. 1, 2013.



LENOIR, Remi. “**Objeto sociológico e problema social**”. In: Iniciação à prática sociológica. (Orgs): MERLIÉ, Dominique, CHAMPAGNE, Patrick... et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LAGROYE, Jacques. **Les processus de politisation**. In: LAGROYE, Jacques (dir). La politisation. Paris: Belin, 2003.

\_\_\_\_\_. **La vérité dans l'Église catholique: contestations et restauration d'un régime d'autorité**. Paris: Belin, 2006.

LÖHER, Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007**. Teresina: Halley, 2009.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MACHADO, Jorge Luiz Feitoza. **Ação Política, Missão Pastoral e Instâncias de Inserção: engajamento de clérigos no Maranhão (1970-1980)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais, 2012.

MELO, Hugo Freitas de. “**O ofício de sacerdote**”: mediação cultural, atuação política e produção intelectual de padres no Maranhão. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais, 2013.

MELO, Taciana Santiago de. **Caminhos do mundo, espaços e almas a conquistar: frades alemães no Brasil**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo, da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2016.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Travessias: padres europeus no nordeste do Brasil (1950-1990)**. E-book; paginação irregular. Recife: CEPE, 2019.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993.

NERIS, Wheriston Silva. **As bases sociais de recrutamento da elite eclesiástica no bispado do Maranhão (1850-1900)**. Dissertação – PPGCS / UFMA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Igreja e missão: religiosos e ação política no Brasil**. Tese apresentada ao programa de sociologia da Universidade Federal do Sergipe, 2014.

NERIS, Wheriston Silva & SEIDL, Ernesto. **Uma Igreja distante de Roma:** circulação internacional e gerações de missionários no Maranhão. In: *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol. 28, no 55, p. 129-149, janeiro-junho 2015.

PELLETIER, Denis. *Economie et humanisme. De l'utopie communautaire au combat pour le tiers-monde (1941-1866)*. Paris. 1996.

\_\_\_\_\_. **Le militantisme Chrétien à l'épreuve de l'idée missionnaire.** In: BRÉCHON, P.; DUREZ, B.; ION, J. (Dir.). *Religion et Action dans l'Espace Public*. Paris. L'Harmattan, 2000.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, M. **“Memória e identidade social”.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. **L'expérience concentrationnaire:** Essai sur le maintien de l'identité sociale. *Suites Sciences Humaines*. Éditions Métailié, Paris, 2000.

PACHECO, D. Felipe Condurú. **História eclesiástica do Maranhão.** São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1969.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do velho ao novo:** política e educação no Maranhão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1982 (Tese de Doutorado).

REIS, Eliana Tavares dos. **A “arte” da intervenção política:** carreiras e destinos de protagonistas que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes. CORADINI, Odaci Luiz (org). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Em nome da “participação popular”:** constituição de uma “causa legítima” e disputas por sua definição no **Rio Grande do Sul**. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 5, p. 105-132, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Saberes em movimento: transações entre “intelectuais”, definições de ciências sociais e a “política”.** In: GRILL, Igor Gastal; SEIDL, Ernesto (orgs). *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

REIS, Eliana T. dos & Grill, Igor G. **“Arte de escrever”, “Vocação para representar”:** trajetórias e produção intelectual de políticos brasileiros. Paper apresentado no XVI Congresso brasileiro de Sociologia, UFBA, Salvador, 10-13 setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política:** um estudo sobre militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDUFMA; Zouk, 2015.

\_\_\_\_\_. **Estudos sobre elites políticas e culturais. Reflexões e aplicações não canônicas.** São Luís: EDUFMA, 2016.

SUAUD, Charles. **As lutas religiosas do ponto de vista de uma sociologia da incorporação. O corpo sacerdotal (católico) entre doutrina e inovação.** Comunicação apresentada ao Curso de Doutorado de Sociologia da Universidade do Porto, 2008.

\_\_\_\_\_ **L'imposition de la vocation sacerdotale.** In: Actes de la recherche em sciences sociales. Vol. 1, nº3, mai 1975.

SEIDL, Ernesto. **A elite Eclesiástica no Rio Grande do Sul.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_ **“Intérpretes da história e da cultura”:** carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. Anos 90. Porto Alegre: v. 14, n. 26, 2007. p. 77-110.

\_\_\_\_\_ **Mediação cultural e elaboração identitária:** a constituição de “interpretes da história e da cultura” no extremo sul do Brasil. In: LEITE, Rogério Proença. Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade. São Cristovão: Editora UFS, 2008.

\_\_\_\_\_ **Lógicas Cruzadas:** carreiras religiosas e política. Revista Pós Ciências Sociais, v.6, 2009.

SAWICK, Frédéric et BERLIVET, Luc. **La fois dans l'engagement. Les militants syndicalistes CFTC de Bretagne dans l'après-guerre.** Politix, N.27, 1994, pp. 11-142.

SEIDL, Ernesto & NERIS, Wheriston. **Catolicismo impuro:** politização e transgressões da fronteira do religioso. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 37 - Set./Dez. de 2017.

SERBIN, Kenneth. P. Padres. **Celibato e conflito social:** uma história da Igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Controvérsias sobre a pobreza:** franciscanos e jesuítas e as estratégias de financiamento das missões no Brasil colonial. In: *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, p. 27-48, janeiro-junho de 2014.

TEMME, Adolfo. **Mala de couro: diário de uma desobriga.** ADVENIAT, Teresina, 2011.

WILLEKE, Venâncio. **Franciscanos no Maranhão (1600-1878) e Piauí (1952-1977).** Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

### **Entrevistas Realizadas:**

Marta Bispo – Secretária executiva da Regional Nordeste 5 ligada a CNBB (Entrevista realizada na sede da Regional, em São Luís, em outubro de 2017).

Frei Evaldo Dimon (entrevista realizada na recepção do Convento Franciscano, rua Magalhães de Almeida, centro de Bacabal, em 17/04/2017).

Frei Heriberto Rembecki (entrevista realizada na recepção do Convento Franciscano, 15/05/2018).

Frei Ivaldo Evangelista (Entrevista realizada na secretaria provincial, em novembro/2018)

Francisco M. Fontinele (Ex-franciscano) em: 26/09/2018 e 30/11/2018.

Frei Roberto Soares, responsável pelo arquivo da Província Santo Antônio (Recife-PE), em junho/2018.

### **Outras Fontes consultadas:**

Convênios de cooperação e assistência firmados entre a Arquidiocese de São Luis e as congregações religiosas (documentação examinada no arquivo da cúria metropolitana, no palácio episcopal de São Luis, nos meses de setembro e outubro de 2017).

Anuário da Arquidiocese de São Luis, edição 2017. Consultado no arquivo Arquidiocesano.

Materiais biográficos (necrológicos) e avulsos sobre um grupo de Frades (Acesso no arquivo da Província Franciscana em Bacabal, em: 25 e 27/11/2018; 15/12/2018).

Voz da Esperança (Boletim informativo da Diocese de Bacabal / Volumes seriados), localizados no arquivo da própria Diocese, em: abril e maio / 2018. Recortes de jornais e peças de processos judiciais avulsos, localizados no arquivo Diocesano, em Abril e maio / 2018

Esboço de tradução de livro (baseado em material biográfico) produzido por familiares (sobrinha) e pela associação cultural de moradores de Dingden (ALE), cidade natal de Frei José Schlütter.

### **Sites e páginas consultados**

Página oficial da Província da Imaculada Conceição do Brasil. Disponível em: <https://www.franciscanos.org.br>. Acessado em: Outubro/2018

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 279, abril-junho, 1968. Disponível em: [lhgb.org.br](http://lhgb.org.br). Acessado em: novembro/2018

Site Miserior. Disponível em: <https://www.miserior.org/pt/sobre-nos/>. Acessado em: novembro/2018.

Coletânea da Academia Bacabalense de Letras. Disponível em: <http://castroweb.com.br>. Acessado em: janeiro/2019

Reportagem sobre o Frei Eurico. Disponível em: [https://coroadinhoemfoco.blogspot.com/2013/09/morre-frei-eurico\\_26.html](https://coroadinhoemfoco.blogspot.com/2013/09/morre-frei-eurico_26.html). Acessado: janeiro/2019

Site da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Disponível: <https://www.cnbbne5.org/>. Acessado em fevereiro/2019

Site da Veritatis Splendor: Memórias e Ortodoxias Cristãs. Disponível em: <https://www.veritatis.com.br>. Acessado em: 01/10/2019.